



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CRISTINA DALLANORA

**CONFLITOS NO EX-CONTESTADO: CORONELISMO E BANDOLEIRISMO NUMA  
REGIÃO DE FRONTEIRA**

FLORIANÓPOLIS

2019

Cristina Dallanora

**CONFLITOS NO EX-CONTESTADO:  
CORONELISMO E BANDOLEIRISMO NUMA REGIÃO DE FRONTEIRA**

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do grau de doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado

Co-orientador: Prof. Dr. Alexandre Assis Tomporoski

Florianópolis  
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Dallanora, Cristina

Conflitos no ex-Contestado : coronelismo e  
bandoleirismo numa região de fronteira / Cristina  
Dallanora ; orientador, Paulo Pinheiro Machado,  
coorientador, Alexandre Assis Tomporoski, 2019.  
247 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa  
de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. História. 2. Conflitos sociais e políticos. 3. Pós  
Contestado. 4. Tenentismo. 5. Coronelismo. I. Pinheiro  
Machado, Paulo. II. Assis Tomporoski, Alexandre. III.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós  
Graduação em História. IV. Título.

Cristina Dallanora

**Conflitos no ex-Contestado:** coronelismo e bandoleirismo numa região de fronteira

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Paulo Pinheiro Machado, Dr. Orientador

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Alexandre Assis Tomporoski, Dr. Co-orientador

Universidade do Contestado

Prof<sup>a</sup> Viviani Poyer, Dr<sup>a</sup>

Universidade Federal Fluminense

Prof. Rogério Rosa Rodrigues Dr.

Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof. José Carlos Radin Dr.

Universidade Federal da Fronteira Sul

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em história.

---

Prof. Dr.(a) Lucas de Melo Reis Bueno

Coordenador do Programa

---

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado

Orientador

Florianópolis, 26 de Agosto de 2019.

Para Paulo e Viviani

## AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente a quem eu dedico esta tese, aos professores Paulo Pinheiro Machado e Viviani Poyer. Diante de um contexto político perturbador, de um golpe de Estado e tudo mais, foi necessário o isolamento para produção da escrita. Além de orientador, o professor Paulo foi um conselheiro importante nos momentos de dificuldades no desenvolvimento da tese. A reorientação do eixo de pesquisa exigiu um trabalho intenso, e, sem a sua paciência e seu incentivo, não teria finalizado. À Viviani Poyer, que acompanhou de perto esse processo, do início ao fim, prestando apoio incondicional em vários sentidos. Seus cuidados e sua atenção foram essenciais para a produção da escrita. Agradeço à Liziane Castegnaro e à Juliana Chuan Lu pelo companheirismo nos momentos mais delicados. Ao Gabriel Farah, pelo carinho que tornaram mais brandos os momentos de angústia. À minha família pelo incentivo incondicional e auxílio necessário que me possibilitou dedicação integral à finalização da tese.

Durante os anos de pesquisa, contei com o diálogo de colegas e professores que se tornaram amigos. Agradeço a Patrícia Geremias, Clemente Penna, Flávia Paula Darossi, Janaína Neves Maciel, Maria Aparecida Anacleto, Beatriz Mamigonian, Henrique Espada Lima. Novos contatos acadêmicos ajudaram muito a definir os rumos desta pesquisa. Agradeço especialmente à Yohana Junker e à Mariana Armond Dias Paes. Ao Rodrigo Dal Forno, agradeço o diálogo sobre as fontes acerca do bandoleirismo na década de 1920. Ao Marcos Martins e à Cristiane Pscheidt, agradeço a amizade e paciência com o apoio técnico com a elaboração e edição do mapa das rotas das forças armadas em conflito.

Aos professores da banca de qualificação, Beatriz Mamigonian e Alexandre Assis Tomporoski, que fizeram importantes sugestões, muitas delas incorporadas ao texto. Especialmente ao professor Alexandre, que me acompanhou a partir da banca de qualificação como co-orientador, agradeço por trazer questões e ceder fontes que complicaram ainda mais o percurso da pesquisa, mas enriqueceram este trabalho.

Aos grupos de pesquisa que integro – Grupo de investigação sobre o Movimento do Contestado e Propriedas: História Social das Propriedades e Direitos de Acesso –, agradeço pelo imenso aprendizado possibilitado pelos encontros e pelas discussões. Às professoras Márcia Motta e Marina Monteiro Machado, pelo incentivo e atenção dedicados ao longo dos Simpósios de História Rural da ANPUH.

Durante a experiência de estágio, organizamos um minicurso sobre micro-história com o professor Giovanni Lévi. Foram momentos de muito aprendizado, e agradeço ao professor

pela sensibilidade quando percebeu que meu desencanto pela história era devido ao cansaço com a transcrição das fontes judiciárias. Para mim, foi um trabalho demasiadamente cansativo, e, quando fazemos sozinhos, é importante equilibrar a sobrecarga com as fontes e o trabalho escrito. Afinal, como ele faz lembrar, a história se faz principalmente através das perguntas.

As principais fontes analisadas nesta tese chegaram até mim enquanto realizava uma pesquisa no acervo do Museu do Judiciário Catarinense, referente a um projeto sobre escravidão no século XIX. Enquanto prestava esse serviço, os funcionários do Museu me apresentavam alguns processos do antigo município de Cruzeiro, que abrangia a cidade da qual sou natural. Foi o encontro com as fontes que me levaram a elaborar um projeto de doutorado, e não o contrário. Agradeço a dedicação de Orivalda Lima Silva, Cristina Cintra, Jaqueline Amaral e Sandro Makowiecki. Nesse período, conheci a Débora Torres, que se tornou a revisora dessa tese de um jeito bem especial, aceitando meus textos em cima do prazo, revisando em feriados e fazendo o que foi possível para melhorar a redação. No Arquivo Público de Campos Novos, contei com a atenção da Niri; na Biblioteca da UNOESC, do Alvarito Baratieri, e no Cartório de Joaçaba, da Marilú Mattos.

Contei com a colaboração de pessoas que concederam entrevistas. Agradeço ao Celso Martins (*in memoriam*) e à Margaret Grando por me receberem no início desta pesquisa e conversarem sobre a trajetória de Fabrício das Neves, um dos chefes rebeldes que se debruçaram a estudar e que é analisado nessa tese. Agradeço a Edson Nelson Ubaldo, Breno Poyer (*in memoriam*), Leda Kerber e Adgar Bittencourt (*in memoriam*).

Agradeço ao Gabriel Barboza e ao João Felipe Morais, pela leitura da tese logo após a defesa, pelo incentivo e por compartilharem reflexões sobre os principais conflitos aqui estudados, que de alguma forma integram também suas pesquisas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), que viabilizou importantes três anos de estudo e pesquisa. Aos funcionários sempre atentos do Programa de Pós-Graduação em História, Nailor Novaes Boianovsky e Daiane Antonini Bortoluzzi e à Tamara Nolasco, da Biblioteca da UFSC, pela paciência e por todas as orientações nesse momento de mudança de regras na entrega da tese.

## RESUMO

Esta tese tem como objetivo a análise dos conflitos sociais e políticos que caracterizam o processo histórico da ocupação da fronteira agrícola de Santa Catarina, após o Acordo de Limites de 1916, que estabeleceu as fronteiras desse estado com o Paraná. O enfoque espacial abrange parte da região onde se desenrolou a Guerra do Contestado (1912-1916), principalmente o atual Meio Oeste catarinense, que foi atravessado pelo Ramal Sul da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. A incorporação do território do ex-Contestado por Santa Catarina e a criação de novos municípios implicaram o processo de interiorização das instituições administrativas do estado e a intensificação da colonização. Muitas das funções oficiais do estado estavam anteriormente nas mãos de antigos chefes locais reconhecidos como coronéis. A presença da ferrovia era usada como atrativo para a colonização do território, que estava sob disputa entre caboclos, fazendeiros, empresas estrangeiras e nacionais. O fim da Guerra e o Acordo de Limites de 1916, período denominado pós-Contestado, não pôs fim ao movimento social do Contestado, que se diluiu em inúmeros outros conflitos, aos quais tivemos acesso principalmente pelas fontes judiciais. Essas fontes evidenciam a participação dos chefes locais, que anteriormente integraram o movimento sertanejo. Dessa forma, a tese focou na atuação das chefias civis, políticas e militares locais no ex-Contestado durante a década de 1920. A micro-história foi um importante aporte teórico-metodológico, considerando a microanálise social e as variações de escala entre os acontecimentos locais, regionais e nacionais. Seguindo as trajetórias de alguns chefes, observou-se que a supremacia dos coronéis, com suas milícias financiadas pelo Exército durante a Guerra do Contestado, transformou-se, posteriormente, em alianças oportunistas. Antigas lideranças rebeldes, como Fabrício das Neves e Antônio Palhano, e antigos chefes civis auxiliares do Exército, como Fabrício Vieira e Marcelino Ruas, ora foram considerados bandidos, ora foram incorporados aos batalhões patrióticos para conter os tenentes insurgentes. O Exército Brasileiro e o estado catarinense alimentavam a ação de bandos armados de civis na região, que não se subordinavam completamente aos seus controles. O Levante de Abril de 1922, deflagrado no ex-Contestado, antecede o levante conhecido como os 18 do Forte no Rio de Janeiro, sendo um marco do tenentismo, ao mesmo tempo que era favorável à criação do Estado das Missões. Os levantes dos posseiros e a busca na Justiça pela legitimação da propriedade mostram que a política de terras do estado não condizia com a expectativa de muitos indivíduos e grupos sociais daquele território. Os conflitos estudados revelam os limites e as dificuldades de operação do aparelho de estado federal e estadual numa região de fronteira durante a década de 1920.

**Palavras-chave:** Conflitos sociais e políticos. Pós-Contestado. Tenentismo. Coronelismo.

## ABSTRACT

This doctoral dissertation analyzes the social and political conflicts that characterized the occupation of the Santa Catarina agricultural frontier after the Limits Agreement of 1916, which established the borders of this state with Paraná. The region corresponds to where the Contestado War took place (1912-1916), especially present-day Santa Catarina Midwest, which was crossed by the Southern Branch of the São Paulo-Rio Grande Railway. The incorporation of the territory which was contested (hence “Contestado”) by Santa Catarina and the creation of new municipalities implied the creation of state administrative institutions at the state level and the intensification of colonization in the region. Many of the state's official functions were previously in the hands of local chiefs recognized as colonels. The presence of the railroad was used as a means of an attraction for the colonization of the territory that was under dispute among caboclos (mixed-race peasants), landowners, foreign and national companies. The end of the war and the Limit Agreement of 1916, did not put an end to the social movement of the Contestado, which was diluted in countless other conflicts that were identified and studied through judicial cases. These sources highlight the participation of the local chiefs who were formerly part of the “movimento sertanejo”. Thus, the dissertation focuses on the role of local civil, political and military leaders in the former contested region during the 1920s. A microhistorical approach was adopted to allow for the analysis at the local, regional and national scales. By following the trajectories of some political/military chiefs, it was noted that the supremacy of the colonels with their militias funded by the national Army during the Contestado War later gave way to opportunistic alliances. Former rebel leaders such as Fabrício das Neves and Antonio Palhano and former auxiliary civilian chiefs of the Army such as Fabrício Vieira and Marcelino Ruas were sometimes considered bandits, or sometimes incorporated into patriotic battalions to contain the insurgent lieutenants. The Brazilian Army and the state of Santa Catarina fueled the activities of armed bands of civilians in the region that were not completely subordinated to their controls. The *Levante de Abril* of 1922, triggered in the formerly contested region, precedes the uprising known as the *18 do Forte* in Rio de Janeiro, being a landmark of “Tenentismo”, while favoring the creation of a new state “Estado das Missões.” The squatters’ uprisings and the search in court for the legitimation of property show that the state's land policy did not match the expectations of many individuals and social groups in that territory. The conflicts studied reveal the limits and difficulties of operation of the federal and state apparatus in a border region during the 1920s.

**Keywords:** Social and political conflicts. Post-Contestado. Tenentismo. Coronelismo.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do estado do Paraná.....	43
Figura 2 – Recorte do mapa do estado do Paraná.....	44
Figura 3 – Evolução da divisão municipal de Santa Catarina (1872-1930).....	56
Figura 4 – Mapa de Santa Catarina em 1920.....	57
Figura 5 – José Fabrício das Neves (à direita), por volta de 1920 .....	114
Figura 6 – Casa de Simão Ruas (à direita) e armazéns de Eugênio Lamaison (à esquerda) ..	122
Figura 7 – Mapa do município de Erechim (1924) .....	165
Figura 8 – Fabrício Vieira no panteão dos “bandoleiros” .....	167
Figura 9 – Luíz Fabrício Vieira no panteão dos “bandoleiros” .....	168
Figura 10 – Luiz Fabrício Vieira com o jornalista Hugo Barreto .....	169
Figura 11 – Localidades do Levante de Catanduvas .....	194
Figura 12 – Planta da propriedade Rancho Grande.....	200
Figura 13 – Planta da Zona do Rio do Peixe.....	210
Figura 14 – Planta da Propriedade Rio Uruguay.....	211
Figura 15 – Planta da Propriedade Lageado do Leãozinho .....	213
Figura 16 – Planta das Propriedades da EFSPRG .....	214

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APESC	Arquivo Público do Estado de Santa Catarina
BC	Batalhão de Caçadores
BN	Biblioteca Nacional
BPESC	Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina
Cap.	Capitão
CPDOC	Centro de Pesquisa e História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas
CRL	Center for Research Libraries
EFSPRG	Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande
Gal	General
QG	Quartel General
Ten.	Tenente
UNOESC	Universidade do Oeste de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
AS FONTES ANALISADAS .....	16
APONTAMENTOS HISTORIOGRÁFICOS .....	22
CHEFIAS LOCAIS NO PÓS-GUERRA DO CONTESTADO: POSSIBILIDADES DE PESQUISA .....	28
<b>CAPÍTULO 1 – UMA REGIÃO ASSOLADA PELOS MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS E PELO BANDITISMO</b> .....	<b>35</b>
1.1 O PÓS-CONTESTADO: REMANESCENTES, FRONTEIRAS E LEVANTES .....	35
1.2 OS CONFLITOS LOCAIS .....	39
1.3 A REGIÃO DO CONTESTADO E AS QUESTÕES DE LIMITES .....	41
1.4 DESDOBRAMENTOS DO ACORDO DE LIMITES DE 1916 .....	50
<b>1.4.1 Processos emancipacionistas</b> .....	<b>52</b>
<b>1.4.2 Criação dos municípios: Cruzeiro e Chapecó</b> .....	<b>55</b>
<b>1.4.3 Colonização e antigos posseiros</b> .....	<b>61</b>
<b>1.4.4 Desdobramentos institucionais da terra</b> .....	<b>64</b>
<b>1.4.5 Levantes</b> .....	<b>67</b>
<b>1.4.6 Projeto político do estado x projetos alternativos de colonização</b> .....	<b>69</b>
<b>CAPÍTULO 2 – O MOVIMENTO DE JOSÉ FABRÍCIO DAS NEVES: INSUBMISSÃO E INCERTEZAS NO SERTÃO</b> .....	<b>73</b>
2.1 JOSÉ FABRÍCIO DAS NEVES E MARCELINO RUAS .....	74
2.2 INSTABILIDADES POLÍTICAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA .....	76
2.3 O EXÉRCITO NA POLÍTICA E OS VAQUEANOS NO EXÉRCITO .....	80
2.4 BATALHÕES PATRIÓTICOS .....	83
2.5 BATALHÕES PATRIÓTICOS EM CRUZEIRO .....	87
2.6 EM “OPERAÇÃO DE GUERRA” OU “EM DESOBEDIÊNCIA” .....	95
2.7 ACAMPAMENTO EM PALMAS .....	100
2.8 FABRÍCIO DAS NEVES .....	113
2.9 MARCELINO RUAS .....	121
2.10 CHEFES MENORES, ARREGIMENTAÇÃO E DESERÇÃO .....	130
<b>CAPÍTULO 3 – ATUAÇÃO DAS CHEFIAS POLÍTICAS E MILITARES NA FRONTEIRA CATARINENSE</b> .....	<b>137</b>
3.1 O LEVANTE DE 1917 .....	138
3.2 O LEVANTE DE ABRIL DE 1922 .....	144

<b>3.2.1 A negociação.....</b>	<b>150</b>
<b>3.2.2 Os fins do movimento.....</b>	<b>155</b>
<b>3.2.3 Antecedentes .....</b>	<b>157</b>
<b>3.2.4 A denúncia.....</b>	<b>159</b>
3.3 FABRÍCIO VIEIRA E A REVOLUÇÃO DE 1923.....	162
3.4 FABRÍCIO VIEIRA.....	170
3.5 O LEVANTE DE 1924 E A COLUNA PRESTES (1925-1927).....	172
3.6 ASSALTO ÀS ESTAÇÕES DE JARARACA-CANOINHAS OU MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO DE 1927 .....	179
<b>CAPÍTULO 4 – OUTROS LEVANTES NO MEIO OESTE CATARINENSE .....</b>	<b>187</b>
4.1 LEVANTE DOS POSSEIROS EM CATANDUVAS .....	189
4.2 LEVANTE DOS POSSEIROS NA PROPRIEDADE RANCHO GRANDE.....	196
4.3 POSSEIROS E PROPRIETÁRIOS REGULARIZADOS CONTRA A EFSPRG .....	202
4.4 VIVALDINO SILVEIRA DE ÁVILA.....	205
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>219</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>225</b>
<b>ANEXO A – MAPA MARCANDO AS ESTAÇÕES À ESQUERDA DO RIO DO PEIXE, EM 1911 .....</b>	<b>239</b>
<b>ANEXO B – PLANTA DAS CHÁCARAS DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL DE CRUZEIRO.....</b>	<b>241</b>
<b>ANEXO C – RELAÇÃO DAS TESTEMUNHAS ARROLADAS NO INQUÉRITO DE FABRÍCIO DAS NEVES.....</b>	<b>243</b>
<b>ANEXO D – RELAÇÃO DAS TESTEMUNHAS ARROLADAS NO PROCESSO DO LEVANTE DE ABRIL DE 1922 .....</b>	<b>245</b>
<b>ANEXO E – MAPA MARCANDO O ITINERÁRIO DO 2º BAT. INF. CATARINENSE NA CAMPANHA DE 1924/1925 E O ITINERÁRIO DA COLUNA PRESTES EM 1925/1926 .....</b>	<b>247</b>



## INTRODUÇÃO

A presente tese tem como objetivo analisar os conflitos que caracterizam o processo histórico da ocupação da região de fronteira agrícola de Santa Catarina durante a Primeira República, no território do chamado ex-Contestado. O enfoque espacial abrange parte da região em que se desenrolou a Guerra do Contestado (1912-1916), considerada um dos maiores movimentos sociais rurais do Brasil republicano.<sup>1</sup> Será abarcada, principalmente, a região a oeste do Vale do Rio do Peixe, que pertencia aos Campos de Palmas, onde foi construído o Ramal Sul da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG). Especificamente, a tese é um estudo da atuação das chefias civis, políticas e militares no Meio Oeste catarinense durante a década de 1920, analisando suas próprias estratégias para compreendê-las num contexto de interiorização das instituições do Estado. A hipótese da qual partimos é a de que essas chefias buscavam garantir seu lugar social em meio a profundas transformações políticas e jurídicas que envolveram o processo de colonização desse território.

Esse objetivo faz parte de uma reorientação de eixo de pesquisa, que inicialmente priorizava estudar a experiência dos posseiros no Vale do Rio do Peixe, visando discutir a posse da terra num contexto de transformações sociais e jurídicas que envolveram as diferentes formas de apropriação da terra durante a Primeira República.<sup>2</sup> No entanto, os documentos inicialmente pesquisados, que se constituíam principalmente de fontes judiciais envolvendo os posseiros e a Companhia ferroviária, eram insuficientes para a análise dos conflitos ocorridos na região, marcada por uma longa história de disputa de limites. Outros processos de natureza criminal trouxeram à tona conflitos sociais, que evidenciavam as ações de antigas chefias locais no processo de ocupação da fronteira catarinense, quando se intensificava a colonização. A reorientação de eixo mudou o foco da questão de terras para o papel das chefias locais, que participaram não apenas dos conflitos agrários locais, mas também dos conflitos armados que disputavam os rumos da política nacional.

Em relação ao período de análise, embora a pesquisa esteja voltada para a década de 1920, é inevitável recorrer às primeiras décadas do período republicano, momento em que

---

<sup>1</sup> O movimento social do Contestado abrangeu mais de 20 mil km<sup>2</sup> e envolveu cerca de 110 mil habitantes que viviam no Planalto e Meio Oeste catarinense, entre os anos 1912 e 1916. (MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: UNICAMP, 2004.).

<sup>2</sup> Os posseiros eram assim chamados porque as relações que tinham com a terra que ocupavam eram reconhecidas a partir da posse, ou seja, do uso efetivo do solo e não do título de propriedade. MOTTA, Márcia. **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.373-376.

estavam sendo colocadas em prática importantes mudanças político-jurídicas e administrativas que impactaram e repercutiram nas experiências sociais do pós-Contestado.

## AS FONTES ANALISADAS

Esta pesquisa teve início a partir da leitura de dois documentos que foram muito importantes para o desenvolvimento da tese. Um deles foi o inquérito policial, instaurado na Comarca de Cruzeiro, em 1925, que apurou a morte de José Fabrício das Neves e de seus companheiros. Estes eram remanescentes da batalha do Banhado Grande do Irani, primeiro combate da Guerra do Contestado, em 1912.<sup>3</sup> Outro, foi o processo do Levante de Abril de 1922, que apurou um conflito armado ocorrido entre os municípios de Porto União e União da Vitória, na fronteira entre Paraná e Santa Catarina.<sup>4</sup> Na primeira leitura desses documentos, percebemos que se tratavam de conflitos com a participação de forças do Exército e de soldados civis em diferentes municípios, portanto, com problemas específicos de cada região. O município de Cruzeiro foi anexado ao estado catarinense com o Acordo de Limites de 1916 e passava por um intenso processo de colonização. Na fronteira norte do estado, havia disputas políticas de caráter emancipacionista desde o início da década de 1900. Os documentos continham os depoimentos das testemunhas que explicitavam os partidos da Reação Republicana, os locais contrários às facções oligárquicas nacionalmente dominantes e, principalmente, os momentos iniciais dos movimentos tenentistas que estouraram a partir de 1922.

Esse foi o contexto geral no qual a história dos conflitos foi se desenvolvendo. Apresentá-los em poucas linhas escamoteia um intenso trabalho de pesquisa sobre um período e um objeto pouco estudados na historiografia do Contestado, cujo contexto local precisava ser construído. A transcrição dos documentos, em sua maior parte manuscritos, exigiram extrema dedicação, por serem extensos, não somente esses que se constituíram nas fontes principais, mas os que alcançamos por meio delas.

---

<sup>3</sup> SANTA CATARINA (Estado). Tribunal de Justiça. **Traslado recurso crime n. 688**. Inquérito Policial. Comarca de Cruzeiro. Autora: A Justiça pública. Denunciados: Marcelino, José Camilo, Antônio Thomaz e Napoleão Ruas. Início: 14/05/1925. Fim: 06/07/1927. Acervo do Museu do Judiciário Catarinense. (Para facilitar a leitura, este inquérito será mencionado e referenciado a seguir apenas como Inquérito Fabrício das Neves.)

<sup>4</sup> SANTA CATARINA (Estado). Tribunal de Justiça. **Processo-Crime Sumário**. Comarca de Florianópolis. Autora: Procuradoria da República. Réus: Antônio Bastos Paes Leme e outros. Início: 29/03/1922. Fim: 01/06/1927. Acervo do Museu do Judiciário Catarinense. Este processo será mencionado e referenciado a seguir apenas como Processo do Levante de Abril de 1922.

Estávamos diante de fontes que mostram o agir e pensar de indivíduos numa época em que se redefinia a forma de ocupação do território passados poucos anos da Guerra do Contestado e da definição das fronteiras entre os estados do Paraná e Santa Catarina. No entanto, as fontes de natureza criminal são de caráter oficial e possuem uma dinâmica própria, pois mostram o crime e seus percursos nas instituições policiais e judiciárias.<sup>5</sup> Por isso, precisam ser cruzadas com outras fontes, o que possibilita conhecer o contexto mais amplo, bem como discutir com a historiografia geral sobre aquele período ou uma questão em específico.<sup>6</sup>

Por meio da pesquisa nos diversos periódicos da época, foi possível acessar a forma como a sociedade interpretava esses conflitos. Atentando para a orientação dos diferentes jornais que se referiram aos conflitos mencionados, foi possível perceber que esses episódios repercutiram para além da imprensa catarinense, como do Rio Grande do Sul, do Paraná, de São Paulo e do Rio de Janeiro. A busca sobre esses acontecimentos na imprensa, majoritariamente noticiadas pelos jornais governistas do Partido Republicano dos diferentes estados, referiam-se aos envolvidos nos mesmos termos das fontes judiciais, como “bandidos” e “revoltosos” que impediam a paz no ex-Contestado. O vocabulário da imprensa governista reverberava os registros das fontes oficiais, onde o banditismo no Oeste Catarinense era transformado em uma questão central a ser combatida pelos governos.

Porém, essa questão abarcava diferentes sujeitos, que ora eram enquadrados como bandidos, ora considerados aliados do governo, e até mesmo parte do quadro político local e estadual. Isso nos colocando diante de uma década bastante complicada tanto na fronteira catarinense como no âmbito nacional. Dessa forma, chefes políticos e militares eram jogados de um lado ao outro da lei, dependendo da sua atuação ao lado do governo ou na oposição. Os jornais locais utilizavam recorrentemente os termos “coronel” e “caudilho” para se referir às chefias envolvidas nos conflitos, denotando respeito ou questionando seu reconhecimento e prestígio.<sup>7</sup>

As fontes judiciais, a que nos referimos anteriormente, estão arquivadas no Museu do Judiciário Catarinense, na capital catarinense, e não compõem um conjunto documental

<sup>5</sup> GRIMBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanesi; LUCA, Tania Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 126.

<sup>6</sup> Ibid., p. 137.

<sup>7</sup> É importante pontuar que o termo “coronel” tem sua referência inicial na mais alta patente fornecida pelo Governo Imperial a membros da Guarda Nacional, extinta em 1922. Além dos que realmente ocupavam o cargo de coronel na Guarda Nacional, o tratamento começou desde logo a ser dado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político, a exemplo dos coronéis aqui em questão. (MAGALHÃES, Basílio apud LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 241.).

relacionado ao ex-Contestado. Optamos por fazer uma busca nas fontes locais na antiga sede da Comarca de Cruzeiro, atual Joaçaba e no município de Campos Novos, acreditando encontrar mais detalhes referentes aos casos de Fabrício das Neves e do Levante de Abril de 1922. E, dessa forma, inserir os conflitos aqui tratados em seu contexto local.

No Fórum Municipal de Joaçaba, antiga Limeira, sede do município de Cruzeiro, tivemos a informação de que os processos antigos estavam arquivados na biblioteca da Universidade do Oeste de Santa Catarina. Entre os anos 1920 e 1932, há registros de seis processos judiciais envolvendo disputas pela posse da terra e da erva-mate; acusação de crime cometido por parte de um empregado da colonização; e o desaparecimento de um livro de registros de títulos e documentos da sede da Comarca. Dessas fontes, localizamos apenas dois processos que envolviam a disputa de terra; desses, encontramos apenas a ação principal e a execução de sentença de um posseiro, Vivaldino Silveira de Ávila. Coincidentemente, Vivaldino era um dos envolvidos no inquérito que apurou a morte de Fabrício das Neves, e o litígio de terra em que se envolveu contra a Companhia, continha mais informações, que ajudaram a reconstruir o contexto do pós-Contestado. De outro posseiro, Luiz Poyer, tivemos acesso apenas a um recurso, mas, em compensação, encontramos seus descendentes, com os quais realizamos entrevistas e obtivemos informações relevantes para esta pesquisa.

A análise dos litígios de terras que envolveram Vivaldino e Luiz Poyer nos levou às plantas cartográficas das propriedades em disputa que eram confrontantes, a Lageado Leãozinho e a Rancho Grande. Ambas estavam em meio a uma bacia hidrográfica favorável para o comércio em direção à Bacia do Rio da Prata. Nas plantas elaboradas pela Companhia EFSPRG, apenas as posses antigas são indicadas e, portanto, respeitadas, sem nenhuma menção aos posseiros que buscaram legitimar as suas posses.

Por meio de Viviani Poyer, bisneta do casal Luiz e Justina Poyer, entramos em contato com um dos filhos do casal, Breno Poyer. A entrevista possibilitou saber sobre o que faziam da vida naquele tempo, quais os problemas enfrentados, os projetos e as frustrações. Sobre as terras em questão, Breno apenas relatou que nunca ouvira falar na tal Propriedade Rancho Grande, que consta na fonte judicial em que seus pais eram a parte interessada. Esse é um exemplo sobre a importância das fontes locais nesta pesquisa. Considerando que na maior parte dos casos esses litígios não chegaram às instâncias superiores da Justiça, permanecendo na comarca de origem, não saberíamos se não fosse por meio dos arquivos localmente existentes.

O não reconhecimento por parte do descendente em relação ao nome da propriedade e sua extensão também nos leva a refletir sobre que memórias dessas propriedades foram

guardadas.<sup>8</sup> Embora não seja este o foco da pesquisa, trata-se de um problema da memória ligada às antigas propriedades. Em compensação, Breno recordou-se de um antigo chefe local, chamado Marcelino Ruas, acusado de inúmeros crimes, entre eles da morte de Fabrício das Neves e seus companheiros. Segundo ele, seu pai e Marcelino eram “amigos”, e os irmãos Ruas muito valentes. Seu pai dizia que “quando tem uma pessoa ruim, você deve levar como amigo. É que nem polícia. Não seja inimigo da polícia,” aconselhava o seu pai.<sup>9</sup>

Trazer para a pesquisa as fontes orais torna-se igualmente importante como as outras fontes impressas. Os testemunhos, que transmitem pontos de vista individuais, podem apresentar perspectivas ligadas a emoções e ao cotidiano, que às vezes estão ausentes em outras práticas históricas.<sup>10</sup> A memória sobre um crime pode carregar ambiguidades, diferentes versões, ser “dividida” ou ainda “culturalmente mediada” a partir do que se “ouviu dizer” e do que é de costume.<sup>11</sup>

Mais informações sobre os conflitos naquele período encontramos nos registros de memorialistas locais, onde a oralidade também está presente. José Waldomiro Silva, que serviu de escrivão em vários dos processos analisados, publicou, no final da sua vida, as memórias sobre conflitos que vivenciou no Meio Oeste.<sup>12</sup> Ao registrar a memória local e socializar através dos “causos” ouvidos ou presenciados sobre a sua terra, é importante considerar que o memorialista pode reproduzir a visão oficial do que se projetava para o território do ex-Contestado. Exemplo disso é o fato de o autor considerar a presença da ferrovia como porta-voz do “progresso” da região antes “despovoada e inóspita”, sendo a sua construção a responsável pelo desenvolvimento do Vale do Rio do Peixe, onde passou a maior parte da sua vida. Não há, portanto, a problematização dos fatos e das fontes de que se serviu para narrar suas memórias, ou seja, da história problema que Marc Bloch ressaltou.<sup>13</sup> Por isso, é importante analisá-las dentro das circunstâncias em que foram produzidas e entender que Waldomiro Silva reproduz a memória predominante da nova onda de colonização pela qual passava a região. Neto de antigo fazendeiro de Campos Novos que teve

---

<sup>8</sup> MOTTA, Márcia. Jogos da memória: conflito de terra e amnésia social. **Tempo: Revista do Departamento de História da UFF**, Niterói, v. 6, p. 183-196, 1998.

<sup>9</sup> POYER, Breno. **Entrevista**. [7 jul. 2016]. Entrevistadora: Cristina Dallanora. Xanxerê, 2016.

<sup>10</sup> AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (coord.). **Usos & abusos da história oral**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

<sup>11</sup> PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (coord.). Op. cit., p. 106.

<sup>12</sup> SILVA, José Waldomiro. **O Oeste Catarinense: memórias de um pioneiro**. Florianópolis: Edição do autor, 1987.

<sup>13</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou O ofício do historiador. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

a fazenda e o gado comprometidos no período da Guerra do Contestado, o memorialista usufruiu do prestígio do avô, que era fornecedor de carne na região, desenvolvendo diversas atividades. Trabalhou como ajudante de dentista, caixeiro viajante, fiscal e, por muitos anos foi escrivão, inclusive em vários dos processos aqui analisados, até se tornar prefeito de Joaçaba na década de 1950.<sup>14</sup> Posteriormente, escreveu seu livro de memórias.

Essa ressalva também vale para os registros dos militares sobre os conflitos narrados entre as forças tenentistas e as forças governistas que envolveram a passagem por Santa Catarina. O envolvimento do Exército na política, desde o tenentismo dos anos 1920 até os anos de 1950, surtiu numa série de publicações de livros de memórias. As memórias desses oficiais devem ser separadas entre os que escreveram durante os conflitos deflagrados, ao calor do movimento, e os que escreveram posteriormente. Entendemos que a memória se constitui como objeto de disputa em conflitos sociais e principalmente em conflitos que opõem grupos políticos.<sup>15</sup>

A historiografia militar sobre o Movimento Tenentista menciona, pontualmente, a participação de chefes civis-vaqueanos no ex-Contestado, desde o primeiro Levante de Abril de 1922. Esse levante uniu as reivindicações locais e nacionais, pela emancipação do território e relacionadas à insatisfação com a política vigente, sendo alguns dos integrantes recorrentes de outros conflitos, como Fabrício das Neves. Nesse caso, também evidenciamos a atuação dos vaqueanos, denominação que durante a Guerra do Contestado designava os civis armados pelas autoridades para combater os sertanejos rebelados. Por outro lado, mostra antigos rebeldes que formaram batalhões patrióticos passando a apoiar as forças do governo contra os tenentes insurgentes, em 1924. Essas forças eram compostas por militares e civis sobre os quais temos poucas informações no pós-Contestado. Dessa forma, esses episódios carregam indícios que possibilitam o acesso ao que os personagens remanescentes do movimento do Contestado fizeram depois do conflito e nos levam a inúmeros enlaces entre as chefias nos conflitos políticos e militares durante o processo de colonização no ex-Contestado, produzindo possibilidades históricas, enriquecendo a análise.<sup>16</sup>

Carlo Ginzburg faz uma importante reflexão sobre esse tipo de fonte, colocando que, apesar de ser uma documentação valiosa produzida no campo jurídico, são insuficientes pois “não constam nelas as respostas para a nossa questão porque não as formularam os

<sup>14</sup> SILVA, José Waldomiro. **O Oeste Catarinense**... 1987.

<sup>15</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. p. 202.

<sup>16</sup> GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

inquiridores do passado e nem poderiam fazê-lo.”<sup>17</sup> Sendo assim, os historiadores não podem contar, nas suas palavras, com uma “máquina do tempo” para fazê-los responder às perguntas do presente, é preciso olhá-las com objetivos diferentes para o qual elas foram produzidas. Ao utilizar os processos judiciais como fontes, portanto, levamos em consideração que estas não falam por si e precisam ser interrogadas e submetidas a um olhar crítico. Por dentro dos processos, percebemos que os agentes da justiça também são mediadores a partir dos quais os depoimentos são transcritos, sendo possível observar um controle social sobre a forma de inquirição e do que se esperava ouvir como resposta. Procuramos analisá-las com objetivos diferentes para o qual foram produzidas, interrogando e compreendendo o contexto em que foram criadas.

Essas fontes também podem, em circunstâncias especiais, revelar os discursos e projetos dos que estão distantes do aparelho de Estado, auxiliando o estudo dos grupos “de baixo”.<sup>18</sup> Nesse sentido, a oralidade está presente nos depoimentos prestados nos autos das ações judiciais, muitas vezes o único registro dos sujeitos que não aparecem em outras fontes escritas, mesmo que mediado pela transcrição do escrivão. Além do escrivão, advogados e outros serventuários da justiça fazem parte da produção desse documento. As informações contidas nos autos, mesmo sendo insuficientes quando lidas isoladamente, possibilitam construir, ainda que parcialmente, os diferentes perfis das chefias civis-militares no ex-Contestado. Configuram, por isso, as principais fontes para essa tese, por trazerem à tona personagens pouco estudados pela historiografia do Contestado, chefias bastante atuantes no processo de colonização do Meio Oeste catarinense, que são apenas pontualmente mencionadas em outras pesquisas.

Considerando que o processo de pesquisa esteve atento às trajetórias, aos movimentos e às fronteiras, a microanálise torna-se um importante instrumento de pesquisa diante da flexibilidade dessas categorias. Segundo Jacques Revel, a microanálise como ferramenta que mostra dados empíricos pode reconstituir uma história que não se prevê a partir de um modelo a priori, pois “ao sublinharem a ruptura existente entre forma e conteúdo insistem, ao contrário, na dimensão da incerteza, da possibilidade.”<sup>19</sup> Essa observação exprime nosso

---

<sup>17</sup> GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Zemon Davis. *In: \_\_\_\_\_*. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand; Lisboa: Difel, 1989. p. 181.

<sup>18</sup> Expressão que marcou uma geração de historiadores britânicos. Cabe destacar que a renovação dos estudos sobre a escravidão no Brasil, a partir da década de 1980, esteve diretamente associada à utilização de fontes judiciárias e cartoriais, passando a considerar, além dos senhores, os comerciantes de escravos e os escravos como sujeitos da história. (LARA, Sílvia. Processos crimes: o universo das relações pessoais. **Anais do Museu Paulista**, v. 34, 1984).

<sup>19</sup> REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. *In: \_\_\_\_\_*. (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

cuidado durante o processo de pesquisa que nos colocava diante de personagens importantes no desenrolar da Guerra do Contestado, mas que, posteriormente, estabeleceram estratégias completamente diversas. A redução de escalas é uma das referências da micro-história que procuramos utilizar durante o trabalho, considerando o micro e o macro não como hierarquia, mas como uma questão de escala.<sup>20</sup>

## APONTAMENTOS HISTORIOGRÁFICOS

A historiografia sobre o movimento do Contestado abordou os processos mais amplos nos quais a atuação das chefias locais e os conflitos de terras estão inseridos. A partir dos anos 1980, entendemos que ocorre a problematização dessas questões na área onde se desencadeou o conflito sertanejo, atuais Planalto e Meio Oeste catarinense, dando maior ênfase à institucionalização da propriedade privada da terra e a presença do capital estrangeiro.<sup>21</sup>

Desde o fim do século XIX, o governo de Santa Catarina reivindicava as terras que ficavam a oeste do Rio do Peixe, que incluía os Campos de Palmas, que a Província do Paraná considerava seu território. A partir de 1904, a disputa de fronteiras agravou-se, pois, enquanto o estado catarinense obteve decisões favoráveis no Supremo Tribunal Federal, os paranaenses não aceitavam a perda de parte do território rico em erva-mate, madeira e uma bacia hidrográfica favorável ao escoamento da produção para o Prata. Os paranaenses, por sua vez, não aceitaram a decisão e, em 1912, atacaram o povoado do Irani, ao sul dos Campos de Palmas, sob o pretexto de que a presença de caboclos seguidores do Monge José Maria era uma estratégia dos catarinenses de ocupação do território contestado. Nesse conflito, conhecido como Batalha do Banhado Grande do Irani, morreram soldados, civis, o monge José Maria e o comandante das forças do Paraná responsável pela operação.

Além disso, a região contava com as recém-instaladas estações ferroviárias às margens do Rio do Peixe. A ferrovia estava sob a responsabilidade da Companhia EFSPRG, do grupo estado-unidense Farquhar, que detinha a maior parte da malha ferroviária do Brasil. A Companhia também ficava responsável pela colonização da região, que deveria seguir prazos para a demarcação das terras recebidas por concessão do governo brasileiro. Nesse processo, a

<sup>20</sup> LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 182.

<sup>21</sup> CAVALLAZZI, Rosângela. **Terras públicas e particulares: o impacto do capital estrangeiro sobre a institucionalização da propriedade privada (um estudo sobre a Brazil Railway Company no meio-oeste catarinense)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1983. (Publicada em livro posteriormente: CAVALLAZZI, Rosângela L. **Contestado: Espaço do camponês, tempo de propriedade privada**. Florianópolis: Fundação José Boiteux, 2003.); DIACON, Todd A. **Millenarian vision, capitalist reality: Brazil's Contestado rebellion, 1912-1916**. Durham: Duke University Press, 1991.

empresa Brazil Railway Company assumiu o controle majoritário da Companhia e criou subsidiárias que atuaram tanto na colonização como na indústria madeireira.<sup>22</sup>

A Questão de Limites e a presença da ferrovia acirrava ainda mais a disputa pelo território, somados aos interesses econômicos na região. As relações entre antigos fazendeiros e coronéis com seus subordinados sofreram mudanças que impactaram o modo de vida, as relações comerciais e de sustento que vinham praticando no ex-Contestado.<sup>23</sup>

A expressão pós-Contestado é utilizada para definir o período posterior à Guerra do Contestado (1912-1916) e à assinatura do Acordo de Limites de 1916. Percebemos que a expressão “região do ex-Contestado” ou “território do ex-Contestado” aparece nos relatórios de governo e jornais da época tanto para definir o espaço geográfico em que se desenrolou o movimento sertanejo, incluindo o Planalto e Meio Oeste catarinense, como para se referir à fronteira onde se estabeleceram os limites entre Paraná e Santa Catarina entre os Vales do Rio do Peixe e, ao norte, nos Vales do Rio Iguaçu e do Rio Negro. É importante distinguir que a Guerra do Contestado não se resume ao problema de limites contestados entre os dois estados, sendo este um dos menores motivos para a deflagração do movimento. Além do mais, a maior parte do movimento ocorreu em terras catarinenses não contestadas pelo Paraná. O período que se convencionou como o término da guerra coincide com a assinatura do Acordo de Limites, 1916. Portanto, se em termos temporais a expressão pós-Contestado marca o ano de 1916 em diante, em termos geográficos deve ser sempre situada, acompanhada da região da qual se trata.

O Vale do Rio do Peixe era parte do sul dos Campos de Palmas e foi cortado quase inteiramente pela ferrovia.<sup>24</sup> Paulo Pinheiro Machado vem destacando ao longo de suas pesquisas a existência de microespaços dentro do Contestado com situações e noções diferentes em relação a terra, ao seu valor e sua utilização. O autor adverte que a historiografia contemporânea ao movimento, como a historiografia militar, tornava

<sup>22</sup> Sobre o impacto do capital estrangeiro cf.: CAVALLAZZI, Rosângela. **Contestado**: Espaço do camponês...2003. Estudos subsequentes aprofundaram a discussão focando, por exemplo, nas atividades da Lumber, dos turmeiros da estrada de ferro e trabalhadores da serraria. Cf.: VALENTINI, Delmir. **Memórias da Lumber e da guerra do contestado**. Chapecó: UFFS, 2015; ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado**: os turmeiros da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande (1908-1915). Pelotas: UFPEL, 2011; TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O polvo e seus tentáculos**: a Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

<sup>23</sup> MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

<sup>24</sup> O Ramal Sul, partia de Ponta Grossa, no Paraná, e ligava Porto União ao Rio Uruguai. Os trilhos da ferrovia margearam o Rio do Peixe, que servia de limites entre as Províncias do Paraná e de Santa Catarina. No sentido norte, seguia até Itararé, em São Paulo, estrada que ficava a caminho de Sorocaba, onde acontecia a maior feira de compra e venda de muares do Brasil – a Feira de Sorocaba, que foi importante até a década de 1890, quando começou a declinar. Cf. ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado**.... 2011.

homogêneo todo o espaço e os problemas ocorridos, e foi tomada por muito tempo como a única fonte sobre a questão de terras na região.<sup>25</sup>

Nas últimas três décadas, a historiografia do Contestado contribuiu para entender a complexidade da saliência do sul dos Campos de Palmas. As pesquisas que incidiram maior atenção sobre o Vale do Rio do Peixe constataram, por exemplo, o impacto do capital estrangeiro no processo de institucionalização da propriedade privada da terra<sup>26</sup> e a atuação das companhias colonizadoras no processo da colonização.<sup>27</sup>

Um aspecto fundamental no processo de transformação da terra em propriedade privada no Brasil diz respeito à transferência da responsabilidade de legislar sobre as terras chamadas devolutas, do Governo Imperial para os estados, incluindo o processo de demarcação. Na prática, isso não ocorreu, ficando por conta da empresa estrangeira o encargo e nas mãos de poderes locais.

Em sua dissertação de mestrado, Rosângela Cavallazzi observou que na década de 1920 diversos posseiros e proprietários regularizados processaram individualmente a EFSPRG, que dominava o entorno da ferrovia no trecho do Meio Oeste – linha União da Vitória em direção ao Rio Uruguai. Ao utilizar de maneira inédita os processos judiciais e contratos da Companhia ferroviária, Cavallazzi constatou que “[...] o posseiro diante desse processo, acabava por perdê-la, mais cedo ou mais tarde.” E o poder estatal “[...] contribuía para este processo, considerando as alianças entre políticos e grandes fazendeiros preocupados em aumentar seus domínios.”<sup>28</sup> A autora identificou resistências no processo de exclusão da população nacional que já habitava a região, destacando o levante dos posseiros, na propriedade Rancho Grande, contra os agrimensores que iniciavam o processo de demarcação e medição das terras. Seu estudo é importante referência a partir do qual revisitamos algumas das fontes e cruzamos com outras. Considerando as alianças políticas entre as chefias locais, percebemos as estratégias usadas pelos posseiros para permanecer nas terras que consideravam suas.

Na mesma região, José Carlos Radin observou que um pequeno número de novos proprietários passou a controlar uma grande quantidade de terras e demonstrou que o controle das terras públicas esteve em mãos de alguns chefes políticos locais. Assim, no início da

<sup>25</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. O Campesinato na fronteira Sul. In: ZARTH, Paulo Afonso; SILVA, Claiton Marcio da. **História do campesinato na fronteira sul**. Porto Alegre: Letra & Vida, 2012. p. 22-27.

<sup>26</sup> CAVALLAZZI, Rosângela. L. **Contestado: espaço do camponês...** 2003.

<sup>27</sup> NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009; e RADIN, José Carlos. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro: representações sobre a civilização do sertão**. Florianópolis, 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

<sup>28</sup> CAVALLAZZI, Rosângela L. **Contestado: espaço do camponês...** 2003. p. 70.

República, a reafirmação dessa situação acabava por agravar o problema da distribuição de terras na região, resultando na concentração fundiária.<sup>29</sup>

Essas pesquisas são referências importantes sobre a Comarca de Cruzeiro por incidirem no período do pós-guerra do Contestado até meados do século XX. Problematizaram o processo da concentração fundiária, como se davam as atividades econômicas predominantes, assim como a maneira pela qual seus habitantes interagem com o meio e engendravam estratégias de sobrevivência, tornando-os sujeitos da sua própria história. E também construíram um contraponto às imagens da colonização associada à “modernização” e dos sertanejos ao “atraso”. Dessa forma, são importantes contribuições que permitem aprofundar problemas de pesquisas ligados à atuação das chefias locais envolvidas no processo de colonização da região.

O estudo sobre a formação e atuação das chefias caboclas durante a Guerra do Contestado (1912-1916), de Paulo Pinheiro Machado, procurou sanar um silenciamento sobre a atuação dos comandantes caboclos mais destacados ao final da guerra, que comandaram as “cidades santas” e travaram maior resistência às forças oficiais do governo. Ao fazer um levantamento e uma análise das origens sociais e da formação e atuação política dos comandantes rebeldes durante a guerra, Machado não deixou de identificar os chefes vaqueanos que serviram ao lado do Exército Brasileiro. Assim, mesmo voltado à construção dos perfis de lideranças caboclas e do seu pensamento político, não deixou de traçar os perfis dos vaqueanos. Machado interpretou que os sertanejos “tinham clareza quanto às forças com as quais estavam lutando” e seus principais alvos “foram os chefes políticos locais, os grandes fazendeiros e comerciantes, os especuladores de terras e os interesses estrangeiros na região (a *Brazil Railway* e a *Lumber*).”<sup>30</sup>

Dialogando com a literatura anterior ao seu estudo, que explicava o messianismo pela perda de identidade dos caboclos diante do processo de transformações sociais políticas e econômicas, o autor demonstrou uma racionalidade complexa das lideranças do Contestado, cujas origens e motivações eram diversas, mas que foram propagadas pela imprensa e boa parte da historiografia militar (e subsequente) pejorativamente como “fanáticos” afeitos ao “progresso”.<sup>31</sup> Nessa pesquisa, Machado identificou problemas em seus contextos específicos dentro da área onde se desenrolou o movimento. Na área contestada, deu maior atenção à

---

<sup>29</sup> RADIN, José Carlos. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro...** 2006. p. 50.

<sup>30</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado...* 2004. p. 34.

<sup>31</sup> Ibid.

saliência de Canoinhas, atuais municípios de Três Barras, Papanduva e São Bento do Sul, que ficaram do lado catarinense após o Acordo de Limites de 1916.

Esse estudo sobre o papel das lideranças durante o movimento sertanejo instrumentaliza-nos para melhor compreensão acerca da atuação das chefias locais, a partir do cruzamento dos diversos dados encontrados nas fontes pesquisadas. Isso ocorre principalmente com as chefias rebeldes, como Fabrício das Neves e Antônio Palhano, que possibilitaram identificar as alianças que permaneceram, as que mudaram e suas relações com o Exército no pós-Contestado.

A pesquisa sobre a campanha de modernização do Exército a partir da sua atuação na Guerra do Contestado, de Rogério Rosa Rodrigues, dialogou contiguamente com as crises políticas da Primeira República.<sup>32</sup> Por meio da documentação militar que permite o acesso ao cotidiano do soldado, o autor observou muitos casos de “insubordinação, os delitos e os crimes cometidos contra os camaradas e contra a população civil.”<sup>33</sup> Esse aspecto contrariava a imagem que se pretendia construir das Forças Armadas como coesa e organizada, além da tentativa de mobilizar modernos equipamentos bélicos e estratégias de guerra que não condiziam com a realidade nos campos de batalha. Destacamos aqui o capítulo sobre os vaqueanos e coronéis, que trata da presença de civis nas forças militares durante a Guerra do Contestado. Muitos dos combatentes ao lado do exército alçaram a importantes cargos ao final da Guerra. O general Fernando Setembrino de Carvalho, que esteve no comando do conflito, entre 1914 e 1915, tornou-se Ministro da Guerra em 1922, quando as forças do governo lutavam contra os tenentes. Em pesquisa recente, o autor tratou ainda sobre o significado do Contestado entre os militares na década de 1920.<sup>34</sup>

Outros dois autores nos ajudam a entender o contexto macro referente à atuação militar. José Murilo de Carvalho analisou as Forças Armadas por meio dos processos de recrutamento, treinamento, estrutura interna, tamanho e localização geográfica dos efetivos, bem como das ideologias de intervenção desenvolvidas pela organização militar e interlocução da sociedade não militar, através de alianças com oficiais e ascensão a cargos públicos.<sup>35</sup> Observou que no Império as forças do Exército estavam ligadas principalmente à proteção das fronteiras e ao controle de alguns centros urbanos, enquanto na República houve

<sup>32</sup> RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

<sup>33</sup> *Ibid.*, p. 22.

<sup>34</sup> RODRIGUES, Rogério Rosa. Estilhaços da violência: a Guerra do Contestado e a memória oficial. **Revista Contemporânea**, ano 5, n. 8, v. 2, 2015. Dossiê guerras e revoluções no século XX.

<sup>35</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

um aumento no intervencionismo para outras áreas políticas. Carvalho fez uma ressalva sobre a importância do papel dos oficiais subalternos durante o movimento tenentista, pois os tenentes pouco teriam conseguido sem o apoio dos sargentos, “os verdadeiros detentores do controle da tropa”. Essa interpretação é importante para a análise da ação das chefias locais quando formaram seus batalhões patrióticos para auxiliar o governo ou se aliaram aos tenentes rebelados, pois as tropas estavam submetidas aos chefes menores.

Em *Soldados da Pátria*, Frank MacCann investigou a história da instituição militar terrestre usando registros burocráticos do comando militar do período.<sup>36</sup> MacCann observou que, para vencer a Guerra do Contestado, o Exército contratou civis para formar pequenos grupos armados para desarticular os redutos nos quais estavam reunidos os caboclos. Essa estratégia do Exército de contratar civis-vaqueanos é problematizada pelo autor por constar nos depoimentos de militares que os civis trocavam de lado dependendo da necessidade ou serviam de espiões para o lado oposto. Após a guerra, percebemos que a mudança de lado por parte dos civis-vaqueanos e militares nos conflitos analisados era prática recorrente. Nesse sentido, possibilita refletir sobre as formas de segurança pública e privada, passando pela contratação de forças civis pelo estado e pela autonomia de civis frente aos chefes militares de alta patente.

O estudo de MacCann auxilia na análise do movimento das chefias civis no pós-Contestado. De um lado, as antigas lideranças rebeldes do movimento do Contestado passaram, na década de 1920, para o lado das forças do governo e, de outro, os antigos chefes vaqueanos aliaram-se às forças rebeldes dos tenentes insurgentes. Outra consideração importante de MacCann foi a degola como característica dos conflitos no Sul. Nos casos que analisou durante a Guerra do Contestado, percebeu que os dados sobre os assassinatos de prisioneiros eram maiores por parte das forças do governo do que dos rebeldes.<sup>37</sup> Buscando sintetizar o período final da Guerra, o autor menciona que após 1915, quando o Exército considerava os “bolsões rebeldes remanescentes” praticamente eliminados, insurgentes se revoltaram contra o Acordo de Limites, em 1917, reivindicando a separação do Estado das Missões. Sob esse pretexto, MacCann argumentou que o governo enviou destacamentos de Canoinhas e União da Vitória para manter a presença do governo nacional e assim tornar o “Contestado seguro para o progresso”.<sup>38</sup> O estudo de MacCann é voltado para a história do Exército a partir da Guerra do Contestado. Ao se referir à insurgência de 1917, sugere uma

---

<sup>36</sup> McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**: história do exército brasileiro, 1889-1937. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

<sup>37</sup> *Ibid.*, p. 189.

<sup>38</sup> *Ibid.* p. 209.

continuidade da conduta do Exército sem considerar que muitos civis-vaqueanos que serviram o Exército durante o conflito sertanejo e foram armados para tal função integravam os insurgentes de 1917. Está correta a sua consideração de que o Exército recorreu às forças policiais locais. No entanto, essas forças eram inferiores, e o conflito terminou em negociação, pois a guerra continuou a ser, conforme a expressão de Setembrino de Carvalho, “a política de armas na mão.”<sup>39</sup>

## CHEFIAS LOCAIS NO PÓS-GUERRA DO CONTESTADO: POSSIBILIDADES DE PESQUISA

Pelos estudos mencionados, que incidem principalmente no período e na parte da região onde se deflagrou o movimento social do Contestado, percebemos que os chefes militares e civis-vaqueanos continuaram a atuar na região. No entanto, há um silenciamento no que diz respeito a sua atuação no pós-Contestado. É importante mencionar que entre os motivos da eclosão da guerra são apontados os problemas de terras na região, tais como a concentração fundiária, o poder local de coronéis da Guarda Nacional, o avanço da fronteira agrícola e a expropriação de milhares de posseiros pelo impacto da construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, ao longo dos rios do Peixe e Iguaçu.<sup>40</sup>

Houve significativa mudança nas formas de atuação das chefias locais que se cruzam com a atuação de posseiros na defesa de suas terras, evidenciando novas alianças. Por meio do cruzamento das fontes e das pesquisas sobre a região, procuramos situá-las para melhor compreender as relações sociais no processo de colonização do território recém-incorporado ao estado catarinense.

Nos conflitos do pós-guerra, sabemos que muitos caboclos estão presentes, embora raramente as fontes mencionem seus nomes. A população estava fortemente armada e os crimes eram recorrentes, sendo a violência um meio frequente na resolução dos problemas pessoais. Quais características da sociedade no contexto do pós-guerra do Contestado deram origem a essa dinâmica social? Como as alternativas foram sendo geradas para a expropriação e exclusão? Entendemos que esse silenciamento sobre as chefias no pós-Contestado empobrece também o conhecimento sobre o processo de construção do estado, no qual se inclui as práticas coronelísticas.

<sup>39</sup> CARVALHO, Fernando Setembrino de. **Relatório apresentado ao general José Caetano de Faria**, ministro da Guerra, pelo comandante das forças em operações de guerra no Contestado. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916, p. 140.

<sup>40</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. *Rábulas e Bacharéis na Guerra do Contestado...* 2011. p. 3-20.

O coronelismo nesse território de fronteira é uma das questões desse estudo, sendo importante situar o debate a partir do qual dialogamos. A discussão sobre o coronelismo é ampla na historiografia e nas ciências sociais, e o seu conceito não possui uma única definição. Considerada um clássico acerca do tema, a obra intitulada “Coronelismo, enxada e voto”, de Victor Nunes Leal, publicada em 1948, teve longa influência nos estudos subsequentes, que se apropriaram, reavaliaram e atualizaram sua abordagem para contextos específicos.<sup>41</sup>

Leal definiu o coronelismo como um sistema político no qual se davam as relações entre coronéis, governadores e presidente da República. Sua análise incide na atuação do coronel no sistema e no modo como as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município. Nessa abordagem, o coronelismo implica a decadência do poder do coronel, devido a mudanças institucionais advindas com a Constituição de 1891, que estabeleceu o sufrágio universal masculino. A crescente participação do eleitorado na sociedade seria um dos motivos dessa decadência, que poderia escolher outros chefes políticos e se desvencilhar dos mandos do coronel. Daí surge a necessidade do seu compromisso com o governo estadual, elo crucial que envolveria todo o sistema e o manteria no poder – por isso coronelismo. Para o autor, o coronelismo é uma adequação entre o poder do coronel (proprietário de terra) e um regime político de base representativa, onde ocorrem trocas de proveitos em momentos distintos, entre eles o voto, em épocas de eleição, especialmente na Primeira República. No entanto, esse sistema resulta da “superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada”.<sup>42</sup>

A presença do Estado no domínio do fazendeiro altera o poder dos coronéis, uma vez que é necessário conviver com a regulamentação. Essa expansão do poder estatal acarreta o enfraquecimento de chefes políticos locais, que vão buscar manter-se no poder. Nesse contexto, o Estado estende ao coronel prestígio político, e o coronel comparece com os votos necessários à manutenção da política do governador.<sup>43</sup> Essa interdependência permite ao coronel acessar cargos públicos e, no poder público, encontrar apoio para manter-se com poder econômico e político, isto é, como “classe dominante”.

Entendemos necessária essa discussão, para não incorrer no erro de utilizar a discussão conceitual de maneira imprecisa e inconsistente, conforme advertiu José Murilo de

---

<sup>41</sup> LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 2012.

<sup>42</sup> *Ibid.*, p. 43.

<sup>43</sup> *Ibid.*, p. 45.

Carvalho.<sup>44</sup> Nas recém-instaladas comarcas de Cruzeiro e Chapecó, essa abordagem é problemática devido a dois fatores: primeiro, os órgãos do Estado estavam chegando na região, ou seja, ainda não havia uma regulamentação oficial, definida a partir “de cima”; segundo, um contexto de eleição ainda estava se formando para podermos considerar esse efeito. O que se pode evidenciar é uma relação de interdependência entre políticos ligados às antigas oligarquias paranaense e catarinense e coronéis que já atuavam na região, conforme os estudos anteriores apontaram.<sup>45</sup> A abordagem de Leal reduziria as especificidades e as transformações ocorridas na fronteira de expansão catarinense em que os coronéis atuaram.

O estudo de Ibarê Dantas sobre o coronelismo apresenta um contraponto mais apropriado para esta pesquisa.<sup>46</sup> Dantas argumenta que a fonte de poder do coronel apresenta algumas variações históricas e discorda de Leal quanto à primazia das eleições e do voto. Para o autor, diante das transformações político-institucionais no início da República, o coronelismo explora suas fontes de poder, primeiramente suas milícias particulares, posteriormente seu prestígio socialmente reconhecido e, por fim, o controle do eleitorado.<sup>47</sup> Em sua perspectiva, o estabelecimento do sufrágio universal, consagrado na Constituição de 1891, não significou a crescente participação do eleitorado na sociedade, que esteve bastante restrita à elite urbana. A representação, que em última instância dependia dos coronéis, impunha-se antes pelo poder da coerção do que pelos votos “que controlavam no meio rural”.

Nesse sentido, o poder de um chefe político municipal na Primeira República estava relacionado a sua capacidade de controlar e impor a coerção. Esse papel se transfere para o poder dos coronéis, e o controle dos votantes seria uma consequência da “supremacia adquirida pelos coronéis através das milícias particulares”.<sup>48</sup> Ou seja, os coronéis “eram valorizados em relação ao seu contingente de milícias particulares, não apenas pelos seus pares, como também pelas próprias oligarquias estaduais que neles se apoiavam”.<sup>49</sup>

Essa interpretação é fundamental para analisar a ação dos chefes locais e seus batalhões patrióticos numa situação de fronteira onde havia o envolvimento com vários pontos de instabilidade, no Meio Oeste e no Planalto Norte catarinense. A supremacia dos

---

<sup>44</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual*. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997, p. 1.

<sup>45</sup> Da parte da historiografia catarinense cf.: CAVALLAZZI, Rosângela L. **Contestado**: Espaço do camponês... 2003; NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas...** 2009; MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. 2004; RADIN, José Carlos. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro**. 2006; MARTINS, Celso. **O mato do tigre e o campo do gato**: José Fabrício das Neves e o Combate do Irani. Florianópolis: Insular, 2007.

<sup>46</sup> DANTAS, Ibarê. **Coronelismo e dominação**. Aracaju (SE): UFS: Graf. Diplomata, 1987.

<sup>47</sup> *Ibid.*, p. 14.

<sup>48</sup> *Ibid.*, p. 23-24.

<sup>49</sup> *Ibid.*, p. 26.

coronéis com suas milícias financiadas pelo Exército durante a Guerra do Contestado transformou-se, posteriormente, em alianças oportunistas, até mesmo realizadas por antigos rebeldes. Em meio ao processo de colonização do ex-Contestado, os coronéis precisaram negociar seu espaço de atuação diante das instituições oficiais implantadas pelo estado.

Dessa forma, o primeiro capítulo da tese analisa os problemas de fronteiras no ex-Contestado, com a participação de diferentes sujeitos nesse processo. Ao contextualizar a disputa de limites entre Paraná e Santa Catarina, analisamos os desdobramentos do Acordo de Limites de 1916. Entre eles, os projetos de colonização em andamento; a presença da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e suas subsidiárias, também ligadas à colonização; a ocupação legal e ilegal da terra; e os levantes envolvendo posseiros e prepostos da Companhia, como agrimensores e engenheiros. Também procuramos situar as chefias políticas e militares, apresentando um breve perfil relacionado ao que faziam antes e depois do conflito sertanejo e do Acordo de Limites.

A história que chegou até nós através das fontes criminais carrega uma radicalidade que não se desdobrou numa guerra declarada, mas diluiu o antigo Contestado em inúmeros outros conflitos pessoais e sangrentos.

O segundo capítulo analisa a trajetória de Fabrício das Neves e a ação dos batalhões patrióticos, no município de Cruzeiro, em 1925. Ex-rebelde do movimento do Contestado, Fabrício das Neves é muito mencionado, mas pouco estudado na historiografia, embora seja intensa a sua atuação no pós-Contestado. O inquérito instaurado para apurar a sua morte e a de seus companheiros apresenta informações sobre as chefias locais, que organizaram batalhões patrióticos para servir às forças do governo na luta contra os tenentes rebelados em 1924. Um deles era formado pelo próprio Fabrício das Neves, outro por Marcelino Ruas, com o comando maior das operações feito pelo Ministro da Guerra Fernando Setembrino de Carvalho, o oficial do exército responsável pela Campanha do Contestado. No entanto, em meio ao objetivo primordial de combate aos tenentes, os dois batalhões envolveram-se em luta no Irani, revelando a permanente instabilidade política e de incertezas no pós-Contestado.

Para entender esse conflito, priorizamos analisar o movimento político-militar dos civis e militares que atuavam nas forças em prol do governo, as rivalidades internas entre as forças e os comandantes, bem como as relações com a questão federal e o contexto local. As questões federais ligadas às crises políticas da Primeira República, como o tenentismo e as disputas oligárquicas, ajudam a entender o contexto macro ao qual os acontecimentos do estado catarinense estavam ligados. Enquanto isso, as comarcas de Cruzeiro e de Chapecó que

formavam o Oeste catarinense após 1917, passaram por intenso processo de colonização. Visando colocá-lo em prática, o estado e seus representantes usaram como um dos instrumentos a política do coronelismo. Chefes políticos reconhecidos como coronéis ou caudilhos, a exemplo de Fabrício das Neves, atuaram como elo na formação do território e na construção de um contexto político ainda em formação naquela região.

A participação de vaqueanos e rebeldes na Guerra do Contestado adquire, na década de 1920, outra forma de ação. Estar a serviço da legalidade foi provavelmente uma estratégia para manterem-se armados e em marcha para resolução de disputas mais específicas da realidade da região do que contra o movimento nacional dos tenentes. Alianças entre chefes locais foram rearranjadas, e outras, envolvendo chefes menores, foram construídas. Esses chefes menores estavam diretamente ligados aos oficiais civis, e também influenciaram a prática do coronelismo da região.

No terceiro capítulo, analisamos os levantes de 1917 e 1922 e o envolvimento de chefias que reivindicavam a emancipação do território do ex-Contestado. Os levantes apoiaram-se na força de um coronel conhecido na região por sua forte capacidade de arregimentação de civis, chamado Manoel Fabrício Vieira. Especialmente o Levante de Abril de 1922 possui elementos importantes para a análise do contexto nacional encurtando a distância que a historiografia construiu entre a fronteira sul e o centro político do país no que diz respeito ao Movimento Tenentista.

Através da atuação de Fabrício Vieira é possível problematizar a clássica divisão política no estado catarinense nos anos 1920, que coloca de um lado os republicanos situacionistas e de outro os opositoristas, denominados na documentação do período como bandoleiros. Isso se deu principalmente a partir de 1923, quando Vieira aliou-se aos revoltosos na guerra civil do Rio Grande do Sul, combatendo na fronteira ao lado de antigos opositores, aos quais o governador bernardista Hercílio Luz não impôs repressão.

O poder de arregimentação de Fabrício Vieira provinha em grande parte da sua participação nas guerras anteriores, como a Revolução Federalista e a Guerra do Contestado, tornando-o um chefe visado pelos militares mais graduados. Seguindo a sua trajetória nos conflitos, esse capítulo demonstra o seu envolvimento e de outras chefias na Revolução de 1923 e no Levante de 1924. Procuramos articular os acontecimentos locais do território recém-incorporado pelo Acordo de Limites de 1916 com os conflitos que disputavam os rumos da política estadual e nacional.

Enquanto aconteciam os movimentos de Fabrício das Neves e Fabrício Vieira, associados ao tenentismo e às questões da política estadual e nacional, outros levantes

ocorreram no mesmo período, relacionados diretamente aos conflitos de terras no âmbito local. Nem por isso, estes casos ficaram circunscritos ao município de Cruzeiro.

No quarto capítulo, estudamos os levantamentos dos posseiros em 1921, identificando a participação de outras chefias civis e políticas que explicitavam diferentes noções de direito a terra num contexto em que estava se impondo a noção de propriedade moderna, demarcada e registrada em cartório, como a conhecemos hoje. Nesse período tramitava na justiça o litígio judicial entre posseiros e a Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Analisando o caso de Vivaldino Silveira de Ávila e cruzando com as fontes cartográficas, veio à tona o problema da demarcação das terras disputadas. Percebe-se que a indefinição dos limites das posses disputadas levava à possibilidade de alterar o domínio de um lugar para o outro, ou alegá-lo. As fontes cartográficas foram usadas pontualmente para mostrar como a Companhia ferroviária estava registrando o território que assumira a responsabilidade de colonizar. A partir desses conflitos, procurou-se demonstrar como a propriedade caracterizava-se por uma construção social com a interação de diferentes agentes sociais.



## **CAPÍTULO 1 – UMA REGIÃO ASSOLADA PELOS MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS E PELO BANDITISMO**

Após o Acordo de Limites de 1916, o território do ex-Contestado foi parcialmente incorporado ao estado de Santa Catarina, fazendo com que a sua extensão territorial aumentasse significativamente. Nele foram criadas as comarcas de Cruzeiro, Chapecó, Mafra e Porto União, que naquele período formavam o Oeste catarinense. Nas saliências do Vale do Rio do Peixe, atual Meio Oeste, e em Porto União, no atual norte do estado, desenrolou-se o movimento social do Contestado (1912-1916) e uma série de levantes armados no decorrer da década de 1920. A região contestada passou por inúmeros períodos de disputas de fronteiras, que não se restringiram ao aspecto geográfico, mas também abarcaram os âmbitos político, social e econômico. Este capítulo contextualiza a disputa de limites entre Paraná e Santa Catarina e analisa os desdobramentos a partir da assinatura do Acordo de Limites, em 1916.

Para a construção desse contexto, que não está dado a priori, é importante uma compreensão acerca do ambiente político local, considerando: os projetos de colonização em curso; a presença da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e suas subsidiárias também ligadas à colonização; a ocupação legal e ilegal da terra; os levantes envolvendo posseiros e prepostos da Companhia; e a atuação dos chefes civis-vaqueanos. No ambiente político local, analisaremos a atuação de coronéis, que pouco aparecia no cenário estadual ou nacional, associada com as suas práticas locais no pós-Contestado. No ambiente político mais amplo, identificaremos suas relações políticas com as oligarquias dos estados fronteiriços do Rio Grande do Sul e do Paraná, no intuito de se aproximar da dinâmica social que influenciou nas formas de ocupação territorial responsáveis por configurar o Oeste Catarinense.

Além de apresentar a região, este capítulo trata dos efeitos da guerra, do Acordo de Limites e da comercialização da terra na região do Contestado, especialmente no Vale do Rio do Peixe, que foi atravessado em quase sua totalidade pela Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG), na década de 1910, posteriormente usada estrategicamente para a deflagração da Revolução de 1930.

### **1.1 O PÓS-CONTESTADO: REMANESCENTES, FRONTEIRAS E LEVANTES**

Em 1929, Adolpho Konder era governador do estado de Santa Catarina, pelo Partido Republicano Catarinense (PRC), quando teve grande repercussão a “viagem de 1929”. Após 12 anos desde o Acordo de Limites de 1916, que estabeleceu as fronteiras territoriais entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, essa foi propagandeada como a primeira vez que um

governador catarinense marcou presença no Oeste, acompanhado por indivíduos que trabalharam no registro e na publicização do evento. Essa viagem tinha um caráter oficial e estratégico de reconhecimento do Oeste e Extremo Oeste Catarinense. A interiorização do estado por meio de representantes do poder público num território para eles ainda desconhecido, conforme Josiane Oliveira, “[...] foi um ato político e público, realizado no afã de ‘tomar posse’.”<sup>50</sup>

Vários apontamentos e observações da viagem foram publicados no jornal República, publicação oficial do PRC, por um de seus acompanhantes e também chefe de Polícia do Estado, Arthur Ferreira da Costa.<sup>51</sup> Posteriormente, foram reunidas e publicadas no Rio de Janeiro, no mesmo ano da viagem, em 1929, com o título “O Oeste Catharinense – visões e sugestões de um excursionista”.<sup>52</sup> Na breve apresentação do texto, a viagem é descrita como “a verdadeira bandeira”, cujas conquistas não eram de terras, mas de “[...] populações brasílicas que se estavam desnacionalizando, pelo abandono completo em que viviam, sem a mínima ligação com a nossa pátria.”<sup>53</sup> Ao longo do texto, não há menção à Guerra do Contestado, aos milhares de sertanejos mortos e remanescentes expropriados, mas sim ao potencial econômico da região. A respeito dessa viagem, Ferreira da Costa assim se manifestou:

A visão pessoal do presidente [de estado] permitiu uma serie de medidas conducentes à implantação da ordem, ao respeito às leis, ao fomento econômico, à civilização, enfim, de *uma região assolada pelos movimentos revolucionários e pelo banditismo*.<sup>54</sup> [grifo nosso]

Essa citação imprime o teor do restante do seu relato, voltado a demonstrar as iniciativas tomadas no “combate ao banditismo e as garantias da vida e da propriedade.”<sup>55</sup> Como prova desse empenho, Ferreira da Costa apresenta o “Convênio Policial de Irahý”, primeira iniciativa tomada entre os governadores de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul,

---

<sup>50</sup> CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE DE SANTA CATARINA (CEOM). **A viagem de 1929**: oeste de Santa Catarina: documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005. p. 7.

<sup>51</sup> Além de chefe de polícia no mandato de Adolpho Konder, Arthur Ferreira da Costa teve uma longa carreira política como deputado estadual (entre os anos 1913-1915; 1922-1924; 1925-1927; 1928-1930 e 1935-1937). (PIAZZA, Walter (org.) **Dicionário Político Catarinense**. Florianópolis: Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994.).

<sup>52</sup> COSTA, Arthur Ferreira da. **O Oeste catarinense**: visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Villas Boas e Cia, 1929.

<sup>53</sup> *Ibid.*, p. 23.

<sup>54</sup> *Ibid.*, p. 24. Presidente de estado era a designação dada ao que posteriormente convencionou-se chamar de governador.

<sup>55</sup> *Ibid.*, p. 35.

respectivamente, Adolpho Konder e Getúlio Vargas. Esse convênio buscava guarnecer as fronteiras interestaduais e autorizava as autoridades policiais de ambos os estados a atuarem contra o banditismo.<sup>56</sup> Na visão do chefe de polícia, essa fronteira era um dos lugares “[...] onde o banditismo assentou a sua tenda [...]”, citando como exemplos Leonel Rocha e Zeca Vacariano.<sup>57</sup> Leonel Rocha era chefe *maragato* do norte do Rio Grande do Sul e possuía muitos aliados no Oeste de Santa Catarina. Foi chefe revolucionário na Revolução de 1923, lutando contra as forças de Borges de Medeiros. Entre 1925 e 1927, liderou destacamentos da Coluna Prestes e articulou o apoio de vaqueanos na passagem por Santa Catarina, entre 1926 e 1927. Zeca Vacariano havia trabalhado como taifeiro da Estrada de ferro São Paulo – Rio Grande e também mantinha boas relações com chefes políticos e militares locais. Em 1923, juntou-se às forças revolucionárias no Rio Grande do Sul. Ambos atuavam numa região considerada promissora para o estado catarinense e eram mais próximos de chefes locais adversários políticos de Adolpho Konder. Após a travessia do Rio Uruguai em direção ao Rio Grande do Sul, Ferreira da Costa descreveu os núcleos coloniais com fortes traços de colonização associando-os ao “progresso”, enquanto “[...] via-se uma choupana de ‘intruso’ [...], que ali se abrigava para explorar as matas e roubar madeira das terras devolutas.”<sup>58</sup> Antes, porém, de reproduzir na íntegra o convênio, registrou: “É para desejar que igual ajuste seja feito com o Governo Paranaense, em represália da criminalidade nas zonas arraianas do Norte de Santa Catarina.”<sup>59</sup>

---

<sup>56</sup> O texto do Convenio Policial de Irahy era composto de 10 itens. Os quatro primeiros autorizavam as autoridades de ambos os estados a penetrarem o território do município confinante para efetuarem apreensões, caso não fosse possível obter o auxílio imediato das autoridades policiais do estado vizinho, comunicando as autoridades policiais do município em que se deu a ação. O quinto e o sexto itens designavam mútuo auxílio, inclusive de “elemento pessoal e material de ação”, ou seja, de armamento para a “luta contra os bandoleiros”, bem como para investigarem a existência de bandoleiros, armamentos, animais e demais “apetrechos” pertencentes a eles. O sétimo e o oitavo, por sua vez, tratavam da extradição, que, se requerida por Santa Catarina, seria o extraditado posto a expensas do Rio Grande do Sul, no Porto do Rio Grande, em Marcelino Ramos ou outro ponto mais conveniente da fronteira e, se requerida pelo Rio Grande do Sul, no porto de Florianópolis, na Estação Rio-Uruguai ou em outro ponto. O nono item definia que os instrumentos do crime apreendidos em poder do extraditado seriam remetidos junto com este, e os objetos ou o produto do crime ficariam sob a disposição do chefe de polícia do estado requerente. O décimo item tratava dos casos em que se admitisse fiança, o pedido de extradição seria acompanhado da certidão de arbitramento do seu valor pelo estado requerente. (COSTA, Arthur Ferreira da. **O Oeste catarinense: visões e sugestões de um excursionista.** p. 27-29.).

<sup>57</sup> Ibid., p. 26/37.

<sup>58</sup> Ibid., p. 32-33. O termo terra devoluta refere-se, originalmente, às terras dadas por sesmarias que não foram ocupadas, sendo devolvidas à Coroa. A Lei de Terras de 1850 caracteriza terras devolutas a partir da noção de exclusão de particulares. Com a Constituição de 1891, que passa a responsabilizar o legislador sobre as terras devolutas da União para os estados, essas terras passam a ser assim discriminadas conforme o interesse das oligarquias regionais. Com o Código Civil de 1916, implementado em 1917, as terras devolutas são pertencentes ao Estado (federal ou estadual) e uma vez discriminadas passam a denominarem-se terras públicas. (MOTTA, Márcia. **Dicionário da terra.** 2005. p. 469-470.).

<sup>59</sup> COSTA, Arthur Ferreira da. **O Oeste catarinense: visões e sugestões de um excursionista.** p. 27.

O problema de fronteiras entre os três estados do Sul era latente. A fronteira entre o Paraná e Santa Catarina, mesmo após o Acordo de Limites de 1916, preocupava as autoridades catarinenses, que almejavam guarnecê-la da criminalidade, naquele momento destacando o norte do estado. O banditismo era a expressão usada não apenas para criminosos comuns ou bandoleiros, mas para grupos de chefes locais que não se subordinavam ao poder estadual. Muitos chefes locais, anteriormente, eram uma extensão do braço do Estado Imperial no interior do país; porém, com o advento da República e a interiorização das instituições do Estado, iniciou-se um esforço de formalização das autoridades locais.

A tese de Karla Dahse Nunes apresenta uma interpretação da viagem de 1929 para além do reconhecimento do território, mas como uma incursão estratégica, que produziu efeitos políticos a favor do governador.<sup>60</sup> Para a autora, esse acontecimento teve destaque na imprensa, além de politicamente ter surtido efeito na carreira do político. Assim, por ter-lhe rendido simpatias de uma parcela da população catarinense, isso o colocou em vantagem em relação aos opositores políticos integrantes da recém-fundada Aliança Liberal, que havia apoiado a Revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

O banditismo, expressão recorrente nas páginas de jornal para se referir ao Oeste, simplifica, portanto, um circuito de poder protagonizado por adversários políticos que apoiaram a ascensão de Getúlio Vargas. Um dos desdobramentos foi a Revolução de 1930, que derrotou Adolpho Konder e possibilitou a ascensão do Partido Liberal; este, por sua vez, também empreendeu políticas contra o banditismo no Oeste. Em meio à instabilidade política da década de 1920, as fontes judiciais utilizadas neste trabalho ajudam a perceber as relações entre os diversos sujeitos no desenrolar dos acontecimentos, no intuito de melhor compreender a atuação das chefias locais.

Em paralelo à política oficial do estado, bastante documentada pelos jornais que empreendiam a causa do Partido Republicano Catarinense e advogavam por ela, havia outros indivíduos, integrantes do cenário político local, que faziam articulações sem estarem ligados diretamente a cargos políticos oficiais. A partir da atuação de três coronéis que conflitaram na comarca de Cruzeiro, percebe-se como estavam conectadas tanto local quanto nacionalmente as suas ações políticas e militares.

---

<sup>60</sup> Em sua tese, Nunes apresenta uma análise sobre como Adolpho Konder cercou-se de aparatos que o legitimavam como hábil governante. No contexto em que se engendrava a Revolução de 1930, a autora trata dos inúmeros combates políticos, militares e pela instituição de uma memória, na qual a Viagem de 1929 se insere. (NUNES, Karla L. Dahse. **Santa Catarina no caminho da Revolução de Trinta: memórias de combates (1929-1931)**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.).

## 1.2 OS CONFLITOS LOCAIS

No início de fevereiro de 1925, foram abertos dois inquéritos policiais para investigar um crime e delitos envolvendo dois chefes locais na comarca de Cruzeiro: José Fabrício das Neves e Marcelino Ruas. O inquérito civil apurou a morte de Fabrício das Neves, juntamente com outros cinco companheiros, sendo os acusados Marcelino Ruas e seus irmãos. O inquérito militar apurou os delitos cometidos por ambos os coronéis que, nesse período, estavam investidos no comando de batalhões patrióticos que levavam os seus nomes: batalhão José Fabrício das Neves e batalhão Esquadrão Ruas.

Os batalhões patrióticos eram forças civis armadas por chefias locais que existiam desde a instauração do Governo Provisório, que marcou o advento da República no Brasil, sob chefia dos militares marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Devido aos movimentos de oposição à implantação do novo regime, começava a existir os “cidadãos armados” que, agrupados em batalhões, se proliferaram ao longo da Primeira República.<sup>61</sup> Na década de 1920, os batalhões patrióticos foram formados com o objetivo de prestar auxílio às forças do Exército que combateram a favor da legalidade da presidência de Artur Bernardes contra uma série de levantes insurgentes, denominados, posteriormente, de Movimento Tenentista. Os que lutaram ao lado do Exército eram chamados legalistas, enquanto os que se juntaram aos levantes ou prestaram-lhes auxílio foram designados como revoltosos.

O contexto nacional que os coloca do mesmo lado, combatendo a favor da legalidade e contra os revoltosos, escamoteia diferentes trajetórias imbricadas com o contexto local e as antigas desavenças. José Fabrício das Neves é conhecido como membro de uma das famílias pioneiras da colonização do Meio Oeste catarinense, especialmente na atual cidade de Concórdia. Antigo *maragato*, migrou do Rio Grande do Sul com a sua família após a Revolução Federalista para os Campos do Irani. Em 1912, acompanhava o monge José Maria e envolveu-se ao lado da resistência cabocla no combate do Irani, sendo considerado um rebelde. Posteriormente, manteve-se na região do Irani, desenvolvendo atividades de extração e exportação de madeira, intermediando contratos de compra e venda de terra junto às colonizadoras ligadas à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Em 1924, atuou como vaqueano, arregimentando soldados para compor as forças legalistas que lutaram contra os tenentes rebelados no combate conhecido como cerco de Catanduva, no Paraná.

---

<sup>61</sup> FAUSTO, Boris *et al.* (org.). **Historia geral da civilização brasileira**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. v. 8, t. 3. cap. 1, p. 33 e 50; CARONE, Edgard. **A República Velha**: evolução política. 2. ed. São Paulo: Difêl, 1974. p. 145-154.

Marcelino Ruas é associado à colonização da mesma região, principalmente na atual cidade de Joaçaba. Em 1915, fez parte das forças arregimentadas para combater os seguidores do monge. Integrou os piquetes de vaqueanos chefiados por Manoel Fabrício Vieira, ao lado de “Dente de Ouro”, figura conhecida da Guerra do Contestado. Após esta guerra, trabalhou no comércio da erva-mate e, junto aos seus irmãos, participava da empresa “Simão Ruas e Cia”. Em paralelo ao ramo ervateiro, atuou como vaqueano do Exército que arregimentava civis para encorpar as forças legais.

Ambos participaram em momentos distintos do movimento do Contestado, que abrangeu cerca de 20 mil km<sup>2</sup>, envolvendo aproximadamente 110 mil habitantes que viviam no Planalto e Meio Oeste catarinense, entre os anos 1912 e 1916.<sup>62</sup> Passados mais de dez anos, os dois coronéis que estiveram envolvidos em lados opostos durante a guerra formaram seus batalhões patrióticos para servirem à causa da legalidade contra os tenentes rebeldes. Aparentemente, estavam do mesmo lado, quando, em meio a essa missão, um coronel mandou matar o outro.

Em 1925, Fabrício das Neves estava acampado com sua força no Irani, quando foram atacados pelo batalhão Esquadrão Ruas. Na sua defesa, o comandante Marcelino Ruas, acusado de ser o mandante do crime, alegou que foi “por ordens superiores, em operação de guerra”, designado a “[...] capturar ou extinguir o bando armado de José Fabrício das Neves que vinha com destino aos sertões do Irany para revolucionar a zona marginal da Estrada de Ferro.”<sup>63</sup> Fabrício das Neves foi encontrado decapitado, com uma facada no estômago e dois tiros. Seus companheiros, por sua vez, estavam com as cabeças esfaceladas, e um ou mais deles, não se sabe ao certo, foram degolados.

A violência de guerra descrita nos depoimentos ao longo do inquérito é revestida por uma ação de caráter militar, escamoteando a prática de um crime que executou sujeitos considerados em “desobediência civil”, cujas trajetórias se entrelaçam aos remanescentes da batalha do Banhado Grande do Irani, considerada um marco na Guerra do Contestado. Nessa batalha, ocorrida em outubro de 1912, morreram, entre outros, o monge José Maria e o comandante das forças do Paraná, coronel João Gualberto Gomes de Sá, que formou uma

<sup>62</sup> Sobre a historiografia especializada na análise do conflito, cf.: QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. **Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do contestado: 1912-1916**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966; MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século...** 1974; AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. Florianópolis: Ed. da UFSC: Assembleia Legislativa, 1984; MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado...** 2004.

<sup>63</sup> Inquérito Fabrício das Neves. f. 3. A referência a essas forças civis como “bando” deve ser problematizada, pois, no momento em que sofrem a ofensiva do Esquadrão, estavam compondo as forças legais de um batalhão patriótico. É, portanto, uma referência pejorativa para desqualificar o grupo do chefe rebelde, que será analisado no segundo capítulo.

expedição para dispersar o povoado do Irani, visando guarnecer o território contestado, na época, pertencente ao município de Palmas, no Paraná. No inquérito, Fabrício das Neves foi apontado como o responsável pela morte do coronel paranaense, como forma de justificar o seu extermínio e dos homens que o acompanhavam.

Os problemas às margens da ferrovia construída ao longo do leito do Rio do Peixe, antigo divisor das fronteiras entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, somados a antigas desavenças com as forças do governo do Paraná, são algumas das justificativas apresentadas no inquérito aberto para apurar o crime da morte de Fabrício das Neves e alguns de seus companheiros. Esse caso está permeado de questões que se entrelaçam a outras no período pós-guerra do Contestado que envolvem o processo de colonização, a presença da ferrovia, os levantes de posseiros e a atuação de vaqueanos fortalecidos durante a guerra do Contestado por meio de armamento deixado pelo Exército.

### 1.3 A REGIÃO DO CONTESTADO E AS QUESTÕES DE LIMITES

A região do Contestado era parte de um amplo território em disputa desde o período colonial, quando as unidades administrativas de Santa Catarina e São Paulo disputavam a jurisdição sobre as terras situadas a oeste, entre os rios Uruguai e Iguazu e ao sul de Rio Negro. Desde a Carta Régia de 20 de novembro de 1749, que criou a Ouvidoria do Estado de Santa Catarina, havia a indicação de Rio Negro como limite, o que não significou o reconhecimento pela então Província de São Paulo.<sup>64</sup> A partir de 1853, o território que constituía a quinta comarca de São Paulo, com sede em Curitiba, desmembrou-se, constituindo a Província do Paraná. A indefinição quanto aos limites foi herdada pela província recém-instalada; ademais, a ocupação do Iguazu e dos Campos de Palmas por paulistas e paranaenses intensificou a disputa ao longo do século XIX.<sup>65</sup> Isso porque o governo catarinense protestava contra a ocupação dos Campos de Palmas por paulistas e também por paranaenses, quando próximos ao Rio do Peixe, baseado nos limites estabelecidos pela Ouvidoria.

<sup>64</sup> Para a argumentação catarinense, cf.: MAFRA, Manoel da Silva. **Exposição histórico-jurídica por parte do Estado de Santa Catharina sobre a questão de limites com o Estado do Paraná**: submetida, por accordo de ambos os estados, à decisão arbitral. Florianópolis: IOESC, 2002 [Fac-simile de Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899]. p. 103. Trata-se da “Resolução do Conselho Ultramarino de 20 de junho que mandou executar pela carta régia de 20 de Novembro de 1749”, que criou a Ouvidoria de Santa Catarina. Para a argumentação paranaense, cf.: MARTINS, Romario. **Documentos comprobatórios dos direitos do Paraná na questão de limites com Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Tip. Jornal do Comércio, 1915.

<sup>65</sup> CABRAL, Oswaldo R. **A Campanha do Contestado**. 2. ed. rev. Florianópolis: Lunardelli, 1979. p. 23-66.

O mapa de 1896, do Governo do Estado do Paraná, mostra a afirmação deste estado em relação à questão de limites. A parte inferior do mapa assinala a região do “Território invadido pelos catarinenses” e indica duas legislações nas linhas do Rio Canoas (destacado em rosa) e do Rio Marombas (destacado em amarelo). Neste último, está indicado o limite segundo o Decreto nº 3.378, de 16 de janeiro de 1865, que estabeleceu provisoriamente as fronteiras.<sup>66</sup> As duas linhas que acompanham os leitos dos rios são seguidas pelas anotações da legislação, reforçando a representação dos traços que por si só já definem um território.

---

<sup>66</sup> No art. 1º consta: “Os limites entre as Províncias do Paraná e Santa Catharina são provisoriamente fixados pelo rio Sahy-guaçú, Serra do Mar, rio Marombas, desde sua vertente até o das Canôas, e por este até o rio Uruguay”, ficando assim os Campos de Palmas e boa parte de Curitiba na parte paranaense. (BRASIL. **Decreto nº 3.378, de 16 de janeiro de 1865**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3378-16-janeiro-1865-554517-publicacaooriginal-73141-pe.html>. Acesso em: 12 nov. 2017.).



catarinenses”. Assim, a linha de separação fluvial dos rios Marombas e Canoas foi substituída pelo Rio do Peixe, estabelecendo como paranaenses as terras a oeste e catarinenses a leste, passando para a jurisdição de Santa Catarina os Campos Novos e Curitibanos. Essa ausência evidencia que a questão de limites não se resolvia apenas pela legislação, mas precisava também de reconhecimento político.

Além disso, ao sul de Palmas e a oeste do Rio do Peixe, o mapa indica o “Sertão desconhecido”, conforme o recorte do mapa possibilita aproximar. Essa denominação era recorrente no período imperial e nas primeiras décadas do século XX, tanto por parte dos presidentes de província e, posteriormente, pelos presidentes de estado, nas suas mensagens oficiais dirigidas anualmente ao governo imperial e, depois, ao Congresso Representativo, no período republicano.

Figura 2 – Recorte do mapa do estado do Paraná



Fonte: INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLORESTAS DO ESTADO DO PARANÁ (ITCF). Coletânea de mapas históricos do Paraná. 2. ed. Curitiba, 2006. p. 17. [Destaque feito pela autora].

Enquanto a disputa de limites tramitava na esfera jurídica, a região contestada era foco de diferentes frentes de ocupação. Desde o século XVIII, interessava à Coroa Portuguesa abrir caminhos que partissem do centro da Colônia até a região do Prata, na Argentina. Visando definir a parte meridional da Colônia, aproveitava o gado vacum, muares e cavalos que se encontravam soltos para abastecer as regiões de Minas e a feira de Sorocaba, ponto de maior

comercialização de muares até fins do século XIX.<sup>69</sup> A partir de 1839, fazendeiros de Guarapuava passaram a ocupar o território localizado entre os rios Iguaçu e Uruguai, chamado pelos indígenas de Butiatuba e mais tarde Campos de Palmas. O objetivo era a expansão das áreas de criação de gado, também chamadas de “criatório”, podendo ser caracterizada como uma extensão da sociedade campeira tradicional dos Campos Gerais de Curitiba e Castro.<sup>70</sup> As atividades econômicas eram organizadas na base da criação e do comércio de gado; a grande fazenda, sua estrutura, era possível através da mão de obra escrava indígena e negra e do sistema familiar patriarcal, que viabilizava a criação extensiva. Também havia uma lavoura de subsistência para o abastecimento da fazenda (seus proprietários, escravos e agregados) e a atividade da erva-mate, para comércio e consumo. Esta, mesmo se desenvolvendo na segunda metade do século XIX, tinha menos expressão que a atividade de criação de gado.<sup>71</sup>

A região era um território de passagem. Havia dois principais caminhos que ligavam o Rio Grande do Sul à feira de Sorocaba.<sup>72</sup> Um deles saía de Vacaria e passava pelos atuais municípios de Lages e Curitiba, ia em direção a Rio Negro, depois chegava em Porto União, em Santa Catarina.<sup>73</sup> No caminho dos tropeiros entre Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, e Guarapuava, no Paraná, foram se estabelecendo pontos para abastecimento e descanso das tropas, configurando outro caminho. A estrada das Missões era um caminho alternativo, utilizado a partir de 1845, que atravessava o Planalto Meridional Brasileiro, interligando as províncias platinas, antiga Missões, ao Rio Grande do Sul, passando por Chapecó, Palmas e Guarapuava em direção a Sorocaba, em São Paulo.<sup>74</sup> O responsável pela abertura foi Francisco Ferreira da Rocha Loures, que já era coletor de rendas da Freguesia de Belém de Guarapuava.<sup>75</sup> Por se tratar de um “sertão desconhecido” e uma área “desocupada”, segundo

<sup>69</sup> EHLKE, Cyro. **A conquista do Planalto Catarinense (1. fase): bandeirantes e tropeiros do “Sertão de Curitiba”**. Rio de Janeiro: Laudes, 1973, p. 123-124/147. Trata-se da “Estrada Real”, “Caminhos do Sertão” ou Viamão-Sorocaba, cuja importância estratégica e militar, aponta Ehlke, foi sentida quando da invasão espanhola no Rio Grande do Sul e da Ilha de Santa Catarina, em 1777.

<sup>70</sup> MENDES, Adilson M. **Origem e composição das fortunas na sociedade tradicional paranaense: Palmas 1850-1903**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Paraná, 1989.

<sup>71</sup> *Ibid.*, p. 5.

<sup>72</sup> No Rio Grande do Sul, o gado foi introduzido pelos espanhóis, durante a colonização do rio da Prata, sendo que a criação se dava à solta. As missões jesuíticas na região também contribuíram para a disseminação do gado pelas campanhas rio-grandenses. (SANTOS, Silvio Coelho dos. **Nova história de Santa Catarina**. 5. ed. ampl. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004. p. 46).

<sup>73</sup> Rio Negro era local de Registro, portanto era local de passagem e tributação. Até 1840 Rio Negro era o principal destino das tropas que vinham do sul, depois de 1840, com a descoberta do passo de Goio-En e a abertura da “estrada das Missões”, o caminho passou mais para oeste, para Palmas e União da Vitória. (MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado...** 2004. p. 44).

<sup>74</sup> EHLKE, Cyro. *A conquista do Planalto Catarinense...* p. 177.

<sup>75</sup> *Ibid.*

as autoridades brasileiras, o avanço dos fazendeiros era bem-visto.<sup>76</sup> Além disso, havia a disputa com a Argentina no mesmo território, entre os rios Iguaçu e Uruguai, que se limitava a leste pelo Rio do Peixe.<sup>77</sup> Em 1902, o Paraná reservou o território entre os rios Chapecó e Chapecozinho para os coroados Kaingang.<sup>78</sup> A ocupação do Oeste de Santa Catarina pelos coroados, considerados súditos de Portugal, foi um dos fortes argumentos do barão do Rio Branco na disputa da região com a Argentina na Questão de Palmas.<sup>79</sup>

A região, portanto, já era habitada por indígenas predominantemente Kaingang e Guarani, que praticavam a agricultura (milho, feijão, abóbora) e viviam da caça, pesca e coleta.<sup>80</sup> E também pelos caboclos e luso-brasileiros, em sua maioria pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões que se ocupavam da criação de gado, da extração de erva-mate e de outras atividades de subsistência.<sup>81</sup> Havia a presença de fazendeiros e lavradores, que haviam migrado para a região após a Revolução Farroupilha (1835-1845) e a Revolução Federalista (1893-1895). Em relação a este último conflito, muitos dos *maragatos* federalistas migraram após serem derrotados para evitar possíveis conflitos com adversários políticos, os *pica-paus* republicanos, a exemplo da família de Fabrício das Neves, nos Campos do Irani.<sup>82</sup>

Outro aspecto importante é que a construção do território se fez desde a origem unindo laços de aliança política, parentesco, compadrio, que envolvia todo o caminho das tropas,

<sup>76</sup> RADIN, J. C. Os italianos nas novas terras novas do Oeste Catarinense. In: HEINSFELD, Adelar; OLIVEIRA, Anselmo Pereira de. **A região em perspectiva: diferentes faces da história catarinense**. Joaçaba: UNOESC, 2001. p. 142.

<sup>77</sup> Essa questão ficou conhecida como “Questão de Palmas” ou de “Misiones”, pois a área também pertencia à Comarca de Palmas ou Província de Misiones. A decisão sobre o seu arbitramento ficou sob a responsabilidade do presidente Grover Cleveland, que emitiu sentença favorável ao Brasil em 1895. Os limites ficaram estabelecidos entre o Rio Peperi-guaçu, em Santa Catarina e o Rio Santo Antônio, no Paraná. Com o acordo, o Brasil incorporou um território de 30 mil km<sup>2</sup> que, pelo censo de 1890, possuía 5.703 habitantes. (HEINSFELD, Adelar. **Fronteira e ocupação do espaço: a questão de Palmas com a Argentina e a colonização do vale do rio do Peixe-SC**. São Paulo: Perse, 2014. p. 103-105).

<sup>78</sup> Trata-se do Decreto n. 7, baseado na autorização do artigo 29 da Lei n. 68, de 20 de Dezembro de 1902, com o seguinte texto: “Art. Único. Fica reservada para estabelecimento da tribu de indígenas coroados ao mando do cacique Vaicrê, salvo direito de terceiros, numa área de terras compreendida nos limites seguintes: A partir do passo do rio Chapecó, pela estrada que segue para o sul, até o passo do rio Chapecósinho, e por estes dous rios até onde eles fazem barra. Palacio do Governo do Estado do Paraná, em 18 de Junho de 1902, 14º da Republica. Francisco Xavier da Silva. Arthur Pedreira de Cerqueira”. (Relatórios de Secretário de Governo do Estado do Paraná. Relatório apresentado ao Exmo Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva. Governador do Estado do Paraná pelo Bacharel Arthur Pereira de Cerqueira – secretário D’Estado dos Negocios e Obras Públicas e Colonização. Atelier Novo Mundo: Curitiba, 1902, p. 20).

<sup>79</sup> MAFRA, Manoel da Silva. **Exposição histórico-jurídica...** 1899.

<sup>80</sup> SANTOS, Silvio Coelho dos. **Nova história de Santa Catarina...** 2004. p. 96. Voltada mais especificamente para a presença indígena, ver SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng**. Florianópolis: Edeme, 1973.

<sup>81</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado...** 2004. p. 46.

<sup>82</sup> A palavra *maragato* começou a ser empregada como sinônimo de *federalista*, designando os adeptos do Partido Federalista, chefiado por Gaspar Silveira Martins, que se levantara em armas contra o governo de Júlio de Castilhos, presidente do estado e chefe unipessoal do Partido Republicano. *Chimango* ou *pica-pau*, eram chamados os republicanos liderados por Borges de Medeiros. (REVERBEL, Carlos. *Maragatos e pica-paus*. Porto Alegre: L & PM, 1985).

incluindo os migrantes devido aos conflitos do Sul. Essas alianças são fundamentais para explicar os conflitos na década de 1920.<sup>83</sup>

Do lado catarinense, havia as fazendas de criação de Lages, Campos Novos e Curitibanos, que se estendiam em direção a oeste. A partir de 1850, havia também a preocupação com a dinamização do comércio e a arrecadação de impostos, sendo que a abertura de um caminho em direção aos Campos de Palmas seria vantajosa. Em 1851, vereadores da Câmara Municipal de Lages informaram o Presidente de Província sobre a importância de abrir um caminho em direção aos Campos de Palmas, pois estavam convencidos “[...] da grande vantagem que resultaria desta abertura para o aumento do commercio não só deste município como do resto desta Província.” Com isso, também poderiam alcançar os tropeiros que procuravam “[...] desviar o território desta Província para se isemptarem do pagamento do imposto de passagem de suas tropas.”<sup>84</sup>

O comércio da erva-mate era uma importante atividade econômica nesse período, e muitos posseiros passaram a explorá-la na região. A vila do Bom Senhor Jesus dos Campos de Palmas foi instalada em 1889. Nos primeiros anos da República, entre seus superintendentes estavam Francisco e Rufino Sá Ribas, Domingos Araújo e o Coronel Domingos Soares, fazendeiros influentes nas futuras comarcas de Cruzeiro e Chapecó.<sup>85</sup>

Uma vez solucionado o conflito internacional de limites com a Argentina em 1895, com ganho de causa para o Brasil, a região permanecia em disputa interna entre Paraná e Santa Catarina. Em meio a essa questão, ambos os governos incentivavam o povoamento da região através da melhoria dos meios de transporte. No processo de ocupação das fronteiras, o Governo Imperial incentivou a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.<sup>86</sup> O projeto dessa estrada vinha desde o período regencial e foi aprovado nos momentos finais do Império, renovado no governo provisório da República e durante a República.

A tese de Márcia Espig demonstra que seu principal objetivo era estratégico, pois cortava uma vasta área das Províncias do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, devendo proporcionar rápido deslocamento terrestre de contingentes militares em caso de

<sup>83</sup> Para uma discussão sobre a importância dos laços de parentesco e compadrio durante o início da República, cf.: MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado...** 2004 e TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O Polvo e seus tentáculos...** 2013.

<sup>84</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (APESC). Ofícios das Câmaras Municipais para Presidência da Província. 1850-1889. Lages. Livro 1850, v. 2, f. 292.

<sup>85</sup> A Superintendência municipal era o equivalente a atual prefeitura e superintendente era a antiga denominação para prefeitos. (THOMÉ, Nilson. **A política no Contestado: do curral da fazenda ao pátio da fábrica.** Caçador, SC: Fundação Universidade do Contestado, 2002. p. 108.).

<sup>86</sup> O Governo Imperial concedeu a João Teixeira Soares o privilégio da construção da ferrovia, pelo Decreto n. 10.432, de 9 de Novembro de 1889. No início do período republicano, a renovação da concessão foi repassada para a Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

conflito no Prata.<sup>87</sup> A ferrovia ligava Itararé, em São Paulo, a Santa Maria da Boca do Monte, no Rio Grande do Sul. Outro objetivo era o econômico, o sistema hidrográfico também foi usado como argumento favorável à implantação da ferrovia, assim como os ganhos financeiros previstos. Os territórios atravessados pela ferrovia deveriam ser colonizados, esperando proporcionar desenvolvimento e progresso.<sup>88</sup>

Os trabalhos de construção da São Paulo-Rio Grande foram iniciados no mesmo ano em que se acordou a questão de limites com a Argentina, em 1895, a partir da cidade de Ponta Grossa, no Paraná, que seria utilizada como base para atacar as duas linhas: Linha Norte, partindo de Ponta Grossa em direção a Itararé, e Linha Sul, de Ponta Grossa às margens do Rio Uruguai.<sup>89</sup> A Linha Sul da ferrovia estendia-se, portanto, de Ponta Grossa até as barrancas do Rio Uruguai, divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e foi construída entre 1907 e 1910.<sup>90</sup> O trecho catarinense ligava União da Vitória a Marcelino Ramos, margeando o Rio do Peixe, com cerca de 315 km, sendo inaugurado em 1910. Essa linha, segundo relatório da época, seria a mais útil, pois serviria a Porto da União, local de grande importância para a agricultura e onde se encontravam linhas estratégicas para a movimentação das tropas e outras atividades sob o comando do Ministério da Guerra.

A estrada de ferro acompanhava o leito do Rio do Peixe pela sua margem esquerda e, portanto, não estava em território contestado. Mesmo assim, a presença da EFSPRG intensificava a questão de terras ao longo do traçado da ferrovia, principalmente na área contestada entre os dois estados, no caso, no ramal leste-oeste, entre União da Vitória e Rio Negro, que passava por território contestado.<sup>91</sup> A questão de limites foi se desenrolando em meio aos parlamentos dos dois estados. Em 1904, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu ganho de causa a Santa Catarina, decisão contra a qual o governo do Paraná recorreu, e cujo recurso foi negado em 1909. Houve também outros dois embargos por parte do Paraná, também derrotados no STF, em 1910, o que confirmou, pela terceira vez, a sentença favorável

<sup>87</sup> ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado...** 2011. p. 28, 115.

<sup>88</sup> *Ibid.*, p. 115.

<sup>89</sup> *Ibid.*, p. 116. Em 1910 foram inaugurados 2.084 km de extensão ferroviária no Brasil. O trecho Itararé (SP)-Rio Uruguai (SC/RS) seria fundamental. Dividido em duas partes: Itararé-União da Vitória e União da Vitória-Rio Uruguai, a linha completaria 990 km de extensão e esperaria por uma renda líquida anual de 600.000\$000, mas a linha tronco atingiu oficialmente 883,206 km e que em raras ocasiões apresentou saldo positivo, conforme demonstrou Espig.

<sup>90</sup> *Ibid.*, p. 29.

<sup>91</sup> Ao utilizar a expressão “questão de terras” ou “questão agrária” considero, conforme Mendonça e Motta que o seu fundamento não residia na constatação da necessidade de distribuição da terra enquanto fundamento da cidadania, mas estava associado à questão agrícola nacional, marcada pela noção de crise comercial e de mão de obra no campo. Somando a “Cruzada em prol da agricultura” com o fim da escravidão, foi em pleno século XX que essa questão adquiriu um novo sentido tornando mais complexo o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra. (MENDONÇA, Sônia; MOTTA, Márcia (org.). **Nação e poder: as dimensões da História**. Niterói: EdUFF, 1998. p. 133-134).

a Santa Catarina a ficar com todo o território entre os rios Iguaçu e Uruguai, além das terras ao sul do Rio Negro. Após a sentença em 1910, o presidente do estado de Santa Catarina, Vidal Ramos, concordava que o velho litígio deveria ser resolvido pela execução da sentença que reconheceu o direito a Santa Catarina. Devido a isso, se opunha ao arbitramento, por considerá-lo um desrespeito ao STF, cuja sentença punha termo à questão de limites.<sup>92</sup> Segundo Vidal Ramos, a opinião em favor do pleito pelo arbitramento se formara na capital da República. Por outro lado, o governo do Paraná alegava falta de competência ao Poder Judiciário para conhecer do litígio, pois não haveria lei a ser aplicada para a sentença.<sup>93</sup>

A historiografia militar sobre o Contestado também registrou aspectos dessa questão. Demerval Peixoto observou que a ação dos estados litigantes nas zonas das respectivas jurisdições “[...] foi sempre ineficaz para a manutenção do respeito às leis, como tem sido por demais tolerante para com os elementos exploradores da questão de limites.”<sup>94</sup> A ideia de que a lei não bastava para pôr fim à questão de limites era partilhada pelo historiador militar, que destacou os “indiscretos solfejos da imprensa intransigente”, como o fez a Gazeta do Paraná ainda em 1896, instigando os paranaenses da região à margem dos Rios Negro e Iguaçu a resistirem ao arbitramento para defenderem os seus direitos. Um dos problemas advinha da própria lei, já que o Aviso Imperial de 1879, que dilatou a posse catarinense até o Rio do Peixe, não especificou os divisores ao norte, dando origem às ocupações por meios violentos.<sup>95</sup> Esse é um dos motivos, segundo Peixoto, que levaram ao não reconhecimento desse documento por parte das autoridades estaduais e à proteção de seus governos a indivíduos que eram armados e municidados.<sup>96</sup>

Apesar da decisão do STF, em 1910, a sentença não foi executada e as terras de União da Vitória e de Palmas foram parcialmente incorporadas ao estado de Santa Catarina pelo Acordo de Limites, em 1916, homologado em 1917. Os 48.000 km<sup>2</sup> que estavam em disputa foram divididos entre os dois estados, ficando 20.000 km<sup>2</sup> para o Paraná e 28.000 km<sup>2</sup> para

<sup>92</sup> SANTA CATARINA (Estado). Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 24 de Julho de 1913 pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos. Ga. Typ. d’O DIA. Florianópolis, 1913, n. 1, p. 13.

<sup>93</sup> SANTA CATARINA (Estado). Administração do Estado. Quatriennio de 1910-1914. Synopse apresentada pelo Coronel Vidal José de Oliveira Ramos ao Exmo. Sr. Major João de Guimarães Pinho, Presidente do Congresso Representativo do Estado, ao passar-lhe o Governo, no dia 20 de Junho de 1914. Gab. Typ. d’O DIA. Florianópolis, 1914, p. 8.

<sup>94</sup> PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado**: raízes da rebeldia... 1995. p. 20.

<sup>95</sup> Ibid., p. 85-86.

<sup>96</sup> Ibid. Se os catarinenses se lançavam à margem esquerda do Iguaçu, os paranaenses se empenhavam em não perderem o domínio na mesma região. “Os povoantes”, conforme Demerval Peixoto, preferiam não reconhecer as autoridades de um ou do outro estado. Ou, a exemplo do caudilho Demétrio Ramos, sobrevivente da revolução de 1893, que “agia por conta de um dos Estados, tendo sido o seu pessoal armado e municidado pelo governo interessado”.

Santa Catarina. O Acordo de Limites não significou o cumprimento da sentença, devido à obstrução política do Paraná, que era um estado mais populoso e influente politicamente. Santa Catarina, por sua vez, ficou com a metade do território que havia ganhado na justiça.<sup>97</sup> A forma político-jurídica como os estados conduziram a questão constitui um meio pelo qual pode-se perceber a porosidade entre o legal e o ilegal, marcada pelas relações entre os agentes do estado e os atores locais.

É importante frisar que União da Vitória, na margem esquerda do Rio Iguaçu, e Palmas eram as duas maiores localidades contestadas.<sup>98</sup> União da Vitória servia de base para operações militares no Sul muito antes da instalação da ferrovia, sendo estratégica a estrada que a ligava a Palmas.<sup>99</sup> Em Palmas, estavam instaladas as colônias militares de Chapecó (atual Xanxerê) e Chopim, extintas em 1909. Depois do Acordo, as comarcas de Cruzeiro e Chapecó foram instaladas nessa região, sendo que a ferrovia seria estratégica econômica, comercial e militarmente durante a década de 1920 até a deflagração Revolução de 1930.

#### 1.4 DESDOBRAMENTOS DO ACORDO DE LIMITES DE 1916

As notícias da imprensa que antecederam a assinatura do Acordo de Limites no ano de 1916 são inúmeras, e relatavam, por exemplo: discussões nas Câmaras dos Deputados de ambos os estados, quando a pauta era destinada a outras questões; denúncia de roubo de documentos relativos à contenda; e a prisão de indivíduos com intenção de roubar esse documentos para adulterá-los.<sup>100</sup> No início de outubro, dias antes da assinatura do Acordo, ainda havia autoridades contrárias à solução expressa por este. Como o projeto precisava ser aprovado pelos Poderes Legislativos de ambos os estados, a notícia de um general e também deputado (Alberto Abreu) contrário ao acordo<sup>101</sup> era preocupante, pois poderia usar da sua força para possível retaliação. A conferência oficial entre os presidentes Afonso Camargo e Felipe Schmidt, que até então “não se conheciam nem de vista”, com o presidente da

<sup>97</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. Contestado: o centenário da guerra e o conflito sem fim. In: Angelo Priori; Clovis Gruner. (org.). **Contestado: 100 anos de uma Guerra sem fim**. 1 ed. Curitiba: ANPUHR, 2016, v. 1, p. 13-28.

<sup>98</sup> PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado: raízes da rebeldia...** 1995. p. 31-32. As outras eram Clevelândia, Canoinhas e Rio Negro.

<sup>99</sup> Segundo Demerval Peixoto, “a comissão de engenharia militar que construiu a rodagem estratégica ligando-a a Palmas, teve seu escritório técnico e as suas bases militares nela estabelecidos por muito tempo. As expedições militares lá tiveram passagem forçada para os seus abastecimentos. Serviu de base também para os três destacamentos na ofensiva final contra os redutos de Santa Maria, na Guerra do Contestado. (Ibid., p. 34.).

<sup>100</sup> A Federação, (RS), 30/03/1916. Ano XXXIII, n. 75, p. 4, col. 2. Porto Alegre.

<sup>101</sup> A Federação, (RS), 03/10/1916. Ano XXXIII, n. 229, Capa, col. 6. Porto Alegre.

República Wenceslau Braz, também ganhava repercussão.<sup>102</sup> Entre 1918 e 1919, os jornais catarinenses destacavam as figuras que participaram da solução do Acordo direta ou indiretamente, como por exemplo o secretário da Fazenda José Boiteux<sup>103</sup>; o advogado já falecido Manoel da Silva Mafra<sup>104</sup>; o jurisconsulto Eptácio Pessôa<sup>105</sup>; e o jornalista e advogado Crispim Mira. Este foi o único deputado estadual catarinense a votar contra o Acordo.

De modo geral, a imprensa catarinense se encarregou de noticiar os trâmites oficiais da longa disputa de limites. Com menor ênfase, mas com teor de alerta, noticiou o melhoramento do serviço policial e a necessidade do aumento da força pública.<sup>106</sup> A imprensa do Rio Grande do Sul, por sua vez, fez circular notícias de alguns conflitos, ligados a documentos que serviram como prova. Já a imprensa paranaense se manifestou com maior intensidade e indignação. Pouco se noticiou, no entanto, sobre as agitações na área mais específica do ex-Contestado, que pela execução da sentença pertenceria a Santa Catarina, mas pelo Acordo passou para a jurisdição do Paraná, conforme tratado na próxima subseção.

Em um dos relatórios oficiais do governo do Paraná, publicado referente ao exercício de 1917-1918, quando o Acordo de Limites já estava vigente, consta o confronto de aspectos econômicos e comerciais em relação ao ano anterior de 1916-1917. Entre eles, apontou-se a alteração dos impostos arrecadados com a erva-mate; a redução da rede ferroviária; um grande movimento de venda de terras pertencentes ao estado e de processos de legitimação aprovados; e a remoção e transferência de coletores das antigas coletorias extintas.<sup>107</sup> Em

<sup>102</sup> A Federação, (RS), 10/10/1916. Ano XXXIII, n. 240, p. 6, col. 2. Porto Alegre.

<sup>103</sup> José Boiteux era secretário do Interior e Justiça e interino da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas e recebeu destaque na imprensa “pela descoberta de preciosos documentos da secular questão de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, em favor deste último” (Republica (SC), 06/11/1918. Ano XIV, n. 32. Capa, col. 5.).

<sup>104</sup> Manoel da Silva Mafra faleceu em 1907 e tinha seu nome sempre acompanhado do papel que desempenhou anteriormente como advogado de Santa Catarina na Questão de Limites: “patrono do Estado de Santa Catharina”, “eminente” e “inesquecível defensor” dos direitos de Santa Catarina na questão de limites com Estado do Paraná; “o infatigável defensor dos nossos direitos na questão de limites. (Republica (SC), 12/10/1918, Ano XIV, n. 12, p. 4, col. 3. Florianópolis; Republica (SC), 21/01/1919, Ano XIV, n. 93, p. 2, col. 1; Republica (SC), 22/03/1919, Ano XIV, n. 143, Capa, col. 4; Republica (SC), 12/08/1919, Ano XIV, n. 255, p. 3, col. 2.).

<sup>105</sup> Durante o ano de 1919, quando foi escolhido representante do Partido Republicano a concorrer a presidência da república, Eptácio Pessôa teve destaque positivo nos jornais catarinenses por ter sido o último advogado na questão de limites com o Paraná, cujas alegações para a execução das sentenças a favor do estado catarinense obtiveram êxito. Já, a imprensa paranaense, publicou a respeito de panfletos distribuídos alertando que o candidato era responsável por prejudicar o estado nessa questão. (Republica (SC), 09/03/1919. Ano XIV, n. 132. Capa, col. 3; Republica (SC), 09/04/1919, Ano XIV, n. 158, p. 3, col. 3.

<sup>106</sup> Republica (SC), 06/03/1919. Ano XIV, n. 237. Capa, col. 1. Florianópolis.).

<sup>107</sup> PARANÁ (Estado). Relatório apresentado ao Exmo Sr. Dr. Affonso Alves de Camargo, Presidente do Estado pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Secretário do Estado dos Negócios da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas. 31 de Dezembro de 1918. Exercício 1917-1918. Primeira Parte. Ty. Da Republica. Curitiba, 2018. P. 28/203/211/263-268.

relação aos impostos que produziram renda superior ao exercício anterior, incluem-se a exportação de madeira e da erva-mate beneficiada. Por outro lado, houve uma diminuição na renda da erva-mate cancheada.<sup>108</sup> Grande parte dessas terras estavam localizadas ao sul do antigo município de Palmas e passaram para o território catarinense.<sup>109</sup>

Nos relatórios de governo de Santa Catarina, constata-se um crescimento de mais de 170% das exportações de erva-mate do estado, depois da incorporação da região do Contestado, em 1916.<sup>110</sup> A partir de 1917, o estado catarinense passou a intervir e controlar essa economia, com o intuito de coibir o contrabando e arrecadar os tributos.

A erva-mate era um dos produtos mais importantes na economia de ambos os estados. Em Santa Catarina, o “complexo ervateiro” caracterizou a atividade econômica com origem no Planalto Norte e no Norte Catarinense.<sup>111</sup> Desde fins do século XIX até meados da década de 1940, esse complexo constituiu-se no principal indutor da renda e de novos investimentos naquela região. Alcides Goularti Filho define esse complexo como um conjunto integrado de atividades que atuam direta e indiretamente na produção, no beneficiamento, no transporte e na comercialização da erva-mate. No complexo ervateiro catarinense, desenvolveu-se um sistema de transportes, formado por navegação fluvial, estradas de rodagem, ferrovias e seguia em direção aos portos. Esse sistema de transporte integrava as unidades produtoras aos entrepostos comerciais e escoava a produção. A presença da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande interligando o Sul ao Sudeste e de ferrovias ligando o interior catarinense aos portos contribuiu para o aumento das exportações.<sup>112</sup>

Além dos aspectos econômicos e comerciais, o governo chamava a atenção para a insuficiência do efetivo da força pública para atender as necessidades oriundas da incorporação do território que coube ao estado catarinense.<sup>113</sup>

#### 1.4.1 Processos emancipacionistas

Enquanto os dois estados disputavam na Justiça a comprovação de domínio do território em litígio, havia a movimentação política e militar daqueles que viviam nele.

<sup>108</sup> PARANÁ (Estado). Relatório apresentado... 2018. p. 23.

<sup>109</sup> Ibid., p. 211-212/213-217.

<sup>110</sup> SANTA CATARINA (Estado). Relatório apresentado ao Governador Felipe Schimidt em 1917. Florianópolis, 1918. p. 259-260.

<sup>111</sup> GOULARTI FILHO, Alcides; MORAES, Fábio Farias de. A construção dos caminhos da erva-mate em Santa Catarina: combinação e sobreposição de transportes. **Dimensões: Revista de História da UFES**, v. 31, p. 159-182, 2013. p. 161.

<sup>112</sup> GOULARTI FILHO, Alcides. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina**. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2001. p. 51.

<sup>113</sup> Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 22 de julho de 1919, pelo Engenheiro Civil Hercílio Pedro da Luz, Vice Governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catharina. 1919.

Gabriel Barboza observou que as elites locais e da capital paranaense, muitos dos quais militares, coronéis da Guarda Nacional, políticos influentes, intelectuais e jornalistas, tinham métodos próprios para servir de alternativa à decisão judicial do STF, bem como do Acordo de Limites.<sup>114</sup> Antes do Acordo, os paranaenses da região sul e sudoeste do planalto, principalmente políticos e coronéis de Palmas, União da Vitória e Rio Negro, passaram a reivindicar a criação de um novo estado no Contestado, denominado Estado das Missões. Essa ideia se concretizou após a vitória de Santa Catarina, por duas vezes na Justiça, sendo fundada, em 1º de janeiro de 1910, a Junta Governativa do Estado das Missões, da qual faziam parte Manoel Fabrício Vieira e José Cleto da Silva. O governo do Paraná, através de seu presidente, Afonso Camargo, declarou apoio, ou seja, “[...] caso a decisão fosse perdida no STF, o Comitê de Limites do Paraná se comprometia a ajudar a Junta.”<sup>115</sup>

Manoel Fabrício Vieira era Coronel da Guarda Nacional, posto que recebeu após lutar contra os maragatos na Revolução Federalista. Era conhecido como “proprietário da fazenda Chapéu de Sol”, na margem direita do Rio Iguaçu.<sup>116</sup> Durante a Guerra do Contestado, Fabrício Vieira serviu às forças do exército, arregimentando numerosa força de vaqueanos civis no combate contra os sertanejos rebeldes. A partir de 1923, aliou-se às forças rebeldes envolvendo-se em constantes conflitos, analisados no capítulo 3.

Em 1917, a situação era outra, e a posição dos integrantes da antiga Junta e de Afonso Camargo também. Camargo tornou-se governador do Paraná (1916-1920) e Fabrício Vieira teve sua fazenda desapropriada pelo estado do Paraná após o Acordo e vendida a outros proprietários.<sup>117</sup> Há poucas informações na historiografia do Contestado sobre essa fazenda, que nesse período era usada para fins de produção de erva-mate.

Durante a década de 1910, houve outras tentativas de criação de um estado autônomo até se aproximarem as negociações do Acordo entre os governos do Paraná e de Santa Catarina, que enfraqueceram os movimentos. Mas o Acordo não impediu reminiscências, sendo que outros dois levantes ocorreram em 1917 e 1922 entre União da Vitória e Porto União, municípios que até o Acordo formavam apenas uma unidade administrativa do governo do Paraná. Em 1917, um grupo liderado por José Cleto da Silva e outros representantes que fizeram parte da Junta Governativa, iniciaram um levante em 30 de julho,

<sup>114</sup> BARBOZA, Gabriel Goulart. **A resistência ao Acordo de Limites e o Estado das Missões (1910-1917)**. 2017. TCC (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. p. 11.

<sup>115</sup> *Ibid.*, p. 11.

<sup>116</sup> PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado**: raízes da rebeldia. 1995. p. 29, 126.

<sup>117</sup> UBALDO, Edson Nelson. **Entrevista**. [9 out. 2017]. Entrevistadora: Cristina Dallanora. Florianópolis, 2017. 1 arquivo .mp3. Edson Ubaldo é neto do cel. Manoel Fabrício Vieira, desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e titular da cadeira n. 12 da Academia Catarinense de Letras.

reivindicando a criação do Estado das Missões. Em abril de 1922, novamente um levante foi deflagrado, dessa vez unindo a insatisfação com o governo da República ao anseio local pela emancipação, liderado pelo capitão reformado Antônio Bastos de Paes Leme.<sup>118</sup> Entre os envolvidos nesse último levante havia políticos paranaenses emancipacionistas, como Dídio Augusto e Cleto da Silva, e moradores do Cruzeiro, como Thomaz Ruas, que foi um dos acusados da execução de Fabrício das Neves e seus companheiros, em 1925, tratado no capítulo 3.

O sobrenome Ruas se repete nas contendas judiciais das comarcas de Cruzeiro e de Canoinhas, sobretudo ligado aos conflitos relacionados à comercialização e ao roubo de erva-mate. O memorialista Waldomiro Silva conta que, do lado oposto à Estação Rio Capinzal, quando pertencia ao Paraná, havia diversas casas “[...] na única rua que margeava o Rio do Peixe (margem direita), desde o Passo da Balsa, constituindo um pequeno povoado, cujo acesso era feito por uma balsa tosca [...]”, que era operada por Afonsino Silva.<sup>119</sup> Do lado do Paraná moravam, entre outros, Simão Ruas, comerciante e comprador de erva-mate, e seu irmão, Francisco (Chico) Ruas, vaqueano na Guerra do Contestado. Na mesma época, veio de Passo Fundo outro irmão de Simão Ruas, Thomaz Camilo, que tomou conta da casa comercial e da compra de erva-mate, enquanto Simão Ruas viajava constantemente para o Rio Grande do Sul e a Argentina. Era considerado um grande empresário de erva-mate em Santa Catarina e no Paraná. Em 1921, os irmãos Ruas organizaram uma firma, denominada Irmãos Ruas e Cia, um dos locais onde se encontravam os chefes sediciosos do levante de abril de 1922.

Em 1918, o governador de Santa Catarina Felipe Schmidt se manifestou sobre o ex-Contestado. Ao seu ver:

[...] a situação desses municípios tem sido relativamente boa. As agitações locais se tem operado em Mafra e Cruzeiro, relativas somente à vida partidária municipal, são explicáveis e lógicas. Para Cruzeiro e Chapecó deve o Governo voltar as suas vistas. São duas regiões ricas e merecedoras dos maiores cuidados da administração, pois que ali *quase tudo ainda está por fazer*.<sup>120</sup>

A divisão territorial entre os estados do Paraná e de Santa Catarina foi apenas o resultado de processos complexos que foram realizados por diversos indivíduos nas interações políticas, econômicas e sociais. As atividades de indivíduos e grupos que residiam no ex-

<sup>118</sup> CRUZEIRO (Comarca). Inquérito policial. Autora: Justiça Pública. Réus: Antônio Bastos de Paes Leme e Ribas. Data de início: 29/07/1922.

<sup>119</sup> SILVA, José Waldomiro. **O Oeste Catarinense**: memórias de um pioneiro. Florianópolis: Edição do Autor, 1987. p. 20-22.

<sup>120</sup> SANTA CATARINA (Estado). Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 8 de Setembro de 1918, pelo Sr. General Felipe Schimidt, Governador do Estado de Santa Catharina. Ga. Typ. d'O DIA. Florianópolis, 1918. p. 22.

Contestado contribuíram para a formação e a divisão territorial. Os interesses econômicos e políticos não se restringiram às disputas emancipacionistas, mas abarcaram outros processos que envolveram a colonização, a transformação da terra em propriedade privada e outros conflitos oriundos dessa transformação onde, conforme o governador se referiu, quase tudo estava por fazer.

#### 1.4.2 Criação dos municípios: Cruzeiro e Chapecó

A partir de 1917, o estado de Santa Catarina passou a incorporar aproximadamente 28.000 km<sup>2</sup> ao seu território. Criaram-se quatro novos municípios: Mafra, Porto União, Cruzeiro e Chapecó.<sup>121</sup> Também incorporou inteiramente as áreas dos municípios paranaenses de Itaiópolis, Timbó e Três Barras.<sup>122</sup> Os municípios de União da Vitória e Palmas, foram divididos: Porto União correspondia quase à metade do município paranaense de União da Vitória, enquanto Mafra à mesma proporção de Rio Negro. Cruzeiro e Chapecó constituíram-se a partir do sul e sudoeste de Palmas.<sup>123</sup>

Nilson Thomé observou que “[...] sem que as pessoas residentes na região do contestado fossem consultadas [...] como que levados por um sopro, milhares de ‘paranaenses’ passaram a ser ‘catarinenses’.”<sup>124</sup> O autor pouco desenvolveu essa questão tão difícil de dimensionar. Que fronteiras os moradores do Meio Oeste catarinense conheciam? Consideravam-se paranaenses? Contestavam que, localmente, as divisões precisavam mudar? Na Questão de Limites, a opção do plebiscito, que levaria em conta a opinião popular, não foi utilizada, enquanto a outra opção, que seria de cada um dos estados litigantes ficar com a parte do Contestado onde exercia jurisdição, era considerada causa perdida por parte do governador de Santa Catarina.<sup>125</sup> Porém, foi a partir do Acordo de Limites, sancionado em

<sup>121</sup> O Congresso Federal homologou o acordo pela Lei Federal n. 3.304, de 3 de agosto de 1917, que estabeleceu a organização municipal e judiciária dos quatro municípios que passaram a integrar o território do Estado de Santa Catarina. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 8 de Setembro de 1918, pelo Sr. General Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catharina. Ga. Typ. d’O DIA. Florianópolis, 1918.

<sup>122</sup> THOMÉ, Nilson. **A política no Contestado...** 2002. p. 41.

<sup>123</sup> Decreto n. 1.059, do Governo do Estado, designando dia para instalação das comarcas de Cruzeiro e Chapecó, criadas pela Lei n. 1.147, nos dias 10 e 14 de Novembro de 1917. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. De Cruzeiro a Joaçaba: o Legislativo Catarinense resgatando a história da cidade – 1898-2007. Florianópolis: Assembleia Legislativa, Coordenadoria de Divulgação e Serviços gráficos, 2007. (Edição Especial). p. 83.

<sup>124</sup> THOMÉ, 2002. **A política no Contestado...** 2002. p. 41.

<sup>125</sup> Em mensagem ao congresso representativo em agosto de 1916, Felipe Schmidt posicionava-se contrário a recorrer ao julgamento de árbitros “quando já se tem uma sentença do mais alto tribunal do país” e quanto ao plebiscito considerava “uma armadilha a boa fé de quem eu aceitasse”. Quanto ao terceiro alvitre, cada um dos estados litigantes ficar com a parte contestada que exercia jurisdição, “este valeria pela nossa derrota”. Estado de Santa Catarina. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 14 de agosto de 1916 pelo Dr. Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catharina. Ga. Typ. d’O DIA. Florianópolis, 1916. p. 5-6.



Aproximando o mapa de 1920, percebe-se que as terras do Oeste, que pertenciam ao Sul dos Campos de Palmas, passaram a constituir dois grandes municípios: Cruzeiro e Chapecó.

Figura 4 – Mapa de Santa Catarina em 1920



Fonte: SANTA CATARINA. Departamento Estadual de Geografia e Cartografia. **Atlas geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis: DEGC/SC, 1958. p. 17. [Recorte feito pela autora].

Segundo os dados da extensão territorial e demográfica, metade da área incorporada a Santa Catarina constituiu o município de Chapecó, com o total de 13.958 km<sup>2</sup>, enquanto Cruzeiro possuía uma área de 7.290 km<sup>2</sup>. O perfil populacional também se alterou, pois até então a população desses municípios pertencia ao estado do Paraná. Segundo Walter Piazza, a população de Santa Catarina, antes do Acordo de 1916, era de 560.000 habitantes e, após o Acordo, passou para 600.000 habitantes, sendo que a população da área incorporada era de aproximadamente 40.000 pessoas.<sup>127</sup>

Conforme o recenseamento brasileiro de 1920, o município de Chapecó possuía 11.315 habitantes, enquanto o município de Cruzeiro 13.335.<sup>128</sup> Dada a extensão territorial, a população de ambos somada era pequena, com apenas 24.650 habitantes. A sede do novo município de Chapecó compreendia o povoado da antiga colônia militar de Chapecó, implantada pelo exército em 1882, onde hoje é a cidade de Xanxerê (a atual cidade de Chapecó foi fundada mais tarde). Também foram computados os proprietários de terras e os

<sup>127</sup> PIAZZA, Walter. **A colonização de Santa Catarina...** 1982. p. 252.

<sup>128</sup> BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento (realizado em 1 de setembro de 1920). Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1926, v. 4. p. 520.

estabelecimentos rurais, tendo Chapecó 326 e Cruzeiro 620.<sup>129</sup> Em 20 anos, essa população aumentou consideravelmente: Chapecó passou a 44.660 habitantes, e Cruzeiro, a 36.174. Esse aumento está intrinsicamente ligado à política de colonização fomentada pelo estado de Santa Catarina, que se intensificou a partir do Acordo de Limites de 1916.<sup>130</sup>

Entre 1908 e 1909, foi construído o trecho da ferrovia entre União da Vitória e o Rio Uruguai, entre os municípios de Cruzeiro e Campos Novos. Em 1917, devido à proximidade da estrada de ferro, Limeira foi designada a sede provisória do município de Cruzeiro.<sup>131</sup> Durante a década de 1910 havia uma confusão da parte de ambos os estados em relação a essa região. Tanto o Paraná como Santa Catarina referiam-se à estação ferroviária à esquerda e a localidade à direita do Rio do Peixe ora como Herval, ora como Limeira. O lado direito do Rio do Peixe era o município paranaense de Palmas, o lado esquerdo pertencia ao município catarinense de Campos Novos. Por parte do governo do Paraná, ambos os lados do rio eram chamados de Herval, sendo que a agência fiscal de rendas, criada em 1914, instalada em Cruzeiro, à direita do Rio do Peixe, foi igualmente denominada Herval. Apenas a partir de 1919, é recorrente a menção à estação ferroviária, à margem esquerda, como Herval e à vila, na margem direita, como Limeira.

Nos primeiros anos da instalação do município de Cruzeiro, houve constantes alterações da sede e dos nomes de vilas. Foram também constantes as mudanças dos superintendentes, pois estes permaneceram no cargo por menor tempo do que o previsto pela legislação. O primeiro superintendente de Cruzeiro foi Lauro Severiano Rupp, filho de Henrique Rupp e irmão de Henrique Rupp Jr., que permaneceu no cargo de 1917 até agosto de 1918.

Henrique Rupp era alemão e chegou ao Brasil por volta de 1850. Trabalhava como agrimensor, atividade que facilitava a aquisição e as vendas de terras em Campos Novos e Curitiba, tornando-se em 1890 proprietário de muitas terras.<sup>132</sup> Além de agrimensor e negociante, Rupp era membro da Loja Maçônica Luz Serrana, de Lages, o que favorecia ampliar os laços sociais e políticos. Recebeu o posto de coronel da Guarda Nacional, por ter

---

<sup>129</sup> BRASIL. Recenseamento, 1920. Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio. Directoria Geral de Estatística do Estado de Santa Catarina. Relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no Estado de Santa Catarina. Embora não coincidam, o número de estabelecimentos rurais é quase o mesmo que de proprietários.

<sup>130</sup> A população estimada nesses censos, deve ser relativizada, devido a precariedade no sistema de contagem e por excluírem os grupos indígenas. Também não podemos desprezar o crescimento vegetativo e o deslocamento por motivo de atração da fronteira agrícola, não só de colonos, mas também da população cabocla de outras regiões.

<sup>131</sup> SANTA CATARINA (Estado). Lei n. 1.243. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. 2007. p. 39/ 41.

<sup>132</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. Rábulas e Bacharéis na Guerra do Contestado... 2017. p. 10.

defendido a Vila de Campos Novos contra os maragatos, na Revolução Federalista. Foi também superintendente municipal e deputado estadual em várias legislaturas.<sup>133</sup> Em 1896, já havia estabelecido casa comercial, comprado diversas benfeitorias e construído uma capela no lado direito do Rio do Peixe. Atento ao litígio em que se achava essa região, requereu ao governo de Santa Catarina a legitimação de um lote de terras na localidade de Limeira.<sup>134</sup> O superintendente de Campos Novos, Lucidório Luiz de Mattos, alegou que as terras eram devolutas e não estavam registradas em nome de nenhum outro proprietário. A Repartição de Terras, Colonização e Obras Públicas atendeu seu pedido. Apesar disso, Henrique Rupp expôs sua dúvida sobre poder ou não medir o dito terreno, requerendo a devida licença. Em agosto de 1897, o diretor da Repartição, sugerindo “não seguir o exemplo dado pelo vizinho estado do Paraná”, concedeu prazo para a medição até que fosse resolvida a questão entre os dois estados, respeitando o status quo. Devido a esse fato, é mencionado como o fundador da vila de Limeira, para garantir o direito de posse catarinense.<sup>135</sup>

Isso explica o fato de seu filho, Lauro Rupp, ter sido indicado o primeiro superintendente do município de Cruzeiro. Seu pai havia falecido em 1915, durante a Guerra do Contestado. As forças políticas do lado direito do Rio do Peixe eram influenciadas por antigos coronéis de Palmas. Além disso, seu irmão mais velho, Henrique Rupp Jr., afastava-se da família Ramos, de Lages, grupo oligárquico que dominava a política do estado até por volta de 1915, aliando-se aos setores políticos de oposição.<sup>136</sup> Rupp Jr. formou-se em Direito pela Faculdade de Porto Alegre, em 1907, na mesma turma de Getúlio Vargas.<sup>137</sup> Conciliou a carreira política e jurídica, exercendo cargos como deputado e promotor, em Florianópolis. Foi advogado de várias lideranças rebeldes, conseguindo libertá-las através de processos de habeas corpus.<sup>138</sup> Por volta de 1918, advogava para vários posseiros que acionaram na justiça a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e realizava transações de compra e venda de terras dos migrantes provenientes do Rio Grande do Sul, na Comarca de Cruzeiro. Nessas transações, acordava como pagamento pelos seus serviços parte das terras que procedia com o registro, acumulando várias glebas de terras no município.

Entre 1918 e 1920, assumiu a superintendência Manoel Otávio Bittencourt. Nos primeiros tempos da instalação do município, havia forte influência dos palmarianos, como eram chamados os políticos dos campos de Palmas, devido a influência e prestígio do coronel

<sup>133</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. *Rábulas e Bacharéis na Guerra do Contestado...* 2017.

<sup>134</sup> APESC. COLECATE. *Requerimento de Terras*. Livro 1896, p. 13-15/66.

<sup>135</sup> PIAZZA, Walter. **Dicionário Político Catarinense**. 1985. p. 503.

<sup>136</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. *Op. cit.*, p. 10.

<sup>137</sup> *Ibid.*, p. 10.

<sup>138</sup> *Ibid.* p. 10.

Duca Pimpão, pois a metade dos conselheiros era de Herciliópolis, antigo município de Palmas. Segundo o memorialista Waldomiro Silva, em Herciliópolis estava a elite social e econômica do município de Cruzeiro, onde residiam os grandes proprietários e pecuaristas.<sup>139</sup> Em 20 de agosto de 1919, a sede municipal foi transferida de Limeira para Catanduva, atual Catanduvras<sup>140</sup>, sendo esta elevada à categoria de vila, com o mesmo nome do município, Vila Cruzeiro.<sup>141</sup> O Coronel Duca Pimpão mandou sequestrar os arquivos da superintendência e levá-los para Herciliópolis, onde ficaram por poucos dias, pois o superintendente Manoel Bittencourt mandou buscá-los de volta. Os filhos de Duca Pimpão, José Bonifácio e Amazonas Rio do Brasil Pimpão, tiveram grande influência no início do novo município de Cruzeiro, exercendo cargos públicos, como no cartório da Comarca.<sup>142</sup>

Em 1920, a Vila Cruzeiro (Catanduvras), deixou de ser a sede do município, que foi transferida novamente para o povoado de Limeira. Este foi elevado à categoria de vila, com o mesmo nome de Limeira.<sup>143</sup> E, com isso, a vila de Cruzeiro voltou à categoria de povoado, pelo fato de a legislação não admitir a categoria de vila senão para as sedes de município. Isso mostra que a sede municipal ficou estabelecida na área de influência dos chefes políticos catarinenses, como os Rupp, e não dos chefes ligados ao Paraná, como Duca Pimpão e – pode-se considerar – Manoel Bittencourt.

Entre 1920 e 1921, assumiu a superintendência Lázaro Bastos, que havia sido chefe de telégrafo por muitos anos em Joinville e, na Revolução Federalista, lutara contra os *maragatos*.<sup>144</sup> De 1921 a 1923, a superintendência passou para Antônio Gonzaga. Nesse período, o memorialista Waldomiro Silva destaca que os chefes políticos locais, Coronel Generoso Cordeiro dos Santos, Luiz Giorno, liderados por Henrique Rupp Jr., estavam incompatibilizados com o governador Hercílio Luz por causa da atuação do ex-superintendente Manoel Bittencourt. Consta que Bittencourt mandou soltar dois de seus amigos que eram capangas e haviam sido presos no quartel da polícia em Herval, por suspeita de autoria na emboscada dos irmãos Vitor e Eurico Rauhen, em 1921. Não encontramos mais

<sup>139</sup> SILVA, José Waldomiro. **O oeste catarinense...** 1987. p. 48.

<sup>140</sup> Daqui por diante, será utilizada apenas a denominação Catanduvras no plural para a vila, pois Catanduva no singular designa a localidade no oeste paranaense, onde se desenrolou o cerco de Catanduva, entre as tropas do governo e os tenentes rebelados, tratado no capítulo 2.

<sup>141</sup> O Decreto n. 1.297, de 5 de novembro de 1919, também designou a vila de Xanxerê para sede da Comarca de Chapecó. Assembleia Legislativa, Coordenadoria de Divulgação e Serviços gráficos, 2007. (Edição Especial), p. 87.

<sup>142</sup> SILVA, José Waldomiro. Op. cit., p. 30.

<sup>143</sup> O decreto n. 1948 transferiu a sede da comarca e o município da localidade denominada Cruzeiro para o povoado de Limeira, por ser o mais importante da comarca devido as suas condições topográficas. Foi decretado no governo do governador em exercício Antonio Pereira da Silva Oliveira. (Assembleia Legislativa, Coordenadoria de Divulgação e Serviços gráficos, 2007. (Edição Especial), p. 93).

<sup>144</sup> PIAZZA, Walter. **Dicionário Político Catarinense**. 1994. p. 73.

referências sobre essa emboscada, apenas que os irmãos foram alvejados por dois tiros quando retornavam da estação Herval montados em cima de uma mula e um cavalo.<sup>145</sup> É provável que tivessem algum prestígio, pois, em 1923, Vitor Rauen foi eleito superintendente de Cruzeiro e Eurico Rauen, mais tarde, nomeado coletor federal. Nesse período, Manoel Bittencourt se refugiou em Catanduvas. Seu neto, Adgar Bittencourt, relatou que depois desse acontecimento seu avô largou tudo e foi para o Rio Grande do Sul, seu estado natal.<sup>146</sup>

Segundo o memorialista, foi em 1923 que começou a vida política e administrativa do município, depois do longo período de contestação por parte dos estados do Paraná e de Santa Catarina. Este ano, porém, foi de muita agitação por causa da Revolução de 1923, deflagrada no Rio Grande do Sul, sendo que muitos assististas se refugiaram na região.<sup>147</sup> Rauen iniciou a administração com muita dificuldade, por não haver arquivo de espécie alguma, nem local para instalar a prefeitura, que foi instalada “num rancho tosco, perto do cemitério”, somente melhorando esta situação em 1926, quando foi transferida para uma casa melhor.<sup>148</sup>

No mandato de Felipe Rauen, houve uma importante aproximação com o chefe local, considerado um “fora da lei”, Fabrício das Neves.

### 1.4.3 Colonização e antigos posseiros

A questão de limites teve importantes desdobramentos na política de terras desenvolvida pelos dois estados no território contestado. Isso ocorreu tanto no aspecto econômico e social como político e institucional: regularização das posses, criação dos cartórios e do Poder Judiciário. A partir da criação das comarcas de Cruzeiro e Chapecó, houve o ingresso de muitas famílias de imigrantes provenientes do Rio Grande do Sul, agenciadas por empresas colonizadoras, alinhadas com o projeto colonizador do governo. Por isso, é importante fazer a distinção entre a imigração europeia e os movimentos migratórios internos.<sup>149</sup> Esse processo foi marcado não apenas por negociações, mas por conflitos dos grupos envolvidos. A historiografia que tratou da colonização do Oeste Catarinense

<sup>145</sup> SILVA, José Waldomiro. **O oeste catarinense**. 1987. p. 38.

<sup>146</sup> Entrevista realizada com Adgar Bittencourt, em 7 de junho de 2017. Adgar Bittencourt é odontólogo e professor em Joaçaba. Por suas atividades social e acadêmica, recebeu diversas laúreas. É cronista e pesquisador autodidata sobre o movimento social do Contestado.

<sup>147</sup> SILVA, Waldomiro. *Op. cit.*, p. 45.

<sup>148</sup> Em 1928, a vila de Limeira passou a chamar-se Cruzeiro do Sul, e a vila de Cruzeiro, voltou a denominar-se Catanduvas (no plural), continuando, porém, o município com o nome de Cruzeiro. Lei n. 1.608. Palácio da Presidência em Florianópolis, 24 de setembro de 1928. Presidente do Estado, Adolpho Konder. “Leis – 1928”, p. 9 e 10. (Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. 2007. p. 43).

<sup>149</sup> PETRONE, Maria Tereza Schorer. Imigração. In: FAUSTO, Boris *et al.* (org.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. t. 3, v. 9. p. 121.

demonstrou a importância e o impacto desse processo no período imediatamente posterior à guerra e ao Acordo de Limites de 1916.

Analisando o processo de colonização em Cruzeiro, Eunice Nodari observou que o problema de disputa de terras despertou a atenção do governo estadual acerca da necessidade de criação de uma política governamental de povoamento.<sup>150</sup> Com a assinatura do Acordo, a região passou a figurar como área prioritária na política de povoamento da época. A implantação dessa política, por sua vez, possibilitou a migração para a região, a partir das primeiras décadas do século XX, de um contingente significativo de pessoas, devido a maior preocupação do estado.<sup>151</sup> Nesse sentido, a atuação das companhias colonizadoras foi fundamental no processo de colonização do Oeste, uma vez que estas recebiam do governo terrenos devolutos e em troca se comprometiam com o assentamento de colonos e a construção de estradas. Grupos de interesses distintos aliavam-se: o estado catarinense necessitava povoar a região para garantir a posse definitiva, enquanto as companhias recebiam do governo as terras devolutas, que muitas vezes eram por elas demarcadas e vendidas aos imigrantes.<sup>152</sup>

Tratando da colonização na mesma região, José Carlos Radin analisou a forma como as terras do município de Cruzeiro passaram ao controle privado, sob o comando das companhias colonizadoras. Para as autoridades catarinenses, essa política seria uma forma de transformar o “sertão” em terras modernas e civilizadas.<sup>153</sup> Assim, as companhias aproveitaram-se das situações criadas, em especial pelo poder público catarinense, para o controle das terras no município, caracterizando o domínio dos interesses privados sobre o interesse dos grupos que historicamente habitavam a região, com a conivência ou participação de pessoas ligadas ao poder: “[...] o processo de domínio sobre as terras se efetivava sob o

---

<sup>150</sup> O abandono da área por parte dos governos, devido à questão de limites, é referenciado por memorialistas como Alfredo Lemos e Zélia Lemos, de Curitiba; por Paulo Blasi, de Campos Novos; e José Waldomiro Silva, de Joaçaba. Para dar um exemplo, Alfredo Lemos entendia que a causa primordial do Movimento do Contestado era “o abandono da área por parte dos governos, devido a questão de limites com o Paraná, por cuja causa a população do Contestado e mesmo de Curitiba, permaneceu inculta e desorganizada [...]”. (LEMONS, Alfredo de Oliveira; LEMOS, Zélia A. **A história dos fanáticos em Santa Catarina e parte de minha vida naqueles tempos** – 1913-1916).

<sup>151</sup> NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas...** 2009. p. 17.

<sup>152</sup> As Agências de Terras foram criadas pelo artigo 6º da Lei nº 1.147, de 25 de agosto de 1917, que estabeleceu os novos municípios do território anexado, cujas sedes foram instaladas nos municípios de Canoinhas e Cruzeiro. Para o custeio dessas agências, Felipe Schmidt autorizou a abertura de um crédito de quatro contos e meio de réis, a serem pagos a dois agentes e dois escriturários, bem como para o custeio do aluguel de duas casas. (Decreto n. 1.139. Palácio do Governo, em Florianópolis, 18 de Julho de 1918”. “Leis – 1917-1918” p. 178 e 179. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. 2007. p. 237).

<sup>153</sup> RADIN, José Carlos. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro...** 2006. p. 70.

controle de empresários da colonização que destinavam os lotes à agricultura familiar e eram vendidos a colonos.”<sup>154</sup>

Radin constatou, a partir dessa análise, que um pequeno número de novos proprietários passou a controlar uma grande quantidade de terras. No período imediatamente anterior ao Acordo de Limites interestaduais, foram realizadas várias concessões de terras no território contestado, especialmente por parte do Paraná. Baseado nos registros de títulos do Paraná entre os anos 1842 e 1930, percebeu que em muitas situações “[...] o concessionário que pleiteava o registro do título de terra era ‘o mesmo’ e que boa parte desses títulos datam de 31 de agosto e 1º de setembro de 1917, fato que evidencia uma prática oportunista em tais registros, em favor dos requerentes.”<sup>155</sup>

É importante destacar que a cláusula 9 do Acordo de Limites previa que a titularidade das terras registradas pelo Paraná deveria ser respeitada por Santa Catarina. Ou seja, embora o estado catarinense tenha ficado com a extensão maior de terras, deveria reconhecer os registros paranaenses realizados até a data do decreto que sancionou o Acordo. Dessa forma, Radin demonstrou que o controle das terras públicas esteve em mão de alguns chefes políticos locais e que, no início da República, a reafirmação dessa situação acabava por agravar o problema da distribuição de terras na região, resultando na concentração fundiária. Isso mantinha as famílias mais ricas de União da Vitória e Palmas em posição de primazia sobre as terras dos novos municípios de Cruzeiro e Chapecó.

Nodari e Radin, a despeito de ambos os municípios virarem pólos regionais do Oeste, apresentam um contraponto às imagens da colonização comumente associada à “modernização” e dos nacionais ao “atraso”. Tais imagens buscavam justificar o processo de expropriação dos antigos habitantes, enquanto aumentava o fluxo de imigrantes. Apesar de identificarem que, numa “escala evolutiva”, os nacionais eram preteridos frente aos imigrantes associados ao “braço forte e industrioso”, esses autores, devido às fontes utilizadas, apresentam mais informações sobre estes últimos no processo de colonização.<sup>156</sup>

A respeito das atividades cotidianas relacionadas aos “antigos posseiros”, José Waldomiro Silva descreve a região como “[...] uma zona muito pobre, cuja riqueza principal e quase única era erva-mate.”<sup>157</sup> Esse autor menciona em suas memórias a alta produção da cana-de-açúcar, açúcar mascavo e cachaça. Segundo ele, a erva-mate também era comercializada enquanto estava sendo canalizada para os comerciantes com maior poder.

---

<sup>154</sup> RADIN, José Carlos. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro...** 2006.

<sup>155</sup> Ibid., p. 142.

<sup>156</sup> Ibid., p. 161.

<sup>157</sup> SILVA, José Waldomiro. **O oeste Catarinense...**1987. p. 16-17.

Outra atividade, a selaria, era tão importante e presente como “postos de gasolina”, já que o cavalo era um importante meio de transporte.<sup>158</sup> Observando a importância da erva-mate na região, Arlene Renk, argumentou que essa atividade produziu diferentes categorias sociais de trabalhadores: os colonos de origem europeia e os caboclos. Segundo Renk, a “lavoura cabocla”, produzia alimentos para a subsistência e criava animais domésticos, atividades toleradas pelos fazendeiros, pois parte da produção era destinada ao consumo das fazendas.<sup>159</sup>

Nos relatórios de governo, observamos que a produção de alimentos é pouco expressiva em relação à produção da madeira e da erva-mate. Buscando perceber esse crescimento em um período maior de tempo, tomamos como base a pesquisa de Alcides Goularti Filho que cruzou os censos industrial e econômico de 1920.<sup>160</sup> Entre meados da década de 1910 e a década de 1920, o autor observou um aumento significativo de 22 vezes na exportação da madeira e 13 vezes na da erva-mate. Os motivos foram respectivamente o início da colonização do oeste e do Vale do Rio do Peixe, o aumento das exportações para Argentina, via Rio Uruguai, e das exportações para o Rio de Janeiro e a construção da ferrovia. No caso da erva-mate, o aumento das exportações para o Uruguai e Argentina e a estruturação do complexo ervateiro no litoral norte, com a construção da ferrovia e dos engenhos de beneficiamento. Em relação aos alimentos, houve um aumento como um todo, principalmente do feijão, em oito vezes. O motivo foi principalmente o aumento das vendas para São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba.

A presença da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande foi importante para o escoamento da produção agrícola do Meio Oeste. Porém, foi responsável por uma transformação profunda no acesso à terra por parte dos antigos posseiros.

#### **1.4.4 Desdobramentos institucionais da terra**

As mudanças político-administrativas com o advento da República, no que concerne à distribuição de terras, antecedem e também reverberam no processo em que se desenrolou a guerra e a questão de limites, no pós-Contestado.

Uma dessas alterações foi a transferência, com a Constituição de 1891, da responsabilidade de legislar sobre as terras devolutas da União para os estados, acompanhada de novos prazos para as demarcações e os registros em cartório.<sup>161</sup> Isso gerou um espaço

<sup>158</sup> SILVA, José Waldomiro. **O oeste Catarinense...**1987.

<sup>159</sup> RENK, Arlene. **A luta da erva:** um ofício étnico no Oeste catarinense. 2. ed. Chapecó: Argos, 2006.

<sup>160</sup> GOULARTI FILHO, Alcides. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina.** 2001. p. 51.

<sup>161</sup> O artigo 64 da Constituição de 1891 atribuía aos estados o domínio das terras devolutas existentes em seus respectivos territórios, ficando sob a responsabilidade da União o território necessário para a defesa das

propício para a grilagem, uma vez que a legislação não impedia que muitos proprietários que tinham títulos de terras por doação fizessem estender domínios, omitindo a presença das terras públicas e, conseqüentemente, da população cabocla e indígena nelas presente.<sup>162</sup> Sem títulos de propriedade ou de qualquer outra natureza e desconsiderados como cidadãos, indígenas e caboclos foram alijados desse processo.

No início do período republicano, começou-se a delinear uma política estadual de terras em Santa Catarina que seguia muito de perto o projeto imperial da Lei de Terras de 1850, nos quesitos regularização de antigas posses e estímulo à colonização europeia. O governo catarinense tinha como objetivos a regularização definitiva de antigas posses e a venda das terras devolutas para o incentivo da pecuária e da lavoura. Segundo Machado, a política estadual partia da premissa de que era necessário desenvolver a indústria pastoril e agrícola. Essa política baseava-se no fomento da colonização europeia para o desenvolvimento de uma lavoura comercial, submetida aos interesses do capital mercantil e de empresas particulares especializadas em especulação de terras, além do crescimento da oferta de pastagens para os pecuaristas do planalto.<sup>163</sup>

Nesse contexto, houve o estabelecimento de empresas estrangeiras no Brasil, entre elas, do grupo Farquhar. Esse grupo recebeu do governo brasileiro concessões para a construção de ferrovias, como a EFSPRG.<sup>164</sup> Especialmente no Vale do Rio do Peixe, a colonização foi comandada por empresas pertencentes à Brazil Railway Company, que, a partir de 1908, virou a acionista majoritária da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. A ferrovia percorreu o trecho entre Porto União e Marcelino Ramos, com extensão de 372 km, margeando quase toda a extensão do Rio do Peixe.<sup>165</sup> Esse trecho fazia parte da “Linha Porto União-Rio Uruguay”, ao longo da qual foram instaladas as seguintes estações: Porto União, São João (Matos Costa), Calmon, Presidente Pena, Rio Caçador, Rio das Antas, Rio das Pedras (atual Videira), Pinheiro Preto, Rio Bonito (hoje Tangará), Herval (Herval d’Oeste), Rio Capinzal, Rio do Peixe (atual Piratuba) e Rio Uruguay. As estações deram

---

fronteiras, fortificações, construções militares e ferrovias. Sobre terras públicas e devolutas, cf. SILVA, Ligia Osório. **Terras Devolutas e Latifúndio**: Efeitos da Lei de 1850. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996 e MOTTA, Márcia. **Dicionário da terra**. 2005.

<sup>162</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de terras em Santa Catarina... 2011. p.122.

<sup>163</sup> Ibid. p. 138-139.

<sup>164</sup> A concessão foi feita pelo Decreto n. 10.432, de 9 de novembro de 1889, que concedeu à Companhia a autorização para construção, uso e gozo da estrada de ferro desde as margens do Itararé em São Paulo até Santa Maria da Boca do Monte, no Rio Grande do Sul. Entre os privilégios estavam a cessão gratuita das terras devolutas de 30 km nas margens dos trilhos. O Decreto n. 305, de 7 de abril de 1890, confirmou o decreto imperial, com alterações nas cláusulas referentes à cessão gratuita das terras, em especial que reduzia para 15 km e com a condição de essa mesma área ser colonizada no prazo de 50 anos, que contavam desde 1890.

<sup>165</sup> CAVALLAZZI, Rosângela L. **Contestado**: espaço do camponês... 2003. p. 53.

nome a muitas das futuras colônias criadas pelo grupo Farquhar, ou indiretamente por suas companhias particulares, que passaram a assumir as obrigações relativas à colonização.<sup>166</sup> Um mapa marcando as estações consta em anexo.<sup>167</sup>

Rosângela Cavallazzi analisou a influência exercida pelo capital estrangeiro, em especial o representado pela Brazil Railway Company, nesse trecho entre União da Vitória em direção ao Rio Uruguai.<sup>168</sup> Considerando que a concessão das terras marginais à ferrovia estava condicionada a sua colonização e seu aproveitamento – sob pena de reverterem aos domínios do poder público federal, no prazo de 50 anos a contar de 1890 –, a Brazil Railway Company passou a demarcar e medir as terras para implantação dos núcleos coloniais, bem como estabeleceu uma subsidiária, a Southern Brazil Lumber and Colonization Company, criada em 1908, para exploração madeireira e também colonização no Oeste Catarinense.<sup>169</sup>

A colonização impulsionou a extração madeireira, que passou a ser a atividade econômica mais lucrativa da região nas primeiras décadas após a chegada das colonizadoras. Juntamente com a indústria da erva-mate, essas duas atividades passaram a ser o foco da economia, que se pretendia conectar ao mercado capitalista. Isso alimentava na região uma verdadeira corrida ao governo estadual, da parte dos fazendeiros e de seus prepostos, com o objetivo de ampliarem suas concessões de terra, para futura e lucrativa revenda para fins de colonização.<sup>170</sup>

Da parte da Southern Brazil Lumber and Colonization Company, Cavallazzi constatou contratos com o governo do estado catarinense, a exemplo de outras empresas colonizadoras, como a Bertaso, Maia e Cia, que se encarregava da estrada de rodagem do Passo de Goio-En ao Passo dos Índios, em Chapecó, recebendo em pagamento terras devolutas no Rio Engano, na Comarca de Cruzeiro. Os contratos entre o estado e a empresa acentuavam as ligações e os interesses comuns entre as partes, em detrimento dos posseiros. O estado fazia o pagamento da construção da ferrovia e da construção de estradas em terras devolutas, agravando a situação, já precária, das concessões de terras. No processo de demarcação, as terras dos “fazendeiros”, que se encontravam entre as havidas por concessão e tinham algum tipo de aliança com a empresa, eram respeitadas. Já as dos “posseiros” eram demarcadas e estes acabavam sendo delas expulsos.<sup>171</sup> Dessa forma, as terras públicas, antes de serem alvo da colonização pelas companhias, foram disputadas por chefias locais, líderes de vaqueanos,

<sup>166</sup> CAVALLAZZI, Rosângela L. **Contestado**: espaço do camponês... 2003. p. 54.

<sup>167</sup> Ver Anexo B.

<sup>168</sup> CAVALLAZZI, Rosângela L. Op. cit., p. 16-17.

<sup>169</sup> Ibid., p. 60.

<sup>170</sup> Ibid., p. 38.

<sup>171</sup> Ibid., p. 58, 79.

comerciantes ervateiros e exilados na fronteira oeste que, na condição de posseiros, procuravam consolidar seus domínios.

Se necessário, a empresa acionava tutela jurisdicional. E foi o que a Companhia fez, durante a década de 1920, quando entrou com processos de reintegração de posse contra alguns posseiros, que, por sua vez, fizeram o mesmo e processaram a Companhia. Das nove ações judiciais analisadas de posseiros e proprietários regularizados que processaram individualmente a Companhia, na década de 1920, a autora constatou que a Companhia venceu a maior parte delas. Isso sustentou a sua hipótese sobre o impacto do capital estrangeiro, personificado na Brazil Railway Company, no processo de institucionalização da terra em propriedade privada na região.<sup>172</sup>

A assinatura do Acordo de Limites, em 1916, não impediu o avanço de grandes proprietários na região contestada, e o incentivo por ambos os estados, por meio de expedição de títulos de propriedade, intensificava a expropriação dos habitantes da região.<sup>173</sup> Esse avanço chocava-se, portanto, com a presença de famílias de antigos proprietários e posseiros, muitas delas de lavradores e criadores provenientes do Rio Grande do Sul.<sup>174</sup> A mudança institucional da aquisição da terra também gerou consequências nas relações sociais, como a coexistência das antigas formas de compadrio com as novas formas de agricultura familiar.

#### 1.4.5 Levantes

Muitas coisas aconteciam no decorrer do processo de colonização, além da chegada dos imigrantes europeus, oriundos do Rio Grande do Sul, ao Meio Oeste catarinense. A colonização não foi nem de longe um processo pacífico e sem conflitos. No período pós-Contestado, se efetivava uma nova forma de ocupação, na qual coexistiram diferentes formas de acesso à terra consoante ao projeto colonizador encampado pelo estado.

Exemplos disso são os levantes que ocorreram na comarca de Cruzeiro, voltados mais diretamente para o impedimento dos trabalhos de medição e demarcação empreendidos por prepostos da Companhia ferroviária. Em março de 1921, houve um levante de “caboclos

<sup>172</sup> CAVALLAZZI, Rosângela L. **Contestado**: espaço do camponês... 2003. p. 11.

<sup>173</sup> Havia ainda o agravante da cláusula 9 do Acordo já mencionada, que estabelecia a prioridade da titularidade paranaense frente aos proprietários catarinenses, caso fossem contestados os bens de imóveis que passavam para a jurisdição catarinense. (MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de terras em Santa Catarina...* 2012. p. 130.).

<sup>174</sup> Sobre o processo da entrada de agricultores rio-grandenses em Santa Catarina, cf.: ZARTH, Paulo A. Colonos imigrantes e lavradores nacionais no Sul do Brasil: projetos de ocupação da terra em conflito. p. 223-242. In: \_\_\_\_\_. (org.). **História do campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2012.

revoltados” em Catanduvas, liderados por Antonio Palhano.<sup>175</sup> O objetivo era conter a invasão de suas terras pelos colonos e colonizadores, o que culminou num tiroteio entre os caboclos e os civis armados e na morte do engenheiro Witold Roguski. Antonio Palhano era chefe caboclo conhecido por acompanhar o monge José Maria e próximo de Fabrício das Neves. Roguski era imigrante e iniciara seus trabalhos como engenheiro contratado pelo estado do Paraná. Em sua pesquisa de doutorado, Viviani Poyer identificou uma questão diplomática entre Brasil e Polônia, decorrente desse conflito.

Em 31 de outubro do mesmo ano, houve outro levante de posseiros. Um grupo de prepostos da Companhia, entre eles agrimensores, que fazia a divisão de lotes coloniais na Fazenda Rancho Grande, foi abordado por Santos Titão e mais quatro homens. Armados e com uma carta que tinha a assinatura do rábula Henrique Rupp, declararam que iam embargar os serviços de medição, mandando que largassem o trabalho e se retirassem do local.<sup>176</sup>

Ambos os levantes, que são tratados no capítulo 4, ocorreram na comarca de Cruzeiro e reclamavam seus direitos sobre as terras nas quais a Companhia, através das suas subsidiárias, estava procedendo a divisão de lotes. Entretanto, tanto a Brazil Railway Company como a sua subsidiária Southern Brazil Lumber and Colonization Company tinham cláusulas nos seus contratos sobre o trato com os caboclos, cabendo a responsabilidade ao locatário, que ficava “[...] obrigado a promover a retirada de intrusos.”<sup>177</sup>

Em 1924, houve o levante dos comerciantes, na estação Rio Capinzal, que reclamava a falta de transportes. O levante foi noticiado pelos jornais de São Paulo e Santa Catarina, destacando a aflitiva situação do comércio local, que suspendeu as suas transações em virtude da falta de transporte. Isso atingiu os comerciantes estabelecidos em São Paulo com casas de importação de produtos no Sul do país, como alfafa e feijão.<sup>178</sup> O jornal O Estado de São Paulo noticiou que o problema de carregamento de carga na estação decorreu do fato de a São Paulo-Rio Grande, depois de recusar os embarques para Itararé, “o caminho mais rápido e barato, pretendeu que os comerciantes do Rio Capinzal, despachassem suas mercadorias via São Francisco, onde seriam reembarcados, por via marítima para Santos, com crescentes

<sup>175</sup> SILVA, José Waldomiro. **O oeste catarinense...** 1987. p. 37-38.

<sup>176</sup> Esse episódio faz parte do termo de assentada das testemunhas que testemunharam para a Justificação requerida pela Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, envolvendo a propriedade Rancho Grande, no Município de Cruzeiro, em 1921. (*apud* CAVALLAZZI, Rosângela L. **Contestado**: espaço do camponês... 2003. p. 87.).

<sup>177</sup> Trata-se do conteúdo de uma cláusula do contrato de compra e venda entre a Companhia ferroviária e a Companhia Colonizadora Teodoro e Capelli, referente às propriedades Rio das Antas e Rio Uruguai, realizado em 1921. Autos de ação reintegratória, 1921. (*apud* CAVALLAZZI, Rosângela L. **Contestado**: espaço do camponês... 2003. p. 78.).

<sup>178</sup> O Estado de São Paulo, 08/04/1924.

despesas de frete, armazenagem e estivadores.”<sup>179</sup> Considerando uma afronta, os comerciantes reuniram-se, improvisando um levante. Após ocuparem a estação, “onde acamparam 300 homens,” apreenderam um trem de carga, um funcionário da ferrovia e transmitiram um telegrama à diretoria da Estrada, avisando que não trafegaria trem de carga por aquela estação, enquanto os comerciantes não tivessem à sua disposição um trem especial, para transportar as suas mercadorias, diretamente, para Itararé.

Meses depois, o jornal Republica noticiava o intenso movimento comercial naqueles tempos, sendo grande o número de vagões carregados de milho, alfafa e outros gêneros das colônias rumo a São Paulo e Paraná.<sup>180</sup> Segundo a publicação: “Quase todos os trem de carga levam sempre de 3 a 6 vagões carregados facto que sobremaneira vem comprovar a grande importância desse centro produtor, indiscutivelmente o maior de toda linha Porto-Marcellino Ramos.” A notícia não especifica se este transporte era diário, mas atribui à carência de transportes o lento desenvolvimento da região no lado direito do Rio do Peixe, “onde os terrenos de cultura são superiores e em enormes extensões.”

#### **1.4.6 Projeto político do estado x projetos alternativos de colonização**

Cada vez mais as empresas estrangeiras tinham interesse em colonizar as áreas de terras recebidas por concessão do governo federal, pois a sua reversão para os domínios da União ocorreria em 1940, quando terminaria o prazo de 50 anos que tinham para a colonização e aproveitamento. No entanto, se a Companhia lançava cláusulas delegando às subsidiárias a defesa ou “limpeza” dos terrenos, por outro lado, também fazia alianças com quem considerava ser da população nacional. Exemplo disso foi o contrato de compra e venda entre a Companhia e Fabrício das Neves, na propriedade Rio Engano, em 1920.<sup>181</sup>

Celso Martins investigou a trajetória de Fabrício das Neves e observou que, em Cruzeiro (nos atuais municípios de Concórdia e Irani), diversos posseiros, “[...] protegidos pelo acordo de Fabrício, conquistaram legalmente suas terras junto a Brazil Development and Colonization Company”, empresa sucessora da Southern Brazil, Lumber and Colonization Company, subsidiária da Brazil Railway Company. E, após sua morte, em 1925, muitos

<sup>179</sup> O Estado de São Paulo, 08/04/1924.

<sup>180</sup> A Republica, p. 3, coluna 4, 12/11/1924.

<sup>181</sup> “A área que a outorgante se compromete a vender na propriedade Rio Engano e os outorgados a comprar é de 89.208 ha ou seja 3.686 e 28 centésimos lotes de 10 alqueires cada um somente, porque da área total da mesma propriedade que é de 107.358 ha, a outorgante deduziu 18.150 ha ou sejam 750 lotes os quais serão vendidos pela outorgante aos sertanejos que já fizeram suas requisições e na conformidade dos contratos que a mesma outorgante lavrou com o José Fabrício das Neves e outros para evitar questões com intrusos”. (*apud* CAVALLAZZI, Rosângela L. **Contestado**: espaço do camponês... 2003. p. 79.).

caboclos ficaram “desprotegidos” e acabaram sendo expulsos da região.<sup>182</sup> Daí sua trajetória ser associada à atuação junto aos caboclos da região, para legalizarem suas terras no contexto em que o estado incentivava a colonização com imigrantes europeus oriundos do Rio Grande do Sul, no início do século XX.<sup>183</sup>

Estabelecido como posseiro nas terras que pertencia ao Grupo Farquhar, Fabrício das Neves era malvisto pelas autoridades oficiais. Em 1919, o governador em exercício, Hercílio Luz, enviou uma mensagem ao Congresso Representativo, narrando que a situação de Cruzeiro era causa de grande apreensão:

Boatos os mais descontraídos e aterradores pareciam indicar um levante próximo de elementos perniciosos à frente dos quais se encontraria José Fabrício das Neves. [...] Convém, porém, não descurar do policiamento da região que abrange os municípios de Cruzeiro e de Chapecó, de modo a permitir que a população ordeira vá afastando, insensivelmente, com o tempo, os aventureiros que do banditismo fazem praça e do assassinio fazem profissão. [...] Presa a sua atenção em tão grave assumpto, o Governo, não obstante todo o seu esforço, com a dificuldade da insuficiência do effectivo da força pública, assaz restricto para attender ás necessidades oriundas com a incorporação do territorio que coube ao Estado de Santa Catharina, em consequencia do accordo firmado entre este e o Paraná. A não ser o movimento suffocado a que alludi, nenhum outro veio alterar a ordem pública do Estado, o que demonstra a indole pacífica do nosso povo, devidamente comprehendida pelo Governo.<sup>184</sup>

Dois anos antes, em 1916, o Ga Setembrino de Carvalho também orientava o policiamento da região, assunto sobre o qual o governador Felipe Schmidt discorreu em mensagem do governo ao Congresso Representativo:

A acção militar do Contestado terminou e, de agora em diante, a pacificação definitiva será obtida mediante um policiamento rigoroso que na minha opinião mais compete aos governos dos Estados conflagrados, policiamento que se impõe mesmo nas épocas normaes. Comtudo, em obediência as instruções do governo ficará no Contestado tropa federal para garantir a paz.<sup>185</sup>

Nodari percebeu que, apesar de a literatura existente apontar que as elites que compunham as cidades do Oeste de Santa Catarina eram em sua maioria compostas de teutos e ítalos, dada a especificidade do momento político, houve, tanto em Cruzeiro como em Chapecó, uma elite de origem luso-brasileira que ocupava os principais cargos do poder

<sup>182</sup> MARTINS, Celso. **O mato do tigre e o campo do gato...** 2007. p. 89.

<sup>183</sup> Utilizo a denominação migrantes e imigrantes tanto por serem europeus recém-chegados como por serem migrantes vindos do Rio Grande do Sul, descendentes de europeus de colônias mais antigas.

<sup>184</sup> SANTA CATARINA. Mensagem apresentada por Hercílio Pedro da Luz, vice-governador em exercício, do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina, em 22 de julho de 1919. O governador de Santa Catarina, na época, era Lauro Müller.

<sup>185</sup> SANTA CATARINA. Mensagem apresentada pelo Felipe Schmidt ao Congresso Representativo do Estado, em 14 de agosto de 1916, p. 11-12. O Governador do Paraná era Affonso Alves de Camargo e o presidente da República na época era Wenceslau Braz Pereira Gomes.

público.<sup>186</sup> Eram prefeitos, delegados de polícia, juízes de direito, vereadores e funcionários de órgãos pertencentes ao governo, muitos deles transferidos da capital do estado e que permaneceram por vários anos no município. Esses indivíduos acabaram ditando as normas, especialmente durante o Estado Novo, quando as etnias alemã e italiana tiveram que se preocupar em garantir a sua sobrevivência econômica, social, cultural e física, diante do processo de nacionalização que os colocou em perigo.

O estudo de casos que envolve sujeitos como Fabrício das Neves possibilita visualizar um outro tipo de “elite”, que tinha forte atuação na região, mas não chegou a compor o quadro oficial do município. Contudo, isso não os impedia também de ditar regras na construção daquela sociedade. Dessa forma, o estudo acerca do inquérito envolvendo a morte de Fabrício das Neves, junto com outras fontes do período, pode ajudar a explicitar conflitos políticos que criminalizavam ações contrárias ao projeto em curso do estado referente à política de terras, por exemplo, que privilegiava a colonização europeia. Além desse, a trajetória desse personagem pode contribuir com outros aspectos para se aproximar e entender outras dimensões do contexto pós-Contestado.

---

<sup>186</sup> NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas**. p. 19-20.



## CAPÍTULO 2 – O MOVIMENTO DE JOSÉ FABRÍCIO DAS NEVES: INSUBMISSÃO E INCERTEZAS NO SERTÃO

Este capítulo parte do inquérito policial-militar que apurou a morte do coronel José Fabrício das Neves e seus companheiros, em 1925. Esse personagem, pouco estudado na historiografia do Contestado, teve uma importante atuação no território que então se incorporou a Santa Catarina, em 1917. Antigo *maragato* e ex-rebelde do Contestado, o inquérito policial apresenta uma variedade de informações da atuação de chefes locais, outrora considerados bandidos, que se organizaram em batalhões patrióticos para servir às forças do governo na luta contra os tenentes, em 1924. Em meio a esse objetivo maior, no entanto, envolveram-se em luta no Irani, onde, anteriormente, ocorreu a batalha do Banhado Grande, em 1912, que marca o início da Guerra do Contestado.<sup>187</sup> Qual o motivo do crime? Por que os grupos estavam organizados em batalhões patrióticos? Como e por quem eram formados esses batalhões? Por que novamente Irani foi palco de luta, e não outro lugar? E, principalmente, o que a trajetória de Fabrício das Neves, aliado da resistência cabocla e, posteriormente, do governo nos mostra sobre aquele contexto?

Buscando responder esses questionamentos, focamos no movimento político-militar dos civis e militares que atuaram nas forças em prol do governo, chamados governistas ou legalistas. Sem deixar de lado as rivalidades internas das forças conflitantes, procuramos relacionar as questões federal e local ligadas às crises políticas da Primeira República, entre elas, as disputas oligárquicas e interoligárquicas e a série de levantes posteriormente denominados tenentistas.

As duas comarcas de Cruzeiro e de Chapecó, que formaram o Oeste Catarinense após 1917, passaram por intenso processo de colonização. Para efetivá-lo, o estado e seus representantes usaram como um dos instrumentos a prática do coronelismo. A utilização de patentes militares foi muito comum entre os envolvidos na política da Primeira República, não se restringindo à formação militar ou à Guarda Nacional. Esse era o caso de Fabrício das Neves e de outros “coronéis” que atuaram como elo na formação do território e na construção de um contexto político local disputado por fortes interesses comerciais ligados às atividades da madeira, da erva-mate e da colonização. A emboscada que o levou a morte e de seus companheiros pode ser considerada apenas a “ponta do iceberg” de uma permanente instabilidade política e de incertezas na região depois da Guerra do Contestado e do Acordo de Limites de 1917.

---

<sup>187</sup> Irani era o quinto distrito da Comarca de Cruzeiro.

## 2.1 JOSÉ FABRÍCIO DAS NEVES E MARCELINO RUAS

No dia 2 de abril de 1925, foi aberto um inquérito policial devido ao aparecimento de diversos cadáveres nas margens do Rio Irani. As testemunhas que prestaram as primeiras declarações reconheceram que as vítimas eram José Fabrício das Neves, Alfredo Manoel dos Santos, Augustinho de Tal (vulgo Pitôco), Augustinho Ferreira Vilques, Francisco Ferreira Vilques e Cezarino de Tal. Entre as vítimas e as testemunhas, havia remanescentes que se envolveram direta ou indiretamente na Batalha do Irani.<sup>188</sup> Os apontados como responsáveis pelas mortes foram os homens que compunham as forças de Marcelino Ruas e seus irmãos, além de um oficial do Exército, tenente-coronel Ayrton Plaisant.<sup>189</sup> As primeiras declarações informam que José Fabrício das Neves era legalista e organizou um batalhão com um grande número de homens que ia em direção a Palmas (no Paraná) e voltou ao Irani com aproximadamente 200 homens, para serem incorporadas às forças de Marcelino Ruas. Estas forças, por sua vez, também compunham um batalhão patriótico para a defesa da legalidade. Além disso, ambos seriam amigos, existindo entre eles um negócio de terras superior a 100 contos de réis.<sup>190</sup>

O inquérito policial foi instaurado a partir da denúncia apresentada pelo promotor público, em 14 de maio de 1925, na comarca de Cruzeiro. A denúncia apresentou que, em janeiro de 1925, os irmãos Marcelino Ruas, José Camilo Ruas, Antonio Thomaz Ruas e Napoleão Ruas achavam-se “[...] a frente de um numeroso grupo de homens armados e que pareciam organizados em batalhão patriótico.” Os denunciados estavam com “[...] vestes parecidas com os uniformes militares e ostentavam emblemas semelhantes a galões” e diziam ser oficiais do batalhão patriótico, sob as ordens de Marcelino Ruas. Ao encontrarem o batalhão de Fabrício das Neves, “[...] fingiram cumprimentá-los amistosamente quando formaram um cerco, os prenderam e assassinaram.”<sup>191</sup> O promotor concluiu que as vítimas foram assassinadas pelas forças de Marcelino Ruas, e os cadáveres “[...] sepultados, nas mediações do Passo do Rio do Campo no 5º districto de Irany.” Dessa forma, requereu a

---

<sup>188</sup> Inquérito Fabrício das Neves. f. 3. A vítima Alfredo Manoel dos Santos foi combatente na batalha do Banhado Grande, ao lado do Monge, e a testemunha Caetano de Tal também consta como ex-combatente. (MARTINS, Celso. **O mato do tigre e o campo do gato**... 2007. p. 26-27.). As pessoas que ajudaram no enterro foram Domingos Rodrigues dos Santos, Pedro Manoel Palhano, João Avelino Paz, Polidório Fabrício das Neves, Francisco Rodrigues dos Santos, Pedro Alves, Caetano de Tal e Luiz Ignacio.

<sup>189</sup> Ibid., f. 8-8v. Os depoimentos fazem parte do Auto de declarações. A partir de julho, quando foram intimados os acusados, algumas das mesmas testemunhas voltam a dar depoimentos no auto de qualificação. Todas as informações sobre as testemunhas foram reunidas em uma lista no Anexo C.

<sup>190</sup> Ibid., f. 8.

<sup>191</sup> O promotor era Leonardo Antonio Lobato. (Inquérito Fabrício das Neves. f. 1-2.).

prisão preventiva dos denunciados, ao qual o juiz negou.<sup>192</sup> A defesa dos acusados alegou as “condições especialíssimas” em que se encontravam Marcellino e seus irmãos, “em operações de guerra sob ordens superiores”, cujo objetivo era a captura de outro coronel: o “rebelde Fabrício Vieira”. Por isso, o caso fugia “a alçada da justiça cível”, apresentando como prova o inquérito militar aberto anteriormente e pedindo a nulidade do processo pela incompetência de foro. O juiz julgou improcedente a denúncia do promotor que, por sua vez, recorreu ao Superior Tribunal de Justiça do Estado. Devido às circunstâncias em que o crime ocorreu, o STJ sentenciou que o juiz da comarca não poderia julgar crimes da alçada da justiça militar. Em acórdão, os desembargadores não reconheceram o recurso interposto e condenaram a Fazenda do Estado ao pagamento das custas, em 2 de fevereiro de 1926, sendo encerrado o caso.<sup>193</sup>

Essa é a versão simplificada do caso: o encontro das forças patrióticas comandados por Fabrício das Neves e Marcelino Ruas, que foi uma emboscada do último contra o primeiro – quando, no entanto, o alvo era um terceiro coronel, Fabrício Vieira –, tendo os desembargadores acordado em deixar a decisão para a justiça militar. A decisão final ficou por conta do general da 5ª Região Militar, João Nepomuceno Costa, que no inquérito militar, concluído em 11 de fevereiro de 1925, agradeceu pela “desmobilização” das forças de Fabrício das Neves.

Esse tipo de fonte produzido pela Justiça limita-se a apurar um delito ou crime e, embora apresente uma decisão final, não oferece subsídios suficientes para explicar por si só o conflito ocorrido, além de guardar dissonâncias nos depoimentos. O inquérito militar, por sua vez, apurou mais detalhes das ações dos comandantes e possibilita identificar a circulação e atuação dessas chefias locais no território do ex-Contestado. Ao mesmo tempo em que possui vestígios de um contexto local em formação, esse episódio evidencia o envolvimento desses batalhões no conflito que o Exército Nacional comandava contra os tenentes rebelados no mesmo período. Dessa forma, o aparente imbróglio deste caso envolvendo os três coronéis pode ser melhor compreendido no contexto das instabilidades políticas da Primeira República e da interiorização das instituições judiciárias em um território recentemente incorporado ao estado catarinense, conforme foi tratado no capítulo anterior.

---

<sup>192</sup> A prisão foi requerida pelo artigo 294, § 1º do Código Penal, combinado com o art. 18, § 3º. O art. 294 refere-se a matar alguém, sendo o § 1º, pena de prisão celular de 12 a 30 anos. O art. 18 define aos autores como (conforme o § 3º) os que, antes e durante a execução, prestarem auxílio, sem o qual o crime não seria cometido. O Código Penal de 1890 era o vigente nessa época. (Coleção de Leis do Brasil. 1890. v. X. p. 2664.

<sup>193</sup> Inquérito Fabrício das Neves. f. 12v/40/44/73.

## 2.2 INSTABILIDADES POLÍTICAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Para compreender melhor o contexto em que o referido caso se deu e os imbrólios políticos regionais e estaduais, é importante explicitar alguns aspectos referentes às instabilidades políticas no Brasil durante a Primeira República. Isso ocorre uma vez que esse é um período permeado por intensa instabilidade, advinda, entre outros aspectos, das crises políticas que se aprofundaram nos anos 1920.

Há um consenso na história econômica brasileira em considerar esse período marcado pelo predomínio da economia agroexportadora, sendo o setor cafeeiro seu principal expoente, ao qual se associava o desenvolvimento nacional. O âmbito político foi marcado pela dominação das oligarquias agrárias, que se aliaram à hegemonia dos cafeicultores a partir da presidência de Campos Sales (1898-1902). O governo incorporava esses interesses, legitimando as oligarquias na chamada “política dos governadores”, que alternava os presidentes civis influenciados pelo setor agrário de São Paulo e de Minas Gerais, representantes do Partido Republicano dos seus respectivos estados.<sup>194</sup>

Em 1922, as oligarquias de ambos os estados apoiaram a candidatura de Artur Bernardes, aliado ao domínio da oligarquia cafeeira. Isso gerou uma reação por parte das oligarquias fora do eixo cafeeiro, não menos importantes, dos estados do Rio de Janeiro, de Pernambuco, da Bahia e do Rio Grande do Sul, cujo grupo era denominado Reação Republicana, que apoiava o candidato Nilo Peçanha.<sup>195</sup> O ex-presidente Hermes da Fonseca (1910-1914) também disputava a eleição. Entretanto, um jornal de grande circulação publicou as chamadas Cartas Falsas, atribuídas a Artur Bernardes, que ofendiam o posto militar do marechal. Esse episódio foi considerado uma afronta à honra militar, gerando protestos por parte do Exército. A tensão político-militar agravou-se quando o presidente Epitácio Pessoa (1919-1922), último advogado de Santa Catarina na questão de limites de 1916, elegeu o primeiro civil para ministro da Guerra, aumentando o descontentamento de boa parte da oficialidade, além de apoiar a candidatura do seu sucessor, Artur Bernardes. Apesar da forte oposição, em março de 1922, Bernardes foi eleito presidente, sendo que tomaria posse em novembro. O Clube Militar, presidido pelo marechal Hermes, sugeriu a organização de um

<sup>194</sup> FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

<sup>195</sup> Discutindo sobre a clássica abordagem do revezamento do poder político nacional centrado nos estados de São Paulo e Minas Gerais, com grande número de eleitorado, Cláudia Viscardi problematiza as desavenças internas entre as oligarquias dominantes, bem como a acentuada importância dos estados dissidentes como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. (VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012).

Tribunal de Honra para investigar a lisura das eleições, o que foi repellido pelo Congresso Nacional.

A eleição presidencial de Pernambuco foi outro agravante, devido à intervenção de Epitácio para garantir a sucessão do Partido Republicano naquele estado, o que foi duramente criticado pelo marechal Hermes.<sup>196</sup> Alegando indisciplina militar, Epitácio Pessoa decretou fechar por seis meses o Clube Militar, ao que Hermes da Fonseca reagiu, motivo que o levou à prisão.<sup>197</sup> Em 5 de julho de 1922, os oficiais mais exaltados se rebelaram no Rio de Janeiro e em Mato Grosso. Na Fortaleza de Copacabana, se desenrolou o Levante dos 18 do Forte, que ganhou visibilidade e respeito do público pela demonstração de nacionalismo.<sup>198</sup> Na sequência, teve início uma série de levantes posteriormente designados tenentistas. Os dois principais focos seguintes foram o Rio Grande do Sul, na Revolução de 1923, e São Paulo, na Revolta Paulista em 1924. As tropas tenentistas uniram-se, em 1925, no estado do Paraná, formando a Coluna Prestes, liderada por Luiz Carlos Prestes.<sup>199</sup> O movimento era contra as oligarquias dominantes personificadas em Artur Bernardes e defendia a participação de mais setores sociais nas decisões da vida política do país, por meio do fim do voto de cabresto e da instituição do voto secreto.

O estado de sítio que já estava instaurado foi prorrogado por Artur Bernardes às vésperas da abertura do Congresso, em 1923. Os presidentes de estado eleitos simpáticos a Nilo Peçanha foram duramente reprimidos no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. No estado gaúcho, Bernardes apelou para a oposição, representada pelos antigos *maragatos*, que há muito estavam descontentes com os desmandos do presidente que se reelegeria pela quinta vez. Borges de Medeiros era representante do Partido Republicano Rio-grandense e sucessor de Júlio de Castilhos; manteve-se no poder de 1898 a 1928. Em 1922, voltou a se candidatar, gerando descontentamento não apenas da oposição, mas de republicanos democráticos.

Segundo Joseph Love, politicamente, Borges temia que Artur Bernardes tentasse realizar alguma reforma constitucional, reduzindo a autonomia estadual e a força das

---

<sup>196</sup> Segundo Juarez Távora, Hermes da Fonseca teria sugerido por telegrama ao comandante das forças federais de Pernambuco que não guarnecesse os arbítrios que lá se consumavam, pois “as situações políticas passam, o Exército fica”. (TÁVORA, Juarez. **À Guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924**. São Paulo: O Combate, 1927. v. 1. p. 44.).

<sup>197</sup> O fechamento do clube militar foi baseado num decreto que autorizava interditar, em nome da moral pública, casas de jogos e prostituição. TÁVORA, Juarez. Op. cit., p. 47.

<sup>198</sup> BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue**: Exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945. Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo: Edusp, 2009. p. 355.

<sup>199</sup> LANNA JÚNIOR, Mário Cléber. M.. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, v. 1. p. 322-323.

correntes políticas dominantes em cada região. A oposição gaúcha, liderada por Joaquim Francisco de Assis Brasil e favorecida pela insatisfação de antigos fazendeiros atingidos pela crise da pecuária, principal atividade econômica do estado, apoiou a indicação de Artur Bernardes.<sup>200</sup> Este, depois de eleito, garantiu o apoio do governo federal às oposições gaúchas contra a reeleição de Borges, o que não a impediu, culminando com uma guerra fratricida, minimizada com o Pacto de Pedras Altas. Esse levante ficou conhecido como Revolução de 1923, teve início no dia marcado para a posse do presidente de estado, em 25 de janeiro de 1923, e perdurou por quase oito meses. Borges contava com um efetivo estadual de 12 mil homens, além dos corpos provisórios formados por civis, enquanto os rebeldes compunham aproximadamente a metade desse número.<sup>201</sup> Os rebeldes tiveram de adotar uma estratégia específica de combate, fragmentando as tropas e os comandos. Artur Bernardes via-se pressionado pelas divergências dos altos escalões militares desde a sua candidatura, além de o Rio Grande do Sul concentrar grande número de oficiais por ser área de fronteira. Com a guerra de movimentos, os rebeldes de Assis Brasil evitavam o conflito direto, com o objetivo de seguir com a luta até que o governo Bernardes decretasse a intervenção no estado. Suas tropas eram comandadas por Zeca Neto, Leonel Rocha, Filipe Portinho e Honório Lemes que, posteriormente, vão compor as forças da Coluna Prestes.<sup>202</sup> As tropas legalistas foram comandadas por Firmino Paim Filho (filho de Elisário Paim), Claudino Nunes Pereira, que, por sua vez, perseguiriam a Coluna de Prestes no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

Em fins de outubro de 1923, Bernardes nomeou o general Fernando Setembrino de Carvalho para mediar a pacificação no Rio Grande do Sul. Esse pacto foi conduzido na maior parte pelo antigo ministro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, Tavares de Lira, que incorporou no tratado grande parte das reivindicações dos antigos *maragatos* e mediou para que se aceitasse o mandato de Borges, desde que este ficasse impedido de se reeleger.<sup>203</sup> Setembrino de Carvalho também fez uma mediação importante, constatando com os “chefes em armas” a insegurança, devido às derrotas pelas quais haviam passado as forças rebeldes,

---

<sup>200</sup> LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris *et al.* (org.). **História geral da civilização brasileira**. 8. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006. t. 3, v. 8. cap. 3: O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. p. 126-127.

<sup>201</sup> SILVA, Hélio. **1922: Sangue na Areia de Copacabana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. v. 1: O ciclo de Vargas. p. 302.

<sup>202</sup> Felipe Portinho participou da Revolução Federalista em 1893 ao lado dos federalistas no posto de Tenente Coronel da Guarda Nacional, combatendo os republicanos de Júlio de Castilhos. Na Revolução de 1923, chefiou mais de 1.000 homens a favor de Castilhos contra Borges de Medeiros.

<sup>203</sup> SILVA, Hélio. **1922...1972**. p. 296-305.

além de muitos soldados encontrarem-se embrenhados desordenadamente pelas matas, uma vez que as tropas estavam desarticuladas.<sup>204</sup>

Logo nas primeiras entrevistas, com Felipe Portinho, no Herval, e, na margem direita do Uruguai, com Leonel Rocha e Mena Barreto em pontos da linha ferroviária, Setembrino percebeu que esses chefes não estavam seguros da vitória. Sentindo-se ainda perseguidos por Borges de Medeiros, muitos opositoristas passaram a ingressar no Exército ou a estabelecer ligações com os tenentes rebelados.<sup>205</sup>

É importante considerar que, desde o início da Primeira República, o Rio Grande do Sul foi governado pelo Partido Republicano Rio-Grandense, composto por republicanos liderados por Júlio de Castilhos, também chamados *pica-paus*. A oposição era composta por adeptos do Partido Federalista do Rio Grande do Sul, liderada por Gaspar Silveira Martins, cujos membros eram denominados federalistas ou *maragatos*.<sup>206</sup> O acirramento entre as diferentes facções levou à deflagração da Revolução Federalista (1893-1895), uma guerra civil que envolveu amplas forças militares locais e remanescentes da Revolta da Armada (1891), que se aliaram aos federalistas, dirigidos por Gumercindo Aparício Saraiva, contra a perseguição republicana comandada pelo general Lima e pelo senador Pinheiro Machado. O desfecho foi a vitória dos republicanos, aos quais Borges estava aliado. O conflito não se restringiu ao estado gaúcho, estendendo-se a Santa Catarina, ao Paraná e até ao Uruguai, onde os federalistas apoiaram os *colorados*.<sup>207</sup> No planalto catarinense, houve a atuação de *pica-paus* na destruição do povoado de Entre-Rios, em 1897, sob o pretexto de uma possível invasão federalista vinda do Uruguai, para causar instabilidade na região.<sup>208</sup> *Pica-paus* e *maragatos* estiveram entre as lideranças da Guerra do Contestado (1912-1916). Nesta pesquisa, constatamos também a sua atuação durante a década de 1920; contudo, há uma sensível mudança nas suas atuações no pós-guerra e no Acordo de Limites de 1917.

<sup>204</sup> SILVA, Hélio. 1922...1972.

<sup>205</sup> REVOLUÇÃO Gaúcha de 1923. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 2017. Regina da Luz Moreira. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLU%C3%87%C3%83O%20GA%C3%9ACHA%20DE%201923.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2019.

<sup>206</sup> REVERBEL, Carlos. **Maragatos e pica-paus**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

<sup>207</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. O conflito do Canudinho de Lages (1897). **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 13, n. 24, p. 65-78, 2008.

<sup>208</sup> Denominado pela imprensa da época como Canudinho de Lages, esse episódio foi analisado por Paulo Pinheiro Machado. Esse autor percebeu que o conflito estava ligado a um contexto mais amplo da política macrorregional, que associava os processos políticos do estado oriental ao Planalto catarinense. O fim da guerra civil no Uruguai, concluída com a vitória dos colorados, que foram apoiados pelos federalistas, acarretou um isolamento político do governo de Júlio de Castilhos. Este, sob o pretexto de que poderia haver uma invasão federalista a partir da fronteira oriental, o que não era impossível, enviou forças republicanas (*pica-paus*), que dizimaram o povoado. (MACHADO, Paulo Pinheiro. O conflito do Canudinho de Lages... 2008. p. 75-76.).

A oposição liberal no Rio Grande do Sul, que até então ocupava um espaço marginal em relação ao sistema político dominante, adquire outra característica quando, no início de 1924, antigos federalistas e republicanos dissidentes formaram a Aliança Libertadora, sob a liderança de Assis Brasil. A sua bandeira aliava-se à luta dos tenentes, a luta pela liberdade política, baseada no princípio representativo, e o combate à situação dominante no Rio Grande do Sul.<sup>209</sup> Em 1924, Borges apoiou o governo enviando efetivos da Brigada Militar gaúcha para combater o levante tenentista deflagrado na capital paulista contra Bernardes.

Entrementes, em fins de 1923, com a condenação dos oficiais envolvidos no Levante de 1922 às penas de perda de patente e expulsão do Exército, somada à crescente insegurança dos opositores de Borges, que continuavam a ser perseguidos, foi deflagrado em São Paulo o Levante de 1924, na mesma data de 5 de julho, para não se deixar esquecer o descontentamento com os oficiais condenados. A essa altura, o movimento estava melhor organizado e contava com o comando do general reformado do Exército Isidoro Dias Lopes e dos capitães Joaquim e Juarez Távora, que desde fins de 1923 verificavam no Sul a possibilidade de apoio por parte de chefes locais.<sup>210</sup>

### 2.3 O EXÉRCITO NA POLÍTICA E OS VAQUEANOS NO EXÉRCITO

A participação do Exército na política verifica-se desde o governo de Hermes da Fonseca (1910-1914), marcado pela “política das salvaçãoes” contra os setores oligárquicos dominantes em estados com oligarquias oposicionistas e pela efetiva campanha pela modernização e profissionalização do Exército Brasileiro. Nesse período, houve, não por acaso, a grande ofensiva militar no Contestado. A atuação do Exército na política durante a Primeira República rendeu uma ampla e diversificada historiografia, desde memórias publicadas no “calor” dos acontecimentos, escritas por oficiais militares ou por civis, até, posteriormente, pesquisas acadêmicas.<sup>211</sup>

A tese de Rogério Rodrigues apresenta uma análise detalhada sobre o lugar ocupado pela Guerra do Contestado na campanha de modernização do Exército.<sup>212</sup> Ao levantar informações sobre a campanha do Contestado, o autor percebeu a pouca atenção dada na historiografia à participação dos vaqueanos no conflito. Os vaqueanos eram civis que não

<sup>209</sup> PRESTES, Anita Leocadia. **A Coluna Prestes**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 354.

<sup>210</sup> TÁVORA, Juarez. À Guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924. 1927. p. 109-113, 196-197.

<sup>211</sup> Para um levantamento dessa historiografia, cf.: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

<sup>212</sup> RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande Sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro**. 2008. Tese (Doutorado em história) –Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

tinham frequentado as academias militares e prestaram serviços ao Exército durante a guerra. Anteriormente, em sua tese, Paulo Pinheiro Machado analisou a atuação de diversos vaqueanos, sem aprofundar a discussão com a modernização do Exército. Embora o termo “vaqueano” signifique “guia”, o autor já observava que “[...] durante a Guerra do Contestado chamaram-se vaqueanos os civis armados pelas autoridades para combater os rebeldes.”<sup>213</sup>

Discutindo sobre esse aspecto, Rogério Rodrigues observou que a participação de vaqueanos contrapunha-se à agenda de profissionalização pretendida pelos oficiais, principalmente por aqueles que tinham servido na Alemanha, os “jovens turcos”. Ao analisar o editorial de divulgação dos ideais deste grupo, o autor percebeu que esses oficiais diferenciavam as suas ações das forças policiais, cujo papel era de conciliar e prevenir, estando associadas às forças ligadas ao poder oligárquico que comandava a política estadual. Assim, o que eles buscavam era distanciar-se das intrigas políticas locais de cada estado.<sup>214</sup> Os “jovens turcos” contrapunham-se à atuação dos oficiais de formação positivista que moviam uma acirrada campanha contra a militarização da sociedade. Enquanto aqueles defendiam a sistematização do ensino militar nos quartéis, os positivistas defendiam a redução do efetivo do Exército e que houvesse o encaminhamento das verbas destinadas às Forças Armadas para outros setores da sociedade, como a indústria e a educação.<sup>215</sup>

Apesar das divergências, que não se resumiam a essas, os oficiais guardavam concordâncias. Ambos os grupos se opunham à participação dos “tarimbeiros” no Exército, denominação pejorativa que davam aos oficiais que não cursaram a Academia Militar e que teriam alcançado postos militares por meio de relações políticas e hereditariedade.<sup>216</sup> Por esses motivos, Rodrigues observou que os “militares” sem formação eram considerados oportunistas, vindo a tirar vantagens da situação de guerra.

Além disso, o grupo sem formação compartilhava a visão dos sertanejos como “títeres” dos chefes locais, devido ao abandono dos sertões por parte do Estado Brasileiro.<sup>217</sup> Esse enfoque, que considera os sertanejos manipuláveis pelos chefes locais, está presente na historiografia militar do Contestado e é verificado também na historiografia militar do tenentismo, principalmente naquela escrita no “calor do momento” pelos comandantes Juarez

---

<sup>213</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado...** 2004. p. 34.

<sup>214</sup> RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande sertão...** 2008. p. 38, 45.

<sup>215</sup> *Ibid.*, 158, 206.

<sup>216</sup> *Ibid.*, p. 42.

<sup>217</sup> *Ibid.*, p. 37.

Távora, João Cabanas e pelo secretário da Coluna Prestes, Lourenço Moreira Lima.<sup>218</sup> Esses homens experienciaram diferentes realidades. Ao mesmo tempo em que recebiam pouso nas casas de fazendeiros, embrenhavam-se na mata para abrir picadas e presenciavam a extrema pobreza e a falta de oportunidades dos sertanejos. Também para eles, os sertanejos, por falta de alternativas, acabavam por submeterem-se aos mandos dos chefes locais.

Esses aspectos são fundamentais para a discussão sobre a atuação dos chefes locais que se organizaram em batalhões patrióticos no sertão catarinense em 1920. Em sua maioria esses chefes eram civis, prestando serviço ora ao Exército, ora aos tenentes. No entanto, a relação deles com as oligarquias estaduais não pode ser simplificada como manipulação, bem como os homens comandados não estavam sob seu total controle, mesmo vivendo nas difíceis condições do sertão catarinense.

Outra consideração se faz necessária no que diz respeito à incorporação de civis nas tropas militares, abordada por Rodrigues. Ao nomear o general Setembrino de Carvalho para liderar a campanha militar contra os sertanejos do Contestado, entre 1914 e 1915, o marechal Hermes colocou à sua disposição todo armamento necessário para pôr fim ao movimento, neutralizar as disputas políticas da região e restaurar a imagem do Exército, devido às experiências negativas anteriores de Canudos e Juazeiro.<sup>219</sup> Do ponto de vista bélico, o autor constatou que houve um grande esforço de levar para o *front* os mais avançados recursos disponíveis, sendo que em grande medida esse objetivo se realizou. A atuação do general Setembrino, no entanto, desfaz a idealização pregada em relação à profissionalização dos soldados, ao constatar aproximadamente 1.000 vaqueanos contratados. Esse número, comparado ao montante do efetivo do Exército, de cerca de 7.000 homens, pode parecer ínfimo; entretanto, na prática, os vaqueanos eram quem melhor conheciam a região. Ao final do conflito, os vaqueanos continuaram a atuar junto a tropas menores comandadas pelo Capitão José Vieira da Rosa, militar catarinense também conhecedor da região e da importância desse aspecto para dar fim a uma guerra.<sup>220</sup>

Embora os aspectos elencados a partir da pesquisa de Rodrigues sejam referentes ao período da guerra, são elucidativos dos anos seguintes em que constatamos a atuação de vaqueanos que lutaram ao lado do governo e dos rebeldes e tiveram um raio de ação grande no território, contando com recursos federais. Portanto, paralelo à imagem que o Exército

---

<sup>218</sup> TÁVORA, Juarez. **À Guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924**. 1927; CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. São Paulo: Ed. Unesp, 2014; LIMA, Lourenço Moreira. **A Coluna Prestes** (Marchas e Combates), 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

<sup>219</sup> RODRIGUES, Rogério. **Veredas de um grande sertão**. 2008. p. 33.

<sup>220</sup> Ibid.

construía sobre a sua modernização e profissionalização, a realidade no campo de batalha era outra. O Exército necessitava da ação dos vaqueanos e continuaria a empregar os seus serviços durante a década de 1920 contra os tenentes rebelados que, por sua vez, também utilizaram seus serviços até a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder.

#### 2.4 BATALHÕES PATRIÓTICOS

Desde a instauração do Governo Provisório, em 15 de novembro de 1889, sob a chefia de dois militares de alta patente do Exército Brasileiro, marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, havia a preocupação com os “movimentos reacionários” à implantação do novo regime. Nesse contexto, foram criados os batalhões patrióticos, que se proliferaram durante o governo de Floriano Peixoto, entre 1891 e 1894, também em razão das atuações dos que já existiam na defesa do novo governo no combate aos primeiros movimentos que contestaram a sua legitimidade constitucional, com a Revolta da Armada (1891) e a Revolução Federalista (1893-1895).

Muitos dos indivíduos que se colocaram ao lado dos republicanos começaram a ser beneficiados por meio de nomeações para altos cargos públicos e administrativos, pelo governo civil.<sup>221</sup> Para outros, a primeira possibilidade de ascensão econômica e social que obtiveram foi como integrantes voluntários dos batalhões patrióticos, que lutavam do lado da esquadra legal no combate aos movimentos de oposição. Com a intervenção federal na disputa entre líderes políticos locais no Rio Grande do Sul e com a eclosão da Revolta da Armada no Rio de Janeiro, foram criados cada vez mais batalhões, sobretudo na capital federal.

Em sua dissertação de mestrado, Amanda da Silva Muzzi observou que os batalhões variavam na sua composição social e em faixa etária, podendo ser mais ou menos homogêneos e elitizados, integrados por jovens que se matriculavam nos institutos civis de Ensino Superior, a exemplo da Escola Politécnica, no Rio de Janeiro.<sup>222</sup> Suas regulamentações também não eram homogêneas, embora as licenças para a organização de um batalhão precisassem ser publicadas por aviso do ministro da Guerra, que autorizava sua atuação de

<sup>221</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. Nesta obra, o autor analisa as Forças Armadas por meio dos processos de recrutamento, treinamento, estrutura interna, tamanho e localização geográfica dos efetivos, bem como das ideologias de intervenção desenvolvidas pela organização militar, e a interlocução da sociedade não militar, por meio de alianças com oficiais e ascensão a cargos públicos.

<sup>222</sup> MUZZI, Amanda da Silva. **Os jacobinos e a oposição a Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil – 1893-1897**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. p. 51-53.

forma provisória e transitória.<sup>223</sup> O fato de não constituírem corporações armadas permanentes os diferenciava do Exército. No entanto, por serem legalmente pertencentes ao Ministério da Guerra e considerados forças auxiliares na defesa nacional, seus comandos eram entregues a oficiais superiores da força de terra. Os batalhões patrióticos constituíam uma força militar terrestre paralela ao Exército, como um “pequeno Exército”. O seu abastecimento incluía munição, armamento, deslocamento de oficiais do Exército para treinamento de voluntários, fardamentos, alimentação e soldos. Essa descrição de composição e funcionamento dos batalhões no Rio de Janeiro, na prática, era composta de inúmeros problemas técnicos e também oriundos da própria composição, como a participação dos *jacobinos*, patriotas voluntários que lutaram ao lado da esquadra legal na resistência à Revolta da Armada.<sup>224</sup>

No início da Primeira República, ocorreram significativas alterações no Exército. Segundo José Murilo de Carvalho, no Império as forças do Exército estavam ligadas principalmente à proteção das fronteiras e ao controle de alguns centros urbanos. O sistema era mais centralizado e ainda não havia uma mentalidade intervencionista no Exército, que muda sensivelmente com a República. A distribuição desigual das forças era um problema, pois poderia gerar atritos entre as guarnições e os governos estaduais ou, ao contrário, gerar alianças entre eles contra o governo federal.<sup>225</sup> As mudanças nas distribuições das tropas favoreceram uma tendência de concentrar forças militares onde se concentrava o poder político. A guarda de fronteiras, atribuição principal do Exército durante o Império, manteve-se apenas no Sul, e o policiamento se tornou atribuição das polícias estaduais, que se expandiram fortemente.

Carvalho destaca que as polícias militares estaduais foram um grande obstáculo à expansão das Forças Armadas durante a Primeira República. Durante o Império, os efetivos do Exército eram poucos, e a pouca autonomia provincial também impedia o desenvolvimento de polícias, sendo que a tarefa de policiamento da população local era quase toda exercida pela Guarda Nacional. Esta era organizada no Brasil desde o período regencial – sendo extinta em 1922 – e foi formada por proprietários com renda anual superior a 100 mil réis, entre 21 e 60 anos, incorporando os grupos de maior renda do país. O Exército, por outro lado, não se ligava a esses grupos, recrutando demais cidadãos cuja renda não estava à altura. Essa marginalidade da oficialidade do Exército desenvolveu uma agressividade contra a elite civil

---

<sup>223</sup> Ibid. As informações sobre a organização interna e composição dos batalhões foram levantadas pela autora por meio dos jornais da época. São raras as pesquisas na historiografia do Exército que analisaram ações específicas de batalhões patrióticos. Essa foi a pesquisa que mais encontramos informações sobre a atuação de batalhões, embora o foco seja o Rio de Janeiro.

<sup>224</sup> MUZZI, Amanda da Silva. **Os jacobinos...** 2006. p. 17.

<sup>225</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas...** 2005. p. 32.

da Guarda Nacional, sendo um dos seus efeitos o processo de modernização e profissionalização do Exército e os levantes da década de 1920.<sup>226</sup>

Segundo Frank McCann, as reformas que visavam à modernização vinham sendo discutidas desde o século XIX e ganharam impulso no período em que Hermes da Fonseca era ministro da Guerra (1906-1909).<sup>227</sup> Um dos objetivos da campanha era melhorar a imagem que a população tinha do Exército, devido às formas de recrutamento forçado praticadas desde os tempos coloniais até o início do século XX. Durante o século XIX, Peter Beattie observou que, para muitos civis, ricos ou pobres, a vida de soldado estava associada à degradação, devido às formas de recrutamento e punição. Para outros, a vida no Exército poderia significar melhoras em suas condições de vida – voluntários alistavam-se para escapar da fome, do desemprego, da falta de moradia e, às vezes, da escravidão.<sup>228</sup> Entre as iniciativas de modernização do Exército, destaca-se a implementação da lei que estabeleceu sorteio militar universal para o ingresso nas Forças Armadas. Se no Império o recrutamento forçado levava para o Exército os elementos das baixas camadas sociais, sendo este considerado símbolo de castigo, o sorteio era uma forma de obrigar os filhos da elite a também ingressarem nas fileiras, ao invés da Guarda Nacional, que era mediante comprovação de renda, sem passar pelo serviço militar.<sup>229</sup>

Durante a Primeira República, os presidentes dos estados passaram a se proteger de uma possível intervenção por parte do governo federal, receando perda de autonomia política. A maioria dos militares habilitados do Exército concentrava-se no Rio Grande do Sul e em Mato Grosso, devido à proteção das fronteiras.<sup>230</sup> Em 1922, o Exército tinha uma organização mais complexa e estruturada, mas ainda precisava de um grande esforço para planejar e executar uma política de defesa num amplo sentido. Uma das iniciativas foi a eliminação da Guarda Nacional e do controle semiprivado da força armada.

Por outro lado, surgiu um novo obstáculo nas polícias militares controladas pelas oligarquias estaduais. No final da década de 1920, Carvalho observou que pela primeira vez militares se uniam aos representantes de grupos econômicos na promoção da defesa de interesses comuns. Isso estaria ligado a uma diversificação da base industrial brasileira, que

<sup>226</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas...** 2005. p. 20.

<sup>227</sup> McCANN, Frank. **Soldados da Pátria...** 2007. p. 153.

<sup>228</sup> BEATTIE, Peter. *Tributo de sangue...* 2009. p. 26-28.

<sup>229</sup> CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador.* In: FAUSTO, Boris. (org.). **História Geral da Civilização Brasileira.** São Paulo: Difel, 1977. v. 2, t. 3. p. 208-209.

<sup>230</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas...** 2005. p. 33.

extrapolava o setor cafeeiro e favorecia outras alianças.<sup>231</sup> No Rio Grande do Sul, houve a aproximação dos pecuaristas descontentes com antigos federalistas, conforme abordado anteriormente. Assim, ocorreu um afastamento entre as Forças Armadas e as elites civis derivadas do mundo agrário, em favor de uma aliança com a burguesia industrial emergente e com a tecnocracia estatal.

É importante considerar que, no início da Primeira República, Santa Catarina era um estado em formação, portanto, em processo de interiorização das instituições do estado, a exemplo da força policial. Com a anexação do Oeste ao estado a partir de 1917, foi possível identificar o controle das polícias por “coronéis” (nem sempre da extinta Guarda Nacional), bem como a aproximação de oficiais a comerciantes incipientes da região. Um exemplo disso foi quando o coronel gaúcho Manuel do Nascimento Passos Maia assumiu em Santa Catarina, a pedido do governador Hercílio Luz e de Adolfo Konder, representantes do Partido Republicano Catarinense, os cargos de delegado de polícia e superintendente nas duas comarcas de Chapecó e, posteriormente, de Cruzeiro.<sup>232</sup> O coronel também exigiu uma força pública policial no combate aos tenentes, em 1924, e fez forte oposição ao grupo político favorável à ascensão de Getúlio Vargas, em 1930.

Em conformidade com Carvalho, Nilson Thomé observou que a Força Pública de Santa Catarina organizou-se de forma a comissionar civis, antigos comandantes de companhia e esquadrões da Guarda Nacional para ocuparem os postos de oficiais.<sup>233</sup> A extinção da Guarda Nacional em 1922, conforme o autor, não diminuiu de imediato a força do coronelismo no ex-Contestado. A Guarda Nacional estava organizada nos municípios paranaenses de Rio Negro, União da Vitória, Palmas e Guarapuava, e, nos catarinenses, em Lages, Curitiba, Campos Novos e Canoinhas, os únicos municípios existentes no território contestado até 1917. Seus batalhões, suas companhias e seus esquadrões eram confiados a coronéis e capitães.

Após a Guerra do Contestado, os esquadrões do Paraná e de Santa Catarina eram chamados a intervir em entreveros locais devido à Questão de Limites. O coronelismo acentuou-se nesse período devido ao fato de os governos de ambos os estados nomearem e promoverem fazendeiros favoráveis às suas causas, cada qual atraindo para si o apoio e a

---

<sup>231</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas...** 2005. p. 60.

<sup>232</sup> NODARI, Eunice. **Etnicidades renegociadas...** 2009. p. 69.

<sup>233</sup> THOME, Nilson. **A política no Contestado...** 2002. p. 36-37.

adesão das pessoas mais influentes do território.<sup>234</sup> Durante a década de 1920, o estado de Santa Catarina vai procurar fortalecer sua força pública lidando com esses elementos.

Essas considerações são pertinentes para diferenciar as unidades militares envolvidas nas ações das chefias locais no Oeste Catarinense. Os batalhões patrióticos que se formaram na região estavam interagindo com generais do Exército, com antigos coronéis da Guarda Nacional, com a polícia estadual e local, além de civis, muitos deles antigos rebeldes e vaqueanos da Campanha do Contestado.

Para o contexto do tenentismo, Mario Lanna Junior faz uma definição mais específica destes batalhões: milícias mercenárias arregimentadas pelos oligarcas regionais, que auxiliavam as forças regulares legais no combate à Coluna Prestes.<sup>235</sup> Em outras palavras, o autor considera que a ação dos batalhões patrióticos utilizou a prática do “coronelismo” como instrumento de ação, com a qual concordamos. Em relação ao movimento dos tenentes, Lanna Junior menciona que este era repellido pela população, que fugia à sua passagem ou se incorporava a batalhões patrióticos.<sup>236</sup>

Quanto ao fato de a população se comportar de modo a fugir ou a se incorporar aos batalhões do governo no combate aos tenentes, isso precisa ser contextualizado e relativizado. No decorrer desta pesquisa, percebemos que a ligação de chefes locais com os tenentes trazia consigo expressivo número de soldados, não sendo, portanto, os batalhões seu único destino. Outra abordagem é a de José Augusto Drummond, que caracteriza os batalhões como unidades irregulares formadas por chefes locais, constituídas por voluntários armados e que poderiam ou não ser remunerados pelos chefes ou pelo governo, bem como atuar em combinação com tropas oficiais do Exército.<sup>237</sup> Esta definição seria mais adequada para o caso dos batalhões em Cruzeiro, conforme analisaremos no subcapítulo seguinte.

## 2.5 BATALHÕES PATRIÓTICOS EM CRUZEIRO

Os batalhões patrióticos em Cruzeiro formaram-se no contexto dos levantes de 1924, que ocorreram em diferentes estados brasileiros com o objetivo principal da defesa do governo constituído das oligarquias dominantes. O movimento tenentista incorporava a intensificação das dissidências entre as oligarquias que não estavam diretamente ligadas à

<sup>234</sup> THOME, Nilson. **A política no Contestado...** 2002. p. 34.

<sup>235</sup> LANNA JÚNIOR, Mário C. M. Tenentismo e crises políticas... 2008. p. 334.

<sup>236</sup> Ibid.

<sup>237</sup> DRUMMOND, Jose Augusto. **A Coluna Prestes: rebeldes errantes**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 70. Assim como Lanna Júnior, Drummond também interpreta o relacionamento dos tenentes e, em especial, da Coluna Prestes com a população de forma negativa, o que não pode ser generalizado. No entanto, não podemos ignorar a sua definição de batalhões patrióticos.

cafeicultura e às da situação, ou seja, os tenentes tentavam se aliar às oligarquias dissidentes em cada estado.<sup>238</sup> O Levante de 1924 iniciou com a tomada de alguns quartéis, entre 5 e 28 de julho. Logo que foram contra-atacados na capital paulista, os tenentes rebelados retiraram-se em direção ao sul do estado, formando a Coluna Miguel Costa ou Coluna Paulista. O objetivo era chegar até Foz do Iguaçu, onde encontrariam a coluna comandada por Luiz Carlos Prestes e partiriam para o interior do Brasil, no intuito de expandir a revolução contra as oligarquias que dominavam o país. Lideradas pelo general reformado do Exército Isidoro Dias Lopes, as forças da Coluna Paulista fixaram-se no oeste do Paraná, onde permaneceram por mais de dois meses até unirem-se à Coluna Prestes, que partia do Rio Grande do Sul.<sup>239</sup>

O general Isidoro Dias Lopes já havia se afastado do Exército no início da sua carreira, quando cursava a Escola Militar de Porto Alegre. Lutou ao lado dos *maragatos* na Revolução Federalista, comandando o estado-maior das tropas lideradas por Gumercindo Saraiva.<sup>240</sup> Ao ser indicado para comandar as forças tenentistas, primeiro buscou verificar em São Paulo e no Sul as disposições de ânimo das tropas federais aquarteladas naqueles estados.<sup>241</sup>

As tropas legalistas do Paraná e de Santa Catarina eram comandadas pelo general do Exército Candido Mariano da Silva Rondon. Militar de caráter positivista, Rondon havia trabalhado anteriormente nas linhas telegráficas e demarcações de fronteiras no Centro-Norte do país, missão que aglutinou um projeto de nação que incluía a construção da nacionalidade brasileira, com a “integração e civilização do sertão.”<sup>242</sup> Engenheiro de formação e militar de

<sup>238</sup> A historiografia sobre o tenentismo é ampla e apresenta diferentes abordagens sobre a origem das classes dos oficiais que se colocaram contra as oligarquias dominantes, natureza do movimento, seus propósitos e ações. Algumas das obras mais referenciadas são: CARONE, Edgard. **A República Velha** 1977; CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República...* 1977; CARONE, Edgard. **Revoluções do Brasil contemporâneo: 1922-1938**. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

<sup>239</sup> Em abril de 1925, as duas forças se juntaram, dando origem à Coluna Miguel Costa-Luiz Carlos Prestes. Com cerca de 1.500 homens, a Coluna Prestes percorreu em torno de 25 mil quilômetros, passando por 13 estados brasileiros, propagando a revolução e o levante da população contra as oligarquias, até que seus remanescentes dirigiram-se para a Bolívia e para o Paraguai. (FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. p. 13.).

<sup>240</sup> O general Isidoro Dias Lopes iniciou sua carreira na Escola Militar de Porto Alegre e, durante a Revolução Federalista juntou-se às forças rebeldes que combatiam o governo estadual de Júlio de Castilhos e o governo federal de Floriano Peixoto, passando a atuar como chefe do estado-maior das tropas lideradas pelo caudilho Gumercindo Saraiva. Com a derrota dos federalistas, ficou exilado em Paris, retornando após a anistia, em 1896. No ano seguinte, foi reincorporado ao serviço ativo do Exército e prosseguiu seus estudos na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Nesses anos, exerceu funções burocráticas em escolas militares e quartéis. Na década de 1920, já general reformado, tornou-se um dos principais articuladores do Levante de 1924 junto com os irmãos Távora. (Texto compilado do DHBB-CPDOC).

<sup>241</sup> TÁVORA, Juarez. **À Guisa de Depoimento...** 1927. p. 196-197.

<sup>242</sup> O general Rondon é responsável por uma das primeiras políticas indigenistas para o Brasil, criando o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910. Após 1925, Rondon seguiu em viagem de inspeção das linhas telegráficas ainda em funcionamento e dedicou-se aos estudos para a extensão da ferrovia Noroeste até Cuiabá. (DHBB-CPDOC). Para uma análise sobre a construção da imagem mitificada de Rondon em torno da Comissão Rondon, cf. DIACON, Todd A. **Rondon: o marechal da floresta**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

carreira, Rondon já atuava nos sertões quando foi designado para liderar os combates entre 1924 até junho de 1925, quando as Colunas Miguel Costa e Luiz Carlos Prestes se reuniram para seguir em direção ao Norte do país.

O general João Nepomuceno Costa, comandante da 5ª Região Militar do Paraná e de Santa Catarina, foi auxiliado pelo governo do Paraná e iniciou a mobilização das forças, convocando reservistas e organizando batalhões patrióticos, com a incorporação de civis. Segundo um telegrama publicado no jornal da época, no Sul, “[...] o primeiro a organizar-se foi o batalhão Nepomuceno Costa, que depois se transformou no 6º Batalhão de Caçadores.”<sup>243</sup> Em Chapecó, o superintendente Manuel Passos Maia organizou o Batalhão Marechal Bormann, com uma força de 550 homens, e fez ainda o governo do estado incorporar à coluna do general Nestor Passos uma companhia da força pública.<sup>244</sup>

O comando maior do general Rondon, portanto, somava-se ao comando dos generais do Exército e de chefes políticos locais. O general Nepomuceno era catarinense de Lages e conhecia bem a região. Tinha servido em Curitiba e seguiu no combate aos tenentes até 1930. O coronel do Exército Nestor Sezefredo Passos, também catarinense de Florianópolis, serviu em Rio Pardo, Rio Grande do Sul e contava com a experiência da repressão ao movimento do Contestado e, posteriormente, da perseguição aos tenentes do Forte de Copacabana.<sup>245</sup>

É nesse contexto que se formaram em Chapecó e em Cruzeiro os batalhões patrióticos para auxiliarem as forças do governo, que se dirigiam a oeste do Paraná para combater as forças civis-militares insurgentes. Ao pesquisar sobre esses batalhões, percebemos que é um assunto pouco tratado pela historiografia militar e do Contestado. Nas fontes analisadas, como a imprensa e os relatórios de presidentes de estado apresentados ao Congresso Representativo no período, são pontuais. O que se apresenta são os nomes de coronéis e os números de soldados, sem sabermos quem são, onde viviam, porque entraram para as forças e se seriam mesmo “voluntários patriotas”.

As informações mais consistentes, nesse sentido, foram obtidas a partir dos dados do inquérito policial e da história local, a partir dos quais cruzamos com a imprensa do período e com os relatórios oficiais. Marcelino Ruas, responsável pela morte de Fabrício das Neves, organizou um batalhão que estava sob o comando maior do general Nepomuceno Costa.

<sup>243</sup> Os nossos telegramas. A Republica (SC), 26/08/1924, n. 1736, capa, coluna 4.

<sup>244</sup> Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 22 de julho de 1925, pelo Coronel Antonio Pereira da Silva e Oliveira, vice-governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina, p. 7. Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (SC) – 1891 a 1930.

<sup>245</sup> SEZEFREDO dos Passos. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 2009. Robert Pechman. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/nelson-sezefredo-dos-passos>. Acesso em: 10 out. 2019.

Segundo Antenor Ferreira, o batalhão de Fabrício das Neves foi formado por sugestão do próprio Marcelino Ruas, que o incentivava a combater a favor do governo para “limpar seu nome”, devido ao seu envolvimento na Batalha do Irani, ao lado da resistência cabocla, o que o tornava um coronel muito visado.<sup>246</sup> Fabrício das Neves era visto pelas autoridades paranaenses e catarinenses como “bandido”, por ter tomado parte dos caboclos no combate do Irani.

Os batalhões de ambos os comandantes seguiram rumo ao Paraná sob o pretexto da mesma causa: combater as tropas do general Isidoro. Do outro lado, os tenentes que se retiraram de São Paulo em direção ao Sul reuniram-se no oeste do Paraná e mais tarde com as tropas provenientes do interior gaúcho. Nesse trajeto, os tenentes enfrentaram inúmeros combates patrocinados pelo governo, por meio dos seus batalhões.

O memorialista José Waldomiro Silva, conforme apontamos no primeiro capítulo, desenvolveu diversas atividades na comarca de Cruzeiro e conhecia as chefias locais, sendo ele mesmo um chefe político que mais tarde se tornou prefeito do município. Uma das atividades que exerceu foi a de escrivão, atuando inclusive no inquérito que utilizamos como fonte. Silva registrou que os batalhões seguiram rumo a São Paulo em defesa da legalidade e, em virtude do término da Revolução, regressaram via Porto União ou Palmas, indo acampar em Irani.<sup>247</sup> Não encontramos informações de que esses batalhões tenham se envolvido em combate com os tenentes, o que não invalida o fato de terem sido formados com essa intenção.

Portanto, por meio das memórias de Silva e do estudo de Ferreira, apenas indiretamente tínhamos a informação de que os batalhões de Fabrício das Neves e Marcelino Ruas seguiam para combater as tropas de Isidoro. No percurso em direção a Foz do Iguaçu, no oeste do Paraná, entre outubro de 1924 e abril de 1925, houve grande destacamento misto de tropas federais e estaduais sob o comando do general Rondon contra os revoltosos no

---

<sup>246</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. 2006. p. 63. Antenor Geraldo Zanetti Ferreira publicou um estudo sobre a história do município de Concórdia. Seu livro foi incentivado pela administração municipal e, portanto, está atrelado aos interesses da memória institucional. Isso, porém, não diminui sua importância, e o fato de ser prefaciado por Carlos Humberto Corrêa, quando era professor de História da UFSC, mostra seu reconhecimento no meio acadêmico. O livro não se restringe à narrativa dos acontecimentos, apresentando uma análise que priorizou a colonização do município, sem, contudo, deixar de lado a atuação de fazendeiros mais próximos aos caboclos, como José Fabrício das Neves. O autor realizou diversas entrevistas com os habitantes locais, entre eles conhecidos ou parentes de Fabrício das Neves e Marcelino Ruas, importantes subsídios para esta pesquisa. O estudo de Antenor Ferreira, conforme observou Celso Martins, é o primeiro a situar Fabrício das Neves como um coronel do antigo sertão catarinense. (MARTINS, Celso. **O mato do tigre e o campo do gato**... 2007. p. 72.).

<sup>247</sup> SILVA, José Waldomiro. **O Oeste Catarinense**... 1987. p. 61.

Paraná e em Santa Catarina. Um deles foi o cerco legalista em Catanduvas, no oeste do Paraná. Cruzando com as informações policiais, esse movimento se confirma.

Conforme o relato do coronel da Polícia Militar de Santa Catarina Lara Ribas, era para lá que o batalhão de Fabrício das Neves seguia quando o Coronel Alexandre Mimoso Ruiz<sup>248</sup>, ao transmitir a ordem ao Capitão Moraes Sarmiento, “[...] ouviu deste oficial que ele não tinha esquecido que Neves matara [João] Gualberto e que o esperaria com metralhadoras em posição.”<sup>249</sup> Foi então que o 2º Batalhão Catarinense de Infantaria se dirigiu “[...] em viagem noturna de 5 léguas, para evitar o encontro das forças nessa fase das operações de guerra no Alto Paraná.” O relato do coronel recupera a antiga desavença que o capitão paranaense guardava com Fabrício das Neves, devido à sua participação na Batalha do Irani, em 1912, quando morreram o comandante das forças do Paraná João Gualberto, o monge José Maria e muitos outros, motivo que levou a força catarinense a impedir o avanço de Fabrício das Neves. O mapa em anexo, mostra o itinerário do Bat. Inf. Catarinense e por onde as forças de Fabrício das Neves deveriam seguir.<sup>250</sup>

Analisando o cerco de Catanduvas, Milton Ivan Heller menciona que os tenentes rebeldes foram combatidos pela Polícia Militar do Paraná e por outras corporações estaduais, “[...] já que o General Rondon teve o cuidado de não jogar uma parte do Exército contra a outra.”<sup>251</sup> Muitos oficiais sob seu comando não escondiam a simpatia com os rebeldes, uma vez que estes defendiam a modernização e o fortalecimento do Estado e não podiam ser vistos como inimigos. Havia o agravante de que o soldo dos militares, além de irrisório, muitas vezes era pago com meses de atraso. Heller destaca que cerca de 80% dos oficiais da 5ª Região Militar, que abrange até hoje as áreas do Paraná e de Santa Catarina, apoiavam os revolucionários.<sup>252</sup> Mas, para os policiais militares, os rebeldes eram vistos como “assassinos e traidores” da pátria que deveriam ser contidos. Daí algumas interpretações considerarem que

---

<sup>248</sup> Alexandre Nogueira Mimoso Ruiz era jornalista patriota do 2º Batalhão de Infantaria Catarinense, ao qual ingressou no posto de tenente e foi nomeado capitão, por serviços de guerra.

<sup>249</sup> RIBAS, Antônio de Lara. **Polícia Militar de Santa Catarina**: ação de guerra dos Batalhões de Infantaria, período de 1922 a 1930. Florianópolis: Polícia Militar de Santa Catarina, 1985. Edição Comemorativa do Sesquicentenário da Polícia Militar. p. 32. Trata-se de uma obra no sentido de preservação da memória institucional, cujo propósito foi a divulgação minuciosa da participação da força pública catarinense entre 1922 a 1930, que, conforme Ribas, até então ficava restrita às paredes dos quartéis e longe do público maior. O autor pode ser considerado um memorialista, levando-se em conta que Lara Ribas ingressou na força pública em 1925, vivendo boa parte dos acontecimentos que narrou.

<sup>250</sup> Ver mapa, Anexo D.

<sup>251</sup> HELLER, Milton Ivan. **De Catanduvas ao Oiapoque**: o martírio dos rebeldes sem causa. Curitiba: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, 2006. p. 75-76. Heller foi um jornalista e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que se dedicou a escrever sobre a resistência democrática, a repressão e a ditadura militar no Paraná.

<sup>252</sup> PESTANA, Rangel *apud* HELLER, Milton Ivan. Op. cit., p. 75.

o presidente Artur Bernardes confiava mais na eficiência das forças estaduais e nos batalhões patrióticos arregimentados por donos de fazendas do que no Exército.

No oeste do Paraná, por exemplo, o gerente da Brazil Railway Company reuniu civis que, junto com soldados da Polícia Militar, se colocaram à disposição das forças do general Rondon.<sup>253</sup> A arregimentação de civis com a força pública do Paraná, organizada pelo representante da Brazil Railway, tinha pleno apoio do Exército. Anteriormente, Rodrigues verificou que, durante a Campanha do Contestado, o general Setembrino pagou com recursos públicos um regimento para guarnecer a empresa em território catarinense, para protegê-la de ataques dos rebeldes.<sup>254</sup> Essa troca de favores reitera quanto o Exército precisava das forças civis e militares locais para atuar contra os tenentes e evidencia a aproximação da empresa americana com os generais representantes do governo, de onde, afinal, saíam os recursos financeiros. Não apenas a empresa americana, mas também fazendeiros atuaram como vaqueanos ao lado do Exército, assegurando vantagens econômicas com o apoio do aparato do governo.

A historiografia militar produzida pelos tenentes rebelados também registrou a ação de vaqueanos ligada às benesses econômicas. Na abertura da picada entre Catanduvas e Guarapuava, o comandante da Coluna da Morte, João Cabanas, narra a apreensão de Nathel de Camargo, primo de Afonso Camargo, ex-presidente do estado do Paraná e grande latifundiário. Segundo Cabanas, Nathel havia obtido grande concessão territorial de seu primo e auxiliava como “[...] sargento-mor da seção de indicações de picadas para o general Rondon [...]”; por “espírito comercial”, era fornecedor geral das tropas governistas” em operação na região, serviços pelos quais pretendia cobrar.<sup>255</sup> Guardada a ironia do comandante em relação ao seu “espírito comercial”, as práticas das elites econômicas em beneficiar-se com a situação de guerra, como observou Rodrigues para o contexto da Guerra do Contestado, permaneciam na região.<sup>256</sup>

O caso do gerente da Brazil Railway Company e do fazendeiro Nathel de Camargo, colocando à disposição do Exército homens e suprimentos, são apenas alguns dos inúmeros exemplos narrados por Cabanas. É inegável o peso do coronelismo, que comporta situações políticas locais das quais o Exército pretendia se afastar na idealizada modernização durante os primeiros anos da República. O envolvimento com a política local continuou a ser parte constitutiva da ação do Exército durante a década de 1920. Nesse sentido, cabe a interpretação

<sup>253</sup> HELLER, Milton Ivan. Op. cit., p. 76.

<sup>254</sup> RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande sertão...** 2008. p. 318.

<sup>255</sup> CABANAS, João. **A Coluna da morte...** 2014. p. 193-194.

<sup>256</sup> RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande sertão...** 2008. p. 317.

de Vitor Nunes Leal sobre a adequação entre o poder do coronel (proprietário de terra) e um regime político de base representativa, onde ocorrem trocas de proveitos em momentos distintos durante a Primeira República.<sup>257</sup> Nesse caso, a troca não seria pelo voto, peso maior dado por Leal na sua interpretação sobre o coronelismo, a situação proveitosa seria tirada do Exército, que se neutralizava diante das autoridades locais. Essa interpretação se aproxima da linha de Ibarê Dantas, recuperada por Paulo Pinheiro Machado na sua análise sobre as lideranças do Contestado, que associa o poder do coronel à capacidade de arregimentação das milícias.<sup>258</sup> Para Paulo Pinheiro, o poder do coronel no planalto catarinense não estava atrelado à sua capacidade de arrebatar homens que decidiriam as eleições estaduais, nacionais e até municipais, pois seu poder independia da legitimidade eleitoral.<sup>259</sup> Os coronéis exerciam seu poder e sua influência política pela capacidade de homens armados que pudessem mobilizar, contando com o apoio do Estado para a expansão do seu poder. O autor chama a atenção para o perfil dos coronéis em Santa Catarina, ressaltando que “[...] as autoridades do planalto norte-catarinense sofriam de uma fraqueza que provinha do próprio perfil social da região, ou seja, da existência de muitos posseiros e pequenos lavradores independentes.”<sup>260</sup>

A preocupação pelo tipo de coronel está expressa na análise de Maria de Lourdes Janotti, por meio da qual o seu papel só é compreensível quando se distinguem as bases econômico-sociais que lhe conferem autoridade, quando se precisa a posição que ocupa na hierarquia política e quando se explicita a função que exerce dentro das classes proprietárias.<sup>261</sup> Em sua abordagem, são considerados tanto o poder de mando sobre as milícias como do eleitorado, este último com maior peso.<sup>262</sup> Apesar de prevalecer em sua análise o poder do voto, Janotti problematiza que os habitantes das terras do fazendeiro – o peão, o agregado, o tarefeiro, entre outros –, “dependentes da unidade produtiva”, sofriam as vicissitudes das oscilações econômico-financeiras da propriedade, sendo a “insegurança uma constante na vida do trabalhador rural”. Janotti atrela a insegurança do trabalhador rural às oscilações da propriedade, mas não aprofunda nessa direção. Há um aspecto que para esta

<sup>257</sup> LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto...** 1976. p. 43.

<sup>258</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado...** 2004. p. 92-94.

<sup>259</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado...** 2004. p. 94.

<sup>260</sup> *Ibid.* p. 129.

<sup>261</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **O coronelismo: uma política de compromissos.** São Paulo, 1981, p. 11.

<sup>262</sup> Segundo a autora, o estado personificava-se nos momentos em que se fazia necessária a tomada de decisões imediatas, nos “homens de posse”. Por sua vez, este que integravam o governo das vilas disputavam de instrumento de repressão, como as milícias. O coronel nem sempre era um grande fazendeiro, mas era um chefe político, de reconhecido poder econômico, que conseguia apoio e prestígio junto ao governo estadual, na razão direta de sua competência em garantir eleições situacionistas. (*Ibid.*, p. 26, 41.).

pesquisa é fundamental, apesar de praticamente não ser explicitado pela historiografia sobre o coronelismo, que reside na base do poder do coronel: a terra. Quem problematizou este aspecto foi Ligia Osório Silva, refletindo sobre o coronelismo de fronteira.<sup>263</sup> Para uma contribuição neste debate, Ligia Osório sugere que sejam levados em conta o processo de ocupação do território e de formação da propriedade durante o período da Primeira República.<sup>264</sup> Nessa perspectiva, o que é um pressuposto na abordagem de Leal, de que o poder do coronel vem da propriedade da terra – sendo ele um fazendeiro ou latifundiário com poder econômico –, na perspectiva da propriedade em construção, essa informação não está dada.

Nesse sentido, essa perspectiva seria mais apropriada para análise de coronéis no ex-Contestado, cuja base, a propriedade da terra, não estava garantida, mas em disputa e em construção. Inclui-se nesse contexto a interiorização das instituições judiciárias do âmbito estadual. Andrei Koerner faz uma análise partindo do controle oligárquico do Poder Judiciário nos estados durante a Primeira República.<sup>265</sup> Parte da premissa de que as práticas institucionais do Judiciário não interagiam de forma independente, mas estavam imersas no sistema político coronelista. Koerner identifica na análise de Leal a questão das garantias do Judiciário (de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade dos vencimentos de juízes) como parte do compromisso. Mas, de outro lado, adverte que uma larga esfera de poderes era (formal ou informalmente) atribuída a juízes leigos ou temporários (juízes da paz, municipais, substitutos, jurados), que não tinham nem a formação nem a liberdade pessoal para o exercício das funções judiciárias. Desse modo, o autor argumenta que Leal excluiu da análise do coronelismo esse aspecto e, quando o abordou, descreveu sua organização formal, sem estudá-lo do ponto de vista político.<sup>266</sup>

O coronelismo, portanto, é um elemento constitutivo da formação dos batalhões que estamos analisando. No entanto, não encontramos informações de que esses batalhões estavam oficialmente vinculados ao Exército. Segundo Rodrigues, nem sempre os coronéis conseguiam juntar-se oficialmente ao Exército e dele receber remuneração. No contexto da Guerra do Contestado, observou que esse engajamento era dado aos coronéis ligados às oligarquias estaduais, como a família Ramos em Lages e o coronel Fabrício Vieira, nas

---

<sup>263</sup> SILVA, Ligia Maria Osório. O coronelismo como fenômeno de fronteira. *In*: JORNADAS INTERESCUELAS, 11., 2007, San Miguel de Tucumán. **Anais** [...]. San Miguel de Tucumán: Universidad de Tucumán, 2007..

<sup>264</sup> *Ibid.*, p. 8.

<sup>265</sup> KOERNER, Andrei. Poder Judiciário Federal no sistema político da Primeira República. **Revista USP**, São Paulo, v. 21, p. 58-69, 1994. p. 58.

<sup>266</sup> *Ibid.*, p. 60.

margens do Iguaçu.<sup>267</sup> Esse contexto, porém, muda com o fim da guerra e o Acordo de Limites de 1917, de forma que a atuação dos batalhões patrióticos na década de 1920 possibilita problematizar outras formas de alianças.

O movimento político-militar mais amplo em andamento, no qual as ações dos batalhões de Cruzeiro estavam inseridas, não explica, contudo, as rivalidades internas entre os batalhões que buscamos compreender a partir das estratégias utilizadas pelos chefes locais. Embora esse movimento estivesse no horizonte pelo qual se moviam os batalhões que entraram em conflito no Irani, em 1925, há fortes indícios de que o interesse em armas para resolução de conflitos locais se sobreponha ao interesse mais amplo do combate aos tenentes. Por isso, tentaremos explorar alguns desses aspectos nos dois subcapítulos seguintes, nos quais trataremos da “operação de guerra” para desmobilizar as forças de Fabrício das Neves e do “acampamento em Palmas”, período em que as mesmas forças começavam a desertar em meio às incertezas e aos diferentes movimentos das chefias.

## 2.6 EM “OPERAÇÃO DE GUERRA” OU “EM DESOBEDIÊNCIA”

O inquérito policial que apurou a morte de Fabrício das Neves e seus companheiros é constituído pelo inquérito civil, aberto em maio de 1925 para apurar os responsáveis pelo crime, e pelo inquérito militar, instaurado em fevereiro do mesmo ano, que foi anexado para provar que se tratava de uma operação militar. Essa fonte possui uma lógica de organização que merece uma breve explicação, para que sejam melhor compreendidas as informações nela presentes.

Um inquérito policial é aberto para comprovar a existência ou não de um crime a partir de uma denúncia que se baseia nas primeiras declarações. Em seguida, faz-se o auto de qualificação do acusado e das partes envolvidas, bem como as testemunhas são arroladas e interrogadas. Quando o juiz considera as informações suficientes para pronunciar o acusado, tem início um processo-crime. Os processos criminais são instaurados a partir do que o Poder Judiciário considera crime, sendo regido pelo direito penal e pelo direito processual penal.<sup>268</sup> O inquérito policial pode ou não virar um processo-crime, que significaria ir adiante na investigação, o que, no caso em que analisamos, não aconteceu.<sup>269</sup> Como o juiz da comarca

<sup>267</sup> RODRIGUES, Rogério Rosa. **Os sertões catarinenses: embates e conflitos envolvendo a atuação militar na Guerra do Contestado**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. p. 21.

<sup>268</sup> GRIMBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanesi; LUCA, Tania Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 123.

<sup>269</sup> Para uma discussão sobre a passagem de um inquérito para o processo-crime e suas implicações, cf.: BAJER, Paula. **Processo penal e cidadania**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002. p. 9/35-36.

não aceitou a denúncia e o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina também não, o inquérito na esfera penal deu-se por encerrado.

Em relação ao inquérito militar, o Exército brasileiro possui legitimidade para julgar os seus membros. Os crimes cometidos pelos militares em situação de guerra eram regulados pelo Código Penal da Armada de 1891, sendo estendido ao Exército Brasileiro em 1899. Em 1893, o Conselho Supremo Militar e da Justiça tornou-se oficialmente Supremo Tribunal Militar. A presidência da instituição passou a ser assumida por um integrante do Poder Judiciário e não mais por um representante do governo, desvinculando-a, formalmente, da esfera política.<sup>270</sup> O distanciamento da Justiça Militar da política no início da República, no entanto, deve ser relativizado, devido ao envolvimento dos militares no governo e a sucessivos períodos de estado de sítio. Ao contrário, a identificação entre a Justiça Militar e o Estado reflete na ideia de militarizar os crimes políticos. Em 1920, a Justiça Militar foi reorganizada através do Código de Organização Judiciária e Processo Militar, sendo criados os cargos de procurador-geral da Justiça Militar, de promotor e de advogado de ofício, cargos semelhantes aos que atuam no âmbito penal.

No inquérito de Fabrício das Neves, são explicitados os movimentos de ambos os batalhões chefiados por este e por Marcelino Ruas. O inquérito militar foi aberto pelo general comandante da 5ª Região, João Nepomuceno Costa, indiciando ambos os comandantes das forças patrióticas, “organizadas para auxiliarem a defesa da legalidade”, por terem praticado atos delituosos em relação ao que ocorrera entre Fabrício das Neves e o General Rondon e, em relação a Marcelino Ruas, sobre as ocorrências no Irani. A autuação apresentada ao general baseou-se na troca de telegramas entre Fabrício das Neves e o general Rondon.<sup>271</sup> Esses telegramas foram usados como prova de que Fabrício das Neves não seguia as ordens de Rondon e para justificar a atuação do Esquadrão Ruas<sup>272</sup> no Irani contra as forças de Fabrício das Neves. Segundo o Tenente Plaisant, o coronel Marcelino Ruas:

<sup>270</sup> SILVA, Ângela Moreira Domingues da. Histórico da Justiça Militar brasileira: foro especial e crime político. 2013. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 27., 2013, Natal. *Anais* [...]. Natal, 2013.

<sup>271</sup> A portaria foi assinada pelo encarregado pelo inquérito, tenente-coronel Arthur Xavier Moreira. Inquérito Fabrício das Neves, f. 42. É possível que Arthur Moreira seja o mesmo “Dr. A. Moreira”, diretor-chefe do tráfego da Viação férrea Paraná-Santa Catharina que incentivava os empregados da Companhia a se incorporarem nas forças legais, divulgando as vantagens de soldo que poderiam receber, além dos vencimentos integrais. (‘Voluntarios para serviço do governo’, *O Dia* (PR), 22/07/1924, n. 330, capa.).

<sup>272</sup> Segundo o Manual de Campanha C 20-1, esquadrão é uma pequena unidade militar: tropa de valor subunidade do Exército, podendo ser independente ou orgânica de um regimento, composta da arma de cavalaria. (Manual de Campanha C 20-1 – Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército. 4. ed. 2009.). Embora este manual seja atual, pois não conseguimos acessar outro que se aproxime daquele período, acreditamos ter as características semelhantes.

Encontrava-se à frente do seu batalhão (5º de sapadores matteiros) no lugar Irany, onde foi por ordens superiores, *em operação de guerra*, a fim de *capturar ou extinguir o bando* armado de José Fabrício das Neves, que vinha com destino aos sertões do Irany para *revolucionar* a zona marginal da Estrada de Ferro.<sup>273</sup> [grifo nosso]

A prisão do “bando” de Fabrício das Neves, expressão utilizada pelos militares para diferenciar as ações do Exército de bandoleiros, partiu da designação superior, e sua operação foi acompanhada pelo oficial do Exército, tenente Plaisant.<sup>274</sup> Paranaense e naquela ocasião residindo em Herval, o oficial estava na Fazenda Irani como inspetor do Esquadrão Ruas, em virtude da determinação do general Nepomuceno. Em Herval estava localizada uma das estações ferroviárias, e havia frequente movimentação de tropas, sendo que anteriormente o local foi foco da atuação de partidários de Nilo Peçanha, que apoiaram Borges de Medeiros, em 1923.<sup>275</sup> A presença do oficial governista e paranaense não era por acaso, acreditamos que fosse para fazer frente a uma possível oposição.

O tenente Plaisant desconfiava da presença das forças de Fabrício das Neves, pois este havia passado mais de três meses sem contato pessoal com o general Rondon e marchava com uma força de 170 homens em direção oposta à que deveria tomar se estivesse a serviço da legalidade.<sup>276</sup> Ao encontrar o tenente no Irani, Fabrício das Neves alegou estar a serviço do general, que lhe tinha encarregado da compra de grande número de muares. Como prova apresentou-lhe os telegramas enviados de Marechal Mallet pelo referido general, sendo que o tenente admitiu “[...] estar o referido individuo a boa fé dessa alta autoridade militar.”<sup>277</sup> Esse fato justificaria que Fabrício das Neves tivesse voltado ao Irani, um dos lugares que havia morado por bastante tempo e onde poderia providenciar os muares, conforme o pedido do general.

Uma testemunha que presenciou a prisão do bando e também foi detida pela guarda de Marcellino informa o número de soldados que estavam na zona do Irani. José Ricardo seguia

<sup>273</sup> Inquérito Fabrício das Neves. f. 42v.

<sup>274</sup> Conforme o Dicionário Técnico Militar de Terra, publicado em 1911, bando designava “convocação, pregão público, ao som de caixa, pelo qual se declara, a guerra ou se ordena a defesa de alguma coisa.” Designava a divisão em duas classes da população militar de um país, “primeiro e segundo bando”, aquele dos “mais validos, toma as armas em certas ocasiões,” e este a dos “mais idosos, só se convoca em certos casos, para secundar aquela.” Nesse dicionário, bando tem a mais antiga referência na sociedade militar móvel dos povos germânicos. Essa desse dicionário, contemporâneo da Guerra do Contestado, é importante porque o Exército utilizou os bandos locais para por fim ao conflito sertanejo. No entanto, durante a Guerra, o uso dos bandos não era consensual, devido a autonomia dos mesmos dentro das unidades militares e muitas vezes o não reconhecimento da hierarquia militar, já que estavam diretamente subordinados aos coronéis da região. No decorrer da Guerra, a expressão bando já era usada para designar as forças que não se submetiam à disciplina e hierarquia militar, que não tinham didática de Guerra, portanto, adquire uma forma pejorativa. (RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande Sertão**... 2008. p. 82, 311-312.)

<sup>275</sup> O Combate. Rio de Janeiro. 26/01/1922, ano I, n. 297, p. 1, col. 1-5.

<sup>276</sup> Inquérito Fabrício das Neves, f. 47v.

<sup>277</sup> Esses telegramas apenas foram citados no inquérito, não constando transcrição.

em direção a Caçadorzinho entregar umas mulas que tinha vendido a um major.<sup>278</sup> No dia seguinte, quando esperava para fazer a entrega das mulas, viu cruzar aproximadamente duzentos homens da força de Fabrício das Neves, que vinha do lugar “Ronda”, sendo que dias antes já havia passado muita gente.<sup>279</sup> Apesar de haver grande movimentação de homens ao lado de Fabrício das Neves, quando foi capturado, estava apenas com os camaradas mais próximos. O tenente informou a sua participação na prisão de Fabrício das Neves, descrevendo a operação da captura:

[...] como auxiliei a acção para a captura desses *elementos indesejáveis e possuídos de intenções ocultas*, pedi ao Commandante Marcelino Ruas, fossem elles conduzidos à vossa presença afim de serem conforme suas culpas, punidos como de direito e justiça. Durante meu regresso procurei syndicar, na zona onde a horda de assaltadores opperava; todas as informações obtidas foram de accusações as mais graves a esse bando perigoso, *chefiado pelo autor da morte do então Coronel João Gualberto*, Commandante da Força Policial do Estado do Paraná, crime até hj impune. Parece-me pela atitude de franca rebeldia as ordens do Exmo Sr. General Rondon - como depreheende dos telegrammas acima mencionados [...]. Herval, 31 de Janeiro, de 1925. (Ass.) Ayrton Plaisant, 1º Tenente. Urgentissimo. N. 5 X Moreira [Telegramas apensos]<sup>280</sup>

A repulsa às forças de Fabrício das Neves fica evidente na descrição de “elementos indesejáveis”, “bando perigoso”, mas ainda mais nítido ao ressaltar ser este o autor da morte do Coronel João Gualberto, morto na Batalha do Irani, em 1912. Para o tenente, Fabrício das Neves era um “rebelde” e fingia seguir as ordens do general Rondon, pois o que pretendia era “explorar as altas autoridades do País”, oferecendo “seus serviços à causa da legalidade” quando seu objetivo era “servir à causa da revolução, o que de facto alcançariam si não fora a attitude energica e prompta do Comandante Marcelino Ruas pondo um paradeiro”, cujos resultados seriam “beneficos a população ordeira de Herval, Cruzeiro e adjacências”.<sup>281</sup> Esse era o teor do telegrama enviado pelo tenente Plaisant ao seu superior, que deu início ao inquérito.

A aversão institucionalizada por meio do oficial do Exército contra Fabrício das Neves e seus homens alimentava-se ainda do período da Guerra do Contestado. No inquérito policial, a defesa de Marcelino era representada pelo rábula Joaquim Ennes Torres, que atuou “sem habilitação, admitida pelo juiz substituto”.<sup>282</sup> Conseguindo licença para continuar na

<sup>278</sup> Trata-se de José Ricardo, o mais velho das testemunhas, com 66 anos, que vivia nos sertões do Irani há 11 anos e conhecia Fabrício das Neves há mais ou menos 9.

<sup>279</sup> Inquérito Fabrício das Neves, f. 36-36v.

<sup>280</sup> Ibid., f. 42v-43. (grifos nossos).

<sup>281</sup> Inquérito Fabrício das Neves. f. 43v.

<sup>282</sup> Joaquim Ennes Torres foi nomeado por Marcellino no final de julho como seu representante. Antes de proferir a sentença, o juiz Murillo Costa Coimbra exigiu intimar Joaquim Torres por ter atuado “sem a necessária habilitação, admitida pelo então juiz substituto”. Assim, foi exigido que pagasse a taxa devida à

defesa, Joaquim Torres levantou repetidas vezes uma série de perguntas às testemunhas sobre Fabrício das Neves. Entre elas, a já mencionada responsabilidade pela morte de João Gualberto, sobre ter tomado parte saliente no “movimento fanático” ao lado de José Maria, ser “revoltoso”, se recusar a pagar os impostos e “tudo praticar sem obediência às autoridades e à lei”.<sup>283</sup> De modo geral, as perguntas inscrevem-no na imagem de homem “perigosíssimo” e “infrator da ordem”, enfatizando violências de sua parte e, principalmente, insubordinação ao governo. O promotor chegou a fazer uma petição, acusando as inquirições levantadas pelo advogado de conterem palavras injuriosas e calúnias em relação a Fabrício das Neves, ao qual o juiz considerou “não encontrar palavras positivamente ofensivas ao morto [...]”.<sup>284</sup> Desse modo, o auto de qualificação que se realizou para apurar o crime foi convertido em um julgamento dos executados de forma a colocá-los do outro lado da lei, justificando assim o crime.

O depoimento do tenente no inquérito militar e o auto de qualificação do inquérito policial demonstram que a ofensiva contra Fabrício das Neves, ex-rebelde do Contestado, foi legitimada pelo estado catarinense, que promoveu a sua execução sob o argumento principal de ter sido o autor da morte de João Gualberto. Legalmente, esse argumento não poderia ter sido usado contra ele, uma vez que o Decreto nº 3.492, de 19 de janeiro de 1918, anistiava todos “[...] os indivíduos envolvidos nos sucessos de Manãos e Floriano Peixoto, Estado do Amazonas, e na região do Contestado, no Paraná e Santa Catharina.”<sup>285</sup> O decreto de anistia foi ignorado para outras lideranças do Contestado, como do chefe rebelde Adeodato Ramos, que permaneceu preso até se executado dentro do presídio, em Florianópolis, em 1923.<sup>286</sup>

A ofensiva contra Fabrício das Neves não se restringiu ao âmbito da Justiça Penal ou Militar. Em 1919, o vice-governador de Santa Catarina, Hercílio Luz, mencionou a situação preocupante do município de Cruzeiro, com boatos que indicavam um “[...] levante próximo de elementos perniciosos à frente dos quais se encontrava Fabrício das Neves.” Em razão disso, enviou um chefe de polícia e um tenente-coronel, comandante da força pública, para obrigar a “dispersão dos bandos que se formavam na expectativa de uma luta próxima”.<sup>287</sup>

---

Fazenda do Estado. E após a formalidade e apresentação de alvará de licença para residir em juízo como advogado, o juiz prosseguiu com a conclusão. É possível que isso tenha ocorrido por Ennes Torres ser rábula e não ter a formação oficial de advogado já exigida no período. Inquérito Fabrício das Neves. f. 27, 69.

<sup>283</sup> Ibid., f. 20-23, 36v-38, 40.

<sup>284</sup> Ibid., f. 26, 30. O juiz em exercício era Leandro Thibes.

<sup>285</sup> BRASIL. Decreto n. 3.492, de 19 de janeiro de 1918. **Diário Oficial da União**, 24 jan. 1918, seção 1, p. 1293.

<sup>286</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro; AXT, Gunter (org.). **Processo de Adeodato**: último chefe rebelde do Contestado. Florianópolis: Centro de Estudos Jurídicos - CEJUR, 2017.

<sup>287</sup> Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (SC) - 1891 a 1930. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 22 de Julho de 1919, pelo Engenheiro Civil Herclio Pedro da Luz, vice-governador, no

Hercílio Luz reiterava a instrução do general Setembrino de Carvalho de “não descuidar do policiamento da região que abrange os municípios de Cruzeiro e Chapecó”, de modo a permitir que “[...] a população ordeira vá afastando, insensivelmente, com o tempo, os aventureiros que do banditismo fazem praça e do assassinio fazem profissão.” O governador também expôs a preocupação com as dificuldades em atender, na região, “[...] as necessidades oriundas com a incorporação do território que coube ao Estado de Santa Catharina, em consequência do acordo firmado entre este e o Paraná.”<sup>288</sup>

Nesse sentido, teria sido a operação de guerra uma desculpa para extermínio dos remanescentes do Contestado? Por um lado, acreditamos que a operação se encobre na ampla “propaganda” do estado catarinense, que associou os caboclos ao “banditismo”, à violência e ao atraso, contrapondo-os à colonização, que implicava a presença da “população ordeira”. Por outro lado, a aproximação de Fabrício das Neves com o general Rondon coloca-o em outra situação de liderança e reconhecimento como chefe militar, conforme veremos, a partir do momento em que as forças ficaram acampadas em Palmas.

## 2.7 ACAMPAMENTO EM PALMAS

A passagem da Coluna Prestes por Santa Catarina e dos batalhões – que no estado se organizaram para combater a Coluna Paulista no oeste do Paraná – raramente é mencionada pela historiografia militar e pela historiografia do Contestado. Os relatos escritos pelos comandantes das colunas são os que possibilitam se aproximar de mais detalhes. “A coluna da morte”, do comandante João Cabanas; a trilogia “À guisa de depoimento sobre a revolução de 1924”, do oficial Juarez Távora; as “Memórias”, do mesmo oficial; e “A Coluna Prestes (Marchas e Combates)”, do secretário Lourenço Moreira Lima, que, dos três militares, foi o que registrou com maior riqueza de detalhes a passagem por Santa Catarina.<sup>289</sup>

Escrito no degredo, “À guisa de depoimento sobre a revolução de 1924” é composto por três volumes, sendo que o primeiro foi publicado em 1927. O 2º volume inclui a descrição da ocupação do Oeste Paranaense, do levante do Rio Grande do Sul e da retirada de Prestes através de Santa Catarina, além de sua união com as forças paulistas, após a queda de Catanduvas. Infelizmente, este capítulo jamais foi publicado. Em depoimento publicado em

---

exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina. 1919, p. 36-37. O governador na época era Lauro Müller.

<sup>288</sup> Desde o final da guerra, o general Setembrino dizia que a pacificação definitiva seria obtida mediante um policiamento rigoroso, que, em sua opinião, competia aos Estados conflagrados. A sua consideração foi reproduzida em relatório oficial. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 14 de agosto de 1916, pelo Dr. Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catharina. 1916. p. 12-15.

<sup>289</sup> TÁVORA, Juarez. **À guisa de depoimento...**1927; CABANAS, João. **A Coluna da morte...** 2014, LIMA, Lourenço Moreira. **A Coluna Prestes...** 1979.

suas “Memórias”, Juarez Távora mencionou que estava foragido e sem dinheiro quando carregava consigo o segundo volume. Em 1930, após ser preso num subúrbio do Rio de Janeiro, a polícia vasculhou sua documentação e rasgou várias páginas de seus escritos. O autor só os retomou 40 anos depois, mas sem publicá-los na íntegra.<sup>290</sup> No livro de João Cabanas, publicado também no exílio, em 1928, há um capítulo dedicado à rendição de Catanduva, em que o comandante narra sobre as forças governistas em perseguição às forças rebeldes acossadas no Paraná.<sup>291</sup> Por meio de materiais apreendidos das forças adversárias, tinha conhecimento da quantidade de homens acionada nos batalhões, entre os quais do destacamento Varella, ao qual as forças de Fabrício das Neves iriam se incorporar. O livro de Lourenço Moreira Lima, publicado pela primeira vez em 1934, é o mais completo relato da Coluna Prestes e inclui importantes encontros com chefes políticos e militares no ex-Contestado.<sup>292</sup>

Esses relatos constituem fontes primárias a partir das quais pudemos cruzar com as informações do inquérito policial que apurou os delitos dos batalhões em Cruzeiro. É importante ressaltar que o objetivo das duas colunas era se unirem em Foz do Iguaçu, no Paraná; para isso, a Coluna Prestes, que havia saído do Rio Grande, passaria por Santa Catarina.<sup>293</sup> Do ponto de vista dos relatos dos comandantes das colunas, o que seria apenas uma passagem pelo estado mostrou-se um período de quase três meses de negociações, combates frequentes e muito desgaste. Visto a partir do território do ex-Contestado, esse movimento era ainda mais presente do que de fato o relataram, em torno do qual se envolveram principalmente civis-vaqueanos em busca de melhores oportunidades e condições de vida.

No período em que as forças de Fabrício das Neves ficaram acampadas em Palmas, de onde deveriam seguir para juntarem-se ao destacamento do coronel Varella na direção de Guarapuava, havia muitos homens envolvidos de diferentes formas e por diferentes motivos no batalhão. Através dos depoimentos presentes no inquérito militar, dos civis e dos militares envolvidos, é possível reconstruir parte desse movimento e identificar alguns comandantes de tropas menores que compunham o batalhão. Afinal, o que os movia nessa missão e porque escolheram compor as forças do governo?

---

<sup>290</sup> TAVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas**: voltando à planície. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1977. p. 13.

<sup>291</sup> CABANAS, João. **A Coluna da morte**... 2014. p. 231-239.

<sup>292</sup> LIMA, Lourenço Moreira. **A Coluna Prestes**... 1979. p. 49.

<sup>293</sup> A formação da coluna ocorreu no Rio Grande do Sul, em 28 de outubro de 1924, e era dirigida pelos generais Honório de Lemos, Zeca Neto, Leonel Rocha e Julio Barros, capitão Luiz Carlos Prestes e tenente-coronel Juarez Távora. (Ibid., p. 104.).

O telegrafista Flávio Nascimento migrou do Rio Grande do Sul para Herval a convite do major Vivaldino Silveira D'Ávila, da coluna de Fabrício das Neves, para servir como primeiro-tenente.<sup>294</sup> Logo que chegou, o telegrafista encontrou-se com Fabrício das Neves em Itá, para tratar da organização da força; posteriormente, seguiu para Palmas, onde permaneceu por volta de dois meses. Descrevendo o acampamento em Palmas, Nascimento contou que recebera ordens de Fabrício das Neves de voltar devido ao fato de ter desembarcado uma força de dois mil homens que vinham atacá-lo. A força “[...] que o Coronel Fabricio julgava queria atacá-lo era o 29º Batalhão de Caçadores que tinha objectivo muito diferente”, completou.<sup>295</sup> Isso gerou um impasse e Vivaldino declarou que se Fabrício das Neves não marchasse para Guarapuava, deixaria o acampamento e iria se apresentar ao general Rondon.<sup>296</sup>

Vivaldino Silveira D'Ávila era comerciante e lidava com exportação de couro e crina animal. Vivia próximo à estação Rio Capinzal, devido à facilidade de exportação. Segundo consta na imprensa gaúcha, fez parte das forças republicanas de Borges de Medeiros, na Revolução de 1923, como comandante de corpos provisórios,<sup>297</sup> e foi nomeado Major-Fiscal no Rio Grande do Sul, em 1925 e em 1926.<sup>298</sup> Entre fins de 1924 e início de 1925, seu nome foi mencionado inúmeras vezes entre os que estiveram no palácio do governo gaúcho, inclusive na presença do general Setembrino pelo jornal A Federação de Porto Alegre.<sup>299</sup> É bem provável que o telegrafista Nascimento tenha migrado não apenas para servir no batalhão, mas para trabalhar com Vivaldino, pois logo que percebeu o impasse entre ele e Fabrício das Neves, temendo futuras complicações, também deixou de fazer parte dessas forças.<sup>300</sup> Nesse sentido, esse depoimento informa sobre a situação do batalhão e fornece indícios de que seu comandante estava reticente em seguir para combater os tenentes e seus camaradas ameaçando abandoná-lo como se não houvesse hierarquia a ser respeitada.

É possível que Fabrício das Neves suspeitasse que seu batalhão fosse ser atacado como forma de perseguição. O inconformismo com as perdas paranaenses na Batalha do Irani

<sup>294</sup> Inquérito Fabrício das Neves. f. 51.

<sup>295</sup> Quanto ao 29º Batalhão mencionado pelo telegrafista, temos apenas uma referência de um 29º Batalhão no período da Campanha do Contestado, comandado pelo general Setembrino e que foi organizado para servir como uma espécie de vitrine da boa organização do Exército. O registro fotográfico do batalhão foi analisado por Rogério Rodrigues. (RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande Sertão...** 2008. p. 246.).

<sup>296</sup> Inquérito Fabrício das Neves. f. 51v.

<sup>297</sup> A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS). 28-9-1923, Anno XL, n. 226, p. 1, col. 4-5; A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS). 1-10-1923, Anno XL, n. 228, p. 1, col. 3.

<sup>298</sup> A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS). 11-12-1926.

<sup>299</sup> A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS). 1-10-1924, p. 1, col. 3; A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS). 1-10-1924; A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS). 11-4-1924.

<sup>300</sup> Inquérito Fabrício das Neves. f. 52.

ainda pairava na região, como o que ocorreu com o coronel paranaense que ameaçara Fabrício das Neves de morte caso se encontrassem, sendo a situação impedida pelo Batalhão de Santa Catarina. Um capitão da sua coluna, Cirilo Ramos, contou que Rondon passava telegramas ordenando que Fabrício das Neves fosse o quanto antes com as forças para Guarapuava, “[...] onde encontraria fardamento, armamento, equipamento e dinheiro.”<sup>301</sup> Nesse momento, cerca de 200 homens começaram a desertar, porque todos se incorporaram “[...] certo[s] de que iriam o quanto antes auxiliar ao governo e ao general Rondon.”<sup>302</sup>

Essa situação evidencia que, mesmo que o general Rondon ocupasse um posto importante, a capacidade de manter as tropas fugia ao seu domínio e controle. Essa habilidade estava ligada diretamente à chefia de homens como Fabrício das Neves ou de chefes menores, como Nascimento, novo na região, ou Cirilo Ramos, antigo coronel da Guarda Nacional. Se Rondon se apoiava largamente sobre os batalhões, estes, em contrapartida, deveriam contar com pagamento de soldos pelos serviços prestados. Quando os pagamentos não aconteciam, eram usados como justificativa para não cumprir ordens daquele superior do Exército. É mais provável que, se não fosse por receio de retaliação, a deserção fosse por falta de pagamento e não de um suposto “patriotismo”, conforme o depoimento de Cirilo Ramos. Vale ressaltar que se trata de um inquérito, sendo os militares superiores os inquiridores.

O depoimento do capitão da brigada auxiliar do Rio Grande do Sul, João Carlos Araújo e Silva, foi direto a esse ponto, dando mais informações sobre a composição do batalhão. Em dezembro de 1924, junto com o capitão Vivaldino Silveira D’Ávila, combinaram de seguir para a Estação Herval onde iriam receber, a partir do Faxinal do Irani na direção de Palmas, os contingentes de voluntários que deviam se incorporar e constituir o batalhão.<sup>303</sup> Em Caçadorzinho, procedeu à contagem de contingentes,

[...] formando-se uma coluna de 658 homens com os quaes chegou a Palmas no dia quinze do mesmo mez [dezembro] tendo no dia dezesseis formado a coluna em parada afim de ser a mesma entregue ao estado Maior do destacamento ‘Varella’ em cujo momento verificou-se então só existirem 608 homens.<sup>304</sup>

As forças de Fabrício das Neves seriam entregues ao coronel Silva Varella, por exigência deste, que havia pedido ao Comandante Tenente Lopes Vieira – da Força Pública de

<sup>301</sup> Trata-se de Justiniano Cirilo Ramos, tenente da antiga Guarda Nacional, que serviu como capitão desde sua organização no Irani. (Inquérito Fabrício das Neves. f. 52v-53.).

<sup>302</sup> Ibid.

<sup>303</sup> O inquérito militar iniciou na Vila de Herval e foi concluído em Porto União, no quartel da direção de etapas das forças do general Rondon. O mesmo tenente-coronel Artur Xavier Moreira continuou sendo encarregado do inquérito. Coincidentemente, o inquérito militar instaurado sobre a Chacina do Iguacu, abordado na pesquisa de Viviani Poyer, começou em Barra Feia, no Paraná, e terminou em Curitiba, no quartel general do Comando da 5ª Região Militar.

<sup>304</sup> Inquérito Fabrício das Neves. f. 56.

Santa Catarina e que estava em Herval – um oficial para estabelecer uma ligação com o Batalhão Paranaense.<sup>305</sup> Este batalhão protegia a turma que estava reconstruindo a picada Valério, parte de um caminho alternativo escolhido pelo general Rondon – que atravessava o Paraná no sentido sul – para combater a Coluna Paulista. Esta estava no oeste do mesmo estado e tinha por objetivo alcançar Foz do Iguaçu para encontrar a Coluna Prestes, que vinha do Rio Grande.

O contingente organizado por Fabrício das Neves deveria apoiar aquele batalhão e guarnecer a picada, não fosse aquelas forças estarem sob o comando do major Morais Sarmiento, o sujeito que guardava desavenças com Fabrício, devido à Batalha do Irani. De condições precárias para o tráfego, a picada estava sendo reaberta e deveria ficar desimpedida até a localidade de Vinte e Quatro, próximo a Catanduvas, onde os tenentes haviam tomado o telégrafo e onde se deu o combate conhecido por Cerco de Catanduvas.

Nesta localidade, de um lado, os tenentes rebelados estavam acampados, devido à facilidade que o telégrafo proporcionava para a comunicação com as tropas de Luiz Carlos Prestes. De outro lado, as forças legalistas deveriam impedir o encontro das forças rebeldes, no intento de dismantelar o movimento. A Coluna Prestes, por sua vez, chegava a Santa Catarina iniciando a “Campanha do Contestado”.<sup>306</sup>

As forças de Fabrício das Neves deveriam seguir para essa picada, guarnecer sua abertura e, posteriormente, auxiliar na frente contra os tenentes que se dirigiam para Catanduvas. Se isso ocorresse, seu batalhão iria se juntar às forças de Varella na luta contra a Coluna da Morte. Esta era comandada por João Cabanas e constituía um destacamento da Coluna Paulista, que agia na retaguarda com o objetivo de retardar as forças governistas de chegarem a Foz do Iguaçu.<sup>307</sup> Entretanto, Cabanas se beneficiava da sua fama e, segundo seu relato, o destacamento Varella, pensando em ser atacado na retaguarda por sua coluna, desorganizou-se por si próprio, deixando para trás armamento, munição e documentos importantes, dos quais Cabanas e sua tropa se beneficiaram.<sup>308</sup> Esse episódio, porém, não impediu o combate do cerco de Catanduvas, que acarretou grande perda das forças rebeldes,

---

<sup>305</sup> RIBAS, Antônio de Lara. **Policia Militar de Santa Catarina...** 1985. p. 33-34.

<sup>306</sup> LIMA, Lourenço Moreira. **A Coluna Prestes...** 1979. p. 106.

<sup>307</sup> CABANAS, João. **A Coluna da Morte...** 2014. p. 202. Segundo Cabanas, o destacamento do coronel Varella era composto de 1200 homens, que, somados aos demais contingentes mobilizados por Rondon para este combate, somava 4.000 combatentes. Enquanto isso, a Coluna da Morte se compunha de apenas 280 homens além de contar com pouquíssimo armamento e sem possuir artilharia. As informações foram observadas por ele a partir dos mapas, boletins e outros documentos que encontrou em Formigas, no Paraná, um dos pousos do general Rondon.

<sup>308</sup> *Ibid.*, p. 207.

gerando uma série de deserções e a quase desistência de seguir a marcha junto com a Coluna Prestes posteriormente.<sup>309</sup>

Enquanto as forças de Fabrício das Neves estavam acampadas em Palmas, os depoimentos do inquérito informam que Rondon lançava quase que diariamente verdadeiros apelos àquele, cuja ordem era “[...] marchar com urgência para Guarapuava onde o batalhão seria armado, fardado, equipado.”<sup>310</sup> Fabrício das Neves, no entanto, marcharia apenas “[...] se o general Rondon lhe regateasse pagar em Palmas uma conta de 175 contos e 820 mil reis”, referentes a despesas de organização, fardamento, armamento e equipamento que lhe foram prometidos. Em 22 de dezembro de 1924, Araújo e Silva seguiu em missão especial para Guarapuava, onde recebeu a seguinte instrução: “Fabrício só receberá contas da despesa, fardamento, armamentos e equipamentos, em Guarapuava” – tendo na véspera o general “nomeado Fabrício das Neves Coronel em comissão”, bem como Araújo e Silva e Vivaldino aos “postos de Major”.<sup>311</sup>

Ao que parece, Fabrício das Neves não deu valor à nomeação de coronel pelo general, mesmo que circunstanciada, pois decidiu não marchar. Mesmo assim, em 13 de dezembro de 1924, foi até Guarapuava e encontrou-se com o general Rondon no Quartel General (QG) de Marechal Mallet, ao qual prometera avançar. Ao retornar, porém, disse a Araújo e Silva e a outros que não iria com as forças a Guarapuava e ficaria acampado em Chapecó, “[...] visto que estava convencido que não tinha obrigações com o Ministro da Guerra [...]” (Setembrino de Carvalho) enquanto não lhe pagassem “[...] a conta de despesa, dois meses de soldo, fardamento, armamento equipamento.”<sup>312</sup> Diretamente do QG de Mallet, chegaram telegramas ordenando a marcha, sob pena de responsabilidade. Em 24 de janeiro de 1925, “[...] levantou acampamento com destino a Chapecó, seis a oito léguas da cidade”, e mandou que Araújo e Silva assumisse o comando do batalhão, visto que pretendia seguir para o Rio Grande do Sul “entender-se com o Dr. Borges”.<sup>313</sup> Não encontramos informações diretas de que Fabrício das Neves tenha lutado na Revolução de 1923. Pela imprensa da época, sabemos que havia um comitê pró-Nilo Peçanha em Herval, do qual fizeram parte o capitão Vivaldino Silveira D’Ávila, que ameaçava abandonar seu batalhão, e o ex-superintendente Manoel Bittencourt (1918-1920), seu adversário político. Se Fabrício apoiou Borges em 1923 contra Bernardes e, em 1924, estava servindo às forças governistas contra os tenentes, assim como o

<sup>309</sup> PRESTES, Anita. **A Coluna Prestes...** 1997. p, 172-176.

<sup>310</sup> Inquérito Fabrício das Neves. f. 55.

<sup>311</sup> Ibid., f. 56.

<sup>312</sup> Ibid., f. 56.

<sup>313</sup> Ibid., f. 57.

fez Borges, qual seria o motivo de buscar “entender-se com o Dr. Borges”? Na guisa de outro depoimento, encontramos mais vestígios.

A essa altura, Araújo e Silva já se considerava desligado do batalhão e não cumpriu a ordem, fazendo com que cópias dos telegramas chegassem ao tenente-coronel encarregado do inquérito. O mesmo enfatizou que tomara tal atitude junto com o colega Vivaldino, quando ambos perceberam que Fabrício das Neves “[...] jogava com o general Rondon, com o governo do Rio Grande do Sul[,] tendo o único fim absolver o tempo acampado para receber o dinheiro.”<sup>314</sup> Por isso, buscaram novo entendimento com Rondon, que, por sua vez, não os levou a sério, por ter a convicção de que Fabricio avançaria.

O general Rondon, ao que parece, tinha confiança em Fabrício das Neves, por insistir em acreditar que ele avançaria. Mas a recíproca não parecia ser a mesma. Esse depoimento instiga outras contradições. Se Fabricio se negava a cumprir ordens devido à falta de pagamento, como poderia estar se aproveitando da situação para receber dinheiro? Vale lembrar que, segundo o telegrafista e o oficial da antiga Guarda Nacional, a tropa estava parada havia dois meses em Palmas, período em que não receberam pagamento, nem fardamento, nem armamento. Isso explica a recusa em seguir as ordens, além de sugerir a pouca disposição pela causa contra os tenentes, que, ao contrário, seguiram na luta, apesar das precárias condições bélicas e financeiras.<sup>315</sup> Mas, principalmente, esse depoimento estampa momentos de incerteza de Fabrício das Neves quanto ao rumo que iria seguir. É claro que poderia estar escondendo estratégias, pois, na ida a Guarapuava ou em outros momentos, pode ter se encontrado com indivíduos para se certificar da decisão de não marchar. Essa é uma possibilidade plausível, como será visto adiante, que não foi possível evidenciar pelas fontes.

O Batalhão Fabrício das Neves foi dissolvido pelo coronel Araújo e Silva, a quem Fabrício delegou o comando. Araújo e Silva estava certo de que “Fabricio já confabulava com chefes revolucionários procurando vender a força por 200 contos de réis pagáveis na estação Herval”, o que levaria a “legalidade” a sofrer, segundo ele, “um arranhão de bem graves consequências”.<sup>316</sup> Portanto, se Rondon não lhe pagava, não é impossível que recorresse aos revolucionários. Estes também contavam com a participação de chefes no Contestado que anteriormente haviam prestado serviços ao governo como vaqueanos, mas que nesse contexto apoiariam as forças rebeldes pelo mesmo motivo.

---

<sup>314</sup> Inquérito Fabrício das Neves. f. 57-58.

<sup>315</sup> Em 15 de novembro foi o primeiro contato das tropas na serra de Medeiros, que durou em torno de 40 dias, sendo que as forças de Rondon foram de Guarapuava para Catanduvas, e a Coluna Prestes na linha Catanduvas-Centenário.

<sup>316</sup> Inquérito Fabrício das Neves. f. 62.

Um desses chefes foi Manoel Fabrício Vieira, que, junto com Quim César, ex-revoltoso do Rio Grande do Sul, comprometeu-se a prestar serviços ao governo, recebendo a incumbência de formar um núcleo de voluntários para agir no antigo Contestado, se necessário.<sup>317</sup> Sobre esses chefes, o jornal *A Federação*, de Porto Alegre, noticiou que, ao contrário do que alegavam, a polícia de Campos Novos constatou os planos de ataques a Campos Novos e à Estação Herval, a fim de favorecer os revoltosos. Fabrício Vieira, Manoel Tavares de Campos Novos, Quim César e o delegado de polícia de Capinzal levavam gente de sua confiança para verificar no Batalhão General Bormann, comandado por Manuel Passos Maia, delegado de Cruzeiro, que estava em Herval, a requisição de armas e praças.<sup>318</sup>

Essa manobra aponta para outras formas de bandoleirismo.<sup>319</sup> A participação de delegados de polícia, cargo indicado pelo governador para atuar na ordem pública, mostra que exercer um cargo administrativo do estado não significava estar ao lado do governo. Assim como homens em armas chamados para representar a ordem pública, a exemplo de Fabrício Vieira, Fabrício das Neves e Marcelino Ruas, dependiam primeiramente de apoio local. No entanto, a atuação destes três chefes distingue-se, uma vez que serviram em lados opostos no Levante de 1924. Além disso, estes chefes relacionavam-se de diferentes formas com autoridades locais, regionais e nacionais.

A atuação de Fabrício Vieira na região, analisada no capítulo 3, foi impulsionada durante a Guerra do Contestado, quando serviu como um dos principais vaqueanos a serviço do governo, junto ao Coronel Vieira da Rosa, militar catarinense responsável pela ofensiva final contra os sertanejos do Contestado. Entre os aliados de Fabrício Vieira estavam os irmãos Ruas, especialmente Francisco e Marcelino Ruas. Durante a década de 1920, esses vaqueanos se separaram. Fabrício Vieira passou a prestar seus serviços aos revolucionários, enquanto Marcelino Ruas, que se aproximou de Fabrício das Neves por questões de negócio, aliou-se às forças governistas.

Como foi possível, no entanto, que mudassem de lado desde a sua atuação no conflito sertanejo? Fabrício Vieira, por exemplo, explicou-se através de carta endereçada ao Ministro da Guerra Setembrino de Carvalho, publicada no mesmo jornal. Segundo ele, devido à falta

---

<sup>317</sup> *A Federação*, 22/01/1925. Ano XLII, n.18. p. 2, col. 1-2. Porto Alegre.

<sup>318</sup> *A Federação*, 29/01/1925. Ano XLII, n.25. Capa, col. 6-7. Porto Alegre.

<sup>319</sup> As diferentes formas de bandoleirismo foram discutidas e reelaboradas principalmente a partir da teoria do banditismo social como forma de resistência camponesa de Eric Hobsbawn. No Brasil, ideias similares foram desenvolvidas por estudiosos brasileiros em relação ao cangaço. Nas duas últimas décadas, houve um revisionismo da historiografia sobre o banditismo social latino-americano. Cf.: PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010; FERRERAS, Norberto O. Bandoleiros, cangaceiros e matreiros: revisão da historiografia sobre o Banditismo Social na América Latina. **História** [online], São Paulo, v. 22, n. 2, p. 221-226, 2003.

de cooperação por parte das autoridades de Campos Novos e de um fazendeiro abastado que solicitou apoio para abastecimento de sua tropa, não teria alternativa senão aderir à revolução.<sup>320</sup> Fabrício das Neves teria formado seu batalhão para “limpar seu nome” do passado rebelde e evitar ser caçado como “bandido”, por sugestão de Marcelino Ruas, líder vaqueano favorecido durante o conflito sertanejo.

Essas motivações envolvidas na atuação desses chefes regionais estão presentes na literatura sobre o bandoleirismo, principalmente naquela que desmistificou a teoria do banditismo social, de Eric Hobsbawn.<sup>321</sup> A historiografia sobre o bandoleirismo no Nordeste é pertinente nesse sentido. Um aspecto importante destacado por Norberto Ferreras é que a criminalização ou não do banditismo está relacionada à forma com que o Estado se defrontou com a questão.<sup>322</sup> Em algumas ocasiões, como no contexto dos levantes tenentistas, os bandidos passaram a fazer parte de grupos legais, integrando as forças da lei para atuar contra a Coluna Prestes, como foi oferecido a Lampião e aos chefes do ex-Contestado.

Analisando o caso do cangaço, Luiz Bernardo Pericás problematizou a relação entre os chefes cangaceiros e a população mais pobre e observou que, na maioria dos casos, não havia identidade de classe entre eles.<sup>323</sup> Sobre as origens e motivações para a entrada no cangaço, o autor constatou que as lideranças eram coronéis ou filhos destes, descendentes de membros da Guarda Nacional e de latifundiários.<sup>324</sup> Outras mantinham alianças com a elite local e guardavam inimizades, sendo que a existência de antigas desavenças familiares e políticas era uma das principais motivações para a entrada no cangaço.

O banditismo, nesse sentido, não era social para a defesa da população humilde contra os coronéis, sendo que estes é que empregavam muitos cangaceiros que os viam como “patrões”.<sup>325</sup> Nessa interpretação, os bandidos costumavam defender interesses pessoais, mediante uso da violência, e buscavam manter vínculos com “protetores” poderosos, muitas vezes resultando em agressões contra o próprio “povo”.<sup>326</sup> Pericás relata os casos de pessoas que não viam no cangaço uma forma de melhorar a vida, devido às atrocidades que cometiam,

---

<sup>320</sup> A Federação, 24/01/1925. Ano XLII, n.20. p. 3, coluna 1-2. Porto Alegre.

<sup>321</sup> É importante situar que a análise do autor contrapõe-se à teoria do banditismo social de Hobsbawn e a sua apropriação no meio político brasileiro do cangaço como uma revolta social inconsciente de sertanejos empobrecidos e explorados que se resumiria numa rebeldia contra as injustiças do sertão. Esta perspectiva ganhou força a partir dos anos de 1960 e foi reapropriada em muitos momentos, sendo possível identificá-la até a atualidade.

<sup>322</sup> FERRERAS, N. O. Bandoleiros, cangaceiros e matreiros..., 2003. p. 221.

<sup>323</sup> PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. 2010. p. 39.

<sup>324</sup> Ibid., p. 33-39.

<sup>325</sup> Ibid., p. 29.

<sup>326</sup> Ibid., p. 39.

embora houvesse também casos de generosidade. No cangaço, segundo o autor, não se procurou construir uma base de apoio real entre bandidos e o “povo”.<sup>327</sup>

Por um lado, esses elementos percebidos pelo autor para o caso do cangaço são também identificados em nossa análise. O bandoleirismo do Oeste Catarinense, na década de 1920, era legalizado mediante necessidade do governo; além disso, apresentava-se como uma forma de defesa de interesses pessoais e manutenção do lugar social que esses chefes ocupavam numa sociedade rural, em meio à formação do território de fronteira. Por outro lado, não se pode descartar a hipótese da base de apoio entre coronéis e seus homens. Nesse aspecto, o testemunho de Fabrício das Neves revela um outro lado.

Em telegrama enviado por Araújo e Silva ao ministro Setembrino de Carvalho sobre as desconfianças da infidelidade de Fabrício das Neves, Silva narrou a conversa de duas horas que teve com o coronel na antevéspera de levantar acampamento em direção à Chapecó. Nessa conversa, Fabrício das Neves dizia estar:

[...] profundamente magoado com o general Rondon porque só o ponderava que marchasse para frente quando seus *amigos* desprovidos de todos os elementos de guerra pois todos eles estavam nós e que além desse desgosto tinha convicção que iria sacrificar na linha de frente *sua gente* nas mesmas condições em que se achava sem fardamento, armamento, equipamento porque o general nada tinha lá que era mentira; que além disso a sua zona estava abandonada e que o pessoal do Herval estava iniciando arrebanhamento de cavalos e gente e que ele voltava para evitar isso.<sup>328</sup>

Considerando seus “amigos”, Fabrício das Neves colocava-se próximo “da gente” que comandava, mas isso não o coloca fazendo parte de um mundo de sertanejos invisibilizados nos documentos, aqueles que iriam para a “linha de frente”. Nesse aspecto, vale recuperar a ressalva de Hobsbawn, enfatizada por Marianne Wiesebron: “[...] até que ponto o papel do bandido é determinado pelo drama da vida do camponês?”<sup>329</sup> A autora acompanha a discussão de Hobsbawn, que considera que o bandido só adquire força e pode modificar a sociedade quando faz parte de um movimento maior. Apesar de não ser este o ponto a ser desenvolvido neste trabalho, é uma análise importante, visto que ajuda a problematizar a relação deste chefe com seus homens, assunto da próxima subseção.

O coronel Araújo e Silva, portanto, desconfiava que Fabrício das Neves iria vender suas forças na estação Herval. Contudo, em seguida informou que o coronel teria lhe dito que iria proteger a zona de Herval do “arrebanhamento de cavalos e gente”. Esta era outra forma

<sup>327</sup> PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. 2010. p. 189.

<sup>328</sup> Inquérito Fabrício das Neves. f. 62 (grifo nosso).

<sup>329</sup> WIESEBRON, Marianne L. Historiografia do cangaço e estado atual da pesquisa sobre banditismo a nível nacional e internacional. **Revista Ciência & Trópico**, Recife, v. 24, n. 2, p. 417-444, 1996. p. 427.

de se beneficiar economicamente com a situação de guerra: requisitar ou arrebanhar animais e pessoas de maneira forçada, com a finalidade de aumentar suas forças, o que Fabrício das Neves disse querer evitar. A informação das atividades de Fabrício Vieira, no entanto, entrelaça-se à atitude de Fabrício das Neves de não seguir para Guarapuava.

A novidade nesse episódio, que o cruzamento das fontes, principalmente o inquérito, permitiu reconstruir, foi a constatação do número de soldados, a situação em que se encontravam os chefes sob ordens de Fabrício das Neves e outros comandantes, seus desentendimentos e suas mudanças de planos. Sobre este batalhão, notícias circularam na imprensa governista do Paraná, de São Paulo e do Rio de Janeiro, informando que, por não terem se apresentado ao serviço, ficavam suspensas as determinações “relativas a essa unidade, inclusive quanto aos oficiais”.<sup>330</sup> A *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro aproveitou para lançar uma crítica aos batalhões que abandonavam o governo, alegando ser a “gaffe dos patriotas” resultado da “falta de constância dos brasileiros”.<sup>331</sup>

A principal questão, porém, trazida à tona pelos depoimentos e pela imprensa, é a constatação de que Fabrício das Neves, embora estivesse servindo às forças governistas, se mantivesse reticente, sob o principal argumento do não pagamento que lhe garantiria manter suas tropas. Já Fabrício Vieira, que contava com notória participação ao lado das forças governistas, apresentou-se como revoltoso devido a circunstâncias parecidas. Ambos os comandantes, ex-rebelde e ex-vaqueano do Contestado, se indispuseram com as forças governistas devido à falta de pagamento e de condições de abastecimento das tropas. Além disso, diferentemente da Guerra do Contestado, nesse momento, estavam atuando em localidades bem mais próximas. Por isso, não é de se estranhar que a imprensa governista de Caxias assim noticiasse:

*Fabrício Vieira das Neves se achava à frente de bandoleiros contra o governo constituído do Rio Grande. Agora desfaz-se tal balela com a noticia de haver o coronel Fabricio se apresentado ao general Firmino de Paula, ficando à sua disposição e a serviço da causa do direito e da legalidade. Também se acha nas tropas do governo Zeca Vacariano que tomou parte ativa no movimento sedicioso do Contestado.*<sup>332</sup>

<sup>330</sup> O Combate: Independência, Verdade, Justiça (SP). 16-2-1925, Anno X, n. 2894. O Estado do Paraná: Propriedade de uma Associação Anonyma”, Paraná, 12-2-1925. GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, de 18-2-1925, Ano 42.

<sup>331</sup> GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, de 18-2-1925, Ano 42.

<sup>332</sup> O Brazil: Organ do Partido Republicano. Caxias. 31/03/1923, Anno XVI, n. 13, p. 2, col. 4.

Pelo fato de a notícia mencionar no mesmo texto a antiga liderança cabocla, Zeca Vacariano, induz ao equívoco de se tratar de José Fabrício das Neves.<sup>333</sup> Mas, até onde se pôde averiguar, este teria apoiado Borges de Medeiros. Portanto, se trata do coronel Manoel Fabrício Vieira, que na Revolução de 1923 colocou suas forças a serviço das forças rebeldes.

O início de fevereiro, logo após a execução de Fabrício das Neves e seus companheiros, marca a chegada da Coluna Prestes a Barracão, no Paraná, na fronteira oeste de Santa Catarina. Antes, porém, as forças atacaram Campos Novos, coincidindo com a movimentação de Fabrício Vieira, cujo ataque se deu no mesmo período. Depois, seguiram ao Rio Uruguai e, após transpô-lo, chegaram a Barracão, na fronteira de Santa Catarina com a Argentina. De Barracão, Prestes propôs a Isidoro realizar uma ofensiva em direção à Colônia Mallet, para atacar pela retaguarda as forças de Rondon, que estavam combatendo os revoltosos da Coluna Paulista no Paraná.<sup>334</sup> Pode-se inferir, a partir dessa informação, que também poderia ser em decorrência dessas forças que Fabrício das Neves estaria evitando entrar em confronto quando se recusava a seguir para Guarapuava, e não apenas do 29º Batalhão Catarinense, como colocado pela testemunha.

O estudo em torno do movimento das forças governistas no ex-Contestado e a reconstrução da passagem da Coluna Prestes por Santa Catarina, incluindo os sujeitos envolvidos diretamente nesse processo, não são tarefas fáceis de serem desenvolvidas. Por um lado, a narrativa dos militares sobre os movimentos das respectivas colunas foi escrita a partir da perspectiva de onde agiram. Por outro, a historiografia acadêmica produzida mediante análise criteriosa do conjunto do movimento, como a tese de Anita Prestes, é mais precisa, mas não informa os detalhes, por exemplo, da participação de personagens como Fabrício Vieira nas forças revolucionárias. Talvez isso se explique pela atividade ambígua dos chefes locais. É possível que a autora, sendo filha de Luiz Carlos Prestes, tenha tido o cuidado de não misturar a ação dos tenentes revolucionários com a de civis que trocavam de lado, conforme interesses próprios ou locais. Ao mesmo tempo, a autora deu destaque à presença de mulheres na Coluna desde o Rio Grande do Sul, além das que se juntaram após a travessia do Rio

---

<sup>333</sup> José Antônio de Oliveira, conhecido como Zeca Vacariano, era taifeiro da EFSPRG. Segundo Machado, chefiava uma equipe de turmeiros na construção da linha no Rio do Peixe; por problemas contratuais e falta de dinheiro para pagar os trabalhadores, organizou um assalto ao trem pagador da Brazil Railway Company, em 1910. Após o assalto, consta que Vacariano fugiu para a Argentina e retornou em 1917, passando a defender o Estado das Missões junto com Cleto Silva e outros. Segundo Espig, Zeca Vacariano é apontado como um dos primeiros moradores de Rio das Pedras, atual Videira. Era gaúcho e supostamente participara da Revolução Federalista, fixando residência na região após este evento. (MACHADO, Paulo. **Lideranças do Contestado...** 2004. p. 138; ESPIG, Márcia. **Personagens do Contestado...** 2008. p. 276.).

<sup>334</sup> PRESTES, Anita L. **A Coluna Prestes...**1997. p. 161.

Uruguai, na localidade de Porto Feliz, no lado catarinense do Rio.<sup>335</sup> A respeito da área catarinense, Anita Prestes observou que “[...] o período durante o qual os rebeldes gaúchos permaneceram na região do Contestado viria a ser de grande importância para melhorar a organização e a disciplina dos aproximadamente 800 combatentes com que contava a Coluna naquele momento.”<sup>336</sup> Porém, esse movimento é posterior e se explica melhor a partir da atuação do coronel Fabrício Vieira, que será abordada no terceiro capítulo.

Um último aspecto é necessário mencionar, e diz respeito às condições precárias em que se encontravam os homens da tropa de Fabrício das Neves, “desprovidos de todos os elementos de guerra”, “nus” e que acabariam sacrificados na linha de frente “sem fardamento, armamento, equipamento”. A condição do seu batalhão contraria completamente a imagem que o Exército vinha se empenhando em construir desde o início da Primeira República. A modernização propalada durante a campanha do Contestado, conforme Rogério Rodrigues, não se sustentava, devido à precariedade com que as forças atuaram na guerra. Já se passavam dez anos da Campanha de Setembrino na região, e a situação de precariedade, conforme o que o oficial reproduzira de Fabrício das Neves, permanecia: falta de pagamento, equipamento, fardamento e armamento.<sup>337</sup> Além disso, a utilização de contingentes de civis, como a maior parte do batalhão formado por Fabrício das Neves, reitera a precariedade ainda experimentada pelo Exército Brasileiro para atuar em levantes como este.

As condições precárias dos soldados não eram o único problema enfrentado pelo Exército nos anos 1920. Segundo McCann, na maior parte da década de 1920, o Exército teve de enfrentar dissensão interna, conspiração e rebelião.<sup>338</sup> Os acontecimentos desde a insurreição de 1922 até a Coluna Prestes, que se prolonga até 1927, conforme tentou-se contextualizar nesta análise, não eram as únicas dissidências que o Exército enfrentava. Os seus batalhões patrióticos também se mostravam reticentes por inúmeros motivos, como a falta de pagamento. Falta, porém, melhor situar o general Rondon diante de tudo isso. Este teria exposto no início dos levantes seu apoio aos tenentes, tendo posteriormente mudado de lado, como os comandantes aqui tratados. Segundo o comandante da Coluna da Morte, João Cabanas, era conhecida, por ser muito repetida nos meios militares da revolução, esta frase do general Rondon:

---

<sup>335</sup> PRESTES, Anita L. **A Coluna Prestes...**1997. p. 161.

<sup>336</sup> Carta de Prestes a Isidoro escrita em Barracão, citada por PRESTES, Anita. Op. cit., p. 164.

<sup>337</sup> RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande sertão...** 2008. p. 307. A discussão encontra-se no capítulo 1.

<sup>338</sup> McCANN, Frank D. **A nação armada:** ensaios sobre a história do Exército Brasileiro. Recife: Guararapes, 1982, p. 89.

Sou positivista e, como tal, contrário ao derramamento de sangue, salvo nos casos extremos. Mas, se eu tiver um dia de desembainhar minha espada, será para lutar contra o sr. Artur Bernardes. O general desembainhou sua espada e, de fato, lutou... a favor do sr. Artur Bernardes, levando consigo muitos dos que juraram solenemente que o sr. Artur Bernardes não entraria no Catete.<sup>339</sup>

Pela informação do oficial que acompanhou o início dos levantes em São Paulo, sabemos que o próprio general Rondon havia trocado de lado no início do movimento. Diante disso, a resistência de fato de Fabrício das Neves não seguir as ordens do general, mesmo após tê-lo prometido, parece estar dentro da normalidade daquele contexto.

Os anos de 1923 e 1924 foram de muitos conflitos, como bem expressou Anita Prestes, “[...] de fluxos e refluxos de uma intensa movimentação revolucionária”.<sup>340</sup> No Rio Grande do Sul, a participação civil foi fundamental no Levante de 1924. Havia forte tradição de lutas interoligárquicas, acirradas com a criação da Aliança Libertadora. Esta, liderada por Assis Brasil, reuniu a dissidência do Partido Republicano Rio-Grandense chefiado por Borges, composta por antigos federalistas e republicanos democratas. Ao querer entender-se com o “Dr. Borges”, Fabrício das Neves deixou uma pista sobre alguma ligação com este presidente, sendo que ainda persistem alguns aspectos que precisam ser melhor explicados. O que levava um antigo *maragato* e rebelde do Contestado a apoiar a situação no Rio Grande do Sul? O que levava Fabrício Vieira, antigo *pica-pau* e vaqueano do Exército, a juntar-se aos rebeldes? E quais eram as razões que levavam Marcelino à perseguição de ambos os coronéis?

Nos dois subcapítulos seguintes, serão esboçados os perfis de Fabrício das Neves e de Marcelino Ruas, que puderam ser construídos a partir da literatura disponível, somada às informações das fontes judiciais. Por conta da atuação de Fabrício Vieira envolver o Levante de Abril de 1922, esta será analisada no terceiro capítulo. A volatilidade política desses personagens no contexto em questão é um aspecto que se tentará compreender a partir de suas trajetórias.

## 2.8 FABRÍCIO DAS NEVES

José Fabrício das Neves tinha 13 anos quando se incorporou com seu pai, o capitão Antônio Fabrício das Neves, às forças revolucionárias federalistas comandadas por Gumercindo Saraiva, no Rio Grande do Sul.<sup>341</sup> Com a derrota dos federalistas, muitos *maragatos* migraram para Santa Catarina para evitar futuras perseguições políticas, entre as

<sup>339</sup> CABANAS, João. **A Coluna da Morte...** 2014. p. 9.

<sup>340</sup> PRESTES, Anita L. **A Coluna Prestes...** 1997. p. 353.

<sup>341</sup> FERREIRA, Antenor Geraldo Zanetti. **Concórdia: o rastro de sua história.** Concórdia: Fundação Municipal de Cultura, 1992, p. 57.

quais se inclui a família de Fabrício das Neves. Esta, oriunda da região de Passo Fundo, acabou se fixando nos campos de Irani, junto com outros familiares. Informações de historiadores locais referem-se a Fabrício das Neves como filho de Miguel Fabrício das Neves, que seria um latifundiário da localidade.<sup>342</sup> Miguel Fabrício vivia no Faxinal dos Fabrícios do Irani, onde se concentraram os caboclos acompanhados pelo Monge José Maria, antes do combate contra as forças paranaenses comandadas por João Gualberto.<sup>343</sup>

Figura 5 – José Fabrício das Neves (à direita), por volta de 1920



Fonte: MARTINS, Celso. **O mato do tigre e o campo do gato**: José Fabrício das Neves e o Combate do Irani. Florianópolis: Insular, 2007. p. 104.

Ainda é incerta a sua filiação, e não se sabe com precisão se tinha origem humilde ou era filho de latifundiário mesmo. O fato é que se envolveu na Batalha do Irani do lado da resistência do monge e permaneceu na região, mantendo boas relações com os caboclos que lá estavam e desejavam ficar. Fabrício das Neves foi um dos indiciados no processo instaurado para apurar os crimes da Batalha do Irani, na qual morreram muitos caboclos, o monge e o coronel das forças públicas do Paraná, João Gualberto. A partir dessa batalha, que marca o início da Guerra do Contestado, foi se consolidando em torno dos que eram mais próximos da população cabocla, tanto pela imprensa como pelos adversários políticos, uma imagem de sujeitos infratores da ordem e bandidos. Conforme Celso Martins, o estudo de Antenor Ferreira foi o primeiro a situar Fabrício das Neves como um caudilho do seu tempo. A partir dos depoimentos levantados por Ferreira na cidade de Concórdia, visando resgatar a história do município, Martins percebeu que em torno de José Fabrício pairava a imagem de um

<sup>342</sup> MIRANDA, Alcibiades *apud* FERREIRA, Antenor Geraldo Zanetti. **Concórdia**: o rastro de sua história. 1992. p. 57.

<sup>343</sup> PALMAS (Comarca). Processo-crime. Autora: A Justiça Pública. Réos: Fabrício das Neves e outros. Data de início: 1913. Data de fim: 23/10/1912. Data de fim: 22/02/1937. Arquivo do Fórum de Palmas.

justiceiro, pois “não matava ninguém injusto, só se fosse criminoso”.<sup>344</sup> Temido e respeitado, exercia influência sobre os caboclos que foram se “tornando amigos e leais, vendo nele um protetor.”<sup>345</sup> A partir de relações de compadrio, foram se formando muitos Fabrícios, referência a uma parentela que inclui outras famílias.<sup>346</sup>

Após a Guerra do Contestado, Fabrício das Neves deslocou-se para a região de Rio Engano, atual município de Concórdia, estabelecendo-se às margens do Rio dos Queimados. Por questões estratégicas, pois sabia que era visado pela morte de João Gualberto, possuía diversas casas espalhadas pelas matas.<sup>347</sup> Nessa região, conforme Celso Martins, prosseguiu com seu “projeto informal de colonização”, procurando fazer “[...] acordos de terras com a Brazil Railway e se aproximando das autoridades políticas locais enfeixando em suas mãos os poderes (hoje) do Estado, como o monopólio da violência visando o controle da ordem.”<sup>348</sup> Uma dessas aproximações foi com Victor Kurudz, agrimensor na região, estabelecendo ligação deste com os caboclos com quem tinha boas relações, para facilitar as vendas de lotes rurais da companhia colonizadora para a qual o agrimensor trabalhava, bem como a aquisição de terras para esses caboclos.

Sua casa serviu de seção eleitoral, segundo consta na ata das primeiras eleições municipais de Cruzeiro, em 1918, “[...] a quinta seção Sertãozinho, designando a casa de residência de Fabrício das Neves.”<sup>349</sup> Isso era comum na região, pois ainda não havia prédios próprios para instalar os órgãos da administração da cidade; por outro lado, certamente demonstra uma aproximação de Fabrício com as autoridades municipais. Na divisão da comarca de Cruzeiro em seções eleitorais, presidida por Domingos Blasi, suplente do juiz de direito, foi realizada a eleição dos integrantes das mesas eleitorais pelos conselheiros municipais.<sup>350</sup> Em Sertãozinho, foram votados os nomes de “Maurilio Dias Baptista, José Maria Subtil, José Fabrício das Neves, João Sirylo Nery e Irino Pereira de Sousa e para suplentes Agostinho Frederico Vilke, Pedro Rodrigues de Oliveira e Alfredo Manoel dos Santos”. As mesas eleitorais de cada seção passariam a servir para todas as eleições estaduais e municipais realizadas a partir daquela data. Desses mesários de Sertãozinho, nomeados em 1918, três membros foram executados, quando integravam o batalhão patriótico, em 1925.

<sup>344</sup> FERREIRA *apud* MARTINS, Celso. **O mato do tigre e o campo do gato...** 2007. p. 22.

<sup>345</sup> FERREIRA, Antenor Geraldo. **Concórdia...** 1992. p. 58.

<sup>346</sup> MARTINS, Celso. **O mato do tigre e o campo do gato...** 2007. p. 11.

<sup>347</sup> *Ibid.*, p. 59.

<sup>348</sup> *Ibid.*, p. 86.

<sup>349</sup> Livro de Registros. Cartório de Joaçaba. p. 62. Livro 1, Volume 1.

<sup>350</sup> Os conselheiros fizeram a divisão do município “em seções e eleitores, a distribuição dos eleitores pelas seções e a designação dos edifícios”, com um total de 531 eleitores.

Além de Fabrício das Neves, foram mortos Agostinho Vilke e Alfredo Manoel dos Santos, conforme apontamos no início deste capítulo.

Nas outras seções, constam alguns nomes que tiveram projeção regional: Lauro Severiano Rupp, Manoel Otávio Bittencourt e Victor Felipe Rauen, sendo que os três foram superintendentes de Cruzeiro. Lauro Rupp assumiu a superintendência logo na instalação do município, em novembro de 1917, permanecendo por um ano; Manoel Otávio Bittencourt era considerado da ala “palmeriana”, próximo das autoridades de Palmas, permanecendo entre 1919 e 1920; Victor Rauen fazia oposição ao governo anterior de Bittencourt e apoiava Hercílio Luz.<sup>351</sup> Natural de Rio Negro e próspero comerciante do povoado de Bom Retiro (atual Luzerna), Rauen foi o que permaneceu por mais tempo dos três superintendentes, entre 1923 e 1926. Em seu mandato, houve uma importante aproximação com Fabrício das Neves.

O memorialista Waldomiro Silva narra que a região da atual cidade de Concórdia “era domínio de Fabrício das Neves” e, por isso, considerada zona perigosa.<sup>352</sup> Um dos motivos era porque ele não reconhecia as autoridades estabelecidas e se negava a pagar impostos. Em fins de 1923, o superintendente foi até Itá, acompanhado por seu filho e pelo próprio memorialista que narra esse episódio. Primeiro pararam em Queimados, onde foram bem recebidos e lá “[...] pernoitaram e conversaram até noite sendo que Victor Rauen acertou o *modus vivendi* daquela data em diante com o senhor Fabrício, inclusive quanto aos trabalhos de abertura das estradas da região.”<sup>353</sup> No dia seguinte, seguiram para Itá no “lugar denominado Engenho Velho”, que, “[...] se dizia, pertencia ao senhor José Fabrício.” Em Itá, foram recebidos com “[...] honras de Chefe de Estado ou mais ainda, pois era a primeira autoridade constituída que visitava aqueles fundos do sertão.” Victor Rauen teria sido considerado “[...] grande herói por ter entrado no reduto do caudilho Fabrício das Neves e voltado com vida.”<sup>354</sup>

Nessa viagem, Silva relata que viu “[...] um talão de Imposto de Indústria e Profissão cobrado de uma casa de comércio (bodega) em Itá, pertencente ao Sr. Fabrício das Neves, que era gerenciada por um seu filho de nome Vicente.” O dito imposto, segundo informaram, “[...] foi o primeiro pago pelo Sr. Fabrício até então.”<sup>355</sup> No mesmo período, Waldomiro Silva foi designado pelo superintendente ao cargo de fiscal-geral. A pedidos, foi a Limeira “[...] conseguir com o Coletor Estadual [...]” uma relação “[...] de todos os contribuintes do

<sup>351</sup> THOMÉ, Nilson. **A política no Contestado...** 2002. p. 133.

<sup>352</sup> SILVA, José Waldomiro. **O Oeste catarinense...** 1987. p. 51-52.

<sup>353</sup> Ibid. p. 52.

<sup>354</sup> Ibid.

<sup>355</sup> O armazém em Itá era de produtos de secos e molhados e se chamava “Casa Nova”. (MARTINS, Celso. **O mato do tigre e o campo do gato...** 2007. p. 72.).

imposto territorial ali lançados para podermos fazer nossos lançamentos municipais.” Procedendo com a designação, verificou não haver “lançamento de espécie alguma”.<sup>356</sup> O imposto territorial foi criado por Hercílio Luz em 1918 e, ao que parece, estava sendo ignorado não apenas por Fabrício das Neves, mas por todos os possíveis proprietários na região.

A sonegação de impostos foi um dos argumentos usados no inquérito que apurou a sua morte e de seus companheiros, para endossar a imagem de infrator da ordem, de insubmissão aos órgãos do estado e às novas leis, corroborando para a justificativa do crime. O promotor argumentou que, mesmo na hipótese de ter sido “bandido” a vítima, não impedia a existência do crime. Com isso, elencou as possibilidades de prova contra a vítima:

Mas a victima nunca foi processada; se cometeu algum crime, não consta nos livros de cartório desta Comarca, se a victima não pagava os impostos, o que é falso, a culpa seria dos maus funcionários que não faziam as inscrições e em qualquer caso, quer por dívidas estaduais quer por municipais, se existisse a sonegação, deveria existir em cartório algum executivo penhorando terras e bens. Quanto ao facto de alegar que governo não tinha força para prender a victima, é falso. Desde os primeiros tempos da existência do Brasil como nação, sempre teve forças não só para destroçar bandos armados como até para subjugar nações poderosas. Quanto ao facto de não perseguir Fabrício das Neves, era porque nunca houve um processo contra ele. Sem entrar em maior delonga, requer esta promotoria sejam os réus pronunciados pelas provas colhidas nos depoimentos [...]. Cruzeiro, 16 setembro de 1925. Leonardo Antonio Lobato, Promotor Publico.<sup>357</sup>

Conforme alegado pelo promotor, não havia nenhum processo contra Fabrício das Neves. Em relação à responsabilidade pela Batalha do Irani, todos os envolvidos foram anistiados em 1918, conforme colocado anteriormente. O promotor também apontou que o Estado tinha um aparelho repressor forte e, se quisesse capturá-lo, o faria. Em relação à cobrança de impostos, o promotor alegou que, se não houvesse registro do seu nome nas dívidas do fisco, era porque não o tinha.<sup>358</sup>

Fabrício das Neves vivia em Itá e a sua aproximação com a autoridade local evidencia também a disposição quanto ao trabalho de abertura de estradas na região. O levantamento da memória local feito por Celso Martins constatou que a mudança de Fabrício das Neves do Irani para Itá teria sido motivada pela Revolução de 1923, para poder estar “[...] mais perto, sem contudo ser partidário.” Durante o conflito, “[...] teria feito um ‘contrato’ com os ‘revoltosos’ para a exploração de cedro em mil colônias e ‘embaçá-las Uruguaí abaixo para a

<sup>356</sup> SILVA, José Waldomiro. **O Oeste catarinense...** 1987. p. 53-54.

<sup>357</sup> Ibid., f. 64v-66.

<sup>358</sup> Até o momento, não tivemos contato com processos que colocassem Fabrício das Neves como réu, além daquele que apurou a Batalha do Irani, em 1912, no qual foi indiciado.

Argentina’.”<sup>359</sup> Após a derrota “[...] dos revolucionários, o contrato teria sido cancelado.” Não se tem mais informações sobre a sua participação na Revolução de 1923 a não ser a menção de uma testemunha no inquérito de que ele pretendia ir ao Rio Grande “entender-se com o Dr. Borges”. Talvez estivesse se prevalecendo da situação de guerra para vender madeira aos antigos camaradas. Talvez até estivesse vendendo para os dois lados, uma vez que antigos *maragatos* aliaram-se a Artur Bernardes contra Borges de Medeiros, e Borges contava com o apoio dos comitês pró-Nilo Peçanha em Herval e Porto União.

A venda de madeira aparece em meio a outro contrato de compra e venda de terra analisado por Celso Martins. Dessa vez, um “Contrato de promessa de compra e venda”, assinado em junho de 1924, entre os proprietários da Simão Ruas & Cia, industriais estabelecidos na Estação de Herval, e o comprador José Fabrício das Neves, “casado, fazendeiro e residente em sua fazenda denominada Laranjeira”.<sup>360</sup> Como representante da firma Simão Ruas & Cia, aparece Marcelino Camilo Ruas, “residente em Eral.” O objeto de compra era a “Fazenda Velha, parte da Fazenda Irani”. A fazenda tinha 2.100 ha (21 milhões de metros quadrados), e o preço da venda era seis contos de réis por milhão de metros quadrados, perfazendo um total de 126 contos de réis. Como forma de pagamento, ficou estabelecida a primeira parte em terras, “a ser paga em 30 dias”, em que Fabrício “deveria entregar aos Ruas a escritura de compra e venda obtida da Companhia São Paulo-Rio Grande, num total de 12 colônias” a serem “escolhidas pelos outorgantes”, os irmãos Ruas. O interessante nessa transação é que, quatro anos antes, em 1918, havia um contrato de arrendamento de ervais dos imóveis Rio Engano e Rancho Grande, entre a Companhia Ferroviária e os “Srs. Baptista e Ruas, M. Ruas”, residente em Marcelino Ramos, por quatro anos.<sup>361</sup> Isso evidencia que os Ruas tinham amplo interesse em conseguir adquirir aquelas terras e, para isso, contavam com a mediação de Fabrício das Neves.

A segunda prestação deveria ser paga no mês seguinte, em “[...] 200 vigas de cedro para exportação a serem entregues ‘no porto da sede da colônia Itá’.”<sup>362</sup> A terceira, “em 300 vigas de cedro (40 mil réis por unidade)”, a serem entregues nas barrancas do rio Uruguai. O restante do pagamento seria “dividido em dez prestações iguais em madeira de cedro e louro”.

<sup>359</sup> MARTINS, Celso. **O mato do tigre e o campo do gato...** 2007. p. 71.

<sup>360</sup> O contrato foi feito em 15 de junho de 1924, no Cartório de Paz do Distrito de Sertãozinho, município de Cruzeiro (Joaçaba), sob a guarda do Cartório de Paz de Irani. (*apud* MARTINS, Celso. **O mato do tigre e o campo do gato...** 2007. p. 82.).

<sup>361</sup> CAVALLAZZI, Rosângela L. **Contestado: espaço do camponês...** 2003. p. 131-132.

<sup>362</sup> O preço da terra era “seis contos de réis o milhão de metros quadrados classificados de primeira qualidade para exportação e com uma média de setenta centímetros de diâmetro na ponta fina”, e 23 palmos de comprimento, organizadas em duas balsas, atadas e em “condições de viajar para São Thomé”. (MARTINS, Celso. *Op. cit.*, p. 83.).

Pela sexta cláusula, “obrigam-se” os proprietários, os Ruas, a emitirem “[...] recibo bem claro de todas as prestações que este [Fabrício] for efetuando em madeiras, porcos ou dinheiro”. Ao final dos pagamentos, os Ruas estariam obrigados a entregar a “competente e pública escritura de venda” da Fazenda Velha.

A transação de compra e venda evidencia como o valor em dinheiro foi transformado em troca. Primeiro, ocorreu a troca do dinheiro por escrituras de terra dos lotes que Fabrício adquirira da companhia colonizadora e, depois, em madeira, cuja exploração era considerada naquele período uma atividade industrial. A economia de troca é uma das características dessa sociedade; porém, nesse caso, chama a atenção pelo volume de madeira e também pelas terras escrituradas, que, no cartório da comarca de Cruzeiro, não estão registradas.

Segundo a memória oral analisada por Martins com os descendentes de Fabrício das Neves, este teria pagado rigorosamente as prestações, mas Marcelino Ruas não poderia cumprir o contrato e “dar a escritura”, devido à “penhora no banco”.<sup>363</sup> A penhora acontecia por haver problemas com o fisco (sonegação) ou dívidas com o estado ou o município. O que o depoimento indica é que Marcelino era quem tinha problemas com a administração municipal. Conforme depoimento do neto de Fabrício das Neves, “[...] a única saída dele era matar o Fabrício e os capangas dele [...]”, pois caso contrário seria morto. Fabrício das Neves “[...] lidava com erva-mate, madeira, porco, tinha armazém, trabalhava com muita gente, dava serviço para muita gente. E ele tinha o povo das batalhas e o povo que trabalhava.” Outro parente próximo disse que Fabrício “[...] tinha muitos capangas, se trouxesse virava em nada os Ruas.”<sup>364</sup>

Esses depoimentos apontam que o problema da penhora da terra impediria que Marcelino cumprisse o contrato, e o assassinato, por sua vez, pudesse decorrer de uma possível prevenção de punição por parte de Fabrício das Neves. Considerando essa possibilidade, o caso analisado pode ser comparado ao da chacina do Iguaçu, ocorrida em 1914. Em sua tese, Viviani Poyer investigou a história dos 17 imigrantes mortos à beira do Rio Iguaçu, por vaqueanos de Fabrício Vieira e militares do Exército.<sup>365</sup> Por meio da sua investigação, percebeu que, entre os acusados, dois deles, João Ruas e Dente de Ouro, tinham dívidas com duas vítimas, Pepe Lyro e Joaquim Vicente. Essa dívida, no entanto, tornou-se insignificante ao recair sobre as vítimas a acusação de comercializarem com os caboclos.

<sup>363</sup> MARTINS, Celso. **O mato do tigre e o campo do gato...** 2007. p. 84.

<sup>364</sup> Ibid., p. 83-84.

<sup>365</sup> POYER, Viviani. **Fronteiras de uma guerra: imigração, diplomacia e política internacional em meio ao movimento social do contestado 1907-1918.** 2018. 350 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. p. 213, 219.

Nesse período em que estava em curso a Guerra do Contestado, comercializar com os “fanáticos” significava se colocar contra o governo e o Exército. Dessa forma, o crime foi justificado pela traição das vítimas, encobrendo assim problemas pessoais.<sup>366</sup> Coincidentemente, um dos acusados que tinha uma dívida com um imigrante era João Ruas, irmão de Marcelino Ruas. Essa semelhança, nesse sentido, reforça a dimensão pessoal do caso em análise.

Com as informações da trajetória de Fabrício das Neves, percebe-se que a alegação de Marcelino na emboscada contra ele e seus companheiros como cumprimento de “ordens superiores” confunde-se, claramente, com um impasse de caráter pessoal de disputa de terras e de poderes locais. Os desfechos da emboscada mostram a construção de uma narrativa que justificasse uma situação de luta, na qual Fabrício das Neves e seus homens foram mortos sem, contudo, aparecer um culpado, ficando a cargo “da situação de guerra.” Para Celso Martins, Fabrício estava ampliando sua influência, estabelecendo acordos com as autoridades e empresários, o que atraía inimigos.

Fabrício das Neves fora decapitado, sendo reconhecido por suas vestes e, os outros companheiros foram degolados e tiveram ainda a cabeça esfacelada. A degola se explicaria pelo fato de ser uma prática em situações precárias de luta, em que os soldados contavam apenas com armas brancas, ou mesmo pela economia de munição. A decapitação, por outro lado, não admite essa escusa. Segundo a memória oral de alguns moradores da região, sua cabeça teria sido levada para a estação de Herval, de onde seria enviada para Curitiba à viúva do coronel João Gualberto, que teria prometido recompensa de 40 contos “pela cabeça do assassino do marido”.<sup>367</sup> Talvez, desse ponto de vista, Fabrício das Neves ainda significasse um avanço da fronteira – como quando a concentração de caboclos no Irani foi usada para justificar a ofensiva das forças do Paraná na Batalha do Banhado Grande, em 1912 –, para o qual o Acordo de Limites de 1917, na prática, ainda não tinha encerrado o problema de limites entre os estados do Paraná e de Santa Catarina.

Essas informações sobre Fabrício das Neves são parte da história política do território recém-incorporado. Após a Batalha do Irani até o momento de sua morte, Fabrício das Neves envolveu-se no comércio e na regularização de terras, estabeleceu ligações com as autoridades de Cruzeiro e tornou-se um chefe militar, fazendo pouca feita à nomeação de “coronel” pelo general Rondon, por escolher não seguir suas ordens. Parece não ter “declinado” o seu poder,

---

<sup>366</sup> POYER, Viviani. **Fronteiras de uma guerra...** 2018. p. 300.

<sup>367</sup> MARTINS, Celso. **O mato do tigre e o campo do gato...** 2007. p. 56.

conforme a noção clássica de coronelismo de Leal, mesmo que sua “ascensão” tenha durado pouco tempo.

É importante ressaltar que Cruzeiro foi uma comarca formada na margem direita do Rio do Peixe, território que até então era administrado pelo Paraná e dominado por fazendeiros latifundiários do Sul e Sudoeste dos Campos de Palmas (Campos de Palmas-debaixo), que, na grande maioria, haviam se posicionado contra Santa Catarina na Questão de Limites. Ao se aproximar do superintendente Vitor Rauen, que estava aliado à oligarquia de Hercílio Luz, então governador do estado, Fabrício das Neves poderia estar servindo como “guardião da fronteira catarinense”. Por outro lado, Fabrício das Neves tinha o “domínio” de terras sob interesse das companhias colonizadoras, que visavam lucro e voltavam-se para colonos europeus. Assim, Marcellino poderia ter aliados no seu interesse em exterminar o bando de Fabrício. Afinal, de onde Marcellino tinha tanto poder e como se estabeleceu na região?

## 2.9 MARCELINO RUAS

Nascido em Soledade, no Rio Grande do Sul, Marcelino Ruas tinha por volta de 28 anos quando passou a residir em Herval, em 1919. Era casado e tinha como profissão “industrial”. Segundo o memorialista Waldomiro Silva, em 1921, os irmãos Ruas organizaram a firma “Simão Ruas e Cia”, destinada a compra e venda de erva-mate. Nesse mesmo período, estabeleceu-se em Limeira um sujeito de Porto União que pretendia explorar o mesmo ramo de comércio. Para evitar concorrência, a firma Ruas começou a pressionar o concorrente, chegando a ponto de “os “rapazes dos Ruas”, armados de “winchesters e revólveres”, atacarem o escritório do concorrente. Depois disso, o moço de Porto União resolveu desistir de comprar erva-mate em Limeira.<sup>368</sup>

O memorialista Silva menciona diversos “Ruas” que se estabeleceram em Limeira e, na história local, figuram como a família pioneira associada à colonização de Cruzeiro. Simão Ruas era comerciante e comprador de erva-mate junto com seu irmão, Francisco (Chico) Ruas. Ambos se estabeleceram inicialmente em Rio Capinzal, ao lado da margem direita do Rio do Peixe, que pertencia ao Paraná. Por volta de 1916, veio de Passo Fundo outro irmão, Thomaz Camilo, que tomou conta da casa comercial e da compra de erva-mate, enquanto Simão viajava constantemente para o Rio Grande do Sul e a Argentina. Nessa época, o memorialista trabalhou como caixeiro e balconista de Simão Ruas e registrou que este era “[...] homem de sorte, chegando a acertar por duas vezes na loteria e ganhar o prêmio maior,

---

<sup>368</sup> SILVA, José Waldomiro. **O Oeste catarinense...** 1987. p. 39.

na época era de 50 contos de réis.”<sup>369</sup> Depois disso é que se tornou um grande empresário de erva-mate e proprietário de grandes fazendas de ervais em Santa Catarina e na região de Clevelândia, nas localidades de Covó e Mangueirinha, municípios que mais tarde passaram a integrar o Território Nacional do Iguaçu. Adquiriu também as propriedades de Eugênio Lamaison, em Limeira (casa de moradia, armazéns e poteiros), e construiu a primeira casa de material de dois pavimentos em Herval.<sup>370</sup>

Figura 6 – Casa de Simão Ruas (à direita) e armazéns de Eugênio Lamaison (à esquerda)



Fonte: QUEIROZ, Alexandre Muniz de. **Álbum comemorativo do centenário do município de Joaçaba**. Joaçaba: IP-Paraná, 1967. p. 16.

A fotografia retrata o armazém ao centro e a casa à direita, edifícios que se destacavam na região para o período. Pesquisando sobre a família Ruas, não foram encontradas informações que a situasse como família de fazendeiros. O que se sabe é que seriam migrantes do Rio Grande do Sul que foram se estabelecendo através do ramo comercial da erva-mate, ao que tudo indica, a partir de Herval, após contarem com a sorte na loteria. Simão

<sup>369</sup> SILVA, José Waldomiro. **O Oeste catarinense...** 1987. p. 21.

<sup>370</sup> Segundo Silva, Eugênio Lamaison morava nas cabeceiras da atual ponte Emílio Baungarten, próximo à Estação Herval. Anteriormente, Rodrigues constatou que durante a Guerra do Contestado, Lamaison foi vaqueano do Exército servindo a Coluna Norte e mobilizando jagunços. A sua participação foi registrada pela historiografia militar do movimento e nos telegramas, mas não nas folhas de pagamento.

Ruas, segundo o memorialista, gostava de corrida de cavalo e de jogo de poker, talvez uma das razões de ter morrido pobre.<sup>371</sup>

Esse território recém-incorporado por Santa Catarina estava sendo organizado econômica e politicamente a partir de atividades ligadas principalmente à extração, a beneficiamento e à comercialização da madeira e da erva-mate. A existência de ervais nativos no Brasil, ainda na metade da década de 1920, e o fraco controle governamental mantinham a extração mais rentável que a plantação.<sup>372</sup> Isso favorecia a disputa em torno da comercialização da erva-mate, pois a sua produção era ainda artesanal, nos moldes caboclos. A erva-mate era obtida através da coleta, do sapeco e da secagem em barbaquás, e pelo trabalho itinerante e sazonal, sendo o meio de vida de muitos caboclos no Oeste Catarinense.<sup>373</sup> Diferentemente da Argentina, onde no início do século XX já se organizavam plantações de erva-mate, em Santa Catarina a sua exploração era de caráter extrativista, através da coleta.<sup>374</sup> A presença de ervais naturais disponíveis em terras públicas e a constituição de um mercado sofreram alterações com a apropriação privada da terra e o processo de colonização em curso no Oeste. Nesse processo, a população cabocla foi quem mais sofreu as consequências, pois vivia num regime de posse e estava sujeita aos fazendeiros, que avançavam sobre as terras públicas, apropriando-se dos ervais.<sup>375</sup>

Marcos Gehardt analisou esse processo observando a experiência de privatização nos estados do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina e percebeu que a apropriação muitas vezes se dava por meio de contrato. Em Santa Catarina, a partir de 1906, existiram contratos para a extração, o preparo em barbaquá e a exportação de erva-mate entre o estado e o grupo Fabrício Vieira, Cyrillo Borges & Otero e Gomes & Cia, principalmente nos municípios de Campos Novos, Curitiba, Lages e São Joaquim.<sup>376</sup> No caso de Fabrício Vieira, foi noticiado no mesmo ano que, “[...] tendo uma empresa de elaboração de erva-mate pelo sistema barbaquá [...]”, arrendou os ervais situados no município de Campos Novos, pelo período de dez anos.<sup>377</sup> O sistema barbaquá, após a coleta e o sapeco, caracterizava-se

<sup>371</sup> SILVA, José Waldomiro. **O Oeste catarinense...** 1987. p. 21.

<sup>372</sup> GERHARDT, Marcos. **História ambiental da erva-mate.** 2006. 290 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. p. 143.

<sup>373</sup> RENK, Arlene. **A luta da erva:** um ofício étnico no Oeste catarinense. 2. ed. Chapecó: Argos, 2006.

<sup>374</sup> GERHARDT, Marcos. **História ambiental da erva-mate.** 2013. p. 117.

<sup>375</sup> RENK, Arlene. Expropriação do campesinato do Oeste catarinense. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (org.). **Diversidade do campesinato:** expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 1.

<sup>376</sup> Ibid.

<sup>377</sup> A Federação. 25/01/1906, n. 22, p. 2. Porto Alegre.

pela secagem da erva em um estrado de madeira que, submetido ao calor, garantia a conservação da erva para a comercialização.

Durante a década de 1920, a Argentina importava erva-mate do Paraná e de Santa Catarina, pois, apesar de já proceder com as plantações, não contava com ervais nativos como os disponíveis na fronteira com o seu país.<sup>378</sup> A exportação teve um aumento considerável, e também as rivalidades em torno do comércio aumentavam, chegando a ponto, de Marcelino Ruas, o mandante da execução de Fabrício das Neves, ameaçar com revólver um comerciante recém-chegado de Porto União. Marcelino é um personagem praticamente inexistente na historiografia do Contestado. Outras referências, além do testemunho ocular do memorialista Silva, são encontradas no livro de Celso Martins, cujo foco é a trajetória de Fabrício das Neves, sendo ainda insuficientes as informações a respeito da trajetória de Marcelino Ruas.

A pesquisa na imprensa do período mostrou que Marcelino tinha rivalidades com autoridades já estabelecidas, como o coronel Passos Maia, superintendente em Chapecó e depois em Cruzeiro. No Paraná, seu irmão Thomaz Ruas, representando a Empresa Ruas, entrou em litígio com a empresa Hauer e Irmão, sócios de Afonso Camargo, em uma ação de manutenção de posse em Covósinho.<sup>379</sup> No batalhão patriótico que formou em Cruzeiro, fez parte de suas forças Guilhermino Lemos, morador dos fundos de Sertãozinho, que se arrependeu após presenciar os atos de violência do comandante contra seus homens.

Seguindo as informações levantadas sobre este personagem, procuramos identificar a sua atuação nesses conflitos e como prosperava em meio a lideranças como Fabrício das Neves, que, conforme mencionamos anteriormente, tinha uma rede de compadrio extensa, formada por muitos “Fabrícios”. Inicialmente, imaginava-se que o sobrenome “Ruas” estaria ligado à sociabilidade cabocla. Mas, ao contrário, percebe-se que se trata de uma família, possivelmente todos irmãos, de comerciantes de erva-mate.<sup>380</sup>

O jornal *O Estado do Paraná* noticiou em fins de 1921 uma “narração documentada”, na qual o jornal *A Gazeta de Passo Fundo* teria publicado telegramas assinados por Marcelino Ruas que ofendiam a honra de Manuel Maia.<sup>381</sup> Em resposta, o irmão deste, José Luiz Maia,

<sup>378</sup> GOULARTI FILHO, Alcides. Complexo ervateiro e a pequena produção mercantil em Santa Catarina. *Diálogos*. Maringá, v. 16, n. 1, p. 179-215, jan./abr. 2012.

<sup>379</sup> PARANÁ (Estado). Tribunal de Justiça. Ação de manutenção de posse. Comarca de Palmas. Autores: Hauer e Irmãos. Réo: Thomaz Ruas. Início: 11/08/1920. Fim: 26/11/1923.

<sup>380</sup> Conforme as memórias de Waldomiro Silva, Simão Ruas, Francisco (Chico) Ruas, Thomaz Camilo Ruas eram irmãos. Marcelino Ruas cita seu irmão João Ruas, que deve ser o mesmo (João) Francisco Ruas, além dos envolvidos na morte de Fabrício e seus companheiros, José Camilo Ruas, Napoleão Ruas, Antônio Thomaz Ruas, podendo este último ser o mesmo Thomaz Camilo Ruas.

<sup>381</sup> O ESTADO DO PARANÁ: Jornal da Manhã. Seção Alheia. “Narração Documentada”, p. 1. Coluna 6-7. 12/12/1925. Ano 1, n. 289.

apontou uma série “[...] de atentados dos mais torpes e miseráveis crimes praticados pelos célebres Irmãos Ruas nos três estados do Sul: Paraná, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul.”<sup>382</sup> E informou que iria provar cada um deles. Residente em Passo Bormann, José Luiz Maia era irmão do superintendente de Chapecó, coronel Manuel Passos Maia. Quatro dias depois, o mesmo jornal publicou a “sustentação e prova” escrita por ele sobre alguns desses crimes, com firma reconhecida e assinada por advogado. Segundo a notícia, o degolamento de José Manuel, “sertanejo morigerado e bravo”, que sitiava na fazenda Marrecas, na comarca de Cruzeiro, se deu por ele ter se oposto a Marcelino quando este tentava arrebatá-lo para si, contra a vontade alheia, gado daquela fazenda. O jornal reproduziu a sentença que decretou a prisão de Marcelino Ruas, em Palmas, em 30 de outubro de 1920.<sup>383</sup>

No mesmo mês, Manuel Passos Maia solicitou ao mesmo jornal que se incluísse na “narração documentada” a carta enviada por Guilhermino Antunes Lemos, que serviu nas forças de Marcelino, vindo a se arrepender posteriormente. Na carta, Guilhermino descreveu detalhadamente as condições bélicas e dos soldados do batalhão que enviou para o tenente-coronel Vieira da Costa, do Quartel de Herval, para provar a sua conduta correta naquelas forças, mas que no entanto estava submetido às arbitrariedades do comandante Marcelino Ruas. Esse aspecto envolve a discussão sobre a arregimentação das forças, a ser discutida na última subseção deste capítulo. Para além disso, já é possível evidenciar as atuações desses chefes num amplo território, que compreendia os estados do Sul e a Argentina.

A esta narração documentada que se originou das ofensas de Marcellino ao superintendente Manuel Maia, o jornal *O Dia*, de Curitiba, deu vez à defesa de Marcellino. Em relação a suas condenações no Rio Grande do Sul, Marcellino defendeu-se dizendo que era devido ao fato de Manuel Maia ser escrivão em Guaporé, sugerindo influenciar o processo, e que não teria praticado crime contra o sertanejo de Cruzeiro, pois se tratava apenas de “cobrança de dívida”.<sup>384</sup> Esse argumento por parte de Marcellino sugere que a

<sup>382</sup> O ESTADO DO PARANÁ: Jornal da Manhã. Seção Alheia. “Narração Documentada”, p. 1. Coluna 6-7. 12/12/1925. Ano 1, n. 289. A notícia inclui uma lista de crimes em que Marcelino Ruas estaria envolvido: por roubo, em Guaporé, na Comarca do Alto Taquari, no Rio Grande do Sul; por ter roubado Fabrício das Neves e assassinado seus companheiros; que na Comarca de Palmas, foi pronunciado pelo degolamento de José Manuel; que junto com os irmãos, foi pronunciado em Herval, na Comarca de Campos Novos, pelo assassinato de Nicanor de Tal e Herminio de Tal. Que em Irani foi pronunciado pelo crime de ferimentos graves contra Paulo Alexandre da Costa e pelo assassinato de Nicanor Costa. Que é “o trágico matador do próprio cunhado, crime praticado na própria câmara mortuária do pai.”

<sup>383</sup> O ESTADO DO PARANÁ: Jornal da Manhã. Seção Livre. “Sustentação e prova do 4º articulado”, p. 1. Coluna 5-7. 16/12/1925. Ano 1, n. 289. A sentença o considerou como incurso na mesmo artigo que o promotor do inquérito analisado anteriormente requereu sua prisão (do artigo 294, § 1º do Código Penal, em face do disposto do artigo 18 § 1º do mesmo código).

<sup>384</sup> O Dia. 13/12/1925. Ano 1, n. 752. p.4, col.2-5. Curitiba O jornal *O Dia*, era dirigido por Caio Machado, um dos diretores representantes do Partido Republicano Paranaense e representante dos interesses de seu estado.

“cobrança de dívida”, nesse caso, se resolvia atacando o devedor. Se isso era uma forma de cobrança aceita socialmente, também poderia vir a ocorrer na dívida que tinha com Fabrício das Neves e, desse ponto de vista, matá-lo talvez fosse a única alternativa de se livrar da dívida. Mas o que chama mais atenção na notícia que o acusou daqueles crimes é a descrição de Marcellino, colocando-o como membro dos “sapadores mateiros de Salvador Dente de Ouro”, em 1912:

Era no ano de 1912. O estrupido das correias do DENTE DE OURO reboava pelos sertões e Santa Catharina e Paraná. Cangaceiro de fama, homem de prói na faca e na garrucha, conduzia uma caterva sinistra da qual os RUAS, sob o commando de Marcelino eram os ‘sapadores mateiros’, os mais arditos, os mais afoitos, os mais prontos, os primeiros no accome pelas costas as victimas incautas. O traço essencial, curioso e inexplicavel do bandido, é a ausencia total da verdadeira bravura.<sup>385</sup>

Salvador Dente de Ouro, ou Salvadorzinho, integrou os piquetes vaqueanos liderados pelo coronel Fabrício Vieira, no vale do Iguaçu, durante a Campanha do Contestado.<sup>386</sup> Dente de Ouro vivia em Santa Catarina como fugitivo da polícia gaúcha, por ter sido pronunciado por homicídio. Essa informação traz à tona novamente o caso em que Marcellino com seu esquadrão executou Fabrício e seus companheiros. Isso se dá pois, conforme o inquérito apurou, a operação era a captura de Fabrício Vieira, quando teve “[...] a necessidade de esbarrar com o bando de Fabrício das Neves.” Se Marcellino Ruas fazia parte dos sapadores mateiros de Salvador Dente de Ouro, e este, por sua vez, integrava piquetes de Fabrício Vieira, em 1912, por que seguia em sua captura, em 1925? Além disso, seu irmão, João Ruas integrava o piquete e tinha como chefe imediato Salvadorzinho Dente de Ouro.<sup>387</sup>

A atuação, que parece inicialmente contraditória, pode ser explicada, em parte, se forem seguidas as informações em torno do comércio pouco tranquilo da erva-mate. Fabrício Vieira arrendava ervais em Campos Novos e no Planalto Norte de Santa Catarina; sua fazenda Chapéu do Sol, nas margens do Rio Iguaçu, também era usada para exploração de erva. A atuação dos irmãos Ruas estendia-se em direção a Covó e Mangueirinha, ao sul do Paraná. No início de setembro de 1923, o jornal *O Dia*, do Paraná, publicou uma notícia sobre o assassinato de João Ruas, em Mangueirinha, mencionando mais detalhes da expansão dos

---

PILOTTO, Osvaldo. Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954). Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1976, p. 16.

<sup>385</sup> O Dia. 13/12/1925. Curitiba. p. 1.

<sup>386</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**...2004. p. 281. Era também filho de Salvador Aires Pinheiro Machado, vice-presidente do Estado do Rio Grande do Sul e sobrinho do Senador José Gomes Pinheiro Machado, que era chefe nacional do Partido Republicano Conservador.

<sup>387</sup> POYER, Viviani. **Fronteiras de uma guerra**... 2018. p. 208.

seus negócios.<sup>388</sup> Segundo a notícia, João Ruas e um engenheiro que era seu hóspede seguiram para Colônia Chopim, pois estavam construindo uma estrada de rodagem que ligava Covó àquela colônia. Nessa viagem, João Ruas fora assassinado por uma escolta policial que o esperava, e o engenheiro foi a única testemunha. Segundo a notícia, João Ruas “não era bandido”, mas “[...] um homem de grandes empreendimentos, pois em Covó, dava de comer a centepares de pessoas e distribuía naquela zona centenares de contos anualmente.”<sup>389</sup> A motivação do crime teria sido as desavenças que João tinha com o subdelegado de polícia de Mangueirinha, Honorato Borges, e o comandante da escolta que o assassinou era justamente o filho do subdelegado. A notícia ainda menciona a falta de proteção dos irmãos por parte do governo do Paraná: “Sabemos que tanto João Ruas como seu irmão Marcelino Ruas, por diversas vezes solicitaram garantias às nossas autoridades, nada tendo conseguido.”<sup>390</sup>

Essas notícias foram veiculadas pela imprensa oficial do Partido Republicano de cada estado, sendo que a imprensa de Curitiba cedeu espaço de defesa a Marcellino. É possível que as desavenças veiculadas entre Manuel Passos Maia e Marcellino fossem um amplificador de questões pessoais. Ou será que Marcellino poderia estar representando interesses paranaenses no ex-Contestado?

Em fins de 1925, o mesmo jornal paranaense publicou, a pedidos, “a politicalha em ação”, em que Marcellino narra longamente os fatos que se passavam em Cruzeiro, buscando se defender das acusações vindas dos irmãos Manuel e José Maia.<sup>391</sup> Segundo a notícia, Marcellino sabia, pela imprensa oficial de Florianópolis, que Manuel Maia iria se fixar em Cruzeiro para dirigir “importante empresa comercial”. Para Marcellino, o coronel estava sendo beneficiado, pois o governador do estado “[...] nomeou-o delegado de polícia especial do município de Cruzeiro, com jurisdição plena na zona compreendida entre as estações do Rio Uruguai e Rio Caçador [...]”, nas margens da ferrovia São Paulo Rio-Grande, “[...] exatamente onde iria desenvolver a sua atividade comercial.” Além de se mostrar irritadíssimo com a concorrência que isso significava para o negócio da família Ruas, Marcellino sabia que o governo “[...] deu-lhe 90 praças da sua disciplinadíssima polícia, sob o comando do capitão e dois tenentes; deu-lhe também duas metralhadoras, e autorização para assalariar os indivíduos que quisesse exercer honrosa função de colaboradores.” Marcellino mostra-se ainda profundamente insatisfeito com o fato de o secretário de estado de Santa

---

<sup>388</sup> O Dia. 01/09/1923. n. 55. Ano 1, p. 5, col. 3. Curitiba

<sup>389</sup> Ibid.

<sup>390</sup> Ibid. A família Ruas requereu abertura de um inquérito para investigar o assassinato de João Ruas, constituindo como advogado Lázaro Bastos, ex-superintendente de Cruzeiro entre 1920 e 1921.

<sup>391</sup> O Dia. 10/12/1925. Ano, n. 749. p.4, col.2-5. Curitiba

Catarina, Ulysses Costa, ter indicado Manuel Passos Maia como “[...] o único homem capaz de empreender uma obra de saneamento moral, pelo seu espírito de moderação, pelo seu caráter e pelo seu prestígio.” Mostrando-se irônico, escreveu ainda que era de se estranhar “[...] a dolorosa crise de homens em que se encontra o estado de Santa Catarina, que tem um só filho capaz de entender uma obra de saneamento moral.” E, na mesma notícia, faz um pedido ao “Exmo Presidente da República”, que se “[...] digne mandar abrir um inquérito por pessoa estranha a todos os grupos políticos de Santa Catarina.” Se isso fosse feito, segundo ele, ficaria provado uma série de denúncias sobre:

[...] qual tem sido o procedimento do Coronel Passos Maia, super-homem do senhor Ulysses Costa, ficaria provado que o indivíduo Guilhermino Lemos, a mando do Coronel Manuel Maia, e que *requereu e saqueou de roupa para cima do meu armazém à margem do Rio Uruguay*, é o mesmo que desertou do Covósinho, por covardia, roubo de animaes.<sup>392</sup>

O saque e a pilhagem eram formas de se obter benefícios econômicos em situação de guerra e, na Guerra do Contestado, conforme Rodrigues, foram práticas associadas principalmente à atuação de vaqueanos.<sup>393</sup> Eram também praticadas, segundo Poyer, muitas vezes incentivadas por vinganças pessoais e visando a benefícios próprios, sendo uma rápida forma de enriquecimento.<sup>394</sup> A queixa de Marcellino contra Guilhermino Lemos, de que este teria saqueado o armazém daquele, acobertado por Passos Maia e pelos generais Nestor Passos e Nepomuceno Costa, é um claro exemplo disso. Marcellino acusa ainda o batalhão de Manuel Maia “com a sua oficialidade” de apenas fazerem “correrias e requisições de canivetes para cima”, sendo que este coronel não teria “[...] nenhum prestígio fora o que lhe dá o governo nos municípios de Cruzeiro, Campos Novos e Chapecó [...]” e só impunha “[...] terrorismo a ponto de procurar desmoralizar até os juízes de direito, naturalmente para saciar a tentálica sede de dirigir a importante Empresa Comercial.”<sup>395</sup>

A sua “narração dos fatos” proporciona ainda mais informações a respeito de ter comandado a execução de Fabrício das Neves e de seus companheiros, apontando que o caudilho teria boas relações com as autoridades catarinenses. Em relação a Fabrício das Neves, escreveu:

Obra do acaso ou Justicilmente, todas as vezes que o famigerado Fabrício das Neves se pôs em ação, me encontrou pela frente: em 1914, no tempo dos fanáticos, inflingi-lhe, nas margens do Jacutinga, formidável derrota, quando ele já havia saqueado vários acampamentos de barbaquas, trabalhos da firma Ruas. Em 1920, eu

<sup>392</sup> O Dia. 10/12/1925. Ano, n. 749. p.4, col.2-5. Curitiba

<sup>393</sup> RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande sertão**... 2008. p. 316.

<sup>394</sup> POYER, Viviani. **Fronteiras de uma guerra**... 2018. p. 184.

<sup>395</sup> Ibid.

e amigos, corremos ao lado do superintendente do Cruzeiro, para defender a vila da sanha de Fabrício das Neves que, devido a nossa intervenção foi obrigado a estacar, desistindo por impotência, de apoderar-se dela e ali *estabelecer alguma Empresa Comercial*. Em 1921, quando Fabrício das Neves atacou de novo a Vila e sede da comarca, Cruzeiro, com enorme bando de fanáticos, as autoridades constituídas tiveram de mim e dos meus irmãos, o mais Franco apoio e auxílio, são testemunhas disso oficiais da própria polícia catarinense, como capitão Trogilo Melo, Guilermino Cância e muitos outros. É assim que se julga os homens: Fabrício das Neves, o terror de todos os tempos, o monstro, o *indesejável em três estados*, que praticou as maiores barbaridades que se pode conceber, cujos crimes são incalculáveis e muitos tão repugnante e nem se pode numerar, o indivíduo que rodeado de centenas de fanáticos criminosos nunca admitiu que autoridade alguma cobrasse imposto ou executasse a lei onde ele habitava, é hoje o grande *grande cavallo de batalha* para os senhores Ulysses Costa, secretário do estado do governo de Santa Catarina, e o Coronel Manuel Maia, escaramuçarem contra mim! Quereriam ambos que eu, comandante de um batalhão legalista que nunca roubou, nem canivetes, a postos numa zona, permitisse que Fabrício das Neves operasse na mesma, arrancando os trilhos da estrada de ferro São Paulo Rio Grande, destruindo a ponte Marcelino Ramos e praticando outras depredações que esse era o seu propósito, o que foi, perante testemunhas por ele conversado se eu fosse do mesmo jaez de Fabrício das Neves e se tivesse a espinha dorsal ao flexível Coronel Manoel Maia, naturalmente seria objeto da mais franca admiração por parte do Sr. Ulysses Costa.

Autorizo publicação e assumo responsabilidade

Tte. Cel. Marcelino Ruas, residente em Herval, Santa Catharina.

Curitiba, 9 de dezembro de 1925.

Marcelino Ruas, que estava desde 1919 em Herval e prestara serviços desmobilizando os levantes locais, inclusive contra Fabrício das Neves, quando este tentava instalar empresa comercial em Limeira, queixava-se da entrada das novas autoridades, como o coronel Passos Maia. Queixava-se também de Fabrício das Neves, “o indesejável pelos três estados”, ter-se tornado relevante para o secretário do estado. O levante ao qual se refere em 1920 foi no período em que Manoel Otavio Bittencourt era superintendente, ligado aos interesses de Palmas e adversário político de Fabrício das Neves, que, por sua vez, tentava estabelecer seus negócios em Limeira.

Em fins de 1925, ao que parece, Marcellino via enfraquecer o seu poder, pois, com a presença do coronel Passos Maia auxiliado por praças financiados pelo estado, ele não mais poderia botar para correr concorrentes da firma Simão Ruas e Cia. Além disso, em Covózinho, no Paraná, a empresa da família Ruas enfrentou um processo por parte de comerciantes cujas terras eram possuídas conjuntamente com o ex-presidente Affonso Camargo.<sup>396</sup>

Chama a atenção na sua narrativa a imponência com que defendia seu comércio e como se colocava ora a favor ora ao contrário das autoridades que iam sendo constituídas. De todos os testemunhos analisados, talvez este seja o que melhor apresente a dimensão mais

---

<sup>396</sup> Os Ruas foram acusados de turbação por estarem cortando ervas e construindo barbaquás em terras possuídas conjuntamente com Afonso Camargo em Covózinho, as quais tiveram 81 sacas de erva-mate apreendidas pesando quase 5 mil quilos. (PALMAS (Comarca). Processo-crime.).

importante do coronelismo dessa fronteira. Sujeitos que tinham uma relação incerta com a terra, mas que se distinguiam pela capacidade de milícias que podiam submeter a seu mando. Afinal, como se dava a arregimentação? O que se pagava em troca deste serviço? São algumas das questões a serem discutidas na subseção seguinte deste capítulo.

## 2.10 CHEFES MENORES, ARREGIMENTAÇÃO E DESERÇÃO

Nos desfechos da execução de Fabrício das Neves e seus companheiros, há indícios das formas de arregimentação e da mudança de lado dos soldados. Após a captura do bando, Marcellino teria dispersado “[...] os elementos julgados inofensivos e os que se achavam sob *coação* de Fabrício das Neves [...]”, aproveitando aproximadamente 30 homens que se “ofereceram *voluntários* a fim de prestarem serviços sob seu comando.”<sup>397</sup> Na sua versão, esses homens teriam se oferecido devido ao fato de seus “cabecilhas” terem sido presos e entregues a uma escolta para conduzi-los à Vila de Herval.

Essa “coação” apontada por Marcelino Ruas no inquérito deve ser relativizada, pois estar sem um chefe ou “cabecilha” poderia significar algo pior, aparentando ser a mudança de lado uma boa opção. Após as capturas, a mudança de lado, que muitas vezes obrigava os soldados a lutarem contra os próprios companheiros ao lado dos quais lutavam momentos antes, é bastante presente na historiografia militar.<sup>398</sup> Mas o que os levava a servirem como “voluntários”?

Fazer parte das forças locais era uma forma de sobrevivência e de ter alguma proteção. Fabrício das Neves, conforme constatou Celso Martins, estabeleceu profunda ligação com a organização dos posseiros e com a mobilização dos caboclos e de pequenos fazendeiros assentados na região do Irani. Em torno dele, se estabeleceram “[...] muitos Fabrícios que se refere à uma parentela que compreende diversas famílias.”<sup>399</sup> Por isso, é importante considerar o aspecto da sociabilidade cabocla, que se unia por laços de compadrio. Isso não significa associar a arregimentação a uma forma tranquila, mas ajuda a entender a capacidade de arregimentação por parte de Fabrício das Neves.

A arregimentação diante da promessa de terra foi apontada em depoimento, segundo o qual Fabrício prometera a um sargento que a cada soldado o governo pagaria um alqueire de terra. Mesmo que se tratasse apenas de promessa, diante desse quadro, colocava-se como uma alternativa possível. Em 1927, o jornal *O Dia*, do Paraná, publicou sob o título “Sempre as bandalheiras de terras!” um protesto de habitantes da zona que margeia o Rio Chopim, do

<sup>397</sup> Inquérito Fabrício das Neves. f 48v-49v.

<sup>398</sup> CABANAS, João. *A Coluna da Morte*... 2014; LIMA, Lourenço Moreira. *A Coluna Prestes*... 1979.

<sup>399</sup> MARTINS, Celso. *O mato do tigre*... 2007. p. 12.

município de Palmas, acusando o fazendeiro João Alves da Rocha Loures de ludibriar sertanejos na sua boa-fé. Segundo o referido protesto, estes tinham por direito aquelas terras, e que Rocha Loures fosse com propostas de lotes em outra fazenda. Entre os que assinaram o protesto constam Alipio Fabrício das Neves e um José Fabrício das Neves.<sup>400</sup> O fato de estarem nessa causa outros “Fabrícios” contra um Rocha Loures, sobrenome de uma família de latifundiários paranaenses, mostra ao menos uma noção de direito por parte do sertanejo associada ao coronel do Irani.

Ao descrever o momento da emboscada, na manhã do dia 30 de janeiro de 1925, Marcellino depôs que, quando Fabrício das Neves se aproximava com seu estado-maior acompanhado de um piquete de 50 homens armados, “[...] foram atacados de surpresa não tendo mais ocasião de resistir.” Após serem presos e desarmados, mandou intimar o restante da força para que se rendesse em duas horas. Uma parte da força dirigida por Alfredo Bento, composta por 80 homens, não quis se render, e Marcellino organizou uma força de 51 homens para atacar o seu acampamento, tendo já ao seu lado parte da força de Fabrício das Neves que tinha se rendido. Os que se renderam, juntamente com os de Alfredo Bento, somavam, segundo Marcellino, “[...] 170 homens inclusive velhos de mais e 80 anos e crianças de menos de 10 anos.”<sup>401</sup> Esse episódio sugere que os chefes menores, como Alfredo Bento, agiam com autonomia em relação ao comando do chefe maior.

Dos homens que faziam parte das forças de Fabrício das Neves, não se obteve mais informações. É possível que muitos desses soldados nem tivessem registro de nascimento, devido à recente instalação das comarcas. Peter Beattie chamou a atenção para isso e a falta de dados sobre recrutamento após 1880 e observou que, após 1916, a política de recrutamento do Exército era de recrutar de áreas mais próximas possível de cada guarnição.<sup>402</sup> Não estranharia que esses mesmos homens tivessem lutado na Revolução de 1923. Entretanto, a resistência à rendição, mesmo que não se tenha mais detalhes, demonstra que a mudança de lado não era bem aceita por todos, como Marcellino fez sugerir.

Por volta das 15h do mesmo dia, Marcellino mandou que a retaguarda que conduzia os prisioneiros os escoltasse até a Vila de Herval; nesse trajeto, foram atacados por um piquete de muitos homens, havendo forte tiroteio e uma debandada completa dos presos.<sup>403</sup> Em telegrama, o general Nepomuceno agradeceu Marcelino Ruas pelos serviços prestados na desmobilização das forças de Fabrício das Neves. Em suas memórias, João Cabanas

---

<sup>400</sup> O Dia, 22-09-1927. s/ ano e s/ n. p. 4-5, colunas 5-6/1-2. Curitiba.

<sup>401</sup> Inquérito Fabrício das Neves. f. 45-45v.

<sup>402</sup> BEATTIE, Peter. **Tributo de sangue**... 2009. p. 364.

<sup>403</sup> Inquérito Fabrício das Neves. f. 46-47.

descreveu o general Nepomuceno Costa como um comandante que não seguia as leis marciais e ordenava a seus comandados que não poupassem os prisioneiros.<sup>404</sup>

As informações mais detalhadas sobre a arregimentação foram encontradas no relato de Guilhermino Lemos, que se incorporou às forças de Marcellino, publicado pelo jornal *Estado do Paraná*. Guilhermino residia há mais de oito anos no Sertãozinho e era responsável por receber armamento e equipamentos e repassá-los ao seu comandante. Assim, fazia uma mediação importante de receber o material bélico e repassar não apenas a Marcellino, mas ao generais Nestor Sezefredo Passos e Nepomuceno Costa. Marcellino, no entanto, acusou-o por meio da imprensa de deserção e roubo de animais, acusação da qual se defendeu, sendo intermediado pelo Coronel Passos Maia. Este pediu para que sua carta fosse incluída naquele jornal que publicou as “narrativas documentadas” contra Marcellino. Guilhermino comandava o 1º Batalhão (BSM) e justificou, em carta endereçada ao tenente-coronel Viera da Costa, do QG de Herval, como procedeu com sua função:

Recebi apenas mediante recibo, que entreguei a Marcelino Ruas quando infelizmente comande o 1º B.S.M., o seguinte: 61 fuzil “Mauser”, 1525 cartuchos de guerra, na razão de 25 por praça, 15 barracas, de lona kaki, sendo treze para praça e duas para officiaes, seis animais que foram como muitos outros tirados e arrebanhados de seus donos, 72 cobertores kaki, 72 pares de borzeguins, 71 uniformes de brin kaki completos e 72 pares de perneiras.

Entreguei ao General Nestor Sezefredo Passos, comandante do 2º G. de Dest. em Palmas o seguinte: 67 fuzis “Mauser” sendo 54 de carga do 1º E. e 13 de 13 homens que desertaram do 2º E. do mesmo Bt. *acossados pelos horríveis castigos de vara com que Marcellino quasi diariamente applicava em seu soldados*, os quais se apresentaram a mim em Covó; mais 1560 cartuchos de guerra, sendo os que recebi do Batalhão e mais alguns retirados dos desertores acima referidos.

Entreguei mais à Comissão da qual sois digno Chefe em Herval, 13 barracas sendo 11 para praças e duas para officiaes e 3 animaes dos 6 que recebi, deixando de entregar os outros 3, por terem ficado cansados em Chapecó, sendo que dois delles, segundo informações, morreram de inanição, existindo ainda vivo um muar já bem velho, que mandarei buscar opportunamente e entregar a autoridade competente, o que já não fiz por não aguentar viagem longa.<sup>405</sup>

Essas foram as informações mais consistentes encontradas sobre a composição dos recursos bélicos com os quais contavam parte das forças de Marcellino, bem como sobre a deserção de 13 homens devido aos castigos de vara aos quais eram submetidos por parte do mesmo comandante. Esse aspecto poderia ser levado a problematizar os “centereus” de homens que seu irmão, João Ruas, mantinha em Palmas devido ao negócio da erva-mate, como se prestasse grande favor àquela comarca e ao estado. Até agora, foi o mais próximo que conseguimos chegar aos sujeitos envolvidos no negócio da guerra, que não encontramos em outra documentação.

<sup>404</sup> CABANAS, João. *A Coluna da Morte...* 2014. p. 217.

<sup>405</sup> O Estado do Paraná. 31/12/1925. Ano 1, n.304. Capa, coluna 5. Curitiba.

Guilhermino também seria responsável pelo armamento apreendido do bando de Fabrício das Neves e seus companheiros, se não tivesse ocorrido um violento saque, conforme denunciou na citação abaixo. Guilhermino assim relatou:

[...] foram miseravelmente degolados, á mando de Ruas, seu amigo, e por motivo de negócios prestes a vencer-se, nada poderei informar, porque além do armamento, comboio, roupas de uso e finalmente tudo o que possuía a vítima, foi roubado e saqueado por Marcellino, seus irmãos e um grupo sob sua chefia, inclusive diversos animaes e armas de cano curto.<sup>406</sup>

Segundo Silva, Guilhermino vivia nos fundos de Sertãozinho, era um “homem valente e sem medo” que ajudou na abertura de estradas e cobrança de impostos durante o governo de Victor Rauen.<sup>407</sup> Nessa carta, expôs que as arbitrariedades de Marcellino o impediam de continuar naquelas forças, mas que sua saída não podia ser considerada deserção, uma vez que procedeu corretamente com a sua função, distribuindo o material bélico e registrando toda a sua distribuição.

Na documentação judicial, foi encontrada outra informação sobre a deserção, mas pelo lado das forças formais do estado. No início de 1926, Domingos Machado foi preso por suspeita de deserção e defendido por Henrique Rupp Junior. Em 1925, Domingos incorporou-se como voluntário no batalhão legalista “Geraldo Rocha” na cidade de Ponta Grossa e, meses depois, desligou-se, voltando para Porto União. Logo que retornou, foi preso pelo delegado de polícia especial Alexandre Nogueira Mimoso Ruiz – o mesmo que impedira o encontro de Fabrício das Neves com o comandante das forças do Paraná, que também o ameaçava por conta da morte de Gualberto –, sob a alegação de ter desertado daquele batalhão. O advogado alegou que, mesmo que tivesse desertado, o crime de deserção somente era aplicável ao soldado do exército nacional, depois do juramento regulamentar.<sup>408</sup> Além disso, Domingos foi preso pela suspeita sem que houvesse prova, o que não justificava a perda de sua liberdade e a violência da autoridade policial, sendo ainda colocado pelo delegado à disposição do general Nepomuceno Costa.

A acusação certificou-se de que Domingos estava preso e que contra ele havia um inquérito policial instaurado. E apresentou dois telegramas de fevereiro de 1924, informando a captura de Domingos, pois quando fazia parte “do batalhão Paes Leme se passou para o lado dos rebeldes em Catanduvas”, aparecendo em Porto União. Antes, teria vindo de Ponta Grossa após dois anos de ausência com os revoltosos pelo Paraguai e por Mato Grosso, onde

<sup>406</sup> O Estado do Paraná. 31/12/1925. Ano 1, n.304. Capa, coluna 5. Curitiba.

<sup>407</sup> SILVA, José Waldomiro. **O Oeste catarinense...** 1987. p. 47.

<sup>408</sup> FLORIANÓPOLIS (Comarca). Habeas Corpus. Paciente: Domingos Machado; Impetrante: Henrique Rupp Junior. Data de início: 08/03/1925. Data do término: 31/09/1931. p. 2.

usava outro nome, Carlos Alcantara. O outro telegrama era assinado por um oficial, pedindo que colocasse Domingos à sua disposição, em virtude de tratar-se de crime federal. No SJE, o procurador de justiça pediu a concessão de habeas corpus requerida pelo advogado, ao qual o juiz negou alegando que as funções de caráter militar em que estava a serviço, no caso o Exército, colocavam-no sob as leis da justiça militar.<sup>409</sup> Nesse sentido, sendo a deserção considerada um delito, Domingos continuara preso, evidenciando que as forças formais ligadas ao Estado arregimentavam forçadamente os civis que pensavam não haver necessidade de estarem servindo ou mesmo que tenham escolhido mudar de lado.

A deserção de Domingos, caso ocorrido em Porto União, menciona que ele havia desertado do batalhão “Paes Leme”. Este oficial, embora estivesse em batalhão patriótico, foi um dos comandantes com o qual Lourenço Moreira Lima, secretário da Coluna Prestes, fez contato em Santa Catarina. Isso chama a atenção e leva a outro conflito deflagrado na região, que foi o levante pela emancipação pelo ex-Contestado, que tinha como objetivo a criação do Estado das Missões, três anos antes, em 1922. Esse levante está relacionado aos levantes emancipacionistas em anos anteriores e também reverbera na criação do Território Federal do Iguaçu em 1943, realizado pelo presidente Getúlio Vargas. Mas, o que levava a criação de um estado autônomo no ex-Contestado? Quem estava à frente deste movimento? E como isso seria possível?

O estudo de Rogério Rodrigues constatou que a participação dos civis-vaqueanos foi fundamental para pôr fim à Guerra do Contestado, posteriormente à campanha militar de Setembrino. Neste capítulo, procuramos demonstrar como os civis-vaqueanos organizaram-se em batalhões na defesa da “legalidade” contra as colunas tenentistas no Paraná e em Santa Catarina. No entanto, tudo indica que o objetivo comum que aproximava esses homens tão diferentes nas suas trajetórias de vida estava permeado por rivalidades internas e anteriores ao fato ocorrido. Procuramos analisar a atuação desses chefes, suas rivalidades, de modo que percebemos que estes coronéis fogem à tipificação clássica e adquirem na fronteira características ambíguas, sendo difícil distingui-los entre “bandidos” e “patriotas”. Além disso, procuramos demonstrar que fazer parte das forças legalistas não impedia a prática de crimes motivada por questões pessoais com o beneficiamento do aparato do Estado brasileiro. Por isso, nosso intento é aprofundar a análise dessas rivalidades, de forma a perceber como se davam as relações entre coronéis, chefes políticos locais, militares e civis. Em alguns casos,

---

<sup>409</sup> FLORIANÓPOLIS (Comarca). Habeas Corpus. Paciente: Domingos Machado; Impetrante: Henrique Rupp Junior. p. 15.

isso ganhou proporção de emancipação do território, como será visto no terceiro capítulo, contexto no qual o coronel perseguido, Fabrício Vieira, esteve diretamente implicado.



### **CAPÍTULO 3 – ATUAÇÃO DAS CHEFIAS POLÍTICAS E MILITARES NA FRONTEIRA CATARINENSE**

Neste capítulo analisamos a atuação das chefias políticas e militares nos levantes desencadeados em 1917 e 1922, bem como a sua participação nos conflitos seguintes da Revolução de 1923, do Levante de 1924 e da Coluna Prestes na passagem por Santa Catarina. O Levante de 1917 ocorreu logo após ser sancionado o Acordo de Limites de 1916, tinha caráter emancipacionista e mostra um distanciamento das chefias e autoridades que anteriormente uniam-se em torno do objetivo comum da criação do Estado das Missões. O Levante de abril de 1922 marca um novo movimento articulado com a insatisfação política nacional contra o governo de Artur Bernardes.

Esses conflitos podem ser melhor compreendidos através da análise da trajetória do chefe civil Manoel Fabrício Vieira, que fez parte das forças governistas em 1893, foi vaqueano na Guerra do Contestado e envolveu-se indiretamente nos levantes que reivindicaram a emancipação do ex-Contestado. Dessa forma, a sua trajetória desvela assim novos elementos de suma importância para a análise dos referidos conflitos.

O poder de arregimentação e currículo bélico de Fabrício Vieira, que provinha em grande parte da sua participação nas guerras anteriores, como a Revolução Federalista e a Guerra do Contestado, tornavam-no um chefe visado pelos militares mais graduados. A partir da Revolução de 1923, no entanto, o chefe vaqueano deixará de apoiar as forças governistas servindo às forças rebeldes ao lado das quais permaneceu até 1930. A sua atuação junto aos tenentes rendeu-lhe perseguições das forças legalistas constituídas no meio oeste, entre elas, o esquadrão Ruas, chefiado por Marcelino Ruas, o mesmo comandante responsável pela execução do bando de Fabrício das Neves, tratado no capítulo anterior.

A sua trajetória nos conflitos é bastante documentada na imprensa do período e nos relatórios oficiais levando a crer que sua vida se resumiu aos negócios de guerra. Porém, além deles, suas atividades ligadas à extração e comercialização da erva-mate eram proeminentes e incomodava autoridades locais que se estabeleciam na região encorajadas pelo Estado, com interesses econômicos pessoais. No Oeste, atuais Planalto Norte e Norte catarinense, estava se formando um complexo ervateiro que se constituiu na principal atividade econômica naquelas regiões. Diante deste contexto, chefes políticos locais e as autoridades constituídas se beneficiavam dos negócios de guerra não apenas para combater a oposição política, mas para afastar concorrentes econômicos, no qual se incluía Fabrício Vieira.

Em 1921, no âmbito da política estadual, formava-se o bloco de oposição da Reação Republicana em Santa Catarina, partido político encabeçado pela oligarquia Ramos de Lages. Enquanto a Reação apoiava a candidatura de Nilo Peçanha juntamente com os partidos republicanos do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia, o governador Hercílio Luz aliava-se a Adolpho Konder, Otacílio Costa e Caetano Costa apoiando a candidatura de Bernardes, em consonância com o presidente Epitácio Pessoa e com os partidos republicanos de Minas Gerais e São Paulo. Com a morte do governador em 1924 e de Lauro Müller, em 1926, ambos combatentes do federalismo em Santa Catarina, os rumos da política serão disputados por novas lideranças. Os conflitos no ex-Contestado, na década de 1920, permitem olhar sob a perspectiva da fronteira para os rumos que a política estadual ia tomando bem como o crescimento da dissidência política que culminou com a formação da Aliança Liberal, oposição à coalisão liderada pelos paulistas.

Através da atuação de Fabrício Vieira é possível problematizar a clássica divisão política no estado catarinense nos anos 1920, que coloca de um lado os republicanos situacionistas e, de outro, os oposicionistas que serão denominados bandoleiros. Principalmente a partir de 1923, quando o coronel aliou-se aos revoltosos na guerra civil do Rio Grande do Sul combatendo na fronteira ao lado de antigos opositores, como Demetrio Ramos, aos quais o governador bernardista Hercílio Luz não impôs repressão.

Em 1927, ano que marca a desarticulação da Coluna Prestes, Fabrício Vieira envolveu-se no assalto às estações de Jararaca e Canoinhas, no ramal de São Francisco da EFSPRG, também chamado de movimento revolucionário de 1927.

Assim como no capítulo 2, o objetivo deste capítulo é articular os acontecimentos do ex-Contestado com os conflitos que disputavam os rumos da política local, estadual e nacional.

### 3.1 O LEVANTE DE 1917

[...] Major Americo de Abreu Lima e mais officiaes do Quinto Regimento. Revoltados contra malfadado e infame acordo de vinte de Outubro, [...] vimos appellar para o vosso patriotismo para que perante os poderes da Republica sejaes o nosso interprete neste momento, a fim de evitar lucta fraticida [...]. Somos aqui cento e cincoenta companheiros dispostos a tudo, paes, noivos, irmãos, abandonaram seus lares defesa nossa causa muitíssimo sagrada. Vamos destruir linhas estrada de ferro; comunicação para Palmas interrompida, obstruídas todas as pontes, reunimo-nos amanhã, *digno distincto Coronel Fabrício Vieira, amigo causa independência. Elle, seus aguerridos, mais mil homens patriotas, defensores da nossa causa venderão suas vidas muito caro, inda mais depois de prestar Governo da Republica tantos serviços, vê-se perseguido, como deputado Cleto* [...]. Obsequio transmitir telegrama Presidente da Republica, Senado, Forças Exercito,

Magistratura, Governos Estados Paraná e Santa Catharina e mais julgardes conveniente. Cordeas saudações (assignado) Deputado Cleto Silva, Capitão Luiz Fabrício Vieira, Capitão Manoel Horacio Brito, Tenente Enéas Borges e Modesto Cordeiro.” Saudações. [...].<sup>410</sup> [grifos nossos]

Este telegrama foi extraído do relatório do chefe de polícia do Paraná que comunicou ao Governo daquele estado a recusa de indivíduos indignados em aceitar a solução do Acordo de 1916.<sup>411</sup> A “agitação do Contestado” consta no relatório como um dos fatos policiais mais importantes ocorridos no ano de 1917 e este telegrama, concentra os principais aspectos a serem tratados sobre o Levante de 1917. Entre eles, a reivindicação da emancipação do território; a invocação ao apoio do coronel Fabrício Vieira e seus mais de “mil homens patriotas” e o aumento da repressão por parte do Estado.

É importante mencionar que esse levante foi objeto de análise minuciosa do Trabalho de Conclusão de Curso de Gabriel Barboza que buscou compreender como as lideranças políticas articularam a resistência ao Acordo de Limites de 1916, visando emancipar o ex-Contestado por meio da criação do Estado das Missões.<sup>412</sup> Na presente tese, o objetivo de incluir o Levante de 1917 é identificar a participação das chefias políticas e militares e sua circulação nos conflitos seguintes.

Sobre o telegrama, o chefe de polícia declarou que logo após a assinatura do Acordo circulavam boatos de que naquela zona haveria um movimento tendente a evitar que ele se efetivasse e à frente desse movimento estaria Manoel Fabrício Vieira e o deputado Cleto da Silva.<sup>413</sup> Devido a isso, o governador do Paraná Affonso Camargo, pediu ao chefe de polícia que fosse até à zona ex-litigiosa observar o que por lá ocorria. Cumprindo as ordens, em fevereiro do mesmo ano, Lindolpho Marques dirigiu-se à região e notou que os habitantes do ex-Contestado, principalmente os de Herval, onde mais tempo permaneceu, eram indiferentes à solução dada à questão de limites. Porém, o mesmo não valia para os de União da Vitória, onde o assunto tinha maior “interesse e vivacidade”.<sup>414</sup> Posteriormente, foram tomadas medidas de caráter preventivo dos governos estaduais e federal que aumentaram e reforçaram os contingentes do exército nos diversos pontos de Timbó, União da Vitória, Perdizes, Rio das Antas, Herval, Capinzal e Uruguai.<sup>415</sup> Lindolpho Marques registrou em seu relatório que

<sup>410</sup> Este telegrama foi incorporado ao relatório policial do Paraná. (PARANÁ (Estado). Relatório apresentado ao Exmo Sr. Dr. Enéas Marques dos Santos, Secretário do Interior, Justiça e Instrução pública, pelo Dr. Lindolpho Pessôa da Cruz Marques, chefe de polícia do Estado. 31 dez. 1917. Curitiba, 1917. p. 8-11.).

<sup>411</sup> Ibid.

<sup>412</sup> BARBOZA, Gabriel. **A resistência ao Acordo de Limites...** 2017.

<sup>413</sup> PARANÁ (Estado). Relatório de polícia, 1917. p. 8.

<sup>414</sup> Ibid., p. 8.

<sup>415</sup> Ibid., p. 9. Por parte do governo catarinense, em 13 de setembro de 1917, o Congresso Representativo regulou o serviço policial através do Projeto Lei n. 20, dividindo o Estado em 7 regiões, sendo incluída na

“como ninguém acreditasse na possibilidade dos habitantes do Contestado se insurgirem à mão armada contra o acordo”, que o “plano da revolução” tinha sido preparado pelos caudilhos rio-grandense Manoel Fabrício Vieira e João Francisco [Ruas], os quais, “à frente de milhares de gaúchos, invadiram este estado [do Paraná] com o fim de proclamar a independência do território ex-Contestado.”<sup>416</sup>

A versão dos boatos que circulavam na zona foi confirmada pelo telegrama reproduzido em seu relatório e pela posterior destruição da linha da estrada de ferro de Nova Galícia. Lindolpho Marques também foi informado de que os insurretos sabendo que a força federal seguiria ao seu encontro, retiraram-se para São João, onde encontraram Zeca Vacariano e João Ruas. Os revoltosos que contaram com a ajuda da força federal comandadas por um sargento de Valões e do seu armamento disponível, foram perseguidos por praças de polícia, civis e militares da força federal.<sup>417</sup>

Em 3 de agosto de 1917, o jornal A Federação noticiou o encontro do Marechal Caetano de Faria com o presidente da República sobre os telegramas recebidos das autoridades militares do Paraná que informavam o restabelecimento da ordem, depois de terem desalojados os “agitadores” que ocupavam as estações da Estrada de Ferro São Paulo Rio-Grande.<sup>418</sup> O Ministro de Guerra, Setembrino de Carvalho, em apoio ao presidente enviou para o Paraná um contingente do exército para reforçar o patrulhamento na região. Segundo o relatório, na estação de Nova Galícia, “ponto de agitação dos fanáticos que dela se haviam apoderado”, já havia sido encaminhado uma companhia do 57º Batalhão de caçadores que não encontrou o inimigo, “que fugiu a aproximação da força.”<sup>419</sup> Após o movimento daquela companhia de caçadores, o Ministro da Guerra mandou seguir com urgência para a estação um contingente de 200 praças da arma de infantaria, tiradas da quinta e sexta brigadas de uma sessão da 5ª companhia de metralhadoras.

A notícia publicada n’A Federação possui dois aspectos importantes. Primeiro, o fato de os insurgentes serem denominados “fanáticos” demonstra que o grupo que reclamava a autonomia estava sendo colocado na mesma categoria anteriormente destinada aos sertanejos rebeldes durante o movimento social do Contestado, justificando o aumento da repressão. Outro aspecto consiste em não ser possível precisar o número de homens com que contavam

---

sétima região, as comarcas de Campos Novos, Cruzeiro e Chapecó. Os deputados responsáveis pelo projeto foram Caetano Vieira da Costa e Carlos Vitor Wendhausen. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – 1898-2007. p. 159.

<sup>416</sup> PARANÁ (Estado). Relatório de polícia, 1917. p. 9.

<sup>417</sup> Ibid., p. 11.

<sup>418</sup> A Federação, 03/08/1917. Ano XXXIV, n. 179, p. 5, col 5-6. Porto Alegre.

<sup>419</sup> PARANÁ (Estado). Relatório de polícia, 1917. p. 5.

os revoltosos. Além dos 150 homens anunciados no telegrama, os revoltosos contavam com uma força federal de Valões. A menção aos vaqueanos Fabrício Vieira e João Ruas dava ainda maior peso ao grupo devido a estes chefes serem reconhecidos pelo seu poder de arregimentação. Portanto, o fato de fugirem ao saber da aproximação da companhia do 57º de caçadores poderia ser estratégico, pois o objetivo não era entrar em combate, mas chamar a atenção para os anseios de ver o território reconhecido como independente. Além disso, o movimento dos soldados ocorreu durante um inverno rigoroso. Em Santa Catarina, o jornal O Dia noticiou na primeira página que a coluna móvel enviada para Palmas, chegava “ligeiramente fatigada, tendo feito a marcha sob forte chuva e formidável geada.”<sup>420</sup> Em Palmas, os revoltosos dividiram-se em dois grupos sob a chefia de Zeca Vacariano e Lucio Cleto. Segundo a notícia, este último seguiu para Guarapuava e aquele saqueou Clevelândia tomando o rumo de Barracão, na fronteira Argentina.<sup>421</sup> Atravessar a fronteira via Barracão, no Paraná, era uma forma de evitar perseguições. Esta rota foi utilizada anteriormente pelos maragatos, em 1893 e, posteriormente, pelos rebeldes durante os levantes tenentistas. Cabe destacar que o jornal noticiava a atividade de pilhagem de Vacariano, insinuando estar se aproveitando do movimento pela emancipação. Dias antes, Fabrício Vieira havia se manifestado sobre o que estava acontecendo. De Passo Fundo, foi noticiada a impressão do coronel ao saber do seu envolvimento:

Passo Fundo, 4. Achava-se aqui, vindo do Campo do Meio o coronel Fabrício Vieira a quem causou surpresa saber seu nome envolvido nos actuaes acontecimentos do Contestado, facto que atribue as perseguições de desafectos seus, no sentido de o incompatibilizar com os poderes públicos.<sup>422</sup>

Ao contrário do que foi mencionado no telegrama, destacando o apoio de Fabrício Vieira como “amigo da causa da independência”, o coronel alegou surpresa ao ver seu nome envolvido no levante. Nesse contexto, seria possível que o deputado Cleto junto com Luiz Fabrício Vieira, filho do coronel usasse o seu nome para ganhar respeitabilidade devido à sua fama em termos de capacidade de arregimentação de homens em armas. Por outro lado, Luiz Fabrício poderia estar representando seu pai, considerando que a fazenda Chapéu de Sol de Fabrício Vieira, à margem direita do Iguaçu, havia passado para a jurisdição do Paraná, após o Acordo de Limites de 1916. É importante ressaltar que este acordo sancionado em 3 de agosto de 1917, possuía entre seus artigos, a cláusula 9, que determinava que se houvesse dúvida quanto a titulação da terra, valeria os títulos registrados em cartórios paranaenses.

<sup>420</sup> O Dia, 17/08/1917. Ano XVII, n. 8.657. Capa, col. 4. Florianópolis.

<sup>421</sup> Ibid., capa.

<sup>422</sup> A Federação, 04/08/1917. Ano XXXIV, n. 180. Col 2-3. Porto Alegre.

Devido a isto, muitos coronéis paranaenses que se sentiram assegurados em suas propriedades, deixaram de lado a luta pela emancipação.<sup>423</sup>

Até o momento não encontramos registro da propriedade em nome de Fabrício Vieira, porém, segundo depoimento do seu neto, Edson Nelson Ubaldo, a fazenda foi desapropriada pelo estado do Paraná, após o Acordo, sendo expedidos títulos em nome de outros compradores.<sup>424</sup> Assim, caso não tivesse seu título registrado em cartório paranaense, o coronel perdia importante fonte de poder, pois a fazenda que era destinada à extração de erva-mate, abrigava muitos empregados sob seu comando que possivelmente eram acionados para as atividades de guerra quando necessário. Mesmo este sendo um importante indício de que o coronel tivesse motivos para aderir a causa, outras notícias mostram o contrário.

Em sua análise, Gabriel Barboza observou que o chefe de polícia tentava envolver de todas as formas Fabrício Vieira no Levante, considerando a participação do seu filho.<sup>425</sup> Contrariando este aspecto, o autor encontrou uma importante declaração do General Setembrino de Carvalho, divulgada no jornal *O Paiz*, alegando que se o coronel Fabrício Vieira não se envolvesse no movimento não haveria porque fazer alardes.<sup>426</sup> O coronel que havia sido braço direito do oficial na Campanha do Contestado, não enfrentaria tão precocemente as forças das quais menos de um ano antes fizera parte. Seria mais provável que naquele momento buscasse outras formas de proteger-se e continuar a usufruir da fazenda Chapéu de Sol, principalmente do lado catarinense de Canoinhas, onde tinha rendimentos com a erva-mate.<sup>427</sup> Ademais, Barboza percebeu através das memórias de um dos chefes do movimento, Cleto da Silva, a menção de que os reforços prometidos não haviam chegado, podendo estar se referindo aos homens do coronel Fabricio.<sup>428</sup> É importante considerar que no mesmo período houve a greve dos operários em nível nacional. Em Três Barras, sede da *Lumber*, os trabalhadores entraram em greve e havia preocupação das autoridades, entre outros motivos, devido a paralização da ferrovia.<sup>429</sup> Devido a isto, já havia anteriormente a movimentação de tropas do governo para a região.

---

<sup>423</sup> BARBOZA, Gabriel. **A resistência ao Acordo de Limites**. 2017. p. 69.

<sup>424</sup> UBALDO, Edson Nelson. **Entrevista**. 2017.

<sup>425</sup> BARBOZA, Gabriel. **A resistência ao Acordo de Limites**. 2017. p. 88.

<sup>426</sup> *Ibid.*, p. 30.

<sup>427</sup> UBALDO, Edson Nelson. **Entrevista**. 2017.

<sup>428</sup> *Ibid.*, p. 88.

<sup>429</sup> Segundo a imprensa republicana gaúcha, o movimento das forças federais era intenso. O General Carlos Frederico de Mesquita, comandante da 7ª Região, em Porto Alegre, apresentou telegrama enviado pelo engenheiro chefe do 9º Distrito da Inspeção Federal das Estradas, comunicando o movimento das forças. Segundo o engenheiro, a força federal foi até Herval, percorrendo 2.200 km de estrada de ferro, que durou 10 dias. De Passo Fundo até Herval, devido a boatos do envolvimento de Fabrício Vieira, fez seguir como vanguarda da força federal uma força da Brigada Militar do Estado, de 60 praças comandada por Candido de

A reivindicação da emancipação do território adquiriu caráter oficial em 1910, quando foi criada a Junta Governativa do Estado das Missões, que não aceitava a vitória de Santa Catarina no STF. A Junta era formada por políticos e coronéis de Palmas, União da Vitória e Rio Negro e contou com o apoio do Estado do Paraná que enviara entre os seus representantes, Afonso Alves de Camargo, que viria a ser o futuro governador do Estado do Paraná. O processo emancipacionista não arrefeceu com Acordo de Limites de 1916, tendo sido fomentado pelo Acordo, conforme analisado no capítulo 1. O Levante de 1917 coloca em evidência o rompimento de alianças entre as chefias políticas e militares. Se em 1910, Afonso Camargo apoiava a causa da emancipação, o mesmo não se repete enquanto o político esteve a frente do governo do Paraná, em 1917. Este aspecto também pode ser observado através do envolvimento indireto de Fabrício Vieira que, tanto em 1910 como em 1917, não se confirma, pelo menos em relação ao uso do seu poder bélico. Conforme Barboza, na medida em que foi se aproximando de um acordo, as autoridades estaduais paranaenses retiraram o apoio à Junta Governativa do Estado das Missões.

No telegrama que inicia este capítulo, percebe-se que os emancipacionistas reivindicaram a anuência do governo do Estado que, no entanto, reagiu promovendo junto ao governo federal o aumento do contingente do exército nos trechos do ramal da ferrovia entre as estações Herval e Porto União. Por outro lado, os insurgentes aliaram-se aos chefes civis-vaqueanos como Zeca Vacariano e João Ruas o que mostra um afastamento dos políticos paranaenses e uma aproximação com chefias associadas ao bandoleirismo que, posteriormente estarão ao lado de influentes políticos catarinenses da oligarquia dissidente, como a da família Ramos.

Esse não é um episódio que pode ser generalizado para toda a região ex-litigiosa, mas apresenta elementos para analisar o bandoleirismo de fronteira, relativizando a ideia que se propagava na imprensa sobre estar restabelecida a ordem pública no território contestado.<sup>430</sup> O Levante ocorrido em abril 1922, mostra que as agitações perduraram e, para além dos conflitos locais, evidencia sua conexão com o movimento maior no país da Reação Republicana de insatisfação com a política vigente.

---

Mesquita. Antes disso, de Marcelino Ramos até Herval, a tropa seguiu viagem de três horas, em dois trens, observando as devidas cautelas devido ao tráfego ser perigoso, voltando no mesmo dia a Passo Fundo. (A Federação, 25/08/1917. Ano XXXIV, n. 198, p. 8, col. 1. Porto Alegre.).

<sup>430</sup> A Federação, 03/08/1917. Ano XXXIV, n. 179, p. 5, col. 5-6. Porto Alegre.

### 3.2 O LEVANTE DE ABRIL DE 1922

Em 1921, quando as oligarquias disputavam o poder teve início um movimento político eleitoral denominado Reação Republicana. A hegemonia do poder que era controlada por uma aliança entre as oligarquias paulista e mineira começou a ser contestada com maior força por grupos oligárquicos que dominavam o Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia, pois estavam descontentes com seu afastamento das principais decisões políticas do governo. Em 1922, esse grupo lançou a candidatura de Nilo Peçanha contra o candidato situacionista Artur Bernardes. A pauta da chapa pró-Nilo Peçanha defendia a maior independência do Poder Legislativo frente ao Executivo, o fortalecimento das Forças Armadas e alguns direitos sociais do proletariado urbano. Esse foi o primeiro movimento forte de oposição com apoio de grupos regionais e contou com a adesão de diversos militares descontentes com o presidente Epitácio Pessoa que nomeara pela primeira vez um civil para a chefia do Ministério da Guerra. No Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros apoiou a chapa da Reação.<sup>431</sup>

Com a derrota de Nilo Peçanha e o não reconhecimento da legitimidade da eleição de Bernardes, que incluiu o episódio das “cartas falsas”, atribuídas a Bernardes, contendo comentários desrespeitosos sobre os militares, teve início a crise militar que originou o movimento tenentista. No mês de julho de 1922, algumas unidades militares no Rio de Janeiro e em Mato Grosso se levantaram contra o governo, mas foram derrotadas. Apesar disso, serviu como referência para os levantes seguintes. Porém, três meses antes, houve um levante no ex-Contestado com as características muito parecidas ao que viria a ocorrer nos estados carioca e mato-grossense.

Na noite de 21 de abril de 1922, um grupo de aproximadamente cinquenta pessoas, chefiado pelo capitão reformado do exército, Antonio Bastos de Paes Leme, invadiu o quartel da Força Pública em União da Vitória, no Paraná, tomando o armamento e aprisionando o oficial que o comandava. Em seguida, o grupo partiu para a Estação da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande tomando também o seu telégrafo. No dia seguinte, o mesmo grupo, do qual fazia parte Didio Augusto, Thomaz Ruas, Modesto Cordeiro e Germano Kunsler, atacou o quartel da cidade vizinha, em Porto União, estado de Santa Catarina. Duas praças foram feridas, uma delas, mortalmente assim como um soldado do grupo insurgente. Entre os

---

<sup>431</sup> CRISE Política *In*: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 2017. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica>. Acesso em: 5 mar. 2019.

homens envolvidos, estavam muitos empregados da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, o que facilitou o acesso à munição e a interrupção do telégrafo.<sup>432</sup>

Pegar a munição, tomar o quartel, ocupar a estrada de ferro e cortar a comunicação com a cidade, era uma estratégia dos levantes tenentistas.<sup>433</sup> Uma das primeiras providências do comandante da Força Pública Catarinense, capitão Octavio Costa Reis foi rondar as patrulhas que guarneciam os edifícios dos dois bancos da cidade.<sup>434</sup> O cabo que saiu ferido foi socorrido pela manhã e levado à casa de Angelo Contini, negociante italiano e integrante do comitê pró-Nilo Peçanha em Porto União. No intervalo do tiroteio, o comandante do quartel recebeu um ofício do capitão Paes Leme exigindo a rendição, nos seguintes termos:

Porto União, 22/04/1922

Exmo Sr. Comm da Força Policial deste Estado. Nesta cidade.

Exmo Sr. Como sabeis que vossa força acha-se completamente em cerco dentro desta cidade e como queremos evitar derramamento de sangue e assim como tiroteios dentro desta cidade, fazemos os seguintes itens para o senhor responder que como esperamos sois bom patriota responderá de acordo com os nossos desejos: 1º Vossa senhoria obriga-se a entregar-nos todas as armas assim como o material belico, - 2º Obrigamo-nos a offerecer toda a garantia de que necessitares assim como o transporte em trem especial desta para onde queira destinar-se com todo o vosso destacamento. E para fazerdes entrega do armamento. V. V. S. S fara hastear uma bandeira Branca em vosso Quartel e em seguida poderá fazer seguir de treis em treis praças deixando o armamento sob responsabilidade de V. V. S. S. Estas praças deverão trazer consigo uma bandeirinha branca como sinal. Ainda mais uma vez faremos lembrar que combatemos por um ideal que hoje está conflagrado em todo o nosso Paiz, o que aliás muito lamentamos. A resposta deverá entregar ao mesmo nosso emissario que durante o parlamento ficará suspensa as hostilidades. Aproveito o ensejo para apresentar-vos os meus protestos de saude e felicidade.

Assignado. Antonio Bastos Paes Leme.<sup>435</sup>

Conforme as condições anunciadas no ofício, a rendição incluía a entrega do armamento e material bélico, além das garantias de transporte para sair da cidade em trem especial àquele destacamento, ao seu comandante e à sua família.<sup>436</sup> O comandante, por sua vez, não aceitou a proposta e encaminhou o ofício juntamente com a sua resposta ao governo

<sup>432</sup> FLORIANÓPOLIS (Comarca). Processo-Crime Sumário. Autor: Procurador da República. Réus: Antônio Bastos Paes Leme e outros. Data de início: 29/03/1922. Data de fim: 01/06/1927. A partir dessa citação, esse processo judicial será referenciado como Processo do Levante de Abril de 1922.

<sup>433</sup> SILVA, Ângelo José da. **Luiz Carlos Prestes e os antecedentes da Revolução de 1930**. Entrevista. In: Revista de Sociologia e Política, n. 1 1993, p. 91.

<sup>434</sup> Processo do Levante de Abril de 1922. f. 43v, 59.

<sup>435</sup> Ibid., f. 10. Trata-se de cópia do telegrama e não do anexo do original.

<sup>436</sup> Ibid., f. 15. Trata-se da cópia do telegrama reproduzida nos autos do processo. No momento da negociação, o telégrafo já estava tomado, sendo que dificilmente o comandante conseguiria passar a informação ao governador. Por isso, é provável que o ofício tenha sido produzido posteriormente para servir como prova no inquérito, pois há diferentes versões sobre o comunicado do cerco ao quartel. Além disso, há dúvidas de quem seria o emissário enviado por Paes Leme ao quartel da força catarinense para propor a rendição. Manoel Tavares, apontado como emissário, depôs que acompanhava um menino, o Negrinho Fabricio, e este levava “um recado” da parte do oficial, sem mencionar o ofício escrito. Para Luiz Sá, chefe das estações ferroviárias de União da Vitória, o emissário era “um parlamentar” conhecido por Negrinho Fabricio. Processo do Levante de Abril de 1922. f. 26v.

catarinense informando que não se renderia, colocando-se na defesa do “governo legalmente constituído” e lamentando que um “brioso oficial fosse o causador da morte e derramamento de sangue.”<sup>437</sup> O capitão Antônio Paes Leme era conhecido do comandante e dos outros envolvidos como ex-combatente das forças do exército contra os sertanejos na Guerra do Contestado, o que justifica o lamento do oficial ao vê-lo na oposição.

É importante lembrar que até 1917 as cidades de Porto União e União da Vitória era uma só, foi arbitrariamente dividida pela execução do Acordo de Limites de 1916, sendo escolhido o leito da estrada de ferro que cortava a cidade como divisa entre Santa Catarina e Paraná.

O que chama a atenção neste levante é o fato de se tratar de uma insurreição ocorrida em abril de 1922, pouco mais de dois meses antes do Levante dos 18 do Forte, em 5 de julho do mesmo ano. Este episódio, no entanto, faz parte dos primeiros levantes programados para acontecer em 22 abril de 1922 em diferentes lugares do Brasil, concomitantemente, devido a insatisfação das oligarquias dissidentes e de muitos militares com a eleição de Bernardes. A historiografia militar registrou essas tentativas, como por exemplo, na publicação do cinquentenário da Revolução de 1930, no Paraná. Ao relatar a movimentação das forças revolucionárias paranaenses, Luiz Carlos Pereira Tourinho, registrou que

Esta rebelião, por certo, deveria estar entrosada com outras a eclodir em vários pontos do território nacional. Alguma coisa deve ter acontecido, porque o Forte de Copacabana, a Escola Militar de Realengo e a guarnição de Mato Grosso só se rebelaram no dia 5 de julho.<sup>438</sup>

Luiz Tourinho referiu-se ao Levante de Curitiba, chefiado pelo capitão Plínio Tourinho, seu pai, que revoltou o 5º Batalhão de Engenharia, tendo ao seu lado os tenentes Fernando Távora e Farias Júnior.<sup>439</sup> O plano da rebelião marcada para acontecer dia 22 de abril foi denunciado para a polícia e a movimentação nos demais territórios no Rio de Janeiro,

---

<sup>437</sup> Trata-se também de cópia do telegrama, assim reproduzido: “Commando da 2ª Companhia isolada em Porto União. 22/04/1922. Ilmo Sr. Capitão Antonio Bastos de Paes Leme. A diminuta força que comando não aceita a proposta que V. S. acaba de enviar-me, pois, como soldados somos obrigados a defender o Governo legalmente constituído. Lamento que um brioso official como é V. S. seja causador da morte e do derramamento de sangue de nossos irmãos. A minha força não atacará, ficando recolhida em seu Quartel aguardando os acontecimentos. Saude e Fraternidade (Assignado) capitão Octavio dos Reis Costa.”

<sup>438</sup> INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE (IHGEP). **Cinquentenário da revolução de trinta no Paraná**. 2. ed. rev. e ampl. Curitiba, 1980. p. 53. Depoimento semelhante registrou o General Higino de Barros Lemos. (Ibid., p. 216-217.).

<sup>439</sup> O General Plínio Tourinho era reconhecido no meio civil como professor da Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná, da qual foi um de seus fundadores e também diretor em diversos períodos. Na época em que era capitão, aos 41 anos de idade e com uma numerosa família, lecionava matemática para complementar a renda dos parcos vencimentos como oficial. Devido à sua popularidade entre os alunos não apenas de engenharia, acreditava-se na sua ampla influência, e, por isso, foi escolhido o comandante da rebelião. (Ibid., p. 53.).

São Paulo e Mato Grosso não vingou.<sup>440</sup> Não há menção à movimentação revolucionária em Santa Catarina, no entanto, o capitão Paes Leme foi citado em carta trocada entre Juarez Távora a Alfredo Simas Enéas, ambos oficiais do Exército.<sup>441</sup> A missiva tratava sobre o estado do corpo de oficiais com quem poderiam contar e com quem iriam fazer contato através de Joaquim Távora que, saindo de Curitiba e seguindo depois para o Contestado, faria ligação com o Paes Leme.<sup>442</sup> Esta carta não possui data, sendo provavelmente anterior a 1924, ano em que Joaquim já havia sido morto no Rio de Janeiro.<sup>443</sup> Porém, mesmo que não tenha sido trocada em 1922, é um indício de que Paes Leme permaneceu na região do ex-Contestado e foi um elo importante para os seguintes conflitos desencadeados em 1923 e 1924. Além desta carta, há poucas fontes sobre este levante ocorrido na fronteira entre Paraná e Santa Catarina, sendo o processo-crime instaurado sua principal fonte de informações.

Analisando a fonte judicial e cruzando com os dados encontrados na imprensa do período e a historiografia militar, é possível reconstruir o Levante de Abril 1922 dentro do contexto nacional e não apenas como um acontecimento local. É importante frisar que não se trata de comparar este episódio com o Levante do Forte, que foi duramente reprimido e teve grande apelo popular, entre outros aspectos, devido a força desproporcional de mais de dois mil soldados do Exército contra os 18 oficiais rebeldes.<sup>444</sup> No entanto, observa-se que os

---

<sup>440</sup> Segundo as memórias de Luiz Torurinho: “Em Curitiba, no dia 22 de abril somente uma bateria do 9º R.A.M. honrou o compromisso e o coronel que viera do Rio de Janeiro desapareceu na hora do perigo. A conspiração, disse Plínio Tourinho, sempre foi um dos problemas mais difíceis de preparação, porque o Brasil estava há muito subjugado por uma oligarquia disfarçada com o rótulo de democracia e que outro objetivo não tinha senão acabar com a vontade do povo. Mas o ambiente era propício e no seio da oficialidade reverberava a propaganda reacionária o que tornou possível da parte de Plínio Tourinho o apoio de 38 oficiais dos mais distintos da guarnição que assinaram um pacto de honra para levantar-se no dia 22.” (Ibid., p. 53.).

<sup>441</sup> Carta de Juarez Fernandes Távora, de local ignorado, para Alfredo Simas Enéas. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. APESP. Cartas da Revolução de 24 *apud* ARAGÃO, Isabel Lopez. **Da caserna ao cárcere: uma identidade militar-rebelde construída na adversidade, nas prisões (1922-1930)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.).

<sup>442</sup> Ibid., p. 172.

<sup>443</sup> Os irmãos Távora viajavam por todo o país em busca de adesões para a insurreição de 1924. Joaquim Távora foi responsável pelo levante do 17º batalhão de caçadores, sediado em Corumbá, Mato Grosso, em 1922. (ARAGÃO, Isabel Lopez. **Da caserna ao cárcere...** 2011. p. 171.).

<sup>444</sup> O Levante de 5 de julho foi marcado para iniciar na Escola Militar do Realengo, na madrugada de cinco de julho do mesmo ano e deveria acontecer em outros pontos concomitantemente, nas guarnições da vila militar, no Forte do Vigia e no 1º Batalhão de Engenharia. Em Niterói, articularam-se membros da Marinha e do Exército e no Mato Grosso, a 1ª Circunscrição Militar. Apenas os oficiais rebeldes no Forte de Copacabana resistiram isolados entre 5 e 7 de julho enquanto os outros levantes se desarticularam. Em Copacabana, 17 militares e um civil enfrentaram as tropas do governo estacionadas na praia. Estima-se que cerca de dois mil soldados legalistas combateram os dezoito rebeldes que após um tiroteio tombaram mortos e feridos. Entre eles, apenas dois militares sobreviveram, Eduardo Gomes e Siqueira Campos. (18 do Forte. *In*: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 2017. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos20/CrisePolitica/18Forte>. Acesso em: 20 dez. 2018.).

envolvidos no levante de abril de 1922 irão participar dos conflitos seguintes, como a Revolução de 1923 e o Levante de 1924 sendo, nesse sentido, um acontecimento privilegiado para analisar a atuação dos chefes locais que oscilava entre a neutralidade, a rebeldia e a conspiração. Estes aspectos eram parte das ações daqueles chefes que os levaram por diferentes caminhos, influenciando não apenas suas próprias vidas como também os rumos da política em âmbito local, estadual e nacional.

As informações técnicas da ação judicial são importantes para situar melhor este conflito. Primeiramente foi aberto o inquérito policial, instaurado em abril de 1922, na comarca de Porto União, em Santa Catarina. Um ano depois, em agosto de 1923, o procurador da República fez a denúncia ao juiz federal que a aceitou, passando a configurar um processo-crime sumário. Este processo tramitou entre 1923 e 1927, período em que se desencadearam a Revolução de 1923, o Levante de 1924 e a Coluna Prestes. Os efeitos destes conflitos implicaram no andamento da ação judicial. Em agosto de 1923, logo após ter apresentado a denúncia, o procurador advertiu ao juiz municipal que se manifestasse sobre a citação dos implicados, caso contrário promoveria a responsabilidade criminal daquela “duvidosa e desleixada autoridade.”<sup>445</sup> Entre 1923 e 1925, o juiz expôs que lutava para citar os implicados na sedição que residiam na sua maioria no estado do Paraná, em lugares incertos e até no exterior.<sup>446</sup> Além da dificuldade de citar os envolvidos, os agentes judiciários também não permaneciam no cargo de suas funções, sendo indicados para servir de escrivão o próprio delegado da comarca que dera início ao inquérito policial.<sup>447</sup> No final de 1923, o procurador informou o juiz sobre a dificuldade que a Justiça Federal passava para dar início ao processo de formação de culpa dos acusados, pois “acossados pela Procuradoria da República e por V. Exa os representantes da justiça local preferiram demitir-se a cumprirem com os seus deveres.”<sup>448</sup> Entretanto, o procurador sabia que os acusados eram pessoas de prestígio no município e o principal cabeça, Paes Leme, estava estendendo sua “esfera de ação anti-social” no Rio Grande do Sul.<sup>449</sup> Paes Leme havia passado para o lado das forças legais na Revolução de 1923, aspecto que não impediu que fosse expedido por intermédio do juiz federal rio-

---

<sup>445</sup> Processo do Levante de Abril de 1922. f. 68. O procurador federal era José Duarte.

<sup>446</sup> Ibid., f. 109.

<sup>447</sup> Ibid., f. 68. O delegado era Jacqueline Ferreira Ramos. A dificuldade de se conseguir um escrivão ad-hoc para servir na inquirição das testemunhas também era atribuída à gratuidade do cargo.

<sup>448</sup> Ibid., f. 81. Não há menção às autoridades específicas, mas o juiz da Comarca de Porto União era Henrique Richard, o juiz substituto, Belmiro Sampaio e seu suplente, Carlos Emilio Weyer. O delegado de polícia em exercício que instaurou o inquérito policial e virou o escrivão no processo-crime era Jacqueline Ferreira Ramos, e os outros dois escrivães que serviram ao processo eram Francisco de Paula Dias, possivelmente parente do influente fazendeiro Arthur de Paula, e Affonso Ligorio de Assis.

<sup>449</sup> Ibid.

grandense a sua prisão. Quanto à localização dos outros envolvidos, permaneceu incerta até o processo dar-se por encerrado.

No final de novembro de 1926, após sucessivas tentativas de efetuar a prisão dos indiciados, foi realizada a audiência de julgamento em Florianópolis, na ausência dos réus que deixaram o processo correr à revelia.<sup>450</sup> Apenas Paes Leme enviou de São Sebastião, no estado do Rio de Janeiro, uma procuração passando os direitos para o advogado Accacio Moreira para defendê-lo em quaisquer processos crimes. O advogado Fernando Machado Vieira<sup>451</sup> foi nomeado curador dos réus – Thomaz Ruas, Didio Augusto, Modesto Cordeiro e Germano Kunster –, conseguindo que todos fossem absolvidos.<sup>452</sup> O juiz manteve a condenação de Paes Leme, pelo crime de sedição, dando-se por encerrado o caso.<sup>453</sup> Após a audiência de julgamento, Paes Leme foi citado no estado de Goiás, onde estava residindo. Em 1º de junho de 1927, um telegrama assinado por Godofredo Cunha, informava que a Justiça do estado concedera ordem de habeas corpus a favor de Paes Leme. Nesse período Paes Leme era comandante da polícia goiana.

Ao contrário dos demais envolvidos, a trajetória do capitão Paes Leme foi bem documentada na fonte judicial. A partir dela surgem alguns questionamentos: como foi possível Paes Leme ter integrado as forças legalistas na Revolução de 1923, após rebelar-se contra o governo em 1922, incorporando-se, posteriormente, ao comando da polícia goiana? Primeiramente, é importante pontuar que a Revolução de 1923 é um processo político rio-grandense em que o poder local foi disputado por federalistas e republicanos. Os rebeldes de 23 poderiam ter apoio de gente do Paraná e Santa Catarina, pois muitos gaúchos se espalhavam nesse território. Mas nem todo rebelde de 23 era contra o governo federal. Conforme discutido no capítulo 1, os rebeldes consideravam a possibilidade de uma intervenção de Bernardes contra Borges de Medeiros, o que não ocorreu. Paes Leme era

<sup>450</sup> Foram expedidos os mandados de prisão e a audiência de julgamento foi realizada em 20/11/1926. Processo do Levante de Abril de 1922. f. 192-195, 201.

<sup>451</sup> Fernando Machado Vieira foi um professor e advogado catarinense. Foi um dos fundadores do Instituto Politécnico de Florianópolis, primeira escola de ensino superior criada na capital do estado de Santa Catarina, ao lado de personalidades influentes no meio político, como Arthur Boiteux, Nereu Ramos, entre outros. Durante implantação do Governo Provisório, em 1930, foi secretário da nova Diretoria e Conselho Econômico da Escola Politécnica. (CABRAL, Oswaldo Rodrigues. História de Santa Catarina. 2.ed. Rio de Janeiro, Laudes, 1970; FIORI, Neide de Almeida. Aspectos da evolução do ensino público. Florianópolis, EDEME, 1975.).

<sup>452</sup> Processo do Levante de Abril de 1922. f. 89.

<sup>453</sup> Ibid., f. 220-221. O capitão reformado foi condenado pelo art. 294 § 2º do Cód. Penal, grau médio, a 17 anos e seis meses de prisão simples, observados os antigos 66 § 3º, 409 e 41, por crime de sedição, por ser um oficial à frente de mais de 20 homens armados. É importante ressaltar que o Código em vigor era o Código Penal de 1891. No entanto, no início do século XX, o aparato jurídico brasileiro estava sendo remodelado para atender à demanda punitiva governamental com relação aos chamados crimes contra a segurança nacional, no qual se incluíam os crimes políticos, que ficaram a cargo da Justiça Federal. (SILVA, Angela Moreira Domingues da. **Histórico da Justiça Militar brasileira...** 2013.).

integrante da oligarquia dissidente em Goiás, família ligada a políticos influentes. Além dele, seu filho irá atuar na região do ex-Contestado e, de certa forma nos instiga a observar a atuação das outras chefias no ex-Contestado. Enquanto a fonte judicial nos informa dos paradeiros do capitão Paes Leme, as chefias no território de fronteira permanecem uma incógnita para as autoridades judiciais, sendo apenas possível acompanhá-las através do cruzamento entre as fontes encontradas sobre o tema. Por meio de informações extraídas de fontes judiciais, é possível analisar como se deu a negociação para findar o movimento sedicioso, as aproximações e distanciamentos entre os implicados e, principalmente, as motivações mais profundas deste Levante.

### 3.2.1 A negociação

O Levante de Abril de 1922 terminou em negociação entre o comandante da polícia catarinense, chefes locais e autoridades ligadas à criação do Estado das Missões.

Na tarde do dia 22, o comandante Costa Reis foi procurado pelo tenente Enneas Borges, primo de Fabrício Vieira, que lhe aconselhou a se render e a não sacrificar além de sua força a população das duas cidades, cujas famílias achavam-se alarmadas, “por quanto os revolucionários a noite seriam em número de mil homens e iam tomar de assalto a cidade e quartel.”<sup>454</sup> Igual conselho o comandante recebera de Angelo Contini aos quais respondeu que defenderia seu posto até o último cartucho.<sup>455</sup> À noite, foi procurado por Luiz e Maurílio Vieira, que mediarão uma conversa para cessar as hostilidades, a pedidos do coronel José Pompeu, vice-prefeito de União da Vitória. Os irmãos Fabrício Vieira estavam entre as pessoas de maior influência na cidade, tinham o título de capitães da Guarda Nacional. Maurílio fará parte da política institucional catarinense, tornando-se prefeito da cidade de Campos Novos. Sabendo da sua amizade com Paes Leme, Pompeu pediu que Maurílio intercedesse para cessar o ataque feito a polícia catarinense. Maurílio encontrou-se com Paes Leme na estação férrea e estimou haver um número superior a cem homens armados de winchester e Mauser.<sup>456</sup> Segundo Maurílio, tanto os revolucionários como o coronel Pompeu eram favoráveis ao término da luta devido ao pânico em que se achavam as famílias as quais grande parte estava abandonando a cidade.<sup>457</sup> Na casa do conselheiro municipal<sup>458</sup> foi realizada uma reunião entre o comandante, os revoltosos e os chefes locais, no qual ficou

---

<sup>454</sup> Processo do Levante de Abril de 1922. f. 10v.

<sup>455</sup> Ibid.

<sup>456</sup> Ibid., f. 35.

<sup>457</sup> Ibid., f. 11.

<sup>458</sup> Antônio Arruda era o presidente do Conselho Municipal de Porto União.

acordado cessar as hostilidades e não perseguir os cabeças do movimento – Paes Leme, Didio Augusto, Thomaz Ruas -, e que as forças sob o seu comando não atirariam sem serem provocadas. Porém, o comandante advertiu “que nenhuma garantia podia oferecer aos chefes revoltosos, por residirem em Estado vizinho, até onde não ia a sua jurisdição.”<sup>459</sup>

Essa ressalva por parte do comandante catarinense é importante, pois o ex-Contestado era uma região de avanço dos fazendeiros paranaenses, a exemplo do prefeito de União da Vitória e antigo oficial da Guarda Nacional, Amazonas de Araújo Marcondes. Na historiografia do Contestado diversas pesquisas apresentam informações acerca deste coronel, como a monografia de Gabriel Barboza, a mais recente e a mais completa delas. Em sua pesquisa, reuniu informações sobre Amazonas Marcondes e dos principais envolvidos na criação do Estado das Missões.

Segundo Barboza, Marcondes migrou da propriedade do pai em Palmas por volta de 1880, tornando-se proprietário da fazenda “Passo do Iguassu” na margem direita do Rio, em União da Vitória.<sup>460</sup> Antigo maragato, migrou para as proximidades da fronteira catarinense possivelmente para evitar perseguições políticas, pois foi acusado pelo Capitão Bormann, comandante das forças legalistas na Fronteira Militar de Palmas em 1894, de prometer apoio à coluna de Gumercindo Saraiva.<sup>461</sup> Nesse período, o coronel firmou contrato com o governo paranaense para desenvolver atividade de navegação fluvial nos rios Negros e Iguazu, transporte muito disputado pelos comerciantes devido ao escoamento da erva-mate e outros produtos.<sup>462</sup> Alinhado ao Partido Republicano, Marcondes foi prefeito de União da Vitória por quase 30 anos, exercendo o controle das eleições municipais e influenciando nas decisões estaduais,<sup>463</sup> atuando na versão clássica do coronelismo, segundo a acepção de Leal.<sup>464</sup> Em 1910, foi o representante de União da Vitória no comitê da criação do Estado das Missões, apoiado naquele período por diversos chefes locais e autoridades, entre elas, Affonso Camargo seu vice-prefeito que, em 1914, tornou-se governador do Paraná e advogado da *Lumber*.<sup>465</sup> Na guerra do Contestado, deixou de lado a resolução do conflito de limites, para não perder suas terras para os sertanejos e apoiou o exército colocando à sua disposição piquetes civis.<sup>466</sup> Conforme Barboza, Marcondes foi um “coronel de prestígio, poder político

<sup>459</sup> Processo do Levante de Abril de 1922. f. 11v.

<sup>460</sup> BARBOZA, Gabriel. **A resistência ao Acordo de Limites...** 2017. p. 26. Segundo Barboza, a fazenda “Passo do Iguassu” foi legitimada dez anos depois, em 1893, em meio à Revolução Federalista.

<sup>461</sup> *Ibid.*, p. 33.

<sup>462</sup> *Ibid.*, p. 26-27.

<sup>463</sup> *Ibid.*, p. 29.

<sup>464</sup> LEAL, Nunes. **Coronelismo, enxada e voto...** 2012.

<sup>465</sup> BARBOZA, Gabriel. **A resistência ao Acordo de Limites...** 2017. p. 49-51.

<sup>466</sup> *Ibid.*, p. 58.

e posses”<sup>467</sup>. Pode-se inferir que foi um convicto defensor da propriedade, pois não hesitou em apoiar as forças republicanas em prol da segurança das suas terras uma vez que anteriormente havia apoiado os federalistas do Rio Grande do Sul.

A historiografia do contestado registrou que juntamente com Amazonas Marcondes outros coronéis como Juca Pimpão, Domingos Soares, Cleto Silva, Arthur de Paula, Agostinho Ribeiro, Fabrício Vieira, Nicolau Bley e a família Pacheco, motivados pela mesma questão de terras, serviram ao Exército.<sup>468</sup> No contexto da Guerra do Contestado, Paulo Machado observou que Fabrício Vieira era ligado aos interesses do Paraná e desejava expandir-se para as terras contestadas no vale do Timbó.<sup>469</sup> O mesmo ocorria com o Coronel Arthur de Paula, proprietário da fazenda Santa Leocádia, na confluência entre os rios Paciência e Iguçu. Essa configuração, no entanto, altera-se com o Acordo de Limites de 1916. A fazenda Chapéu de Sol de Fabrício Vieira foi desapropriada e a localidade de Rio da Areia, onde ficava a propriedade de Marcondes, passara a integrar o território catarinense, aspecto que pode somar-se aos motivos pela retomada da emancipação do ex-Contestado.<sup>470</sup>

É importante destacar que tanto Marcondes como o seu vice, José Pompeu, residiam na cidade catarinense de Porto União. Em seu depoimento, Pompeu disse que estava ciente de que “o partido que obedecia a orientação do Dr. Nilo Peçanha pretendia fazer o movimento sedicioso em favor da sua causa política do qual se aliaria a um grupo que desejava autonomia e os bernardistas ficariam sob vigilância.”<sup>471</sup> As autoridades locais, portanto, sabiam que o movimento estava próximo a acontecer.<sup>472</sup> Isso fica evidente por ter sido na fazenda de Marcondes, em Rio da Areia, [“no lado paranaense”], que os implicados se reuniram antes do levante para acertarem os planos de ação e, posteriormente, buscar esconderijo e proteção.<sup>473</sup> Um dos envolvidos que buscou proteção foi Modesto Cordeiro, outro influente chefe local. A família Cordeiro aparece como “pioneira” na colonização de Três Barras, em 1850.<sup>474</sup> Em seu

<sup>467</sup> BARBOZA, Gabriel. **A resistência ao Acordo de Limites...** 2017. p. 58.

<sup>468</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado...** 2004. p. 137.

<sup>469</sup> Ibid.

<sup>470</sup> Rio da Areia é um afluente do Rio Iguçu e denominava mais de um lugar, sendo difícil precisar geograficamente. Mas, cruzando com a historiografia do Contestado, pode-se considerar que se trata da mesma localidade da propriedade de Amazonas Marcondes.

<sup>471</sup> Processo do Levante de Abril de 1922. f. 23v. Durante a tarde de 22, Pompeu foi avisado por Marcondes de que o tiroteio poderia travar-se perto da casa do depoente, aconselhando-o a mudar-se dali para sua casa.

<sup>472</sup> Ibid., f. 24v.

<sup>473</sup> Ibid., f. 24v; 36v; 40; 57v; 63-64.

<sup>474</sup> LIMA, Soeli Regina. **A trajetória do poder legislativo tresbarrense**. Canoinhas, SC: Graf-Set, 2010, p. 29-33. O Coronel João Pacheco dos Santos Lima firmou contrato com a família Cordeiro para mediação e exploração das terras. Essas terras, posteriormente foram adquiridas pela *Lumber* e depois de “falir” voltaram para o Ministério da Guerra. Segundo Soeli Regina Lima, a presença da *Lumber* no início do século XX garantia a prosperidade à população local, e o fato de ter retornado à categoria de Distrito teve maior impacto apenas com o fim das atividades da serraria, na década de 1950.

depoimento, Modesto Cordeiro alegou ter sido obrigado por Paes Leme a combater contra força catarinense ao qual o juiz, sabendo que o indiciado permanecera vários dias na casa de Marcondes, entendeu que se de fato estivesse coagido, teria fugido e não buscado proteção.<sup>475</sup>

Didio Augusto, outro cabeça do levante, foi o primeiro e único prefeito do município de Três Barras enquanto pertencia ao Estado do Paraná. Com a assinatura do Acordo de Limites em 1916, o recém criado município retornou à categoria de Distrito de Canoinhas, sob jurisdição catarinense.<sup>476</sup> Em 1917, fundou o periódico “Liberdade”, destinado a defender os operários da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* contra as arbitrariedades patronais.<sup>477</sup> O advogado e ex-prefeito de Três Barras foi representante dos interesses dos trabalhadores frente à companhia *Lumber*, na greve de 1919.<sup>478</sup> Junto com Thomaz Ruas, Didio Augusto dividia como empregado o escritório da firma Simão Ruas e Cia, administrado por seu irmão Marcelino Ruas. Ambos foram demitidos pelo envolvimento neste levante por telegrama enviado a outro irmão, João Ruas, e divulgado na imprensa paranaense. Segundo o depoimento de João Ruas, quando viajava de Clevelândia para Palmas, recebera telegrama de seu irmão Marcellino, informando que,

em virtude do Thomaz e Didio Augusto haverem abandonado sem prévio aviso a casa, metendo-se em questões estranhas a orientação da firma, não é possível consentir-mos aceitar-mos ou fazer parte nossa firma responsável por qualquer ato, que os mesmos pratiquem ou negócios que façam [ilegível] o abandono de sua casa comercial<sup>479</sup>

Thomaz Ruas confabulava dias antes do movimento com Paes Leme.<sup>480</sup> Segundo uma testemunha, as reuniões eram feitas na casa de Thomaz Ruas, no escritório do estabelecimento onde trabalhava Didio Augusto que, após o levante, segundo o juiz, foi esconder-se na casa de Marcondes.<sup>481</sup> Em sua defesa, Didio Augusto declarou não saber o motivo que o levou à demissão da firma Ruas e após os acontecimentos disse ter se afastado de União da Vitória para dar um passeio.<sup>482</sup> É possível que a demissão tenha sido uma estratégia usada por

<sup>475</sup> Processo Levante de Abril de 1922. p. 63.

<sup>476</sup> LIMA, Soeli Regina. **A trajetória do poder legislativo...** 2010. p. 29.

<sup>477</sup> Ibid., p. 31.

<sup>478</sup> THOMPOROSKI, A. **O pessoal da Lumber**: um estudo acerca dos trabalhadores da Southern Brazil Lumber and Colonization Company e sua atuação no planalto norte de Santa Catarina, 1910-1929. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. p. 163.

<sup>479</sup> O telegrama era procedente de Porto União e foi transmitido de Mangueirinha pelo guarda-livros da casa comercial. Ibid., f. 38.

<sup>480</sup> Ibid., f. 28. No depoimento de José Augusto Gomes é citado fazendo parte desse movimento, além dos cabeças Paes Leme, Didio Augusto, Modesto Cordeiro e Thomaz Ruas, Napoleão Castilhos.

<sup>481</sup> Ibid., f. 63. Thomaz Ruas era irmão de Marcelino e João Ruas, vaqueanos que integraram o piquete de Fabrício Vieira durante a Guerra do Contestado e, posteriormente, formaram a casa comercial de erva-mate atuando no Herval, em Santa Catarina, e em Mangueirinha, no Paraná.

<sup>482</sup> Processo Levante de Abril de 1922. f. 63v.

Marcellino para proteger o negócio da família e evitar perseguições, acenando com a legalidade política uma vez que Marcellino irá formar batalhão patriótico em 1924, conforme analisado no segundo capítulo. Porém, seu irmão Thomaz Ruas, permanecerá atuante junto as forças rebeldes na Revolução de 1923 e durante os acontecimentos de 1930.<sup>483</sup>

Estes sujeitos envolvidos na negociação para findar o Levante, conforme mencionado anteriormente, eram conhecidos na região como pessoas de prestígio e influência. Um aspecto em comum entre eles é a causa pela emancipação do ex-Contestado que, a partir de 1910, estava politicamente organizada. Amazonas Marcondes, que acobertou os indiciados, fez parte da Junta Governativa para a criação do Estado das Missões. Didio Augusto e Modesto Cordeiro eram também adeptos à causa da emancipação. Mas havia uma grande diferença de poder e influência entre eles. A propriedade “Passo do Iguassu”, de Amazonas Marcondes, servia de venda de lotes para imigrantes desde fins da década de 1890. Nos autos do processo, muitos imigrantes aparecem direta ou indiretamente envolvidos, em sua maioria integrantes do comitê pró-Nilo Peçanha em Porto União, apoiado por Marcondes.<sup>484</sup> Nesse sentido, é possível que a comercialização da terra, por parte deste coronel, fosse também um meio de estender a sua influência política.

Apesar das garantias acordadas no âmbito da negociação, o tráfego ferroviário foi restabelecido apenas dois dias depois, em 24 de abril, chegando nesta tarde uma companhia do 15º de caçadores e uma força de polícia paranaense. O capitão Costa Reis salientou que “a força de seu comando portou-se com bravura apesar de ser composta de 25 praças, na maioria recruta.”<sup>485</sup> Entre os soldados da companhia 15º batalhão catarinense enviado para estabelecer a ordem, estava um oficial do Exército, Tenente França Gomes, outro ex-combatente do Exército na Guerra do Contestado, que após os acontecimentos, encontrou-se com os revoltosos em Rio da Areia, na propriedade de Amazonas Marcondes, levando o juiz a desconfiar das intenções daquele oficial.

O levante terminou através da mediação dos influentes chefes locais, com os revoltosos e a polícia. Nos depoimentos percebe-se ainda que havia um tipo de perseguição aos membros do comitê pro-Nilo Peçanha e uma oposição entre as polícias catarinense e paranaense em relação às chefias locais que estavam se aliando à dissidência. Com isso, observa-se na fronteira entre Paraná e Santa Catarina uma profunda instabilidade política que

---

<sup>483</sup> INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE (IHGEP). Cinquentenário da revolução de trinta no Paraná. 1980. p. 45.

<sup>484</sup> O capitão Paes Leme enviara telegramas para o Rio de Janeiro, ao jornal Correio da Manhã e aos moradores que haviam tomado parte na campanha pró-Nilo Peçanha, informando-os que a cidade estava sitiada e pedindo que trouxessem armamentos. Esses eram em sua maioria imigrantes, entre eles José Roguski.

<sup>485</sup> Processo do Levante de Abril de 1922. f. 12.

fará frente aos governos constituídos, encobrendo-se na atuação de um oficial reformado do Rio de Janeiro e atribuindo-lhe a responsabilidade pelo Levante, conforme veremos no subcapítulo seguinte.

### 3.2.2 Os fins do movimento

Antônio Bastos Paes Leme, reformado, partiu do Rio de Janeiro com a missão especial, dada pela Reação Republicana chefiada pelo ex-presidente da República Dr. Nilo Peçanha de conseguir um movimento revolucionário no ex-contestado, de modo a dar incremento aquele partido na referida zona; e em lá chegando principiou logo o seu trabalho de propaganda, dando como pretexto proclamar autonomia e a independência. Dessa mesma zona; e, dando isso é verdade que, dentro de pouco tempo captou a simpatia de grande parte da população de União da Vitória e Porto União, operando ao seu lado como chefe e os auxiliares os indiciados Thomaz Ruas, Didio Augusto, Modesto Cordeiro e Germano Kunster que dirigiam grupos armados em número de mais de 50 pessoas.<sup>486</sup>

Em 1926, contando com uma portaria estadual que custeava o transporte de testemunhas, foram depor na capital catarinense o prefeito de Porto União, Hermenegildo Marcondes e Eusébio Corrêa de Oliveira, funcionário federal na mesma cidade.<sup>487</sup> Hermenegildo assegurou ser Paes Leme o único responsável pelo movimento, cujo fim era exclusivamente político. Quanto aos outros denunciados, o fim “era ainda a realização da velha pendência de limites já decidida.”<sup>488</sup> Da mesma forma, Eusébio declarou que o intuito do grupo era “proclamar autonomia dos contestados, aproveitando-se do movimento revolucionário que deveria surgir no Rio de Janeiro sob a chefia do senador Nilo Peçanha.”<sup>489</sup> Após o depoimento das testemunhas, o juiz estadual, Henrique Lessa, deu vistas ao processo concluindo, conforme a citação acima, que o Levante de Abril de 1922 unia os dois objetivos nacional e local<sup>490</sup> e em seguida mandou expedir os mandados de prisão para os acusados.<sup>491</sup>

É importante ressaltar que esta ação judicial perdurou por cinco anos e correu à revelia dos réus, exceto do capitão Paes Leme. Diante do esforço de levar as testemunhas até à

<sup>486</sup> INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE (IHGEP). Cinquentenário da Revolução de trinta no Paraná. 1980. f. 184v.

<sup>487</sup> No início de fevereiro de 1926, as testemunhas tiveram as passagens de trem pagas pelo governo do estado no trecho entre Porto União até São Francisco e de São Francisco até a capital. Processo do Levante de Abril de 1922. f. 177.

<sup>488</sup> Processo do Levante de Abril de 1922. f. 179.

<sup>489</sup> Ibid., f. 181-182. Já em 1922, no relatório do delegado que serviu posteriormente como escrivão no processo-crime na Comarca de Porto União, relatou que Paes Leme premeditara o movimento orientado pelos dirigentes do Partido pró-candidatura de Nilo Peçanha para “fazer estourar na região do ex-contestado o movimento revolucionário que seria feito de concerto com outros que arrebentariam na capital do país e em diversos lugares, para levar a presidência da República aquele político” e, para que o movimento ganhasse o maior número possível de adeptos, “seu objetivo era também fazer um estado autônomo da região do ex-contestado, explorando os ódios e descontentos, que esperavam apenas um pretexto para explodir.” (Ibid., f. 61v-62v.).

<sup>490</sup> Ibid., f. 184v-191v.

<sup>491</sup> Ibid., f. 192v-195.

capital, é possível que a insistência por parte das autoridades judiciárias em dar seguimento à formação de culpa não se restringisse apenas ao cumprimento jurídico, mas abarcasse outros objetivos, como por exemplo, informação direta sobre a situação da fronteira para a capital. Entre 1924 e 1927 ocorreram outros conflitos nacionais que movimentaram as forças civis e militares no ex-Contestado, preocupando as autoridades locais e estaduais.

A tentativa de emancipação do território aliada à Reação Republicana pró-Nilo Peçanha levada ao contexto geral contribui para marcar um levante com objetivos audaciosos na constância dos combates realizados pelos militares insurrectos, entre 1922 e 1930, que marcaram o período que ficou conhecido como Tenentismo. A Reação Republicana encabeçada por Paes Leme no ex-Contestado não vingou, o levante foi negociado, e os chefes locais, muitos dos quais antigos combatentes da Campanha do Contestado, não admitiram o envolvimento. Mas o levante não deve ser desconsiderado devido ao seu fracasso.

A historiografia militar considera que os levantes de 5 de julho, especialmente o Levante dos 18 do Forte, usado como marco inicial do tenentismo, era ainda mal organizado e tinha um objetivo circunscrito de destituir somente o civil eleito para o Clube Militar.<sup>492</sup> Ao contrário, no Levante de abril de 1922, tentou-se estourar o movimento a partir da junção dos anseios em derrubar o governo constituído com a latente vontade de emancipação do território ex-Contestado que reunia coronéis de diferentes vertentes políticas. Foi, portanto, um levante com objetivos pretenciosos, declarando a insatisfação com os rumos da política nacional aliado ao problema local de fronteiras. Por isso, seria de suma importância incluir na historiografia do tenentismo o Levante de abril 1922, iniciado no ex-Contestado. Sua peculiaridade consiste no fato de ter-se desenrolado em uma região com uma longa história de disputa de fronteiras que se recuperava de uma guerra de quatro anos, que marcou uma experiência frustrante das forças do Exército no combate contra os sertanejos rebelados, não fosse o apoio dos coronéis locais para vencer a guerra.

Além de situar este levante no contexto do movimento tenentista, este episódio ajuda a mapear a circulação das chefias locais e nacionais. No entanto, nos conflitos seguintes, principalmente a Revolução de 1923 e o Levante de 1924, observa-se que o levante de abril de 1922 marca reencontros no terreno fronteiro e negociações em torno da dissidência política que se aprofunda nos anos seguintes. Antes, porém de analisarmos os próximos conflitos no contexto da fronteira, há uma questão a ser discutida. Considerando que os

---

<sup>492</sup> TÁVORA, Juarez. **À Guisa de Depoimento...** Tanto os memorialistas como a historiografia militar posterior têm um consenso em relação aos objetivos que motivaram os levantes de 5 de julho e sobre sua frágil organização.

envolvidos no Levante de abril de 1922 eram pessoas de prestígio e poder, contando com um grande número de homens armados, porque o movimento foi negociado? Os antecedentes políticos do Levante, em nível nacional e estadual que serão analisados no subitem seguinte permitem melhor compreender esta questão.

### 3.2.3 Antecedentes

A notícia publicada no Correio da Manhã, em 25 de abril de 1922, jornal de oposição do Rio de Janeiro e de ampla circulação, apresenta um número muito superior dos envolvidos e da sua área de atuação, explicitando a motivação política estadual, aspecto inexistente nos autos do processo instaurado. No trecho da notícia sobre a agitação política no Sul, o movimento foi assim narrado:

Deste modo, na madrugada de 21 do corrente, formavam-se efficientes grupos de homens bem armados e bem municados, investindo contra a força de policia, que guarnecia Herval. Os primeiros movimentos desta foram de resistencia, mas depois, vencida, confraternizou com os revoltosos, ajudando-os a apossar-se do municipio. Com essa adhesão, já os revolucionarios haviam attingido um numero superior a tres mil e, desenvolvendo sua acção, já se apossaram até agora, ao que dizem as informações a que alludimos, de seis municipios catharinenses, tendo recebido sempre novas adhesões que mais confirmam o desprestigio do governo catharinense. Os revolucionarios, que não são bandoleiros nem aventureiros, mas fortes elementos opposicionistas ao sr. Hercilio Luz, marcham sob o commando de um official reformado do Exercito, o tenente Paes Leme, profundo conhecedor da região.<sup>493</sup>

Segundo este jornal, o movimento teria iniciado em Herval, através da junção das forças rebeldes com as forças legais que, após vencidas, teriam aderido ao movimento comandado por Paes Leme. A fonte judicial nos informa que na noite do dia 21 e madrugada do dia 22 foram atacados os quartéis de União da Vitória e Porto União. Portanto, não seria impossível o movimento ter iniciado em Herval e de lá ter se estendido até fronteira com o Paraná. O trecho da estação de Marcelino Ramos (na divisa do RS com SC) até Herval distava aproximadamente 80 km e levava 3 horas pela ferrovia.<sup>494</sup> Da estação Herval até Porto União (na divisa de SC com o PR), o trecho era praticamente o dobro da distância, possivelmente podendo ser percorrido em aproximadamente 6 horas. Apesar de não sabermos maiores detalhes sobre a movimentação daqueles homens, a presença da ferrovia somada a informação do jornal sugere ser o movimento maior do que a fonte judicial nos apresenta. Além disso, o número com o qual contavam os insurgentes, segundo os depoimentos nos autos do processo, era significativamente maior que a força policial empregada. Em relação ao grupo a frente do

<sup>493</sup> Correio da Manhã, 25/04/1922. Ano XXI, n. 8.452, col. 8, p. 2. Rio de Janeiro.

<sup>494</sup> A Federação, 25/08/1917. Ano XXXIV, n. 198, p. 8, col.1. Porto Alegre.

levante, as testemunhas estimavam ser entre 50 e 100 homens sendo que em diversos depoimentos é mencionado que o grupo teria o apoio de seiscentos a mil homens.<sup>495</sup>

O fato da imprensa apresentar um número significativamente superior ao citado nos autos, de três mil homens, pode se tratar de um exagero para favorecer os opositores.<sup>496</sup> No entanto, mesmo em se tratando de um número inflado, o fato de mencionar Herval, aumenta o raio de ação das forças que apoiariam o Levante na fronteira com o Paraná. Segundo a notícia “a numerosa força de polícia mantida em Herval, perto de União da Vitória”, era destinada a “contrabalancear os elementos de que ali e em toda a região dispõe de opositores, de que é chefe no Estado o senador Vidal Ramos”.<sup>497</sup> Herval denominava diferentes lugares desde o Rio Grande do Sul até o Paraná, sinalizando áreas de predominância de erva-mate. Neste caso, trata-se da estação Herval da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, para onde seguiam os contingentes de soldados enviados pelo estado e, de lá, seguiam via ferrovia para outros pontos.

Em relação ao destaque dado pela notícia à dissidência no estado catarinense, esta tinha à frente Vidal José de Oliveira Ramos, chefe político de grande influência no planalto catarinense. Ex-governador por duas vezes e senador, fundou juntamente com seu filho Nereu Ramos a Reação Republicana em Santa Catarina.<sup>498</sup> Segundo Lenzi, o movimento da Reação Republicana era mais uma coligação de lideranças estaduais do que de agremiações partidárias.<sup>499</sup> Em Santa Catarina, a dissidência no interior do Partido Republicano Catarinense caracterizou-se pela oposição entre a oligarquia Ramos e os políticos majoritariamente do litoral Hercílio Luz, Adolpho Konder, Otacílio Costa e Caetano Costa que apoiavam Artur Bernardes. Em janeiro de 1922, Hercílio Luz afastava-se do governo para fazer sua campanha para o novo período governamental aliado à candidatura de Bernardes. Nereu Ramos atuava como advogado da Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e junto com seu pai entraram em desvantagem política.<sup>500</sup> Com a vitória de Bernardes

<sup>495</sup> A informação é repetida em diversos depoimentos em que as testemunhas ouviram dizer ou sabiam que Paes Leme contaria com este número de homens. Processo do Levante de Abril de 1922, fl 10-10v/18v/30/

<sup>496</sup> Os depoentes também poderiam estar mexendo nos números, para baixo, para diminuir a gravidade do movimento registrado no processo.

<sup>497</sup> Correio da Manhã, 22/04/1922. Rio de Janeiro. Ano XXI, n. 8.452, col. 8, p. 2.

<sup>498</sup> LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Lunardelli, 1983.p. 89.

<sup>499</sup> Ibid., p. 89.

<sup>500</sup> Nereu de Oliveira Ramos era natural de Lages, nascido em 3/9/1888. Formado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, desde 1910, atuava como advogado em todas as comarcas da serra catarinense. A distinta educação não lhe afastava dos conflitos pessoais chegando certa vez, em 1924, a disparar um tiro num sujeito em uma briga de bar, segundo foi noticiado no jornal O Município de Campos Novos. Foi deputado estadual (1930-1932) e federal (1934), governador do Estado (1935-1937), interventor do Estado de Santa Catarina (1937-1945). Fundou o Partido Social Democrático (1945), foi senador (1946-1951), vice-

e de Hercílio Luz, o desgaste do PRC aumentou ainda mais criando uma fissura na política lageana entre as oligarquias Ramos e Costa.<sup>501</sup> Essa divisão trazia consigo o apoio de outras autoridades eleitas para o Congresso representativo, entre elas Henrique Rupp Junior e Francisco Alves Fagundes, de Campos Novos. Por fora da política institucional, mas não menos importante, aliavam-se as chefias que dispunham de prestígio, poder bélico e de arregimentação. Entre elas, estava o coronel Fabrício Vieira, mencionado como “amigo da causa da independência” no levante de 1917 e uma breve menção no Levante de Abril de 1922.

O início dos anos 1920 foi um período de intensa alternância de poder, devido as condições de saúde do governador Hercílio Luz que assumiu o governo em setembro de 1922, governando até fevereiro de 1923, quando foi substituído por seu vice, Pereira e Oliveira, administrando até junho, ocasião em que Hercílio Luz retorna permanecendo até maio de 1924, ano em que veio a falecer.<sup>502</sup> Além da condição do país que desde o governo de Epitácio Pessoa passava por constantes estados de sítio, o que se agravou durante o governo Bernardes (1922 a 1926), a circunstância estadual tornava ainda mais instável a política institucional catarinense cujos rumos não estavam estabelecidos. É nesse contexto que observamos uma mudança na atuação de Fabrício Vieira e, por meio de seus filhos, os novos arranjos na política catarinense.

### 3.2.4 A denúncia

Assim como no Levante de 1917, a participação de Fabrício Vieira no Levante de abril de 1922, evidencia-se indiretamente pela participação de seus filhos, Luiz e Maurílio Vieira. Como se estabeleceram os contatos, qual o objetivo declarado do movimento e como se deu o envolvimento de Fabrício Vieira? Estas são algumas questões que ao serem exploradas permitem analisar este levante relacionando-o com os conflitos seguintes ocorridos no estado catarinense.

O capitão Paes Leme reunira-se com Manuel Tavares de Lacerda, presidente do comitê Nilo Peçanha, em União da Vitória, dias antes do levante, propondo-lhe juntar-se ao

---

presidente da República (1946-1950), Presidente da Câmara dos Deputados (1951-1954), voltou ao senado (1955-1958) e como presidente do senado assumiu a Presidência da República por um curto período (11-11-1955 a 31-1-1956). O último cargo que ocupou foi como Ministro da Justiça (1956-1957) um ano antes do seu falecimento, em desastre aéreo em Curitiba, em 1958. (PIAZZA, Walter (org.). **Dicionário Político Catarinense**. Florianópolis: Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994. p. 474.).

<sup>501</sup> LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. 1983. p. 374

<sup>502</sup> *Ibid.*, p. 374.

movimento revolucionário, mas sem lhe declarar os objetivos.<sup>503</sup> Manuel Lacerda, que era adepto a causa da emancipação, respondeu-lhe que não tomaria parte, o que nos leva a acreditar que um movimento somente em prol da reação não lhe convencia. Porém, devido a boatos de que o coronel Fabrício Vieira estaria envolvido e encontrava-se nas mediações da cidade, seguiu ao seu encontro junto com outros camaradas e um menino chamado Negrinho Fabrício. Segundo Lacerda, nesta conversa o coronel Fabrício declarou que não tomaria parte, tanto que pediu ao depoente para aconselhar seus filhos, Luiz e Maurílio a não se envolverem.<sup>504</sup> Depois desta conversa, Lacerda disse perder qualquer apreensão a respeito do movimento. Manuel Vicente dos Santos, que guarneceu os bancos junto com outras praças, aproveitou-se de ter servido ao lado do oficial Paes Leme na campanha do Contestado e, durante o Levante, pediu-lhe pessoalmente para cessar fogo.<sup>505</sup> Para ele e outras testemunhas, Paes Leme declarou que estava ali atacando a fronteira Catarinense para tomar Porto União, que seria a capital do novo Estado. Dias antes, o balseiro do Rio Vermelho vira passar Modesto Cordeiro acompanhado de outros homens, um deles “tratado por capitão que vestia fardamento kaki, armado de espada e carabina.”<sup>506</sup> O Rio Vermelho ficava próximo à margem direita do Iguçu, no lado paranaense, onde, no dia do tiroteio, o mesmo balseiro, deu passagem ao coronel Fabrício que ia acompanhado de cinco homens armados de Winchester. Para o balseiro, o grande tiroteio ocorrido foi uma revolução feita para atacar os policiais do Paraná e Santa Catarina promovido pelo Capitão Paes Leme à frente de um bando armado formado por elementos entre os quais não incluiu Fabrício Vieira.<sup>507</sup>

O objetivo da emancipação foi também declarado a Maurílio Fabrício, cujo depoimento é fundamental para entender o insucesso do Levante. Maurílio, que era filiado ao partido político pró-candidatura de Nilo Peçanha, em Porto União, sabia que o movimento era esperado, embora considerasse que poucos tivessem aderido.<sup>508</sup> Em seu depoimento, contou ter explicado a Paes Leme que o capitão não tomaria a cidade por mais um dia ou dois e propôs-lhe fazer um acordo com o comandante Octávio Costa, abordado anteriormente.<sup>509</sup>

---

<sup>503</sup> Depoimento de Manoel Tavares, f. 17-18. A informação se repete nos depoimentos de José Pompeu e José Augusto Gomes.

<sup>504</sup> Processo do Levante de Abril de 1922. f. 18.

<sup>505</sup> *Ibid.*, f. 43.

<sup>506</sup> *Ibid.*, f. 18v.

<sup>507</sup> *Ibid.*, f. 19v. Os mesmos nomes se repetem: Didio Augusto, Modesto Cordeiro, Germano Kunster, além de Juquinha Mattozo e Olinto de La Barba, este último, morto no tiroteio.

<sup>508</sup> *Ibid.*, f. 34.

<sup>509</sup> *Ibid.*, f. 35v. Maurílio declarou ter sido chamado pelo Coronel Pompeu, que, sabendo da sua amizade com Paes Leme, pediu que intercedesse para cessar o ataque feito a polícia catarinense. Maurílio encontrou-se com Paes Leme na estação férrea e estimou haver um número superior a cem homens armados de winchester e Mauzer.

Segundo Maurílio, dois meses antes, em Porto União, Paes Leme dissera-lhe que pretendia fazer um movimento e proclamar a autonomia do ex-Contestado, pois contava com o apoio político de um número de congressistas federais, suficiente para o reconhecimento do novo estado.<sup>510</sup> Maurílio não acreditou nessa possibilidade e declarou estar certo de que falharia, sem dúvida alguma. Além de não acreditar no apoio à causa da emancipação, Maurílio comunicou o fato ao tenente Lopes Vieira, da força pública catarinense, o qual repassou a informação ao governo do Estado.<sup>511</sup> Portanto, Maurílio colocou a polícia a par do Levante de abril de 1922 e possivelmente isso explica o envolvimento reticente dos chefes locais como também a negociação para fundar o movimento.<sup>512</sup>

Essa era uma preocupação e empecilho constantes por parte dos oficiais nos levantes da década de 1920, o conhecimento dos seus planos por parte da polícia. Nesse sentido, este Levante se aproxima do que ocorreu em Curitiba, no mesmo dia, porém, diferencia-se dos levantes tenentistas seguintes, especialmente o Levante de 1924 onde a conspiração foi usada como arma pelos oficiais, ajudando no encorpamento do movimento. Antes disso, a guerra civil de 1923, em meio aos combates deflagrados em diversos pontos no Rio Grande do Sul, evidencia a participação de antigos chefes que outrora lutaram em lados opostos, sendo mais uma vez constate a participação do coronel Fabrício Vieira.

O Levante de abril de 1922, possui elementos importantes para a análise do contexto nacional reduzindo a distância que a historiografia construiu entre a fronteira sul e o centro político do país. Ocorrido um mês antes da Revolta dos 18 do Forte, no Rio de Janeiro, o levante encabeçado pelo Capitão Antônio Bastos Paes Leme junto aos chefes locais do Paraná e Santa Catarina, unia o descontentamento com a vitória de Bernardes com a motivação local pela emancipação do ex-Contestado.

É importante enfatizar que esse episódio fez parte dos primeiros levantes estrategicamente organizados para acontecer em abril de 1922. Os mesmos se dariam concomitantemente, em diferentes lugares do Brasil, devido a insatisfação política, no qual o Levante dos 18 do Forte tardou a acontecer. Apesar dessas constatações, o Rio de Janeiro

---

<sup>510</sup> Processo do Levante de Abril de 1922. f. 36-36v.

<sup>511</sup> Pedro Lopes Vieira nasceu em Alagoas, em 9/7/1889. Em 1920, após servir o Exército, foi incorporado à Força Policial de Santa Catarina como 2º Sargento, graduado em 2º Tenente, onde alcançou o coronelato. Entre 1925 e 1930 comandou a Força Pública Catarinense. Foi demitido e excluído da corporação em fins de 1930 e reintegrado em 1933, quando foi reformado administrativamente. Foi prefeito municipal de Florianópolis, filiado ao Partido Social Democrático (PSD), deputado à Assembleia Legislativa Estadual, em 1947 e à 1ª legislatura, entre 1947 e 1950. Faleceu em Florianópolis, em 30/08/1959. (PIAZZA, Walter (org.). **Dicionário Político Catarinense**. 1994. p. 594.)

<sup>512</sup> Há necessidade de se relativizar estes depoimentos, pois ocorrem depois do movimento derrotado, e os depoentes desenvolvem estratégias discursivas para escapar de condenações ou as diminuir.

ainda é considerado pela historiografia como o foco a partir do qual se desencadearam as revoltas tenentistas da década de 1920.

### 3.3 FABRÍCIO VIEIRA E A REVOLUÇÃO DE 1923

No decorrer de 1923, a imprensa governista dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina publicou constantemente notícias sobre a guerra civil que perdurou por 8 meses de sangrentos combates entre as forças borgistas e os oposicionistas. O jornal *A Federação*, periódico borgista, do Rio Grande do Sul, publicou em detalhes o movimento das forças inimigas e seus principais chefes, destacando repetidamente as vantagens das forças legais sobre as forças rebeldes. Assim como os jornais catarinenses *República* e *O Dia*, o jornal rio-grandense associava as atividades dos chefes oposicionistas ao bandoleirismo enquanto a atuação dos chefes borgistas republicanos, ao patriotismo. Além de apresentar maiores detalhes da movimentação das tropas e dos chefes civis-militares, destacando a atuação de Fabrício Vieira, algumas vezes *A Federação* chegava a contradizer-se em relação à vantagem numérica dos oposicionistas.<sup>513</sup>

Na Revolução de 1923, Fabrício Vieira foi convocado pelo General Felipe Portinho que lhe dera a missão de tomar a cidade de Bom Jesus, no planalto nordeste do Rio Grande do Sul.<sup>514</sup> O encontro foi em Vacaria e o coronel Fabrício encarregado de invadir o Rio Grande do Sul pela fronteira catarinense.<sup>515</sup>

Em março de 1923, *A Federação* noticiou que as forças de Portinho não contavam com mais de 800 homens sendo que as forças dos chefes Fabrício Vieira e Fidêncio Melo seguiram rumo a Lagoa Vermelha com aproximadamente 400 homens.<sup>516</sup> No início de maio, reproduziu um telegrama do comandante das tropas legais da Brigada provisória no nordeste, Firmino Paim Filho, acusando as forças rebeldes de serem compostas por “fanáticos laboriosamente recrutados nas malocas do ex-Contestado.”<sup>517</sup> O telegrama anunciava que Felipe Portinho estava “insulado num trecho de floresta, de difícil acesso das forças do Estado”, as tropas rebeldes foram batidas em Erebango, em Erechim, no noroeste do estado gaúcho e, depois internaram-se ainda mais no mato esperando para agir novamente com o auxílio de Fabrício Vieira, que deveria invadir o Estado pelo município de Bom Jesus, do lado

---

<sup>513</sup> *A Federação*.

<sup>514</sup> UBALDO, Edson Nelson. *Entrevista*. 2017.

<sup>515</sup> *Ibid.*

<sup>516</sup> *A Federação*, 19/03/1923. Ano XL, n. 65, p. 3, col. 2. Porto Alegre.

<sup>517</sup> *A Federação*, 14/05/1923. Ano XL, n. 111. capa, p. 1, col. 1-3. Porto Alegre.

nordeste. Conforme o noticiário, sucedeu que o bando de Fabrício Vieira atacou a vila de Bom Jesus que estava desguarnecida, apoderando-se do material bélico do tiro de Guerra local e comprando com os “vales da Junta Suprema”, “em cinco casas comerciais, cerca de quatro contos.”<sup>518</sup> Foram acusados de prática de pilhagem e de arrebanhar animais para o estado de Santa Catarina. O jornal ressaltava que as autoridades legais organizadas em um pequeno piquete 200 mais ou menos, tiroteavam os adversários, que voltaram em direção aos rios Pelotas e Cerquinha, transpondo novamente a divisa com Santa Catarina.

Na divisa catarinense, entre os rios Touro e Pelotas, travou-se outro combate entre as forças sob o comando do tenente coronel Emílio Carneiro Borges e as forças de Fabrício Vieira durante cerca de 3 horas de intenso fogo de parte a parte ao final da qual as forças rebeldes saíram em debandada.<sup>519</sup> O bando de Fabrício Vieira foi obrigado a transpor o Pelotas, deixando em poder dos adversários, cerca de sessenta animais, entre os quais dois encilhados. Segundo o tenente-coronel, o bando sofreu 20 baixas, sendo 18 mortos e 2 gravemente feridos, entre os mortos, um filho de Fabrício Vieira, cujo nome não foi mencionado. Do outro lado, as tropas tiveram 3 praças feridas levemente.<sup>520</sup>

Em meados de maio, as forças rebeldes de Portinho e Leonel Rocha isolavam-se nas matas do norte do Rio Grande do Sul, enquanto nos campos de Dom Pedrito, outros chefes eram derrotados, entre eles, o antigo maragato, Adão Latorre, enquanto outros refugiaram-se no Uruguai.<sup>521</sup>

A partir dessas informações, pode-se constatar que Fabrício Vieira que vinha de longa atuação ao lado das forças governistas, atuava, a partir de 1923, ao lado de antigos maragatos enfrentando a retaliação dos chefes republicanos-situacionistas no ex-Contestado. Este aspecto pode ser percebido durante o mês de julho, quando a Federação noticiou que o portador foi de Campo Belo até Campos Novos buscar recursos médicos para socorrer 15 assistidas em grave estado, o qual foi intimado junto com “elementos que compõe a gente de Fabrício Vieira” a deixarem o município, dentro de 24 horas uma vez que continuavam acampados na costa do Rio Pelotas.<sup>522</sup> Segundo esta notícia, Fabrício Vieira declarou, na mesma vila, que essa ordem era “para inglês ver.” Após os insucessos de Bom Jesus, o plano era entrar no Rio Grande do Sul pelo município de Vacaria, e em seguida, outra força restante passaria pelo ‘Passo Barracão’ protegida pelos primeiros. Em meio a movimentação das

<sup>518</sup> A Federação, 16/05/1923. Ano XL, n.113. p. 4. Col. 3-4. Porto Alegre.

<sup>519</sup> A Federação, 04/07/1923. Ano XL, n.155. p. 4. Col. 1. Porto Alegre.

<sup>520</sup> Ibid. A informação está contida no telegrama enviado pelo comandante das forças legais em 12 de maio de 1923, reproduzida pelo jornal.

<sup>521</sup> A Federação, 28/05/1923. Ano XL, n.123. Capa. Col. 1-2. Porto Alegre.

<sup>522</sup> A Federação, 25/07/1923. Ano XL, n.172. Capa. Col. 6. Porto Alegre.

forças rebeldes, A Federação reproduziu a notícia de Campos Novos intitulada “Fabrício não quer mais...” informando que o bandoleiro embarcava na estação Herval com destino ao Sul, para conferenciar com Portinho e, em conversa informal, havia declarado estar doente e que iria se tratar.<sup>523</sup> Fabrício Vieira lutava contra a diabetes, segundo nos informou o seu neto, e por isso é possível que tenha se afastado para se tratar.<sup>524</sup> Porém, isto não o deixava fora das notícias da imprensa, quando, poucos dias depois, A Federação publicou um protesto do intendente de Vacaria dirigido ao governador catarinense Hercílio Luz, acusando-o de permitir “ostensiva concentração de forças revolucionárias aliados por Linorio Antônio Rodrigues e capitaneadas pelos bandoleiros Fabrício Vieira e Demétrio Ramos<sup>525</sup> em Campo Belo, no município de Lajes” e,

[...] mandando dissolver pela força Pública, um grupo de dignos riograndense sob a direção de Eliziario Paim Filho, os quais vinham combater, em defesa da legalidade, ao lado do sobrinho daquele, Firmino Paim Filho, comandante da Brigada do Nordeste.”<sup>526</sup>

Esse protesto leva a questionar a situação política estadual catarinense que, nesse período, é vista a partir de uma cisão, no qual Hercílio Luz apoiava Bernardes enquanto Vidal Ramos apoiava a Reação Republicana. De maneira geral, o movimento das oligarquias apresenta-se assim organizado e em oposição. Porém, por meio deste conflito e pela atuação de Fabrício Vieira, percebe-se a conivência por parte do governo estadual com a oposição tachada de bandoleira da qual o estado buscava se distanciar.

As notícias sobre os confrontos que envolveram a participação das forças de Fabrício Vieira perduraram além do fim da guerra civil e o Acordo de Pedras Altas. Em janeiro de 1924, o periódico A Federação noticiou a construção de um monumento em forma de cruzeiro em homenagem as forças legais que tomaram no Combate de Quatro Irmãos, ocorrida em 13 de setembro, que resultou em 150 mortos. No monumento constou a seguinte inscrição:

Homenagem do commandante, officiaes e praças do 1º corpo da Brigada Norte, à memoria sempre querida dos seus heroicos companheiros que aqui tomaram mortos no sangrento combate travado entre as forças legaes sob o commando do

<sup>523</sup> A Federação, 07/07/1923. Ano XL, n.158. p. 2. Col. 5. Porto Alegre.

<sup>524</sup> UBALDO, Edson Nelson. **Entrevista**. 2017.

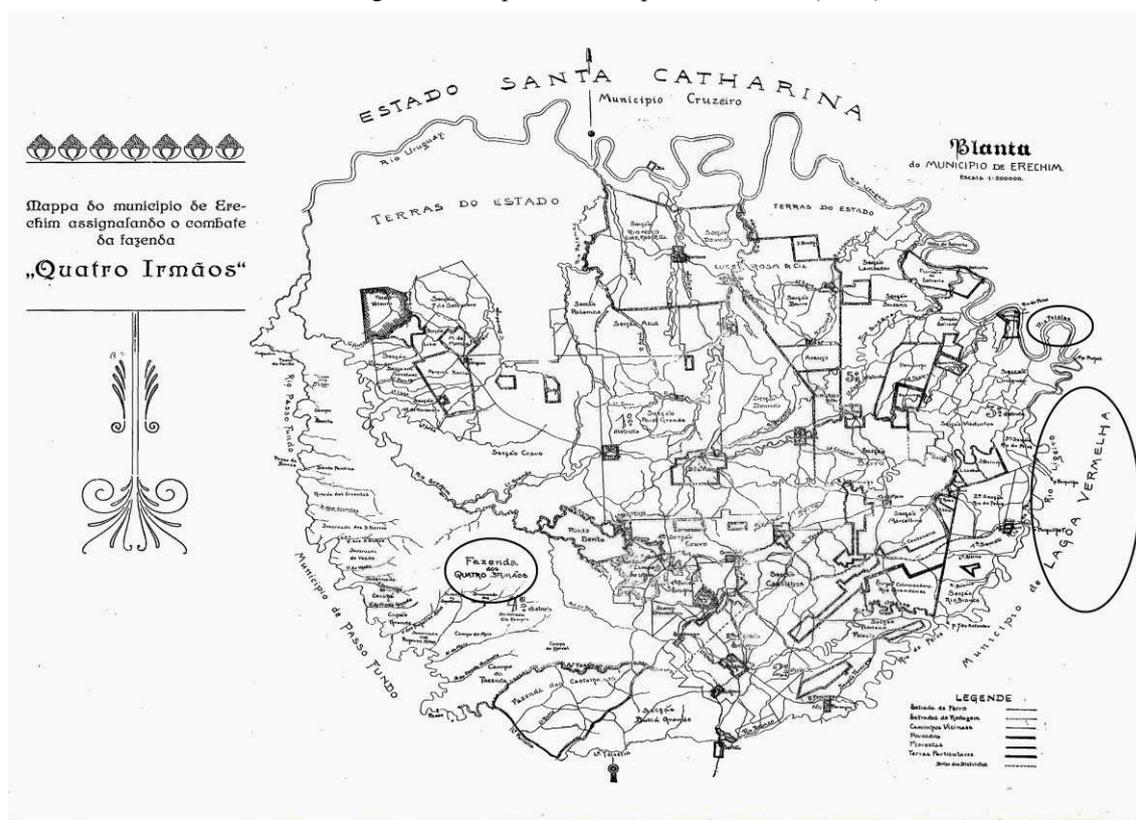
<sup>525</sup> Demétrio Ramos era um maragato gaúcho que havia se conflitado com autoridades paranaenses no Timbó em 1904, tendo sua família sequestrada pela polícia do Paraná. Mudou-se ao Mato Grosso mas retornou ao Rio Grande em 1923 para lutar pelos seguidores de Assis Brasil contra Borges de Medeiros. Demétrio Ramos era rio-grandense, mas primo do legeano Vidal Ramos. (MUCHALOVSKI, Eloi Giovane. A questão do Timbó e Canoinhas: Discurso e representações na imprensa do Paraná e Santa Catarina (1900-1908). 2018. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), 2018.

<sup>526</sup> A Federação, 20/07/1923. Ano XL, n.168. Capa. Col. 6. Porto Alegre.

Tenente-Coronel Victor Dumoncel Filho e as rebeldes ao mando de Fabrício Vieira e Portinho, no dia 13 de Setembro de 1923.<sup>527</sup>

A inscrição do nome de Fabrício Vieira em monumento no lugar de combate da guerra civil de 1923, demonstra sua representatividade ao lado dos chefes revolucionários de 1923. O mapa abaixo mostra os locais por onde as forças de Fabrício Vieira se movimentaram e o local do combate, em Quatro Irmãos:

Figura 7 – Mapa do município de Erechim (1924)



Fonte: REVISTA KODAK (org.). **Álbum dos bandoleiros**: Revolução Sul Rio-Grandense – 1923. Porto Alegre: Barreto & Araújo, 1924. Museu da Comunicação Hipólito José da Costa. p. 58.<sup>528</sup> [Destaque em círculo feito pela autora].

O mapa mostra, da esquerda para a direita, a Fazenda Quatro Irmãos, onde se deu o combate; o município de Lagoa Vermelha e o Rio Pelotas, na divisa com Santa Catarina, a partir da qual Fabrício Vieira movimentou sua tropa.

As notícias veiculadas pela imprensa oposicionista e a publicação do *Álbum dos Bandoleiros* visibiliza ainda mais a participação de Fabrício Vieira. As notícias que circulavam nos jornais rio-grandenses *Correio do Povo* e *Última Hora* apresentavam uma versão diferente dos conflitos de 1923. Assim como A Federação, aqueles jornais tinham

<sup>527</sup> A Federação, 19/01/1924. Ano XLI, n.17, p. 8. Col. 2. Porto Alegre.

<sup>528</sup> REVISTA KODAK (org.). **Álbum dos bandoleiros**: Revolução Sul Rio-Grandense – 1923. Porto Alegre: Barreto & Araújo, 1924. Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

ampla circulação na capital gaúcha e no interior; porém, distinguíam-se nos posicionamentos e na participação partidária.<sup>529</sup>

Em sua dissertação de mestrado, Rodrigo Dal Forno analisou a narrativa construída através da imprensa gaúcha sobre os acontecimentos de 1923.<sup>530</sup> Segundo sua análise autor, O Correio do Povo posicionava-se de maneira mais neutra, tendendo para a oposição, abrindo espaço para informes e manifestos das lideranças oposicionistas. Já, A Última Hora, apresentava-se como um jornal explicitamente partidário aos oposicionistas servindo como principal veículo de comunicação e articulação para as eleições de 1922, para a guerra civil de 1923 e para a consolidação da Aliança Libertadora em 1924. O autor constatou que seus proprietários e redatores faziam parte do círculo editorial da revista Kodak e do Álbum dos Bandoleiros, publicado em 1924. Para Dal Forno, o Álbum foi uma resposta e um confronto direto frente aos ataques dos adversários situacionistas que visava contribuir na construção de um imaginário político sobre os “bandoleiros”, a guerra civil de 1923 e os grupos oposicionistas como um todo unificado.<sup>531</sup> Com o lema “Bandoleiros! uni-vos para salvar, nas urnas, o Rio Grande do Sul”, sua publicação enquadrava a memória sobre o conflito através da leitura específica dos acontecimentos registrando a versão de apenas um dos lados envolvidos, o lado dos rebeldes-libertadores.<sup>532</sup>

Entre os rebeldes que figuram no álbum constam as fotografias de Fabrício Vieira e de seu filho Luiz Fabricio, enquadrados juntos a outros chefes civis-militares. Os retratos no quadro a seguir, fazem parte das primeiras fotografias reproduzidas no álbum. Segundo Dal forno, essa disposição serve de abertura visual da publicação que, leva o leitor a visualizar imediatamente os mais importantes integrantes do movimento militar com o intento de difundir entre os contemporâneos e perpetuar os “bandoleiros-libertários” para o conhecimento das futuras gerações.<sup>533</sup>

---

<sup>529</sup> Ao contrário do jornal A Federação, disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, os jornais O Correio do Povo e Última hora encontram-se disponíveis em formato de microfimes no acervo histórico do Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NPH/UFRGS).

<sup>530</sup> DAL FORNO, Rodrigo. **O “Álbum dos Bandoleiros” da Revolução de 1923: uma análise de política e imagem do Rio Grande do Sul da década de 1920.** 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. p. 16.

<sup>531</sup> Ibid., p. 31.

<sup>532</sup> Ibid.

<sup>533</sup> Ibid., p. 92.

Figura 8 – Fabrício Vieira no panteão dos “bandoleiros”



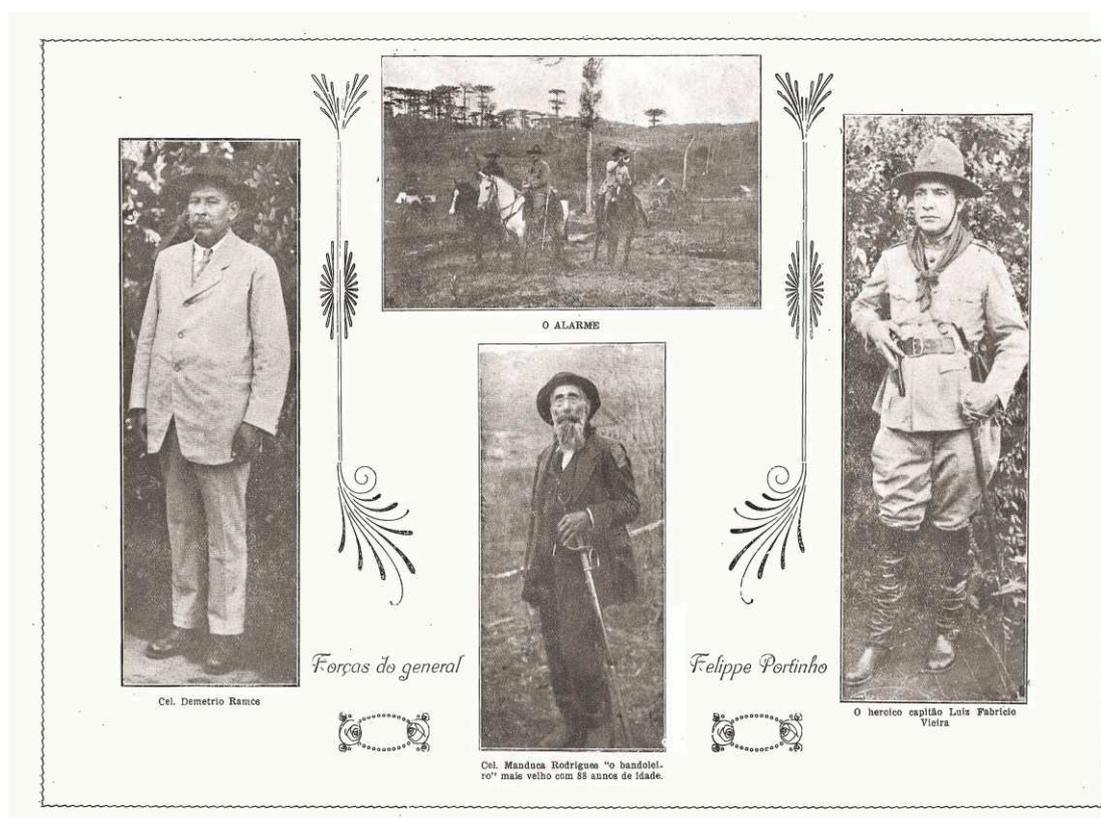
Fonte: REVISTA KODAK (org.). **Álbum dos bandoleiros**: Revolução Sul Rio-Grandense – 1923. Porto Alegre: Barreto & Araújo, 1924. Museu da Comunicação Hipólito José da Costa. p. 8.<sup>534</sup>

Neste quadro, a fotografia de Fabrício Vieira aparece no canto esquerdo, na primeira fotografia de baixo para cima. Acima dele, consta o comandante das forças que serviu, Felipe Portinho.<sup>535</sup> Seu filho Luiz Fabrício também está entre os chefes consagrados no Álbum:

<sup>534</sup> Da direita para a esquerda constam os chefes Fioravante Pieruccini, Mariano Pedroso de Moraes, Honorio Lemes, Serafim de Moura Reis, Dr. Adalberto Corrêa, Felipe Portinho, Zeca Neto, Leonel Rocha, Estacio Azambuja, Jose R. Menna Barreto, Fabrício Vieira, Chico Marinho (Francisco Vaz Ferreria), Adão Issler, Belisario Baptista, Luiz Gomes.

<sup>535</sup> Além deste quadro, há outras imagens de Fabrício Vieira junto aos rebeldes da guerra civil de 1923, segundo depoimento do seu neto, como uma litogravura ao lado de Adão de Latorre, maragato de 1893, morto em 15 de maio 1923, no combate do Santa Maria Chica, em Dom Pedrito.

Figura 9 – Luíz Fabrício Vieira no panteão dos “bandoleiros”



Fonte: REVISTA KODAK (org.). **Álbum dos bandoleiros**: Revolução Sul Rio-Grandense – 1923. Porto Alegre: Barreto & Araújo, 1924. Museu da Comunicação Hipólito José da Costa. p. 10.

Neste quadro consta, da esquerda para a direita, as fotografias dos chefes Cel. Demétrio Ramos, Cel Manduca Rodrigues e “O heroico capitão Luiz Fabrício Vieira”. Na fotografia seguinte, Luiz Fabricio aparece ao lado do diretor do jornal Ultima Hora, que integrava as forças do General Felipe Portinho.

Figura 10 – Luiz Fabrício Vieira com o jornalista Hugo Barreto



**Capitão Luiz Fabrício Vieira e o jornalista Hugo Barreto, director da “Última Hora”, das forças do Gal. Portinho.**

Fonte: REVISTA KODAK (org.). **Álbum dos bandoleiros**: Revolução Sul Rio-Grandense – 1923. Porto Alegre: Barreto & Araújo, 1924. Museu da Comunicação Hipólito José da Costa. p. 45.

Assim como o pai, os filhos Maurílio e Luiz Fabrício Vieira também se envolveram nos conflitos armados do seu tempo, o que leva a pensar que eram uma família representando o mesmo lado. A atuação de Fabrício Vieira, no entanto, não deve confundir-se com a de seus filhos. Não temos evidência o suficiente para saber, por exemplo, se a denúncia feita por Maurílio Fabrício ao comandante da polícia catarinense sobre o Levante de abril de 1922, era apoiada por Fabrício Vieira. Em relação à Luiz Fabrício, embora figure no mesmo álbum que seu pai como chefes consagrados da Revolução de 1923, isto também não define para adiante

a sua atuação nas forças rebeldes, ao lado do qual permaneceu Fabrício Vieira. Entre 1924 e 1927, a atuação de pai e filhos mostram-se mais distantes e em diferentes esferas.

### 3.4 FABRÍCIO VIEIRA

Manoel Fabrício Vieira nasceu em Vacaria, no Rio Grande do Sul, em 8 de outubro de 1865. Era filho do fazendeiro Isaac Fabricio Vieira e de uma criada chamada Hortência Marques de Lima, sendo reconhecido pelo pai quando criança. A primeira notícia que temos do seu envolvimento em conflitos armados, foi por volta dos seus 28 anos, quando lutou na Revolução Federalista ao lado das forças governistas, sob o comando de Pinheiro Machado. A partir daí ganhou reconhecimento, sendo nomeado em 1902, Coronel da Guarda Nacional pelo presidente Campos Salles e considerado coronel honorário da Revolução de 1893.<sup>536</sup> Após a Revolução, voltou para cuidar da fazenda do pai, assumindo a madrasta e as irmãs, período no qual esteve à frente da delegacia de Vacaria.<sup>537</sup> Nesse período, em 1897, participou da repressão governista que pôs fim ao movimento do Canudinho de Lages, no povoado de Entre-Rios, no planalto catarinense, que abrigava entre sua população sertaneja, devotos do monge João Maria e lideranças federalistas.<sup>538</sup> Por volta de 1904, vendeu tudo o que tinha e migrou para Paulo Frontin, no norte catarinense, nas margens do Rio Iguaçu onde se apropriou das terras da fazenda Chapéu de Sol, há muito tempo de propriedade da família do político rio-grandense Pinheiro Machado.<sup>539</sup> Segundo depoimento de seu neto, o motivo que o levou a mudar do Rio Grande do Sul, foi um duelo entre ele e um jovem filho de um fazendeiro importante da região que se engraçou com uma de suas irmãs. Calejado da Guerra de 93 e exímio esgrimista, conforme seu neto ouvia contar, em poucos minutos Fabricio Vieira abateu o adversário que morreu instantaneamente. O confronto rendeu-lhe ameaças e perseguições, motivo que o levou a retirar-se juntamente com toda a sua família e alguns agregados, para o Estado do Paraná, onde passou a viver da extração da madeira e erva-mate.

Fabricio Vieira tinha muitos homens consigo, um bando de capangas que eram serviçais, antigos soldados da revolução de 1893, que foram desligados das forças e ficaram sem emprego.<sup>540</sup> Na fazenda Chapéu de Sol, tornaram-se tarefeiros na exploração da erva-

---

<sup>536</sup> UBALDO, Edson Nelson. **Entrevista**. 2017.

<sup>537</sup> Ibid.

<sup>538</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. O conflito do Canudinho de Lages (1897). 2008.

<sup>539</sup> UBALDO, Edson Nelson. **Entrevista**. 2017.

<sup>540</sup> UBALDO, Edson Nelson. **Entrevista**. 2017.

mate e forneciam lenha para as locomotivas da estrada de ferro e para os vapores que cruzavam o Iguaçu.

Segundo Demerval Peixoto, Fabricio Vieira era “proprietário” da fazenda situada numa curva do Rio Iguaçu, “com sua gente sempre obediente ao mais breve sinal” e colocava-as “em diversas expedições, ao serviço da legalidade, muito bem remunerada, é verdade, por habilidade inconfessável, talvez, dos chefes expedicionários.” Durante a Guerra do Contestado, Fabricio Vieira atuou junto às forças do exército arregimentando numerosa força de vaqueanos civis no combate contra os sertanejos rebeldes. A relação entre Fabricio Vieira e os homens sob seu comando é descrita desde o início da Guerra do Contestado pelos militares que registraram suas narrativas sobre o conflito, enfatizando seu poder de arregimentação. Mas Fabricio tinha outros interesses, segundo Peixoto, nas terras contestadas no vale do Timbó.<sup>541</sup> Durante a Guerra, em 1914, Vieira foi identificado como mandante dos vaqueanos que degolaram 17 imigrantes às margens do Rio Iguaçu, denominada Chacina do Iguaçu.<sup>542</sup> Após a Guerra do Contestado passou a viver em Canoinhas, onde foi adjunto do promotor.<sup>543</sup> A fazenda Chapéu de Sol que pela sentença do STF pertenceria ao estado catarinense, devido ao Acordo de 1916, passou para o lado paranaense e Fabricio Vieira fora desapropriado.<sup>544</sup> Nos últimos anos de vida, o coronel mudou-se para Valões, atual Irineópolis, onde veio a falecer, em 1936.

A sua atuação na Guerra do Contestado, ao lado do governo, rendeu-lhe poder na arregimentação de um grande número de homens e posse de armas na fronteira onde o governo federal dependia dos coronéis locais para aumentarem as suas forças. Fabricio Vieira foi acusado na Câmara dos deputados, na Capital Federal pelo deputado fluminense Maurício de Lacerda, em 1916, de permanecer com as armas utilizadas na Guerra, usando as mesmas, posteriormente, em proveito próprio.<sup>545</sup> Fato que se confirma de certa forma e veio a favorecer o coronel ao apoiar as forças rebeldes na década de 1920.

Na Revolução de 1923, conforme exposto no subcapítulo anterior, comandou seus vaqueanos que lutaram ao lado dos maragatos e republicanos dissidentes de Assis Brasil contra Borges de Medeiros. Nesse período o governo reincidira a mesma a prática que outrora beneficiara Fabricio Vieira, desta vez, distribuindo armas aos borgistas.<sup>546</sup> Entre 1924 colocou-se novamente à disposição do governo para formar batalhão patriótico em defesa da

<sup>541</sup> PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado**: raízes da rebeldia. 1995. p. 29/156.

<sup>542</sup> POYER, Viviani. **Fronteiras de uma guerra...** 2018.

<sup>543</sup> UBALDO, Edson Nelson. **Entrevista**. 2017.

<sup>544</sup> Ibid.

<sup>545</sup> LACERDA, Maurício de *apud* POYER, Viviani. **Fronteiras de uma guerra...** 2018. p. 266.

<sup>546</sup> Correio do Sul. 03/03/1923. Porto Alegre.

legalidade porém, no início de 1925 fará parte novamente das forças rebeldes, servindo às forças de Leonel Rocha e posteriormente, a passagem da coluna Prestes por Santa Catarina. Nessa época, passava mais tempo em Cerro Negro, no planalto catarinense, onde tinha a mulher e amigos, para onde se refugiou em 1927, após o assalto que comandou ao trem de passageiros e às estações de Canoinhas e Paciência, conflitos analisados nos subitens seguintes.

### 3.5 O LEVANTE DE 1924 E A COLUNA PRESTES (1925-1927)

Durante o ano de 1924 formaram-se inúmeros batalhões patrióticos no país para combater os revoltosos que, a partir do Levante de São Paulo, insuflavam-se contra o governo de Artur Bernardes. Conforme analisado no primeiro capítulo desta tese, os batalhões constituídos no oeste catarinense aproveitavam-se da instabilidade política para a resolução de problemas pessoais. Neste subcapítulo veremos a atuação de chefias na mesma região, porém, do lado oposto, rebelde-revolucionário, que tinha na figura de Fabrício Vieira o chefe mais visado e melhor documentado no levantamento de fontes realizado. No entanto, desde a sua participação na Revolução de 1923, percebe-se uma mudança nas relações entre as chefias locais no planalto e oeste catarinense. Este aspecto, pode ser observado mesmo antes da deflagração do Levante de 1924, através deste telegrama:

Florianópolis, 17 - Agradeço-vos em meu nome e do Governo do Estado, a manifestação de solidariedade deante dos acontecimentos desenrolados em São Paulo.  
Tomo boa nota do seu offerecimento de apoio moral e material para a manutenção da ordem e das tradições republicanas.  
Noticias officiaes recebidas sobre movimento de São Paulo dão os rebeldes em numero reduzido e esperando a todo momento o restabelecimento completo da ordem.  
Saudações affectuosas  
Pereira Oliveira  
Governador<sup>547</sup>

Publicado em junho pelo jornal de Campos Novos, o telegrama foi recebido pelo superintendente Rodolpho Mattos e pelo coronel Francisco Alves Fagundes, presidente do conselho municipal, do governador Pereira Oliveira, agradecendo-lhes pelo apoio à legalidade. Ainda não havia sido deflagrado o Levante de 1924, que se desencadeou a partir de 5 de julho, porém, as autoridades catarinenses mostravam estar em comum acordo sobre a “manutenção da ordem” que estava sendo associada a situação política vigente. Esta

<sup>547</sup> O Município: órgão noticioso. 08/06/1924. Ano 1, n. 16, p. 3, col. 2-3. Campos Novos, Santa Catarina.

informação mostra como o período entre os conflitos, como a Revolução de 1923 e o Levante de 1924, nos quais se envolveram muitos chefes civis, militares e boa parte da população do ex-Contestado, havia a preocupação em proteger a situação política vigente.

Francisco Alves Fagundes era fazendeiro em Campos Novos. Exerceu diversos cargos institucionais no município e no Estado, iniciando como adjunto de promotor público, juiz de direito, vereador e deputado estadual.<sup>548</sup> Em 1906, Fagundes atuava no magistério e Fabrício Vieira no ramo da exploração da erva-mate em Campos Novos. A notícia publicada no jornal *A Evolução*, informava que o coronel Fabricio fazia grande serviço à cidade com sua empresa ervateira dando impulso ao movimento comercial, empregando grande número de pessoas na exploração da erva de forma remunerada e proibindo o uso da cachaça entre os jornaleiros. Além disso, havia os melhoramentos materiais ligados à presença da empresa como a abertura de estradas e construção de balsas. Sua erva tinha ótima reputação nos mercados de Buenos Aires e repúblicas vizinhas.<sup>549</sup> Não há muitas notícias sobre suas atividades ervateiras em Campos Novos. As poucas que encontramos, são semelhantes, destacam suas atividades no ramo ervateiro e o tratam com distinção. Este cenário muda a partir de 1925, na mesma região, quando Fabrício Vieira será alvo de perseguições de chefes políticos que outrora externavam respeitabilidade.

No início de 1925, A Federação noticiou que Fabrício Vieira junto com Quim César comprometeram-se a prestar serviços ao governo contra os tenentes rebeldes sendo que receberam a incumbência de formar um núcleo de voluntários para agir no antigo Contestado. Mas o que se seguiu, segundo o noticiário, foram os ataques à Campos Novos e à Estação Herval a fim de favorecer os revoltosos.<sup>550</sup> No relatório do governo foi registrado que Fabrício Vieira estava à frente de um grupo bem armado e havia declarado filiar-se à revolução, começando as suas operações com o ataque e saque da fazenda de Virgílio Antunes.<sup>551</sup> O jornal *A Federação* publicou em detalhes esta ação reproduzindo a carta enviada por Fabrício Vieira ao General Setembrino de Carvalho, explicando seu posicionamento:

Exmo Marechal Ministro da Guerra. - Rio.  
Foram baldados todos os esforços para evitar atirar-me na revolução.

<sup>548</sup> PIAZZA, Walter. **Dicionário Político Catarinense**. 1994. p. 216. Francisco Alves Fagundes também foi diretor do único jornal no período, denominado *O Libertador*, que circulou entre 1910 e 1911.

<sup>549</sup> *A Evolução*. 09/08/1906. P. 1, col. 1-2. Biblioteca Pública do Estado – Setor de Obras Raras. Material de pesquisa cedido gentilmente por Paulo Pinheiro Machado.

<sup>550</sup> *A Federação*, 22/01/1925. Ano XLII, n.18. p. 2, col. 1-2. Porto Alegre; *A Federação*, 23/01/1925. Ano XLII, n.20. p. 3, coluna 1-2. Porto Alegre; *A Federação*, 24/01/1925. Ano XLII, n.20. p. 3, col. 1-2. Porto Alegre.

<sup>551</sup> Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 22 de julho de 1925, pelo Coronel Antonio Pereira da Silva e Oliveira, vice-governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina, p. 7. Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (SC) - 1891 a 1930.

As autoridades da comarca de Campos Novos, Estado de S. Catharina, sempre me perseguindo e a meus amigos, apesar de sempre mostrar todos os vossos telegrammas, àquellas autoridades, que nunca ligaram importancia, no dia seis do corrente iniciei o movimento.

No dia sete mandei um piquete requisitar gados, animaes e algum dinheiro na fazenda de propriedade de Virgilio Antunes.

Havendo resistencia armada, o commandante repelliu a agressão e comunicou-me.

Mandei retirar.

Creio ter havido mortos e feridos.

O commandante do referido piquete levava uma carta por mim escripta e assignada, onde eu com respeito pedia um auxilio ao referido fazendeiro.

Continuarei a luta até que me sejam fornecidas as garantias constitucionaes.

Saudações cordeaes

Coronel Fabrício Vieira.<sup>552</sup>

A carta aponta que Fabrício Vieira esperava apoio em Campos Novos de fazendeiros abastados como o de Virgílio Antunes, já que iria servir às forças governistas e tinha consigo telegramas do general Setembrino. O motivo principal alegado pelo coronel era a falta de garantia por parte das autoridades locais em conseguir abastecimento para sua tropa que incluía “gado, animais cavalaes e algum dinheiro”. Ao buscar esses recursos, o que se sucedeu foi o contrário, seu piquete foi recebido à bala sendo que posteriormente escreveu às autoridades avisando que não lhe restava outra alternativa senão aderir à revolução. Avisou ainda que só entraria em ofensiva no município se fosse perseguido por qualquer força legalista e que continuaria na luta até que lhe fossem fornecidas as garantias constitucionais.

Durante a Guerra do Contestado, fazendeiros da região prestaram auxílio ao governo e depois solicitavam ressarcimento.<sup>553</sup> Sendo esta uma prática conhecida é possível que Fabrício Vieira acreditasse poder se beneficiar. Vale lembrar que Fabrício tinha antigas relações com Setembrino de Carvalho quando serviu às forças do Exército colocando centenas de vaqueanos a serviço das forças oficiais na repressão aos rebeldes do Contestado, principalmente entre 1914 e 1915, época da missão de Setembrino no Contestado. Por isso, o telegrama tem um tom de quem está dando satisfação a um antigo aliado.

O jornal O Município publicava neste período sobre civis que faziam “requisições de toda a ordem”, dinheiro, cavalos e trato, animais de tração, gêneros comerciais, como o negociante Idalino Abrahão que em Capinzal reuniu “patriotas”, segundo ele, a pedido do comandante da Força Pública Catarinense, major Lopes Vieira.<sup>554</sup> As requisições, segundo a notícia, alimentavam um “regime de desordem e falta de garantias” e conflitos com autoridade locais, levando a instauração de inquéritos policiais contra estes civis.

<sup>552</sup> A Federação, 24/01/1925. Ano XLII, n. 20, p. 3, col. 1-2. Porto Alegre. Na mesma notícia foram publicadas as cartas enviadas por Fabrício Vieira ao juiz de direito, ao superintendente e ao delegado de polícia de Lages, justificando a mudança de lado e assinando como “comandante das forças revolucionárias”.

<sup>553</sup> RODRIGUES, Rogério. **Veredas de um grande sertão...** 2008.

<sup>554</sup> De Capinzal. O Município: órgão noticioso - Campos Novos - 4-8-1924, Anno II, n. 32, p. 3, col. 1-2.

Em torno do assalto em Campos Novos, as autoridades estadual e federal foram acionadas. O governador Pereira Oliveira enviou duas semanas antes um telegrama ao Palácio do Catete e ao Ministro da Guerra informando sobre movimentos suspeitos de Fabrício Vieira e Quim Cezar, por parte do engenheiro civil do distrito por estar as populações de Campos Novos e de Curitibanos alarmadas, conforme o telegrama a seguir:

Procedente de Florianópolis. 07/11/1925. Palácio do Catete, Rio de Janeiro. Transmitemos hoje, Sr. Marechal Ministro Guerra telegrama recebi C. N. sobre movimentos suspeitos Fabrício Vieira e Quim Cezar, pois nesse momento engenheiro chefe districto telegráfico entre C. N. e Curitybanos, achando-se respectivas populações alarmadas. Presidente Rio Grande com forças Passo Fundo e Erechim poderão, prontamente cooperar em qualquer emergência naquela região. Peço V. Ex. das suas ordens. Attenciosas saudações. Pereira Oliveira. Governador.<sup>555</sup>

O governador informou o apoio por parte do presidente do Rio Grande, Borges de Medeiros, com as forças de Passo Fundo e Erechim para cooperarem em qualquer emergência. Após uma semana, Borges de Medeiros repassou a Artur Bernardes o aviso do comandante Firmino Paim Filho de que Fabrício Vieira passara por Campos Novos em direção à Cachoeirira, entre Campos Novos e Lages, onde estaria fazendo concentração na região devido a proximidade das localidades de Curitibanos, Lages e São Joaquim onde já conspirava com Felipe Portinho. Grupos armados concentravam-se na fazenda de Firmino Rosa, limítrofe com Vacaria, mas o que mais lhe preocupava era a cooperação de Henrique Almeida, chefe político de Curitibanos, com os revoltosos, sendo ele seguidos por vários rebeldes do Contestado.<sup>556</sup> Com estas informações, é possível perceber a aproximação da atuação de Fabrício Vieira com antigas lideranças rebeldes da Guerra do Contestado, como os liderados por Henrique Almeida, quando lutaram em lados opostos.

A junção das chefias no planalto não garantia a sua vantagem em relação às forças legais. Em 23/01/1925, o coronel Firmino Paim Filho informou que suas forças “destróçaram completamente Fabrício Vieira na margem direita do rio Canoas”, no lado catarinense, sendo que a perseguição prosseguia. O noticiário nos informa que os “rebeldes de Fabrício Vieira” tiveram muitas baixas, deixando considerável material bélico.<sup>557</sup> Uma semana depois, a imprensa gaúcha noticiou que o general Nepomuceno Costa encaminhava-se para os pontos

<sup>555</sup> Telegrama. Repartição Geral dos Telégrafos. Procedente de Florianópolis. 07/01/1925.

<sup>556</sup> Telegrama. Repartição Geral dos Telégrafos. Procedente de Porto Alegre. 11/01/1925.

<sup>557</sup> Segundo consta na notícia o material era composto de 170 lanças, oito fuzis Mauser, regular quantidade de munição, 38 cavalos encilhados, 14 cargueiros, oito fatiotas de casemira, duas capas, oito chapéus com fitas encarnadas, um par de botas, uma aliança de ouro com as iniciais I. M. G, quatro laços, 30 quilos de salame, 45 quilos de queijo, 75 quilos de forma, um barril de vinho e várias rezes carneadas. (A Federação, 24/01/1925. Ano XLII, n.20. p. 3, coluna 1-2. Porto Alegre.).

de conflagração para a resolução dos problemas, tendo constatado que a população estava do lado da legalidade. A esta altura, Fabrício Vieira tinha a seu lado além de Quim Cezar e Manuel Tavares, de Campos Novos, o delegado de polícia de Capinzal e juntos a gente de sua confiança encaminharam-se até Herval para requisitar no batalhão patriótico General Bormann, armas e praças, conforme noticiado:

Fabrício Vieira ficara com armas e munições que recebera para tomar parte na revolução rio-grandense no ano passado [1923], e assim se achava capacitado a armar seu grupo, como o fez para *amparar a revolta do batalhão Bormann*.<sup>558</sup>

Além do armamento que recebera por conta dos serviços prestados às forças rebeldes contra Borges de Medeiros de 1923, Fabrício Vieira contava ainda com companheiros no batalhão Bormann, o que tornaria a operação ainda mais vantajosa. Segundo foi noticiado, as forças governistas o perseguiram em direção à Cerro Negro, próximo à Anita Garibaldi, localidade onde teriam se abrigado e a partir de então dispersado. A essa altura, o general Nepomuceno providenciou cinco esquadrões de cavalaria distribuídos em Perdizes, Herval, Campos Novos, Curitibanos e Lages, com um total de 400 homens, tendo os comandos dos destacamentos da ocupação destas localidades ficado a cargo do coronel Mario Tourinho, major Raul Munhoz e coronel Valgas Neves do 14º Batalhão Catarinense. A perseguição resultou numa baixa das forças de Fabrício próximo ao rio Canoas sendo que depois teria tomado à direção do antigo reduto de Taquaruçú, onde a perseguição foi suspensa. Segundo o jornal, as forças do comandante Firmino Paim Filho “quebraram todo o encanto e reduziram à proporções de um caso policial a espalhafatosa coluna de Fabrício Vieira, único chefe revolucionário que infestava a zona, que foi entregue às valorosas forças gaúchas.”<sup>559</sup> A essa notícia faltou acrescentar que um quarto comandante era Marcelino Ruas com seus esquadrão, afinal, o objetivo alegado por Ruas, quando se deu a execução do bando de Fabrício das Neves era, justamente, a captura de Fabrício Vieira.

No início de 1925, Lourenço Lima, o secretário da Coluna Prestes, mencionou um encontro com o coronel Fabrício Vieira que lhe acompanharia a fim de encontrar Paes Leme para o levantamento da tropa no Contestado e Ponta Grossa. Segundo Moreira Lima “Paes Leme era dos ‘nossos’. Organizou tropa, juntamente com Fabrício, incorporando-se à Divisão Rondon, mediante boa paga.” É importante diferenciar que neste caso, o cronista referiu-se a Cezar Paes Leme, filho de Antônio Paes Leme, o cabeça do Levante de abril de 1922, que neste período era comandante da polícia goiana. Esta manobra pela fronteira catarinense, no

---

<sup>558</sup> A Federação, 29/01/1925. Ano XLII, n.25. Capa, col. 6-7. Porto Alegre.

<sup>559</sup> Ibid.

entanto, só seria possível se recebessem mais armamento e munição, motivo pelo qual a coluna Prestes permaneceu durante um mês e meio na fronteira entre Paraná e Santa Catarina. Em perseguição à coluna Prestes, se deslocava do Rio Grande para o norte tropas legalistas enviadas por Borges de Medeiros comandadas por terra pelo coronel Claudino Nunes Pereira e, pela ferrovia, do antigo coronel da Guarda Nacional, Firmino Paim Filho, em direção à Catanduvas, no Paraná. Isso impedia o envio de armamento sendo que a coluna lutava no antigo Contestado usando a tática da emboscada.<sup>560</sup> Lourenço Lima descreve a passagem por Santa Catarina da seguinte forma:

[...] a coluna seguiu pela costa do dito rio [Santa Maria] até Porto Feliz, de onde passou para Santa Catarina, iniciando a “Campanha do Contestado”. Nesta região, marchou para Barracão e daí avançou até perto de Clevelândia, tendo combatido em Pato Bravo e no Rio São Francisco, de onde retirou para aquele lugar [...] Alcançando novamente Barracão, uniu-se ao Coronel Fidêncio de Melo e marchou esta picada, recentemente aberta, para a região do Iguaçu, onde chegou no começo de abril de 1925.<sup>561</sup>

O Coronel Fidêncio de Melo era ex-combatente da Revolução de 1923 e junto com Fabrício Vieira seguiram juntos para Lagoa Vermelha quando iam em direção a Erechim, onde se travou o Combate de Quatro Irmãos.<sup>562</sup>

Analisando o mesmo trajeto por Santa Catarina, Anita Prestes observou que esta travessia foi de grande dificuldade para os revolucionários. Durante a marcha, comprometera-se em ajudar o fazendeiro Fidêncio de Melo. Porém, diante do avanço inimigo, houve a debandada geral do próprio chefe e de seus homens para a Argentina. Por falta de apoio, a coluna recuava, desenvolvendo a guerra de emboscadas contra as forças de Firmino Paim Filho em direção à Barracão e, depois de violento combate, Prestes ordenara retirada geral da coluna para Barracão, rumo ao norte, visando a travessia do Rio Iguaçu.<sup>563</sup> O objetivo da coluna, conforme exposto no primeiro capítulo, era unir-se à coluna paulista seguindo adiante do Rio Iguaçu até Catanduvas, pois a manobra idealizada de atacar Rondon pela retaguarda tornava-se inviável.<sup>564</sup>

Sobre esta passagem, não encontramos maiores informações da atividade de Fabrício Vieira e seus homens, ficando em suspenso a declaração de Lourenço Lima sobre a participação de Vieira e Paes Leme. Porém, em uns dos boletins da Coluna Leonel Rocha de

<sup>560</sup> Foi nesse momento que o coronel Fidêncio de Melo comprometia-se a colaborar com a coluna não fosse a debandada geral do próprio chefe e de seus homens para a Argentina. Fidêncio e Fabrício Vieira eram aliados na Revolução de 1923.

<sup>561</sup> LIMA, Lourenço Moreira. **A Coluna Prestes...** 1979. p. 106.

<sup>562</sup> A Federação, 19/03/1923. Ano XL, n. 65, p. 3, col. 2. Porto Alegre.

<sup>563</sup> PRESTES, Anita L. **A Coluna Prestes.** 1997. p. 163-164. [Foi nesse momento que houve o incidente de Maria Preta, onde as duas forças legalistas se bateram].

<sup>564</sup> Ibid.

1926, consta que Fabrício Vieira comprometeu-se em “levantar elementos revolucionários que lhe obedecessem a se incorporar a essa coluna.”<sup>565</sup> Fabrício teria recebido cinco contos de réis, referente a metade do pagamento que ficara acordado com comandante da Coluna, Leonel Rocha.<sup>566</sup> Segundo os depoimentos, era o único chefe no ex-Contestado que Leonel Rocha fizera contato e seguiria com sua tropa para o Rio Grande do Sul onde encontraria a sua Coluna e, provavelmente, uniram-se à Coluna Prestes.<sup>567</sup>

Mesmo com os boletins e depoimentos dos envolvidos na Coluna Leonel Rocha, não sabemos se as forças de Fabrício Vieira chegaram a ser incorporadas à Coluna Prestes. Mas serviu a Coluna Leonel Rocha que, segundo depoimentos, contava com um efetivo de no máximo “cento e trinta homens, dispoendo de quatro fuzis metralhadoras Biergmann além do armamento individual do tipo variado.”<sup>568</sup>

É possível que Fabrício Vieira buscasse entender-se nos dois lados, pois a sua participação nas forças do governo é reforçada em texto de autoria do seu neto, Nelson Ubaldo, quando, após o Pacto de Pedras Altas, “foi convocado para dar combate à Coluna Prestes e atende aos apelos do governo.”<sup>569</sup> Porém, anos mais tarde, em conversa com Luiz Carlos Prestes, após uma conferência realizada pelo oficial, Nelson Ubaldo lhe perguntou sobre seu avô, ao qual o ex-comandante respondeu que Fabrício Vieira sabia que ele tinha razão.<sup>570</sup>

As notícias sobre Fabrício Vieira ganham destaque posteriormente, em 1927, quando foi gravemente ferido em decorrência do combate entre as suas forças e de polícia sendo capturado no município da Lapa, no Paraná.<sup>571</sup> A imprensa mostrava-se interessada em entrevistá-lo, o que não foi correspondido, possivelmente pelo fato de Fabricio ter sido preso em Curitiba. Junto com outros homens, Fabricio foi acusado de envolver-se nos assaltos da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Alguns homens do seu bando se apresentavam como revolucionários comunistas, associando-se diretamente ao comandante Luiz Carlos Prestes, aspecto que será analisado no próximo subitem.

---

<sup>565</sup> SANTA CATARINA (Estado). Inquérito Coluna Leonel Rocha. 1926. [Incompleto]. Arquivo pessoal Elpídio Fragoso. Boletim da Coluna Leonel Rocha, f. 2.

<sup>566</sup> Ibid. f. 6. Auto de qualificação Alfredo Simas Enéas.

<sup>567</sup> Ibid. f. 9.

<sup>568</sup> Ibid. f. 10.

<sup>569</sup> UBALDO, Edson Nelson. **A última degola no Contestado**. 2016. Texto cedido pelo autor. No prelo.

<sup>570</sup> UBALDO, Edson Nelson. **Entrevista**. 2017.

<sup>571</sup> A Federação, 23/12/1927. Ano XLIV, n.244. p.6, col. 5; 24/12/1927. Ano XLIV, n.296. p.6, coluna 3. Porto Alegre. Com Vieira estavam seu primo, Enéas Borges dos Santos e Vigomino Xavier, Francisco de Paula Moreira, Domingos Machado e Joaquim Bento. Esses dois últimos faleceram, em consequência dos ferimentos recebidos.

### 3.6 ASSALTO ÀS ESTAÇÕES DE JARARACA-CANOINHAS OU MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO DE 1927

#### PARANÁ

A prisão de Fabrício Vieira

CURITYBA, 26. (A. A). Diversos representantes da imprensa procuraram entrevistar Fabrício Vieira, nada conseguindo devido à sua incomunicabilidade.

A polícia efetuou uma diligência do distrito do Portão, prendendo o bandoleiro Olegário Pires, pertencente ao bando de Fabrício, e que tomou parte saliente nos assaltos a estrada de S. Paulo-Rio Grande. Ultimamente tem se dado assaltos e roubos praticados pelo grupo do Fabrício.<sup>572</sup>

A prisão de Fabrício Vieira foi noticiada por diversos jornais despertando a curiosidade dos jornalistas que buscavam entrevistá-lo, a exemplo da citação acima. Os assaltos da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, mencionados na notícia, referem-se ao episódio ocorrido em 3 de setembro de 1927.<sup>573</sup> Além de Olegário Pires, ex-telegrafista da estrada de ferro, foram acusados Cezar Paes Leme, sargento do Exército e filho de Antonio Paes Leme, Fabrício Vieira e outros homens ligados à ferrovia, ao Exército e à polícia. O assalto foi iniciado na estação de Jararaca, na Linha São Francisco da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande quando os envolvidos tomaram um trem de passageiros despojando-os do dinheiro e armas.<sup>574</sup> Na estação, roubaram dinheiro e inutilizaram o aparelho telegráfico. Em seguida tomaram outros trens de carga e organizaram um comboio de duas locomotivas dirigindo-se para a estação de Canoinhas com o objetivo de assaltarem a cidade ou marcharem até Mafra. Durante o trajeto, atacaram as estações de Paciência e Lagoa, arrecadando mais dinheiro pertencentes à Estrada de Ferro, arrancando também destas estações e de Santa Leocádia os aparelhos telegráficos.

Em Canoinhas, os revoltosos apossaram-se do dinheiro dos cofres da estação e entregaram a um agente uma requisição informando que o Tesouro Nacional pagaria por ela o valor de quase dois contos cento e sessenta e seis mil reis por ordem do comandante das forças revolucionárias em operações nos estados do Paraná e Santa Catarina, assinada pelo chefe de serviço de administração, Cezar Paes Leme.<sup>575</sup> Na passagem por Canoinhas, quando o comboio parou para abastecer a locomotiva, quinze homens aproximadamente invadiram a

<sup>572</sup> A Federação, 27/12/1927. Ano XLIV, n.298. p.6, coluna 5. Porto Alegre.

<sup>573</sup> OURO VERDE (Comarca). Sumario de Culpa. Autora: A Justiça. Réus: Antonio Monteiro, Cezar Paes Leme, Hygino Azevedo, vulgo capitão Silêncio, Dr. Erasmo de Tal, Anthero Alves, Ludgero Alves e João Pedro de Andrade Horthas do Amaral. Data de início: 07/09/1927. Data de fim: 1936. Obs.: O processo judicial incompleto sendo a última data disponível, 1936. Daqui por diante este processo será referenciado como Processo Fabrício Vieira.

<sup>574</sup> A estação Jararaca estava localizada no atual município de Felipe Schmidt, local onde ocorreu a Chacina do Iguaçu, analisada na tese de Viviani Poyer. Em incursão ao local, a pesquisadora foi informada de que a estação foi roubada e retirada do local e hoje não existe mais.

<sup>575</sup> Processo Fabrício Vieira. f. 36. Consta a cópia do telegrama.

casa de um colono onde se realizava um baile e saquearam os convidados e feriram mortalmente um colono. Depois dos saques e depredações, soltaram uma locomotiva sem governo à toda força em direção à Três Barras para abater um trem de tropas que viria de Mafra para combatê-los e, em seguida, retornaram à Jararaca onde arrancaram os trilhos, atearam fogo em vagões carregados de lenha. O prejuízo causado à Estrada de Ferro foi avaliado em seiscentos contos de reis. Em Jararaca, cerca de cinco homens destacaram-se do grupo e atacaram um lavrador que não lhes era simpático. Roubaram-lhe um revólver, uma carabina winchester e um relógio de ouro e, ao verem-no fugir em direção ao mato, descarregaram cerca de trinta tiros, sendo que o lavrador foi varado por apenas um tipo no paletó e escapado à morte.<sup>576</sup>

Este é o resumo da denúncia apresentada pelo promotor público ao juiz da Comarca de Ouro Verde, nome de Canoinhas naquela ocasião, em 7/11/1927. Dois dias antes, o governador Adolfo Konder recebeu do Presidente Washington Luiz, um telegrama agradecendo-lhe por ter avisado do ocorrido e pedindo para que fossem tomadas as medidas necessárias e prisão preventiva dos acusados. Neste telegrama o governador avisava que o objetivo do assalto era roubar os vencimentos destinados ao batalhão de engenharia expressando a sua opinião de que não se tratava de um caso político, mas de caso policial.<sup>577</sup> Um dia antes, 5 de setembro, os filhos de Fabrício Vieira enviaram um telegrama de Porto União para o governador externando seu lamento ao pai: “Infelizmente velho abraçou causa revolucionária mais uma vez hypothecamos lealdade e oferecemos serviço Governo Republica. Saudações. (A) Majores Luiz e Maurilio Fabricio.”

O delegado da comarca de Ouro Verde considerou não constar nos anais da história criminal do estado caso semelhante a este, julgando indispensável a prisão preventiva dos “chefes daqueles bandidos” que acabariam perturbando o trabalho da justiça.<sup>578</sup> Para o promotor ficava evidente “o banditismo no interior do Estado”, uma associação de malfeitores, que deixados em liberdade seriam uma ameaça às autoridades judiciais da comarca.<sup>579</sup> A polícia militar também apresentou sua versão dos fatos, devido o contador que era um praça do batalhão de engenharia ter sido um dos assaltados. Em seu relatório, o objetivo do bando seria o assalto e saques dos bancos de Ouro Verde e da Serraria da *Lumber* em Três Barras, sendo que não levaram o dinheiro da mala do contador.<sup>580</sup> As mercadorias

---

<sup>576</sup> Ibid., f. 2-4.

<sup>577</sup> Processo Fabrício Vieira. f. 8.

<sup>578</sup> Ibid., f. 61. O delegado de polícia era João da Silva Medeiros Filho.

<sup>579</sup> Ibid., f. 62.

<sup>580</sup> Processo Fabrício Vieira. f. 40.

roubadas pelos assaltantes também foram listadas - banha, xarque e milho-, e avaliadas em torno de quatrocentos e noventa mil réis.<sup>581</sup>

No rol das 29 testemunhas, encontramos maiores detalhes sobre o bando, o que diziam no decorrer dos assaltos e o que queriam. Através dos depoimentos sabemos que o grupo era composto por um número entre quarenta e setenta indivíduos que estavam bem armados de revólveres e fuzis de guerra, um deles carregava pequenas granadas de mão ou bombas de dinamite<sup>582</sup> e outros traziam no pescoço e nos chapéus lenços vermelhos.<sup>583</sup> Eram “homens com tipo brasileiro” que diziam trabalhar contra o governo e falavam no general Isidoro, Zaco e Vansetti e em comunismo.<sup>584</sup>

Essa referência ao “comunismo” e aos operários italianos e anarquistas “Sacco e Vanzetti” poderia se tratar de uma estratégia para caracterizar o levante como um ato político e assim evitar que fosse julgado como um crime comum. Mas poderia se tratar de uma referência à injustiça, já que os italianos anarquistas foram condenados à pena de morte, em 1920 e executados nesse mesmo ano do levante, de 1927.

Os assaltantes diziam que o 5º Batalhão de Engenharia estava revoltado assim como outras unidades do Exército e aqueles que não aderiram ao grupo foram transportados para o lado oposto ao Rio Iguaçu, na estação de Jararaca, para o lugar Chapéu de Sol. Os que foram levados eram praças do Exército e da polícia catarinense, entre eles, o tenente Edegard de Freitas, o contador dono da mala, que pediu a Fabrício Vieira que colocasse os demais praças em liberdade. Conforme sua declaração, seu pedido foi atendido depois de terem matado uma vaca para o jantar, sendo os praças liberados na condição de não relatar o ocorrido.<sup>585</sup> Um dos envolvidos comentou que estavam reunidos desde o mês de junho, alguns vindos do Rio Grande do Sul e que deveria ter arrebentado um movimento em todo o Estado contra o atual governo da República.<sup>586</sup> Na versão de alguns indiciados bem como do advogado de Fabrício Vieira, tratava-se de um movimento revolucionário.

Um estudante envolvido, João Dorthas, que usava também o nome de João Pinheiro Machado, declarou que eram em muitos, “mil jagunços” a continuar a revolução de Isidoro<sup>587</sup>,

---

<sup>581</sup> Ibid., f. 88.

<sup>582</sup> Ibid., f. 22. Depoimento de João Bezerra Filho.

<sup>583</sup> Processo Fabrício Vieira. f. 16.

<sup>584</sup> Ibid., f. 55, 23. Depoimentos respectivamente de Pedro Hack e de João Dutra Filho.

<sup>585</sup> Processo Fabrício Vieira. f. 77.

<sup>586</sup> Ibid, f. 79-80.

<sup>587</sup> Trata-se do General reformado Isidoro Dias Lopes, um dos comandantes do levante contra Bernardes em São Paulo, em 1924, que depois juntou-se ao grupo de Prestes em Foz do Iguaçu. Em 1927 estava exilado na Argentina, articulando levantes contra o presidente Washington Luiz. (ISIDORO Dias Lopes. *In*: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Centro de Pesquisa e Documentação de História

seguiram para a Chapéu de Sol, na casa de Oliveira Telles, do coronel Laureano e Capitão João.<sup>588</sup> Dorthas, que era soldado do 5º Batalhão de Engenharia foi preso, passou por exame de sanidade mental quando teve um ataque, mas foi considerado sem problema psíquico.<sup>589</sup> A sua história dentro do processo permite acessar as condições precaríssimas da prisão naquele período, quando a cadeia era uma casa velha de madeira em condições insalubres. Quando conseguiu licença para tomar banho no rio, Dorthas apareceu afogado e seu cadáver não foi encontrado.<sup>590</sup> Outro acusado, Higino de Azevedo, vulgo capitão Silêncio, após preso, junto com outro detento, fugiram da prisão através de um rombo no assoalho.<sup>591</sup> As prisões ocorreram em diferentes períodos sendo que os acusados foram soltos e presos várias vezes.

O juiz considerou Fabrício Vieira o esteio principal de todo “o movimento” agindo na condição de chefe supremo do seu bando.<sup>592</sup> Em março de 1929, seu advogado intercedeu a respeito do movimento revolucionário de setembro de 1927, alegando que estava sendo pronunciado pelo mesmo motivo na comarca de União da Vitória onde seria julgado em sessão do júri.<sup>593</sup> Fabrício Vieira já estava preso e dependia da extradição do governo paranaense para responder ao processo em Santa Catarina. Assim, o advogado informou que Fabrício seria remetido de Curitiba para União da Vitória, preso, via São Francisco pela estação de Canoinhas, para ser julgado. Entretanto, isso não aconteceu, por não terem encontrado o Vieira no trem.<sup>594</sup> Um mês depois, a defesa alegou que “o governo do Paraná entregou o coronel às autoridades catarinenses, ficando ele preso, e regularmente, à disposição do Dr. chefe de polícia do estado, quando deveria estar à disposição deste juízo”.<sup>595</sup> O advogado enfatizava a irregularidade, pois Fabrício Vieira foi transferido sucessivamente de prisões, de Porto União para São Francisco e, em seguida, para Florianópolis, no quartel da força Pública do estado, sem que o juízo no qual tramitava o processo tivesse sequer conhecimento dessa prisão. Esta irregularidade paralisava o processo intentado contra coronel que não poderia ser submetido a julgamento nem interrogado. Dessa forma, o advogado pediu providências para dar andamento no processo e submetê-lo a julgamento.<sup>596</sup>

---

Contemporânea do Brasil (CPDOC), 2017. Disponível em

[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/isidoro\\_dias\\_lopes](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/isidoro_dias_lopes). Acesso em: 10 out. 2019.)

<sup>588</sup> Processo Fabrício Vieira. f. 141. Depoimento de João Pedro de Andrade Dorthas do Amaral.

<sup>589</sup> *Ibid.*, f. 174.

<sup>590</sup> *Ibid.*, f. 177.

<sup>591</sup> Processo Fabrício Vieira. f. 302. Os réus foram incurso nas penas do art. 294, § 1º, combinado com o art. 13, 356, 149 e 138 combinado com o art. 136 do Código Penal, sujeitando-os a prisão e livramento.

<sup>592</sup> *Ibid.*, f. 153.

<sup>593</sup> Processo Fabrício Vieira. f. 189.

<sup>594</sup> *Ibid.*, f. 191.

<sup>595</sup> *Ibid.*, f. 192.

<sup>596</sup> Processo Fabrício Vieira.

Em setembro de 1929, Fabrício Vieira e Olegário Pires foram absolvidos unanimemente pelo Tribunal do Juri.<sup>597</sup> A absolvição baseou-se em uma série de quesitos, entre eles, na alegação de que os réus não estiveram diretamente envolvidos nos crimes praticados durante os assaltos e que a falta do seu auxílio, não impediria os fatos ocorridos.<sup>598</sup> O promotor recorreu e Fabrício foi preso novamente na cadeia pública, em 1931.<sup>599</sup> O mesmo ocorreu com o Capitão Silêncio, quando em maio de 1935, Higino foi absolvido novamente. A defesa alegava que Higino fora nomeado capitão da Reserva da Força Policial do Estado do Paraná, cujo título obteve por Decreto do Governo do Estado do Paraná, de n. 2.065, de 24 de agosto de 1932, que assim lhe dava o direito de permanecer em sala livre.<sup>600</sup> A promotoria alegava que a patente não tinha valor devido ter sido atribuída ao tempo da revolução, em 1932. Higino foge novamente da cadeia, em 29 de fevereiro de 1936.<sup>601</sup>

Durante o andamento do processo, o jornal O Estado do Rio Grande noticiou sobre o Prestismo no Contestado.

#### O Prestismo no Contestado

Rio, 4. (Estado) - Nos últimos dias correm aqui os mais descontraídos boatos sobre a zona do Contestado. [...] O caudilho Fabrício Vieira, preso por vários crimes, quando todos esperavam sua condenação, foi posto em liberdade, é assim manifesta simpatia que goza aquele criminoso junto ao governo.

Esses informes aqui publicados largamente, causam desagradável impressão, argumentando naturalmente os comentários que já se fazer um condenando atitude do governo.<sup>602</sup>

Em tom de acusação, a notícia denuncia a “simpatia” de Fabrício Vieira junto ao governo. Considerando os diferentes conflitos analisados com a participação de Fabrício Vieira, esta percepção era verdadeira. Durante a sua vida, Fabrício Vieira envolveu-se em diferentes lados das disputas políticas e militares. Mesmo depois de ter lutado ao lado dos revolucionários-libertadores em 1923, obteve incentivo por parte do Ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, para formar seu batalhão patriótico. No início de 1925, o fato de ter novamente servido à causa rebelde lhe rendeu perseguições no Meio Oeste, mas sem lhe atingir diretamente. Ao contrário do outro chefe civil, analisado no segundo capítulo, Fabrício das Neves, que mesmo tendo servido ao lado do governo, foi executado com o aval das forças governistas.

<sup>597</sup> Ibid., f. 257, 261v-262.

<sup>598</sup> Ibid., f. 50-56.

<sup>599</sup> Ibid., 274, 282.

<sup>600</sup> Processo Fabrício Vieira. f. 363v/368.

<sup>601</sup> Ibid., f. 394.

<sup>602</sup> Estado do Rio Grande: Companhia Editora Rio Grandense. 04/11/1929. n. 12. Porto Alegre

No decorrer da Revolução de 1923, percebemos que Fabrício Vieira agia na região de Lages em direção à fronteira de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul sem que o governo catarinense tentasse impedi-lo. Ao contrário, Hercílio Luz, governador republicano, foi acusado pela imprensa de acobertar o coronel mandando dissolver as forças legais em operação na mesma região. Fabrício Vieira foi processado algumas vezes, sem nunca ter sido condenado. Sabendo da sua implicação direta ou indireta nos fatos ocorridos, questionei seu neto a respeito da sua impunidade. Segundo Nelson Ubaldo, Fabrício gozava de proteção política, tinha muitos amigos dos dois lados, do governo e da oposição, mas, além disso, mencionou algo que não tem recebido atenção dos pesquisadores. Fabrício Vieira era maçom, filiado a Loja Perseverança de Vacaria<sup>603</sup> e, conforme constatamos, ligado a políticos e militares no âmbito estadual e nacional. Isto se verifica por meio do próprio movimento revolucionário de 1927, quando o chefe civil teria perguntado a Olegário sobre as forças que vinham em sua direção para combatê-los. Caso fossem do Exército, poderia ser que viessem sob commando de oficiais amigos e como o telegrafista lhe informou que eram forças da policia, Fabrício então mandou soltar uma locomotiva todo vapor, rumo Três Barras para interceptar a vinda das forças anunciadas.<sup>604</sup>

Em 10 de abril 1936, quando veio a falecer, na cidade de Valões, atual Irineópolis, Fabrício Vieira não dispunha de recursos para pagar o próprio funeral. Foi o coronel Domit, segundo nos informa seu neto, Roberto Domit, quem custeou as despesas do seu falecimento. Ligado a influentes políticos, como o senador Pinheiro Machado, no Rio Grande do Sul, e respeitado pelas autoridades catarinenses, como foi possível um coronel que agregou tamanho prestígio, poder e proteção morrer pobre? É possível que a importância dos civis-vaqueanos tenha declinado com o advento de Getúlio Vargas ao poder, a partir de 1930. Como também pode ser que inimizades políticas no interior da maçonaria tenham contribuído para o seu declínio.

Fabrício Vieira e Fabrício das Neves foram chefes civis em torno dos quais havia muitos homens com os quais contavam nos diversos conflitos que se envolveram. É difícil precisar o controle sobre eles ou quando agiam por conta própria, pois fazer parte dos seus bandos era também uma forma de proteção.

---

<sup>603</sup> Apesar de entrarmos em contato com a direção da loja maçônica, não obtivemos mais informações até o momento.

<sup>604</sup> Ibid., f. 18-18v, 34-35. Depoimento de Francisco Legat. A velocidade do trem foi excessivamente elevada em virtude da admissão do vapor completamente aberto, que a levaria a descarrilhar antes de chegar na estação seguinte.

Os conflitos políticos, jurídicos e criminais que nos possibilitaram o acesso a trajetória e perfis biográficos ajudam a entender a atuação das chefias locais na década de 1920. No próximo capítulo, analisaremos outros levantes na Comarca de Cruzeiro na década de 1920, visando explorar a atuação dos chefes menores que de alguma forma vinculavam-se àqueles coronéis.



## CAPÍTULO 4 – OUTROS LEVANTES NO MEIO OESTE CATARINENSE

Enquanto aconteciam os movimentos de Fabrício das Neves e Fabrício Vieira, associados ao tenentismo e às questões da política estadual e nacional, outros levantes ocorreram no mesmo período relacionados diretamente aos conflitos de terras<sup>605</sup> no âmbito local. Apesar disso, estes casos não ficaram circunscritos ao Meio Oeste catarinense.<sup>606</sup>

Neste capítulo analisaremos outros levantes ocorridos em Cruzeiro e adjacências durante a década de 1920 visando identificar a atuação dos chefes menores - chefias locais que eram reconhecidas como parte de um bando maior -, dos posseiros que buscaram a justiça para requerer o título de propriedade bem como de políticos eminentes que ganhavam cada vez mais notoriedade e inserção na política catarinense. Nesta análise, utilizaremos alguns casos melhor documentados, a partir dos quais conseguimos rastrear maiores informações sobre suas trajetórias e que podem ser considerados exemplares para a análise destes levantes.

É importante considerar que o início do século XX é um período no qual um mercado de terras voltado para o estabelecimento de imigrantes começava a se formar na fronteira de expansão a oeste sobre a qual houve intensa disputa de limites. A presença da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande agravava ainda mais o problema de terras ao longo do traçado da ferrovia. A indefinição dos limites entre os dois Estados foi negociada e resultou na assinatura do Acordo de Limites, em 1916, conforme analisado no capítulo 1.

A assinatura do acordo não impediu, entretanto, o avanço de grandes proprietários nessas regiões, incentivado tanto pelo estado do Paraná e quanto de Santa Catarina através da expedição de títulos de propriedade, intensificando, assim, a expropriação dos habitantes pobres da região. Havia ainda o agravante da cláusula 9 do Acordo, que estabelecia a prioridade da titularidade paranaense frente aos proprietários catarinenses, caso fossem

---

<sup>605</sup> Por “conflito de terra” entende-se o confronto de agentes sociais opostos em relação a entendimentos diferenciados e, portanto, conflituosos em relação ao direito a terra. Trata-se de um embate de interpretações sobre aquele direito e pode variar desde um confronto direto a ações judiciais para a sua resolução. (CONFLITO de terra. *In*: E-DICIONÁRIO da Terra e do Território no Império Português, 2013. Disponível em: <http://editip.net/category/conflito-de-terra/>. Acesso em: 8 mar. 2019.).

<sup>606</sup> É importante ressaltar que o município de Cruzeiro foi criado em 1917, juntamente com Chapecó, Mafra e Porto União. Cruzeiro era o primeiro município do lado direito do Rio do Peixe, no antigo Sul dos Campos de Palmas, do estado do Paraná. Quando foi criado, havia no município os povoados de Catanduva (Catanduvras), Campo (Herciliópolis), Alto Veado (Peritiba), Limeira, Sertãozinho (Irani), Rio das Pedras (Videira), Passo da Limeira (Luzerna), Rio Capinzal (Ouro), Ipira e Bela Vista (Esteves Junior) além de outras colônias, fazendas e moradias. Em 1938, a sede do município foi elevada à cidade com o mesmo nome do município, Cruzeiro. Em 1943, a cidade e o município foram denominados Joaçaba. No entanto, desde 1934, o município já estava sendo desmembrado em outros novos municípios. (QUEIROZ, Alexandre Muniz de. **Álbum comemorativo do centenário do município de Joaçaba**. Joaçaba: IP-Paraná, 1967. p. 8-9.

contestados os imóveis que passavam para a jurisdição catarinense.<sup>607</sup> Porém, a Lei de terras de Santa Catarina estabeleceu que os títulos de terras registrados no Paraná na zona do ex-Contestado, teriam de ser registrados junto à Diretoria de Terras da Secretaria Geral, por intermédio das Agências de Terras, no prazo de 2 anos a contar de 1º de janeiro de 1918.<sup>608</sup>

Após o Acordo de Limites intensificou-se o incentivo por parte do estado catarinense da colonização do oeste com imigrantes europeus. Nesse contexto, o estado concedeu terras à Companhia da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande atribuindo-lhe também a colonização que foi comandada por empresas pertencentes à *Brazil Railway Company*, acionista majoritária que controlava não apenas a EFSPRG, mas grande parte do sistema ferroviário nacional. O avanço de grandes proprietários e a entrada de novos imigrantes chocavam-se com a presença de famílias de pequenos proprietários e posseiros, muitas delas de lavradores e criadores provenientes do Rio Grande do Sul.<sup>609</sup> Nesse contexto, ocorreram diversos conflitos que disputaram física e juridicamente o direito a terra no ex-Contestado.

Em 1921, o levante dos caboclos liderados por Antônio Palhano contra o engenheiro Witold Roguski repercutiu internacionalmente, culminando em uma querela diplomática entre Brasil e Polônia. No mesmo ano, o levante dos posseiros na propriedade Rancho Grande, mostra que além de pegar em armas, a ação tinha respaldo político de autoridade reconhecida, como do advogado Henrique Rupp Jr. de Campos Novos. Nesse período, posseiros e proprietários regularizados processaram individualmente a Companhia ferroviária. O caso de Vivaldino Silveira de Ávila, melhor documentado e sobre o qual encontramos maiores informações a partir do cruzamento das fontes, servirá como referência para a análise dessas disputas no campo jurídico.

Políticos catarinenses se posicionavam em relação às disputas de terras. Vários posseiros tinham como representante o advogado e político Henrique Rupp Jr., enquanto a Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, o advogado Nereu Ramos, filho do ex-governador Vidal Ramos.

---

<sup>607</sup> SANTA CATARINA (Estado). Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em sessão extraordinária de 24 de Novembro de 1916, pelo sr. dr. Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catharina. p. 5-11.

<sup>608</sup> SANTA CATARINA (Estado). Lei n. 1.181, de 4 de outubro de 1917. APESC: Coleção de Leis de Terras e Colonização, 1892-1939. Florianópolis, 19 de setembro de 1939. p. 173.

<sup>609</sup> Sobre o processo da entrada de agricultores rio-grandenses em Santa Catarina, cf. ZARTH, Paulo A. Colonos imigrantes e lavradores nacionais no Sul do Brasil: projetos de ocupação da terra em conflito. In: \_\_\_\_\_. (org.). **História do campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2012. p. 223-242.

#### 4.1 LEVANTE DOS POSSEIROS EM CATANDUVAS

Em 25 de março de 1921 um grupo de “caboclos revoltados” organizaram-se no interior do município de Cruzeiro, entre a localidade de Pinhal Grande e Dois Irmãos, no atual município de Concórdia, e marcharam para Catanduvas, que era a sede da Comarca naquele ano, para “reclamar a invasão de suas terras pelos colonos e colonizadores”.<sup>610</sup> Os caboclos tinham como chefe Antônio Palhano e ao chegar em Catanduvas, prenderam um soldado da polícia tomando o seu fuzil e levando-o como refém. As autoridades de Catanduvas sabiam do movimento e tão logo os avistaram travaram um tiroteio envolvendo, de um lado, policiais e civis armados e, de outro, os revoltosos, que debandaram. Entre os mortos e feridos do lado das forças policiais estava o colono e engenheiro Witold Roguski, que faleceu quando estava sendo transportado para o hospital em Ponta Grossa.

Esta versão foi registrada pelo memorialista José Waldomiro Silva, no livro que narra suas memórias sobre os conflitos que vivenciou e ouviu falar Oeste Catarinense.<sup>611</sup> Pesquisando acerca do caso, encontramos outras fontes contendo maiores detalhes acerca do imigrante Roguski, enquanto do caboclo Palhano, apenas informações indiretas.

Em 1918, Witold Roguski prestava serviço para a Secretaria da Estrada de Rodagem do Paraná e foi responsável pela abertura de um caminho de cargueiro para ligar a estrada de Clevelândia à margem do Rio Santo Antônio, na fronteira com a República Argentina.<sup>612</sup> A abertura deste caminho visava o posterior estabelecimento de uma estrada de rodagem e de uma povoação.<sup>613</sup> Um ano antes, em 1917, Roguski obteve título definitivo de quatro áreas de terras no município de Palmas, denominadas Sarandi, Fazendinha, Suruí e Fachinal do Jacutinga.<sup>614</sup> No final do mesmo ano, sua mulher, Maria Roguski, deu plenos poderes ao engenheiro para proceder qualquer transação de compra e venda dos bens, através de

---

<sup>610</sup> SILVA, José Waldomiro. **O Oeste Catarinense...** 1987. p. 37-38.

<sup>611</sup> Ibid.

<sup>612</sup> PARANÁ (Estado). Relatório apresentado ao Exmo Sr. Dr. Affonso Alves de Camargo, Presidente do Estado pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Secretário do Estado d’Estado dos Negócios da Fazenda. Agricultura e Obras Publicas. 31 de Dezembro de 1918. Exercício 1917-1918. Primeira Parte. Typ. Da Republica. Curitiba, 1918, p. 180-181.

<sup>613</sup> Ibid., p. 180. O serviço incluía a limpeza de vinte metros em torno do caminho sendo que a zona central, cinco metros para cada lado, deveria estar perfeitamente roçada. O pagamento acordado foi de 50 réis por metro quadrado de caminho e 300 réis por metro linear de estudos realizados, mediante medição procedida por um funcionário técnico da Secretaria e respectivos desenhos que deveriam ser apresentados.

<sup>614</sup> Ibid., p. 215-217. Conforme o relatório, as áreas das terras são 76.438.100 m<sup>2</sup> das terras denominadas Sarandy; 3.986.110 m<sup>2</sup> das terras Fazendinha; 48.970.000 m<sup>2</sup> das terras Suruh e 1.679.100 m<sup>2</sup> do Fachinal do Jacutinga.

procuração registrada no cartório do município de Cruzeiro.<sup>615</sup> Anos depois, mesmo já falecido, seu nome consta na relação das chácaras de Cruzeiro, em 1927, sendo o único registro cartográfico encontrado das terras que havia registrado. Em anexo, consta uma planta que mostra essa área.<sup>616</sup>

Roguski era um imigrante familiarizado com as práticas jurídicas que protegiam e davam titularidade às formas de propriedade privada que se tornavam, cada vez mais, o único modelo aceitável de posse de terras na região. Segundo os dados encontrados, Roguski adquirira terras na região de Palmas, no ex-Contestado, no período em que houve uma corrida pela requisição de títulos logo após o Acordo de Limites de 1916. Em 1917, quando foi instalado o município de Cruzeiro, o colono consta na ata de instalação do município como membro efetivo da junta de eleitores, sendo o suplente da mesa eleitoral da quarta seção de Catanduvás, próxima de Sertãozinho, a seção eleitoral da qual Fabrício das Neves era membro. Apesar de, em 1918, Roguski ter prestado serviço ao governo paranaense na região do Iguaçu, na fronteira com a Argentina, foi próximo à ferrovia, no ex-Contestado catarinense que o imigrante se estabeleceu.

Em sua tese de doutorado, Viviani Poyer identificou uma questão diplomática entre Brasil e Polônia, decorrente deste conflito. Poyer identificou Witold Roguski como um imigrante polonês, natural de Varsóvia, com 38 anos, quando foi baleado, deixando três filhos menores e sua esposa Maria Roguski. Segundo o levantamento da autora, foi aberto um processo judicial iniciado em 25 de fevereiro de 1922, na comarca de Cruzeiro. Apesar de não termos encontrado esse documento, as informações desses autos foram incorporados na documentação trocada entre o Itamaraty e a Legação Polonesa no Brasil. Entre as notas e telegramas trocados pelos representantes diplomáticos poloneses e o Ministério das Relações Exteriores brasileiro, encontravam-se diversas reclamações dos familiares enviadas ao consulado e ratificadas pelo corpo diplomático. Esse era um procedimento bastante utilizado pelas diversas legações estrangeiras para requerer do governo brasileiro indenizações por danos materiais ou físicos, sofridos por imigrantes europeus aqui no Brasil. Nesse caso, mais especificamente, a Legação fez um pedido de 600 contos de réis, como forma de indenização à família por conta da morte do imigrante. Por meio desse caso, a autora constatou além da questão diplomática, uma questão de ordem nacional importante para refletir sobre a diferença

---

<sup>615</sup> Procuração passada em 29/11/1917. 1º Livro de Registro. Cartório Mattos. Comarca de Joaçaba. 1917. p.7-7v.

<sup>616</sup> Anexo B.

no tratamento dado aos imigrantes e aos caboclos da região. Outro aspecto relevante que identificamos são as expectativas dos imigrantes ao migrarem para a fronteira.

Em um documento enviado ao Ministério das Relações Exteriores no Brasil, o ministro polonês argumentou que o estado de Santa Catarina era responsável pela segurança do imigrante:

Tendo em vista que a manutenção da ordem no territorio dos Estados compete aos respectivos governos estadoaes e tendo sido verificado no territorio do Estado de Santa Catharina, chamado Ex-contestado, *um movimento revolucionario de jagunços em 1921*, a família do fallecido considerando que *competia ao Governo do Estado de Santa Catharina a manutenção da ordem e a protecção da vida e propriedade* do cidadão estrangeiro e avaliando as perdas soffridas com a morte do marido e pae, em seiscentos contos de reis, segundo consta da justificação anexa, vem por intermedio desta Legação pedir a Vossa Excellencia a intervenção junto as autoridades competentes para obter a indemnisação de seiscentos contos de reis.<sup>617</sup> [grifo nosso]

Neste excerto da Legação Polonesa, a autora identificou informações do processo iniciado na Comarca de Cruzeiro. O requerente fora Witold Kowerski, concunhado de Roguski, com 46 anos, imigrante e negociante na estação Herval. Em seu depoimento, Kowerski declarou que o engenheiro foi ferido quando estava em companhia de outros cidadãos e defendia a Vila de Cruzeiro “contra um assalto de um bando de desordeiros armados e que a esta defesa foram convidados pelo comandante da Força Pública Estadual.”<sup>618</sup> Sua declaração também explica o valor requerido como indenização de seiscentos contos de réis uma vez que a renda anual de Witoldo Roguski, pela atividade profissional que desenvolvia, não era inferior a trinta contos de réis. Outra testemunha endossou que Roguski havia pego em armas para defender a vila a pedidos do comandante da polícia, Capitão Antônio Marques de Souza.

A este requerimento, o governo brasileiro respondeu em defesa da atitude da polícia catarinense, tirando conclusão oposta ao representante polonês, argumentando que “o commandante da força publica fez quanto delle dependia para garantir a Villa contra os invasores e que Witold Roguski se empenhou na lucta, de que trata V.Ex., porque assim julgou conveniente.” Sem negar o auxílio do imigrante, ressaltou não ser possível por parte do governo brasileiro interceder junto ao governo catarinense a reclamação dos herdeiros de Roguski. Conforme sua exposição:

<sup>617</sup> Nota nº 105, enviada pelo Ministro Plenipotenciário da Polônia ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil. 10 de out. 1923. *In*: Arquivo Histórico do Itamaraty, Representações Estrangeiras - Polônia. Notas e Telegramas Recebidos, 1916 a 1926. 289/1/7. Representações Diplomáticas Estrangeiras no Brasil. Telegramas/notas recebidas. 289/1/7. Arquivo Histórico do Itamaraty, RJ.

<sup>618</sup> *Ibid.*

De facto reza o texto do 1º item da referida justificação: "o finado Witold Roguski foi ferido na ocasião em que, em companhia de outros cidadãos, defendia a Villa do Cruzeiro contra um assalto de um bando de desordeiros armados e que esta defeza foram convidados pelo comandante da Força Publica Estadoal."

Verá, portanto, V. Ex. que, mesmo se outros motivos não houvesse, bastaria o que acabo de expor, para que este Ministerio se veja impossibilitado de encaminhar ao Estado de Santa Catharina a reclamação dos herdeiros de Witold Roguski.

Aproveito o ensejo para renovar a V. Ex. os protestos da minha alta consideração. Felix Pacheco.<sup>619</sup>

A esta resposta, o governo polonês se posicionou enviando novamente correspondência ao Ministério das Relações Exteriores, enfatizando a importância da indenização. Ademais, ressaltou-se o aspecto sobre a força policial do município ser insuficiente intimando os cidadãos que os auxiliassem. Considerando este quadro, foi solicitado a abertura de um inquérito para apurar devidamente os fatos.<sup>620</sup> Alegando não haver nada de novo no exposto pela autoridade polonesa, o governo brasileiro lastimou a perda de um cidadão polonês nas condições em que tomou conhecimento. No entanto, negou a sua responsabilidade, nas esferas federal e estadual, expondo a responsabilidade dos imigrantes que para cá vieram em busca de vantagens:

Parece, Senhor Director Geral, que *a obrigação em que está o Governo de defender nacionaes e estrangeiros tem limites*; entre estes está a difficuldade, talvez mesmo a impossibilidade material, de estender a sua acção a grandes distancias de centros civilizados.

Alem disso, cabe aos colonos nacionaes e estrangeiros evitar estabelecerem-se em localidades onde possam ser victimas de aggressões dessa ordem; si as escolhem é que as vantagens esperadas permittem correr certos riscos, e ahi temos um simples colono, cuja morte é taxada em seiscentos contos de reis.

Mas, certamente, *um Governo não pode ser responsavel pelas consequencias desastrosas da ambição de um risque-tout*, assim como não se pode culpar a policia de uma grande capital pelo assassinato e o roubo em bairros conhecidamente perigosos. [...]<sup>621</sup>

Conforme expôs o mediador brasileiro, cabia aos colonos evitar estabelecerem-se em localidades onde pudessem ser vítimas de agressões e, se assim escolheram, era porque entendiam valer a pena correr os riscos. Dessa forma, o governo não podia arcar com as consequências de um “*risque-tout*”. Este argumento demonstra que o ex-Contestado era conhecido pelo governo brasileiro como uma região que alimentava expectativas de vantagens na fronteira. E também era reconhecido como uma área onde os “corajosos” iriam se aventurar por sua conta e risco. Nesse sentido, é também o reconhecimento oficial da falta de

<sup>619</sup> Nota Nº PE/567/46, enviada pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil ao Ministro Plenipotenciário da Polônia. 24 de out. 1923. *In*: Arquivo Histórico do Itamaraty, Representações Estrangeiras - Polônia. Notas e Telegramas Expedidos, 1920 a1926. 289/1/11.

<sup>620</sup> Nota nº 1111/23, enviada pelo Ministro Plenipotenciário da Polónia ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil. 12 de dez. 1923. *In*: Arquivo Histórico do Itamaraty, Representações Estrangeiras - Polónia. Notas e Telegramas Recebidos, 1916 a1926. 289/1/7.

<sup>621</sup> *Ibid.*

condições para o funcionamento normal do aparelho de Estado naquela região. Contudo, não se pode concluir que os indivíduos que migravam para a fronteira buscavam apenas se beneficiar em detrimento dos riscos, quando em muitos casos esses emigravam da Europa para a América em busca de melhores condições de vida.

No início do século XX, havia grande incentivo por parte dos governos paranaense e catarinense na atração de imigrantes para a fronteira, sendo que o fomento à colonização fazia parte das políticas governamentais aumentando o movimento migratório interno.<sup>622</sup> Os imigrantes alimentavam expectativas respaldados pelos governos que propagavam a ideia de que a zona de fronteiras era também zona de oportunidades. Esse era o caso de algumas autoridades enviadas para o território do ex-Contestado, que visavam favorecimento pessoal, como por exemplo, o coronel Passos Maia que tinha interesse na atividade comercial da erva-mate em Herval, que levou o governo catarinense a transferi-lo como delegado de polícia para o município de Cruzeiro, devido a proximidade da ferrovia.<sup>623</sup> Roguski pode ser incluído no grupo de imigrantes que se beneficiaram da situação de fronteira registrando diversas glebas de terras em cartório paranaense e prestando seus serviços como engenheiro.

Nos jornais do período encontramos menção a seu falecimento apenas na *A Republica do Paraná*, onde consta que Roguski era muito conhecido na capital paranaense e que trabalhava com outro engenheiro, Francisco Beltrão.<sup>624</sup> Nessa notícia, Roguski teria falecido devido a ferimentos recebidos no Herval e não em Catanduvas. Este aspecto demonstra a associação do local do conflito à zona lindeira da estrada de ferro, pois Catanduvas ficava mais a oeste da linha férrea. O mapa possibilita visualizar a povoação quando, em 1927, era designada Cruzeiro e a estação Herval. Também está destacada a localidade de Pinhal de onde os posseiros saíram em direção a Catanduvas.

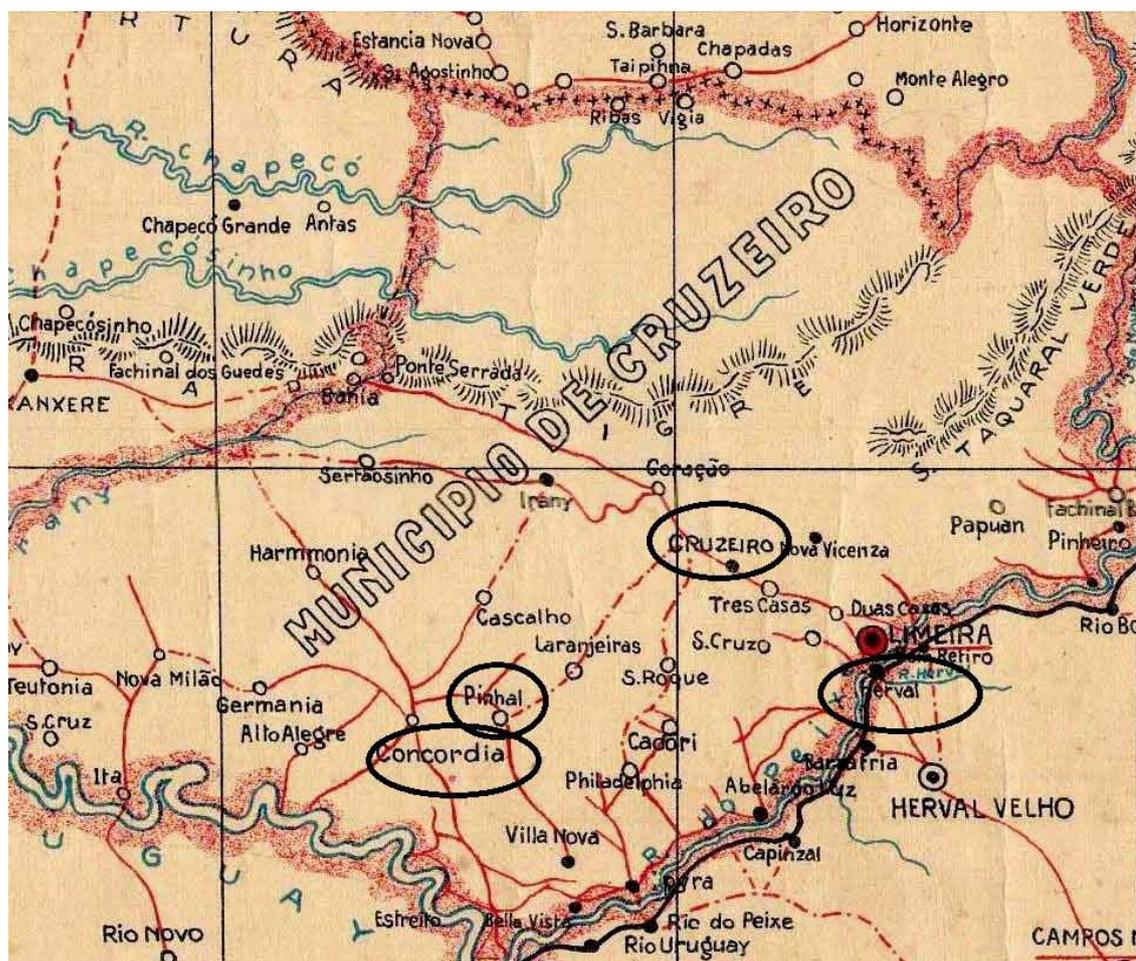
---

<sup>622</sup> É importante ressaltar que em sua maioria os imigrantes e descendentes de imigrantes eram provenientes das velhas colônias do Rio Grande do Sul, tratando-se de um movimento migratório interno, conforme pontuamos no capítulo um.

<sup>623</sup> O coronel Manoel dos Passos Maia, natural de Jaguarão, Rio Grande do Sul, foi delegado de polícia (1918) e superintendente de Chapecó (1921). Foi transferido como delegado de polícia para Cruzeiro (1925), onde se tornou superintendente (1926-1930 e 1935-1936). Foi deputado por várias vezes. (PIAZZA, Walter. **Dicionário Político Catarinense**. 1994. p. 323.).

<sup>624</sup> *A Republica*, 11/04/1921. Ano XXXV, n. 83, p. 2, col. 3. Curitiba.

Figura 11 – Localidades do Levante de Catanduvas



Fonte: SANTA CATARINA (Estado). Secretaria de Planejamento. **Recorte do Mapa de Santa Catarina**.  
Desenhista: Oscar Schmidt. Florianópolis: Ed. Livraria Central, 1927.

Ademais, Poyer observou que a argumentação brasileira explicitou a diferença de tratamento dado por parte da justiça entre colonos e caboclos da região. Para o mediador brasileiro, os colonos estrangeiros não poderiam usufruir de privilégios em relação aos nacionais, afim de causar-lhes “a impressão de desamparo e de inferioridade do brasileiro em sua própria terra diante do estrangeiro uma vez que certamente nenhum colono nacional ousaria, nas mesmas condições, reclamar sequer dez contos de réis”.<sup>625</sup> Com esta posição, o governo brasileiro negou o pedido de indenização feita pela família de Witold Roguski, encerrando o caso.

Encontramos menção a outros Roguski, podendo se tratar de outro agente das estradas na região de Calmon. Entre os imigrantes acionados por Paes Leme no Levante de 1922, consta José Roguski, responsável pelo combustível da estrada, que teria enviado um

<sup>625</sup> POYER, Viviani. **O caso Witold Roguski**. 2017. Texto cedido pela autora. No prelo.

telegrama a outro imigrante repassando o pedido do oficial sobre a necessidade de armas.<sup>626</sup> Posteriormente, em 1945, encontramos o nome do curitibano e republicano Ostoja Roguski que, segundo Luiz Tourinho, tinha “reduto eleitoral na linha Sul, entre Irati e União da Vitória,” onde predomina o eleitor de origem polonesa.

Diferente de Witold Roguski encontramos menos informações sobre Antônio Palhano, apontado como o responsável pelo levante. O chefe caboclo pertencia a grande família Palhano que se envolveu na Guerra do Contestado. No processo do Irani, instaurado para apurar a Batalha do Banhado Grande, em 1912, Antônio Palhano é mencionado nos depoimentos de testemunhas entre os homens que acompanhavam o monge José Maria.<sup>627</sup> No inquérito de Fabrício das Neves, analisado no capítulo 2, seu nome é mencionado como membro da “gente de Fabrício” e que este o teria acobertado nesse levante de 1921. Na mesma fonte consta o depoimento de Pedro Manoel Palhano, com 29 anos, natural do Rio Grande do Sul, como um dos homens que ajudaram no sepultamento dos corpos encontrados às margens do Rio Irani. O sobrenome Palhano consta anteriormente entre os sertanejos de Taquaruçu perseguidos pelas forças do governo durante a Guerra do Contestado, como Libino Alves Palhano. João Maria Palhano, seu Lica, viveu nos redutos, em Taquaruçu, quando era criança, por volta dos 2 anos. Sua mãe era de Passo Fundo e migrou com a família para a região de Taquaruçu depois da Revolução Federalista, para evitarem perseguição. Ainda não é possível saber a relação entre os Palhanos, mas possivelmente trata-se de uma família proveniente do Rio Grande do Sul que migrou para o estado catarinense para fugir de perseguições políticas, em busca de uma vida melhor.

Em 1921, quase dez anos da Batalha do Banhado Grande, Antônio Palhano continuava atuando na região do Irani e junto a outros “caboclos revoltados”, conforme registrou Waldomiro Silva, para reclamar a invasão de suas terras pelos colonos e colonizadores. Após a Guerra do Contestado, Antônio Palhano continuou a lutar pelas terras que considerava ter o direito de permanecer e o levante que liderou, e que culminou entre outras coisas, na morte do imigrante Roguski, buscava enfrentar o processo de colonização com colonos que não o incluía, significando assim, a sua expulsão. Diferente de Roguski, não encontramos nenhuma referência nos registros de cartório mencionando Antônio Palhano. Mas a ação do levante aponta para uma noção de direito a terra diferente da que Roguski já estava habituado. Para Palhano e seu grupo, a formalização fundiária, nesses termos, era uma ameaça, por isso atacaram Catanduvas.

---

<sup>626</sup> Processo do Levante de Abril de 1922. f. 33.

<sup>627</sup> Processo do Irani. f. 83.

Nesse sentido, é importante considerar que não era a partir da noção de propriedade individualizada e titulada em cartório que a sociedade brasileira do início século XX se organizava, mas a partir da noção do “domínio” e “da posse”. Isso não significa que não houvesse transações de compra e venda de terra, mas esse mercado de terras não era canalizado para algumas empresas privadas. De qualquer forma, a concepção da propriedade moderna no Brasil, mediada pelo estado com registro em cartório e validado pelas autoridades públicas, apenas se torna hegemônica a partir dos anos de 1930 e 1960, dependendo da região brasileira.<sup>628</sup>

Após esse levante, não temos maiores informações sobre o paradeiro de Antônio Palhano ou o que aconteceu com as terras em conflito, o que seria possível se tivéssemos encontrado a ação judicial mencionada pela Legação Polonesa. Porém, nesse ano de 1921, o governador Hercílio Luz explicitava em relatório oficial a necessidade de aumento da força pública do estado devido a “anexação da antiga zona litigiosa.”<sup>629</sup>

O povoado de Catanduvás ficava dentro da Fazenda Rancho Grande, cuja área foi alvo de disputa judicial entre outro posseiro e a Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, enquanto decorria o processo de colonização, conforme analisado a seguir.

#### 4.2 LEVANTE DOS POSSEIROS NA PROPRIEDADE RANCHO GRANDE

Em 31 de outubro de 1921, um grupo de prepostos da Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, entre eles agrimensores, que fazia a divisão de lotes coloniais na Fazenda Rancho Grande, foram abordados por Santos Titão e mais quatro homens.<sup>630</sup> Essa fazenda fazia limite a oeste com o estado do Paraná e os demais limites são bastante vagos, conforme demonstraremos adiante. Armados e munidos de uma carta que tinha a assinatura do advogado e político Henrique Rupp Jr., declararam que iam embargar os serviços de medição, mandando que largassem o trabalho e se retirassem do local. Caso continuassem a medição, ameaçaram-nos de ser “tocados à porrete.”

<sup>628</sup> BENATTI, José Helder. Apropriação privada dos recursos naturais no Brasil: séculos XVII ao XIX. (Estudo da formação da propriedade). In: NEVES, Delma Pessanha (org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**: formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, v. 2. p. 214.

<sup>629</sup> Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, pelo governador Hercílio Pedro da Luz, 1921, p. 34.

<sup>630</sup> Esse episódio faz parte do termo de assentada das testemunhas que testemunharam para a Justificação requerida pela Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, envolvendo a propriedade Rancho Grande, no Município de Cruzeiro, em 1921. (*apud* CAVALLAZZI, Rosângela L. **Contestado**: espaço do camponês... 2003. p. 70.).

Este acontecimento assemelha-se ao movimento de Antônio Palhano contra o processo de colonização, mas com uma ação diretamente voltada contra os agrimensores. Nesse caso, os posseiros usaram para se defender uma carta assinada por Rupp Jr., além de ameaçarem com violência. Diferente do levante anterior, houve uma espécie de filiação a uma autoridade reconhecida. Significava também uma disputa entre diferentes “papéis”, o papel da carta escrito pelo advogado e o papel da demarcação que se realizava no trabalho do agrimensor.

O levante dos posseiros na propriedade Rancho Grande, foi registrado nos autos de uma ação possessória movida pela Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande contra onze posseiros, a qual tivemos acesso indiretamente através da dissertação de Rosângela Cavallazzi. Segundo as testemunhas, os posseiros sabiam que a Companhia “não era senhora possuidora” daquelas terras, já haviam requerido ao governo catarinense as terras na mesma propriedade e aguardavam a medição das mesmas.<sup>631</sup> Em outro documento, a autora observou que o estado catarinense argumentava que a Propriedade Rancho Grande ficava além de 15km do traçado da ferrovia, portanto fora da área prevista por lei, e que se tratava de uma aliança entre a Empresa estrangeira e o governo paranaense. Além disso, nem toda a área marginal à linha tronco era ocupada em 15km, a média de ocupação era de 9 km.<sup>632</sup>

Para Cavallazzi, o impedimento dos posseiros contra os agrimensores carregava um “descompasso entre os Estados do Paraná e Santa Catarina a respeito do território Contestado” e o estado catarinense não reconhecia os direitos dominiais que a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande tinha adquirido por título do Governo do Paraná. Além de não reconhecer as concessões efetuadas anteriormente pelo Paraná, a autora observou que o estado catarinense empreendia concessões na mesma área alimentando os litígios de terras no Meio Oeste.<sup>633</sup> Apesar disso, o meio mais eficaz de atuação da Companhia São Paulo-Rio Grande por meio das suas subsidiárias *Brazil Railway Company* e da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, foi o processo de colonização estabelecido de forma definitiva após 1910, resultando em profundas influências sobre a institucionalização da propriedade privada no Meio Oeste catarinense. Cabe ressaltar que a demarcação das terras foi feita diretamente pela *Brazil Railway* sem o acompanhamento do Estado.

Retomamos o caso analisado pela autora, pois sua dissertação é um dos primeiros estudos a problematizar os conflitos de terras usando como fontes as ações judiciais. A

---

<sup>631</sup> CAVALLAZZI, Rosângela L. **Contestado**: espaço do camponês... 2003, p. 70.

<sup>632</sup> *Ibid.*, p. 73.

<sup>633</sup> *Ibid.*, p. 71.

mesma propriedade sobre a qual os posseiros impediram a demarcação pelos agrimensores, foi objeto de disputa judicial em uma ação de usucapião movida por Luiz Poyer contra a Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, em 1920.<sup>634</sup> Dessa ação, tivemos acesso apenas a uma parte, um recurso no período denominado “instrumento de agravo”.<sup>635</sup> Com esse recurso, a Companhia exigia que a ação corresse na comarca de origem da empresa, no caso, o Rio de Janeiro. Isso dificultava e até mesmo poderia impedir os proponentes de prosseguirem seus litígios, dados os custos envolvidos no deslocamento para a capital do país. O posseiro tinha como advogado, Henrique Rupp Jr. e a Companhia, era representada por Oscar Scheibler, que concentrava as funções de procurador e superintendente da Companhia em Herval. Scheibler apresentou uma procuração retirada do cartório do município de Mafra, que informa que a Companhia contava com um responsável nos processos de verificação de medições e legitimação dos terrenos que obtivera por concessão, sem especificar quem era o agente ou as terras em disputa nos autos.<sup>636</sup> E, para provar o direito da Companhia, apresentou o “Título de Domínio” registrado em cartório paranaense:

TITULO DE DOMINIO. Numero um. Estado do Paraná. O Dr. Affonso Alves Camargo, Presidente do Estado. Faz saber que, tendo a Companhia da EFSPRG adquirido a título de cessão gratuita e feito medir e demarcar, de conformidade com o despacho presidencial de 11 de Fevereiro de 1908, leis e regulamentos em vigor, uma área de 325 milhoes 702 mil m<sup>2</sup> (32.570hectares e 20 ares) de terras devolutas, no lugar denominado RANCHO GRANDE, municipio de Palmas, para complemento da area correspondente de estradas de ferro de sua concessão, e provando ter effectuado os pagamentos devidos, fica a mesma companhia pelo presente titulo de propriedade, investida no dominio das terras comprehendidas na referida área, salvo direito de terceiros sobre as mesmas e respeitadas as prescrições de leis e regulamentos em vigor. E para firmeza manda passar o presente título que vai devidamente sellado. Secretaria de Estado dos Negocios de Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, em Curityba, 31 de Agosto de 1917. O presidente Affonso Alves de Camargo. O Secretario, Caetano Munhoz da Rocha. Titulo de dominio das terras adquiridas pela Companhia EFSPRG, situadas no municipio de Palmas, no processo fica arquivado sob o n. (em branco) da Secção do Arquivo. O Engenheiro Director, João Moreira Garcez. (...). Eu, Flavio Luz, official do Registro, subescrevi e dou fé. Curityba, 13 de Março de 1920.<sup>637</sup>

<sup>634</sup> CRUZEIRO (Comarca). Instrumento de Agravo n. 264. 1920. Agravante: Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Agravado: Luiz Poyer e sua mulher. Data de início: 08/10/1920. Data de fim: Localização: Arquivo da Biblioteca da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). (Adiante, será referenciado como Instrumento de Agravo de 1920, de Luiz Poyer.).

<sup>635</sup> “Instrumento de agravo”, atualmente denominado “agravo de instrumento”, consiste em um recurso de natureza cível a ser apresentado pela parte interessada que não se conforma com uma decisão proferida durante a tramitação do processo judicial na primeira instância, ou seja, antes da sentença dada pelo juiz de Direito. Foi este o recurso utilizado pela Companhia no meio da ação ordinária de usucapião proposta por Vivaldino e outros posseiros. Portanto, trata-se de uma parte da ação principal, mas que contém referências aos diferentes momentos do processo.

<sup>636</sup> Instrumento de Agravo de 1920, de Luiz Poyer. f. 2v-3.

<sup>637</sup> Instrumento de Agravo de 1920, de Luiz Poyer. f. 4.

Segundo esse documento, a Companhia teria medido e demarcado as terras da Rancho Grande para complemento da área de sua concessão. Adiante, consta que o título de domínio foi considerado o equivalente ao título de propriedade pelo governador paranaense Afonso Camargo, em 31 de agosto de 1917. O complemento da área, poderia ocorrer para compensar as terras marginais da ferrovia que não estavam contempladas na área de 9 km a que tinha direito. Mas a transformação do título de domínio em título de propriedade foi um ato político do governador, pois a Companhia precisaria provar as demarcações, o que seu procurador buscou fazer apresentando outro registro da mesma área na Comarca de Cruzeiro:

Extrato para transcrição. Freguesia do imóvel: Comarca de Cruzeiro de Santa Catharina. Denominação do imóvel: Rancho Grande. Confrontações e características do imóvel: *as constantes do processado de revalidação*. Área 325.702.000 m<sup>2</sup> (32.570 ha e 20 ares). Nome domicílio do adquirente: Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande com sede na Capital Federal. Nome domicílio do transmitente: o Estado do Paraná, em pagamento da compensação de dívida. Título: concessão estadual, por despacho presidencial de 11 de fevereiro de 1908, leis e regulamentos em vigor. Forma do título, data e tabelião que fez: título de domínio sob numero um expedido pelo governo do Paraná em 31 de Agosto de 1917. O valor do contrato: não declarado. Condições do contratante: reversão em caso de não aproveitamento dentro do prazo de 50 anos. Cruzeiro, 28 de julho de 1919. Pela apresentante, Marcelino Nogueira Júnior. (Esta uma estampilha Federal de 300 reis). Número 159 folhas 11 verso do protocolo. Registrado sob número 158 de folhas 46 do livro terceiro. Limeira, 28 de julho de 1919.<sup>638</sup>

Consultando os livros de registros da Comarca de Cruzeiro, não encontramos a transcrição acima. É possível que estivesse justamente no livro que foi roubado em 1932 ou que esse registro não existisse.<sup>639</sup>

Da parte dos lavradores Luiz Poyer e sua mulher Justina Saretto, o advogado apresentou as confrontações da Rancho Grande, informando que já havia procedido preliminarmente a justificação de posse e na área em questão havia diversas benfeitorias, casas, cercas e culturas.<sup>640</sup> Baseado nesses argumentos, propôs uma ação de usucapião para que a Companhia respeitasse o domínio dos posseiros.

O advogado da Companhia, apresentou outro termo de transferência de lotes de terras na Colônia Herval. Ao qual o escrivão Atilio Giorno informou que revendo o livro de registro de imóveis nada encontrou registrado pela Companhia referente ao imóvel em questão.<sup>641</sup>

<sup>638</sup> Instrumento de Agravo de 1920, de Luiz Poyer. f. 4v-5.

<sup>639</sup> Recurso criminal movido pelo juiz de direito contra Plauto José de Andrade e David Cruz, acusados do desaparecimento do livro número 2 do Registro de Títulos e documentos, pertencentes à Vila de Cruzeiro do Sul (antiga Limeira).

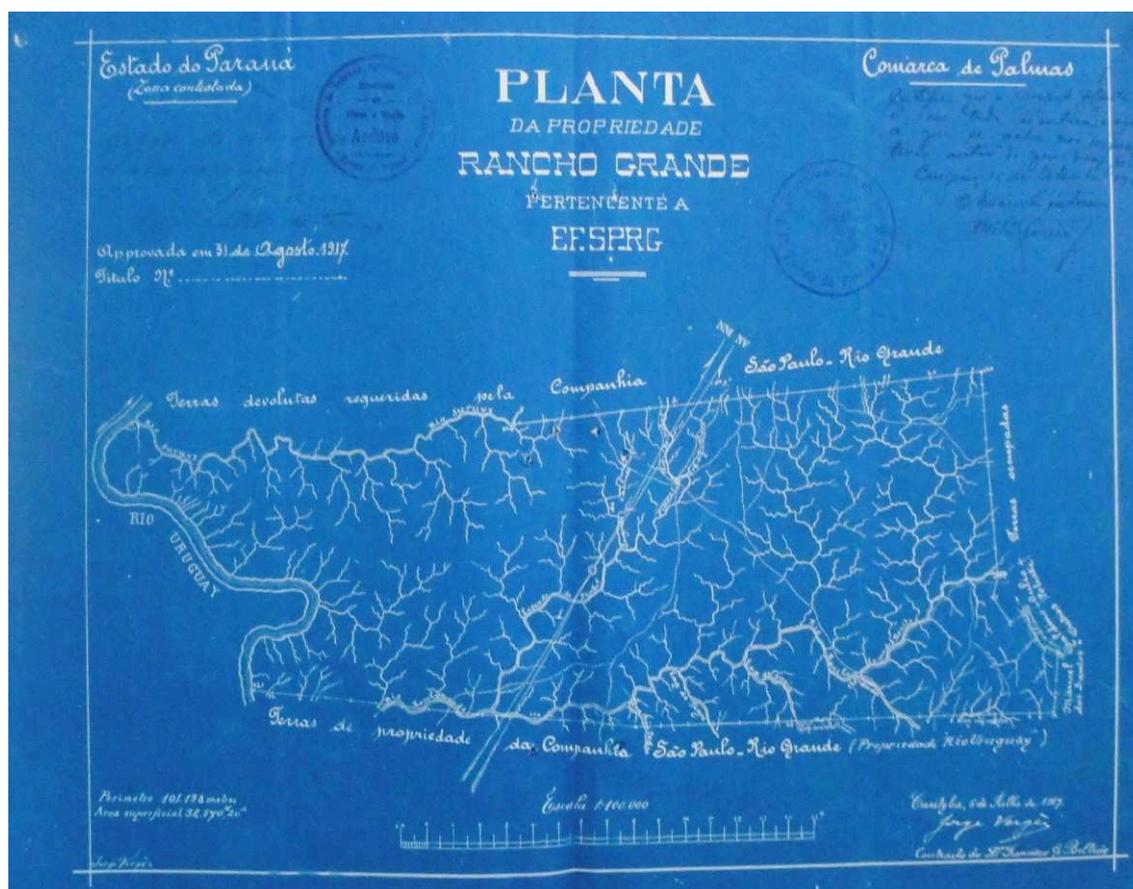
<sup>640</sup> As confrontações apresentadas são: “[...] ao Sul com as terras que formam a posse da família Berivas; ao norte com as terras de Camillo Xavier Leite; a leste por uma cordilheira partindo do Lajeado do Pinheiro até a Barra de Arroio Numbuca, seguindo por este acima e descendo depois ao Taquaral, ao oeste com Justiniano Cirino e Jesuino Mendes.” (Instrumento de Agravo de 1920, de Luiz Poyer. f. 10-10v e 13.

<sup>641</sup> Instrumento de Agravo de 1920, de Luiz Poyer. f. 13v.

Nesse caso, o que pode ser confirmado é que a Colônia Herval é uma área completamente diversa da Rancho Grande. Conforme argumentou o advogado Saturnino da Luz, tratava-se de uma “disputa por uma área que nem coincide.”<sup>642</sup> No entanto, a Companhia pode ter usado a Colônia Herval pelo fato do estado catarinense ter reconhecido as medições dessas terras, juntamente com outras áreas, pelo Decreto n. 932, de 14 de Abril de 1916.<sup>643</sup> Por esse decreto o governador Felipe Schmidt aprovou as medições das terras feitas pela Companhia, verificadas pelo Engenheiro Erico Giesck, nos lugares Rio Caçador, Rio das Antas, Rio Pelotas, Lageado do Veado e Herval, conforme os memoriais e plantas apresentadas na Secretaria Geral.

No entanto, a planta da Rancho Grande retirada do recurso de agravo, mostra vagamente as confrontações que a Companhia reiterava constar na concessão:

Figura 12 – Planta da propriedade Rancho Grande



Fonte: SANTA CATARINA (Estado). Tribunal de Justiça. **Instrumento de Agravo**. 1920. Agravante: Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Agravado: Luiz Poyer e sua mulher. Arquivo da Biblioteca da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). f. 15.

<sup>642</sup> Instrumento de Agravo de 1920, de Luiz Poyer. f. 18.

<sup>643</sup> SANTA CATARINA (Estado). APESC: Coleção de Leis de Terras e Colonização, 1892-1939. Florianópolis, 19 set. 1939.

O mapa mostra à esquerda o limite natural do Rio Uruguai e à direita terras de Manoel dos Santos e outros e terras devolutas. As demais confrontações são com terras da mesma Companhia. No lado direito consta a observação de que a planta foi aprovada pelo estado do Paraná em 31 de Agosto de 1917. É provável que o estado catarinense também tenha reconhecido essa demarcação, assim como o fez para as outras áreas reconhecidas por Felipe Schimdt. Apesar disso, a Lei de terras de Santa Catarina estabelecia que sempre que houvesse qualquer dúvida relativa aos limites, confrontações e área do terreno, se procederia uma verificação técnica da veracidade da concessão da área, limites e situação do terreno.<sup>644</sup> Este dispositivo legal não foi requerido pelos advogados dos posseiros. Uma das interpretações possíveis sobre a indefinição de localização, é que a ausência de demarcação poderia possibilitar alteração de domínio para qualquer outro lugar.<sup>645</sup> E esse caso é exemplar quando a Companhia apresenta os registros de terras da Colônia Herval quando tratava-se da regularização das terras da Propriedade Rancho Grande. É bem possível que essa tenha sido uma prática de aquisição irregular de terras por parte da Companhia.<sup>646</sup>

Ao final do recurso de agravo, quando a Companhia estava sendo representada na segunda instância pelo advogado Nereu Ramos, o STJ julgou incompetente a justiça do Estado em julgar a ação proposta.<sup>647</sup> Ademais, devido ao fato de o prazo de intimação ter passado sem que os posseiros intimados tivessem recorrido, o recurso foi dado por encerrado.<sup>648</sup>

Contudo, ao contrário do que observou Rosângela Cavallazi sobre o não reconhecimento do Governo Catarinense das concessões efetuadas à Companhia pelo Estado do Paraná, foi com base nesta concessão que a Companhia venceu a maior parte das ações junto ao Superior Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Essa contradição exposta pela autora perdurou durante toda a década de 1920.

Henrique Rupp Jr. era o advogado dos posseiros na maior parte das ações dessa natureza e, no interior do estado, substabeleceu seus poderes a outros advogados, como no caso de Saturnino Cunha da Luz, que atendia suas causas em Cruzeiro, Herval e Porto União.<sup>649</sup>

---

<sup>644</sup> SANTA CATARINA (Estado). Lei n. 1.181 de 4 de outubro de 1917. APESC: Coleção de Leis de Terras e Colonização, 1892-1939. Florianópolis, 19 set. 1939. p. 173.

<sup>645</sup> FORSTER, Germano de Rezende. **A privatização das terras rurais**. São Paulo. Manole, 2003. p. 72.

<sup>646</sup> MOTTA, Márcia. **Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. 2. ed. rev. e ampl. Niterói: Ed. UFF, 2008.

<sup>647</sup> Instrumento de Agravo de 1920, de Luiz Poyer. f. 18.

<sup>648</sup> Ibid., f. 24.

<sup>649</sup> Ibid., f. 2.

O caso de Luiz Poyer e Justina Saretto nos levou a um de seus descendentes, Breno Poyer, o último filho vivo do casal.<sup>650</sup> Breno contou que seu pai era curtidor de couro, trabalhava em curtume quando todo o trabalho era ainda feito de modo manual. Foi sapateiro e trançador, profissão que adquirira no Rio Grande do Sul, seu estado natal. Nasceu em Nova Bassano, mudou para Lagoa Vermelha, região campeira de Vacaria e de lá para Jaborá, onde trabalhou por um tempo na serraria de propriedade do pai, Ângelo Poyer e comercializava couro. A última atividade que exerceu foi como comerciante de uma loja de calçados em Jaborá. Segundo ele, seu pai mudou-se para Jaborá por indicação de Henrique Rupp Jr. As terras eram da Companhia, mas Rupp Jr. havia ficado com essa parte de Jaborá. A única menção que Breno faz à Fazenda Rancho Grande foi na mudança de Lagoa Vermelha para Jaborá, quando lembrou que “passou pela Rancho Grande”, mas não permaneceu, porque “não ia dar nada lá”, mudando-se para Jaborá. Breno não tem conhecimento de seus pais terem acionado a justiça para requerer uma porção de terras daquela Fazenda. Mas, sabia que seus pais eram revolucionários na Revolução de 1930. Esse aspecto pode significar uma aproximação política entre os Poyer e Henrique Rupp Jr., que estruturou em Santa Catarina a Aliança Liberal.<sup>651</sup> Sendo Rupp Jr. um advogado de muitos posseiros no ex-Contestado, é possível que tenha construído uma rede de apoio à nova chapa política estadual através do trabalho com a regularização de terras.

#### 4.3 POSSEIROS E PROPRIETÁRIOS REGULARIZADOS CONTRA A EFSPRG

Em 1920, diversos posseiros e proprietários regularizados processaram individualmente a Companhia ferroviária. Esta constatação foi muito reproduzida pela historiografia do Contestado ao tratar do problema de terras no território do ex-Contestado. O caso de Vivaldino Silveira d'Ávila sobre o qual encontramos maiores informações, servirá como referência para a análise destas disputas no campo jurídico. Porém, esta não é a história apenas de Vivaldino.<sup>652</sup> Conforme informações dos autos, outros 23 posseiros buscaram assegurar as suas terras junto à justiça evitando serem expulsos pela Companhia que os acusavam de serem “intrusos.”

---

<sup>650</sup> POYER, Breno. **Entrevista**. [7 jul. 2016]. Entrevistadora: Cristina Dallanora. Xanxerê, 2016. 1 arquivo .mp3.

<sup>651</sup> PIAZZA, Walter. *Dicionário Político Catarinense*. 1994. p. 504.

<sup>652</sup> Anteriormente fiz um estudo preliminar desse caso. Cf.: DALLANORA, Cristina. *Cercamento às avessas: direito e acesso à terra no Vale do Rio do Peixe durante a Primeira República*. In: VALENTINI, Delmir José; ROSA, Rogério. (org.). *Contestado: Fronteiras, colonização e conflitos (1912-2014)*. Chapecó: Ed. UFFS, 2015. p. 62-74.

É importante mencionar que estes processos judiciais envolvem ações movidas pela Companhia contra os posseiros em 1918 e, posteriormente pelos posseiros contra a Companhia, entre 1919 e 1920. Nas ações movidas pelos posseiros a partir das Comarcas de Cruzeiro e de Campos Novos, a Companhia utilizou o recurso naquele período denominado instrumento de agravo. Estas fontes encontram-se em diferentes municípios e arquivos e, muitas delas, estão incompletas, o que dificulta saber, afinal, quem obteve a sentença do juiz favorável à usucapião.

Há dois aspectos importantes a ser mencionados em relação às ações de usucapião. Esse foi também um importante instrumento de legitimação da propriedade senhorial no período colonial e adentra o período republicano respondendo às demandas de pequenos proprietários.<sup>653</sup> Nesse sentido, torna essa documentação judicial um lugar importante onde se pode observar essas experiências do acesso à terra. Além disso, o Código Civil de 1916, com vigência a partir de 1917 - permitia a aquisição da propriedade pela "usucapião" somente das terras privadas. As terras públicas só excepcionalmente poderiam ser concedidas.<sup>654</sup> No caso da Companhia, que recebera a concessão de terras marginais à ferrovia no período imperial, revalidadas na República, era necessário que estivesse na posse efetiva dos terrenos devolutos, observando as leis e regulamentos sobre os prazos acordados da concessão. Os posseiros deveriam proceder primeiramente com a justificação de posse de acordo com a Lei estadual n. 1242 de 20 de agosto de 1919 e, posteriormente, prová-la, com base nos artigos 550 e 552 do Código Civil de 1916. O artigo 550 determinava a aquisição do domínio da terra a partir de trinta anos de posse ininterrupta e sem oposição para requerer ao juiz, independentemente de título, declaração por sentença para servir como título para a inscrição no registro de imóveis. Pelo artigo 551, o domínio seria adquirido mediante comprovação da posse do imóvel por dez anos entre presentes, ou vinte entre ausentes, continua e incontestadamente, com o justo título e boa fé.<sup>655</sup>

---

<sup>653</sup> BENATTI, José Helder. Apropriação privada dos recursos naturais no Brasil. 2009. p. 16.

<sup>654</sup> BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071impressao.htm). Acesso em: 10 jan. 2019.

<sup>655</sup> Os artigos do Código Civil de 1916 constituem o Livro II, que trata "Do direito das coisas", Capítulo II referente à Propriedade Imóvel, na seção IV sobre usucapião: "Art. 550. Aquele que, por trinta anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu imóvel, adquirir-lhe-á o domínio, independentemente de título de boa fé, que, em tal caso, se presumem; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual lhe servirá de título para a inscrição no registro de imóveis. Art. 551. Adquire também o domínio do imóvel aquele quem, por dez anos entre presentes, ou vinte entre ausentes, o possuir como seu, continua e incontestadamente, com justo título e boa fé. Parágrafo único. Reputam-se presentes os moradores do mesmo município, e ausentes os que habitam municípios diversos." (BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil.)

Vale mencionar que a Lei de Terras de 1850 estabeleceu a compra como a única forma de aquisição de terras no Brasil. Com a Constituição de 1891, a responsabilidade de legislar sobre as terras devolutas passou da União para os Estados, acompanhada de novos prazos para as demarcações e registros em cartórios.<sup>656</sup> No entanto, o processo de apropriação da terra ocorria das mais variadas maneiras, para além dos contratos de compra e venda, através de condomínio, de arrendamento assim como do reconhecimento da posse e sua transformação em propriedade privada como no caso do usucapião.

O caminho legal percorrido pelos posseiros foi providenciar a justificação de posse para gerar uma situação de domínio que poderia, pela sentença do juiz, ser consolidada ou não em um título de propriedade. Porém, como havia oposição por parte da Companhia, os posseiros reivindicaram pela usucapião ter o domínio de suas terras respeitado para, com a sentença favorável, transcrevê-lo no registro de imóvel para valer como título de propriedade. A obtenção do título serviria como prova de propriedade e, caso conseguissem, poderia ser usado para evitar futuros conflitos.

Por parte da Companhia, foi usado o argumento da concessão recebida dos governos imperial e provisório da República e a sua revalidação na República. Para tanto, utilizou o domínio concedido pelo Estado do Paraná, em 1911. Para validar esse domínio recebido por concessão era necessário tomar posse dos terrenos. A argumentação da parte da Companhia, baseou-se no processo de colonização iniciado pela empresa estrangeira, por volta de 1910.

Ambos os argumentos acionados – da obtenção do título pela posse ou domínio – tinham por finalidade a obtenção do título de propriedade. No entanto, seguem caminhos diferentes e ecoam diferentes noções de direitos de propriedade. Não está entre os objetivos desta tese analisar os institutos jurídicos da posse, domínio ou usucapião, mas analisar as reivindicações de direito a terra associadas ao contexto daquele período além do âmbito jurídico em que se deram as disputas. O estudo das diferentes formas de apropriação no Meio Oeste catarinense deve considerar também as diferentes políticas de Estado dentro do período e espaço compreendido da pesquisa.<sup>657</sup> Em paralelo ao entendimento jurídico, o governo do estado seguia na esteira de uma política de terras orientada para o projeto de colonização com imigrantes europeus idealizado pelo Estado brasileiro desde meados do século XIX. O governo estadual tinha um projeto de colonização que não condizia com a realidade dos

---

<sup>656</sup> Sobre terras públicas e devolutas, cf. SILVA, Ligia Maria Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da Lei de 1850. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996 e MOTTA, Márcia. **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

<sup>657</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de terras em Santa Catarina: posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-oeste no final do Império e início da República (1854-1912). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH, jul. 2011. p. 1.

posseiros já estabelecidos. Da parte desses, havia uma diferente concepção do papel do estado, da lei e das novas instituições no reconhecimento e estabelecimento (ou suspensão) dos seus direitos. Aliar-se a uma autoridade política reconhecida era, possivelmente uma estratégia no processo de obter o seu reconhecimento de posse e direito de propriedade.

Vários posseiros tinham como aliado o advogado Henrique Rupp Jr. e a Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, o advogado Nereu Ramos. Nereu Ramos era filho do ex-governador Vidal Ramos e membro da oligarquia Lageana, além de advogado da *Southern Brazil Lumber e Colonization Company*. Ambos fizeram carreira na advocacia e na política e conheciam bem as redes políticas do Planalto Catarinense. Entre 1915 e 1916, período final da Guerra do Contestado, Rupp Junior foi advogado de várias lideranças rebeldes, conseguindo libertá-las através de processos de Habeas Corpus.<sup>658</sup> Por volta de 1918, além de atuar como advogado ao lado dos posseiros, realizava transações de compra e venda de terra dos migrantes provenientes do Rio Grande do Sul, na Comarca de Cruzeiro. Nessas transações, acordava como pagamento pelos seus serviços parte das terras que procedia com o registro, acumulando várias glebas de terras no município. Seu irmão, Lauro Severiano Rupp foi o primeiro prefeito do município, permanecendo no cargo por um curto período, entre outubro de 1917 a agosto de 1918.<sup>659</sup>

#### 4.4 VIVALDINO SILVEIRA DE ÁVILA

Vivaldino Silveira de Ávila nasceu em Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul, entre 1889 e 1890. Na região do ex-Contestado, se estabeleceu como comerciante e residiu em diferentes lugares como em Rio Capinzal e Porto União. Foi soldado, major, major-fiscal e tenente nas forças governistas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina entre 1923 e 1925. Entre 1918 e 1920 disputou judicialmente com a Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande uma gleba de terras sobre a qual pretendia obter o título de propriedade. A versão apresentada pelo seu advogado Saturnino da Luz, na ação de usucapião movida contra a Companhia em 1920, situa melhor as terras disputadas.

Entre fins do século XIX e início do século XX, o lugar chamado Santa Clara, no Vale do Rio do Peixe, achava-se “largamente povoado por sertanejos que penetravam aquele sertão” estabelecendo lavoura, criação de animais e indústria extrativa. Firmado pela “posse e prescrição”, o domínio da área foi transmitido a herdeiros e através de diferentes sucessões

<sup>658</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. Rábulas e Bacharéis na Guerra do Contestado... 2017. p. 3-20, p. 10.

<sup>659</sup> QUEIROZ, Alexandre Muniz de. **Álbum comemorativo do centenário do município de Joaçaba**. Joaçaba: IP-Paraná, 1967. p. 55.

passaram a pertencer a Vivaldino Silveira de Ávila.<sup>660</sup> Santa Clara era parte da fazenda Lageado Leãozinho e seus moradores eram pequenos posseiros que ocupavam e trabalhavam em “indústrias agrícolas”, contando com paióis, cercados e casas de moradia. “Lugar de trabalho e sustento”, a terra era essencial à sua sobrevivência.<sup>661</sup>

Esta era a versão apresentada pelo advogado Saturnino da Luz, representante dos interesses de Vivaldino junto à Comarca de Cruzeiro, contra a Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, em uma ação de usucapião impetrada em 1920. Judicialmente, a Companhia iniciou um processo de usucapião contra Vivaldino Silveira de Ávila, em 1918.<sup>662</sup> O argumento baseou-se nas concessões recebidas pela Companhia Ferroviária pelos Decretos n. 10.432, de 9 novembro de 1889, e n. 305, de 7 de abril de 1890, confirmadas pelo governo da República pelo Decreto n. 11.905, de 1916.<sup>663</sup> Considerando estes decretos e tendo a Companhia observado as leis, regulamentos em vigor e todos os pagamentos devidos, em 1911, o governador do Paraná, Francisco Xavier da Silva, fez o lançamento do título de revalidação da área denominada Lageado Leãozinho, no município de Palmas.<sup>664</sup> Situada a oeste do Rio do Peixe, essas terras foram incorporadas oficialmente ao estado de Santa Catarina somente pelo Acordo de Limites, em 1916. Por estar às margens da ferrovia, coincidia com as concessões recebidas pela EFSPRG que vinham do período imperial e foram revalidadas no início da República. Com base no título e apoiada no decreto de 1916 (que atualiza o Decreto n. 816, de 1855) do qual recebeu do mesmo Estado “o direito de desapropriar”, a Companhia requereu usucapião contra o “intruso” Vivaldino.

O motivo alegado pela autora do processo era a construção de cercas, atribuída ao réu, que atravessavam “os alinhamentos dados às ruas e até a estrada de rodagem, interrompendo por completo o trânsito” do quadro urbano da Colônia Rio Capinzal que a Companhia estava iniciando.<sup>665</sup> Rio Capinzal era o 2º distrito de Campos Novos, localizado à margem esquerda

---

<sup>660</sup> CRUZEIRO (Comarca). Instrumento de Agravo. Agravante: Vivaldino Silveira de Ávila. Agravado: Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Data de início: 16/06/1920. Data de fim: 01/11/1920, f. 12v-13. Localização: Arquivo da Biblioteca da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). Este recurso judicial faz parte da Ação Ordinária de usucapião em que é autor Vivaldino é ré a Companhia. (Adiante será referenciado como Instrumento de Agravo de 1920, de Vivaldino Silveira D’Ávila.).

<sup>661</sup> Instrumento de Agravo de 1920, de Vivaldino Silveira D’Ávila. f. 12-13.

<sup>662</sup> CRUZEIRO (Comarca). 1918. Ação de força nova sumária. Autora: Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Réu: Vivaldino Silveira D’Ávila. Data de início: 01/06/1918. Data de fim: 10/04/1920. Localização: Acervo do Museu do Judiciário Catarinense. Fundo em organização. (Daqui por diante este processo será referenciado como Ação de usucapião de 1918, de Vivaldino Silveira D’Ávila.).

<sup>663</sup> Ação de usucapião de 1918, de Vivaldino Silveira D’Ávila. f. 7-8.

<sup>664</sup> Ibid., f. 8. A área da Lageado Leãozinho concedida à EFSPRG era de 403.995.465 m<sup>2</sup>.

<sup>665</sup> Instrumento de Agravo de 1920, de Vivaldino Silveira D’Ávila. f. 12.

do Rio do Peixe.<sup>666</sup> Vale ressaltar que a *Brazil Railway Company*, a empresa estrangeira que assumiu o controle acionário da EFSPRG a partir de 1908, passou a ter direito sobre as mesmas terras, intensificando a exploração madeireira e a colonização, através das suas empresas subsidiárias, como a *Brazil Development & Colonization Company* e a subsidiária desta, a *Southern Brazil Lumber e Colonization Company*, que se tornaram nomes correntes no processo de colonização do Oeste catarinense.<sup>667</sup>

A defesa de Vivaldino contestou alegando que a cessão de terrenos devolutos e nacionais, feita à Cia EFSPRG pelos decretos do governo, “não podia de forma alguma atingir o direito de terceiros”, sendo que a mesma Companhia “deixou decorrer cerca de 20 anos sem procurar tornar efetiva a cessão gratuita de terrenos, que obtivera por aqueles dois decretos do governo imperial e do governo provisório da república.<sup>668</sup> Ademais, alegou que somente por volta de 1910, começou a referida Companhia a medir e discriminar as terras a que teria direito na zona da concessão.<sup>669</sup>

Em 1920, passados dois anos desse episódio, Vivaldino inverteu a acusação em defesa da reversão da sua condição que o colocava como um “intruso”, levando a Companhia à justiça como ré. Nesta ação, seu advogado apresentou “a justificação preliminar da posse que exerce num terreno situado no lugar Santa Clara, á margem direita do Rio do Peixe” e visando a “obtenção do título definitivo de domínio, fundado nos artigos 550 e 552 do Código Civil”, propôs a ação de usucapião contra a Companhia. A justificação da posse era requisito da Lei estadual n. 1242 de 20 de Agosto de 1919 a ser observada para a finalidade da legitimação da posse. Pelos artigos do Código Civil, adquiria-se o domínio do imóvel através da comprovação da posse servindo para a inscrição no registro de imóveis. Atendendo à lei estadual e o Código Civil, o advogado percorria o caminho legal para que Vivaldino obtivesse o registro de suas terras para valer como título de propriedade.<sup>670</sup>

Essa ação judicial, no entanto, não foi localizada, apenas parte dela relativa a um dispositivo legal acionado pela Companhia ferroviária, mais uma vez um “instrumento de agravo”. Para reverter este argumento, o advogado Saturnino recorreu do recurso para fazer correr a ação na Comarca de origem do autor e não da ré. E serviu-se de um acórdão do então

---

<sup>666</sup> O distrito de Rio Capinzal foi criado pela Lei Municipal nº 206, de Campos Novos, de 18/11/1914. Foi emancipado pela Lei nº 249, de 30/12/1948, com a denominação Capinzal. Nos processos analisados, ambas as referências são utilizadas, tanto Rio Capinzal como apenas Capinzal.

<sup>667</sup> Cf.: RADIN, José Carlos. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro...** 2006. p. 71.

<sup>668</sup> Ação de usucapião de 1918, de Vivaldino Silveira D'Ávila. f. 33.

<sup>669</sup> Ibid.

<sup>670</sup> Instrumento de Agravo de 1920, de Vivaldino Silveira D'Ávila. f. 2.

Superior Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina de maio de 1912 que, a seu ver, encerrava uma “lição memorável” naquele período:

Querer que o habitante do alto sertão de qualquer estado dirija-se a magistratura federal e a capital da União para obter justiça contra a Companhia que allí tem sede seria criminosamente obstar-lhe por completo e para sempre toda e qualquer tentativa de legítimas reparações, com manifesta negação do fim mesmo da organização social.<sup>671</sup>

Conforme acordado no Tribunal acerca da situação do “habitante do alto sertão” em 1912, fazê-los comparecer a outra comarca significava impor um obstáculo a qualquer tentativa de reparação pelo o que os levava à justiça. O recurso interposto pela Companhia foi negado pelo juiz da Comarca Adão Galvão Issler, que rejeitou a mudança de foro por considerar que a Companhia tinha múltiplas sedes que acompanhava a rede da ferrovia São Paulo – Rio Grande, que se estendia desde Itararé (SP) até Marcelino Ramos (RS). No entendimento do juiz, a Companhia tinha sede administrativa

[...] no Herval como em outras estações, colônias administradas por um Diretor, o qual aliena terras, faz transferência e concede títulos de domínio e posse sendo um estabelecimento distinto, cuja sede administrativa é no respectivo escritório de povoação Herval para a colonização das terras situadas nesta Comarca.<sup>672</sup>

O diretor mencionado na citação era Oscar Scheibler e atuava como procurador e advogado da Companhia ferroviária na Comarca de Cruzeiro e residia na estação Herval. Na segunda instância, a Companhia era representada pelo advogado Nereu Ramos que, após a sentença em primeira instância a favor de Vivaldino, requereu, por certidão o teor da sentença proferida na ação em que a Companhia era autora contra Vivaldino, em 1918. O escrivão do juízo estadual, revendo os autos da ação de 1918, extraiu a sentença do juiz em que ele resumiu as alegações das partes sobre as terras em litígio. Na alegação da Companhia, incorporou o histórico de concessão da propriedade Lageado do Leãozinho, com sua medição, confrontação e desdobramentos das atividades da EFSPRG com a colonização até ter parte do quadro da colônia cercado por Vivaldino, motivo que deu origem a ação. A contestação da parte de Vivaldino, descreveu o que resumidamente apresentamos no início deste subitem, de que a zona de concessão achava-se largamente povoava por sertanejos com suas lavouras, criação e indústria extrativa e pela posse e prescrição tinham o domínio dessas terras que foram transmitidos a herdeiros e sucessores. Na medição da Lageado Leãozinho, “já existiam

---

<sup>671</sup> Instrumento de Agravo de 1920, de Vivaldino Silveira D’Ávila. f. 15.

<sup>672</sup> Instrumento de Agravo de 1920, de Vivaldino Silveira D’Ávila. f. 9.

terras e benfeitorias pertencentes a diversas pessoas” que, através de diferentes sucessões, vieram a pertencer a Vivaldino.<sup>673</sup>

A descrição que o escrivão retirou da contestação feita por Fúlvio Aducci, advogado do réu Vivaldino na ação em que foi autora a Companhia, em 1918, não incluiu a área que Vivaldino reclamava a posse, cuja informação aparece apenas na ação movida pelo posseiro em 1920.<sup>674</sup> Isto deu margem ao juiz interpretar que Vivaldino estava disputando a mesma propriedade que a Companhia recebera a concessão. No recurso de agravo relativo à ação de 1920, constam informações da ação principal, destacando os limites das terras de Vivaldino que coincidem com as informações do mapa:

---

<sup>673</sup> Instrumento de Agravo de 1920, de Vivaldino Silveira D’Ávila. f. 12v-13.

<sup>674</sup> Fúlvio Coriolano Aducci foi deputado em Santa Catarina por inúmeras vezes entre 1910 e 1927, o último presidente do estado na Primeira República, eleito para o período 1930 a 1934, presidindo o estado de 29 de setembro a 24 de outubro de 1930, deposto pela revolução de 1930. (PIAZZA, Walter. **Dicionário Político Catarinense**. 1994. p. 21.).

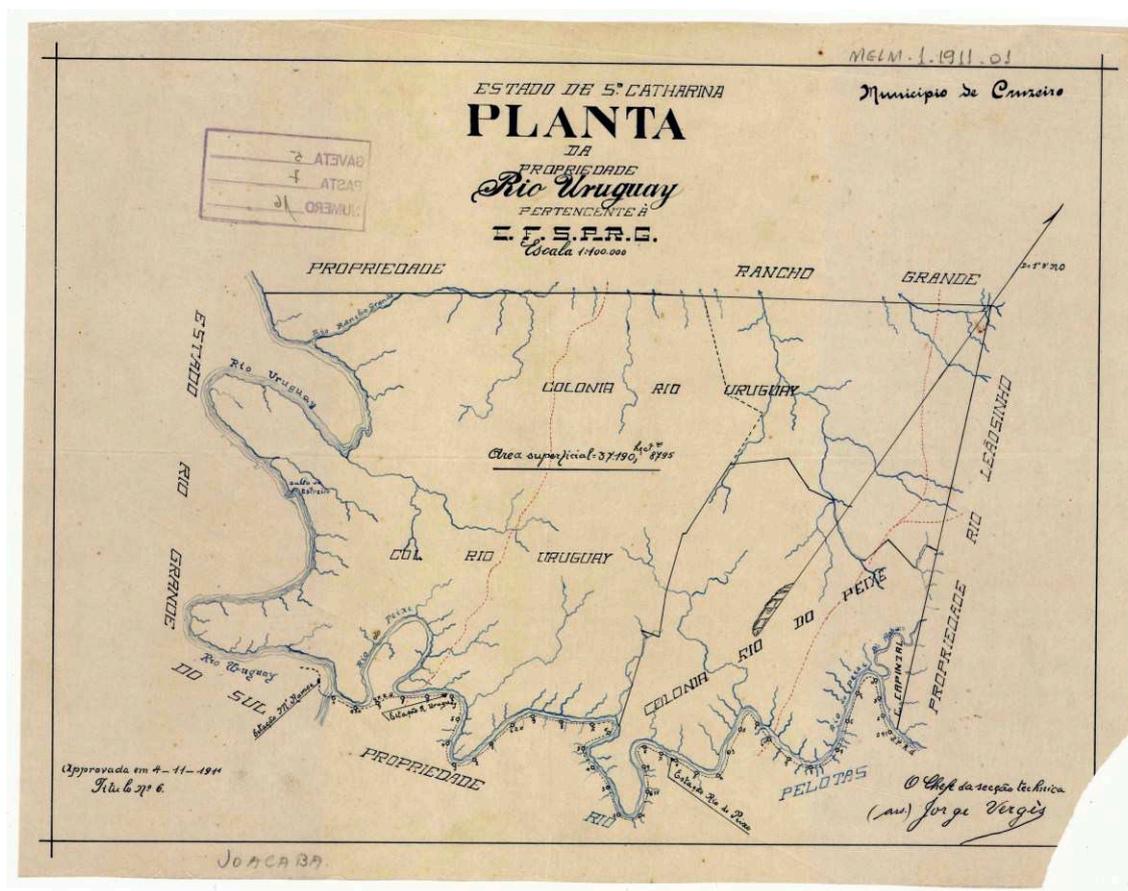
Figura 13 – Planta da Zona do Rio do Peixe



Fonte: SANTA CATARINA (Estado). Secretaria de Pesca e da Agricultura. Fundo da Diretoria de Assuntos Fundiários. Planta da propriedade Rio Uruguay. Pertencente à E.F.S.P.R.G. Escala: 1:100.000 – 43x33 cm. Plantas das Terras medidas nas margens do Rio do Peixe de setembro de 1909 a fim de setembro de 1910. [Destaque da autora]

Na planta, destacamos a localidade de Santa Clara, sendo possível identificar as confrontações apresentadas.<sup>675</sup> À esquerda do mapa, Santa Clara confronta com a posse dos Cassianos e, somente abaixo desta, está localizada “Capinzal”, também destacada, na margem esquerda do Rio do Peixe, junto à estrada de ferro, pois trata-se da estação ferroviária Capinzal.<sup>676</sup> A Colônia Rio Capinzal foi registrada em outra planta, onde a Companhia registrou dentro da propriedade Rio Uruguai as “Colônias Rio Uruguay”, “Rio do Peixe” porém, com menor destaque, à “C. Capinzal” na margem lindeira à Propriedade “Rio Leãozinho,” conforme se observa a seguir:

Figura 14 – Planta da Propriedade Rio Uruguay



Fonte: SANTA CATARINA (Estado). Secretaria da Pesca e da Agricultura. Fundo da Diretoria de Assuntos Fundiários. **Planta da propriedade Rio Uruguay**. Pertencente à E.F.S.P.R.G. Escala: 1:100.000 – 43x33 cm. 1911.

<sup>675</sup> Instrumento de Agravo de 1920, de Vivaldino Silveira D’Ávila. f. 1. “Ao lado Sul pela linha da medição dos Cassianos, a Este pelo Rio do Peixe até o chamado Poço Rico, dahi em linha recta até a barra do Lageado Santa Clara com o Lageado Caraguatá, seguindo por aquella linha acima até encontrar as terras pertencentes a Marcollino Rodrigues dos Santos, dirigindo-se depois para o Sul e Sudoeste a dividir com Francisco Antunes Pires até chegar novamente a linha dos Cassianos, ponto de partida.”

<sup>676</sup> Na “Planta da Zona do Rio do Peixe”, o Sul aparece ao lado esquerdo do mapa, não abaixo, como convencionalmente aparece nos mapas.

No traçado ferroviário no baixo Vale do Rio do Peixe, na confluência com o Rio Uruguai, a *Brasil Railway Company* havia instalado os primeiros colonos, entre eles, o povoamento de Rio do Peixe (atual Piratuba), em 1908.<sup>677</sup> No entanto, através destes mapas, percebe-se que a Colônia Rio Capinzal ainda estava sendo delimitada. Este aspecto foi observado pelo advogado de Vivaldino, em sua impugnação contra a Companhia, quando alegou que “*para a Companhia aparecer nos autos como interessada, contestando direitos do autor teria de primordialmente convencer que a gleba a pertencia*”. E “*para justificar e fundamentar a sua intervenção em causa reuni como prova, exclusivamente, planta de uma concessão, planta essa referente à área cuja divisas completamente divergem das divisas dadas pelo autor*”.<sup>678</sup> Observando as plantas apresentados pela Companhia como prova de que havia procedido com a medição, percebe-se que o advogado estava certo e a Companhia procurava alegar seu direito em cima de área divergente àquela reivindicada por Vivaldino. Nessa planta, são apresentadas pela Companhia as confrontações “*à margem da linha férrea Itararé-Uruguay, da propriedade Lageado do Leãozinho, com a área de 40.399 hec 5465m<sup>2</sup>, confrontando com outras propriedades da mesma Supplicante, com posses S. Pedro, dos Cassianos e pelo Rio do Peixe.*”<sup>679</sup>

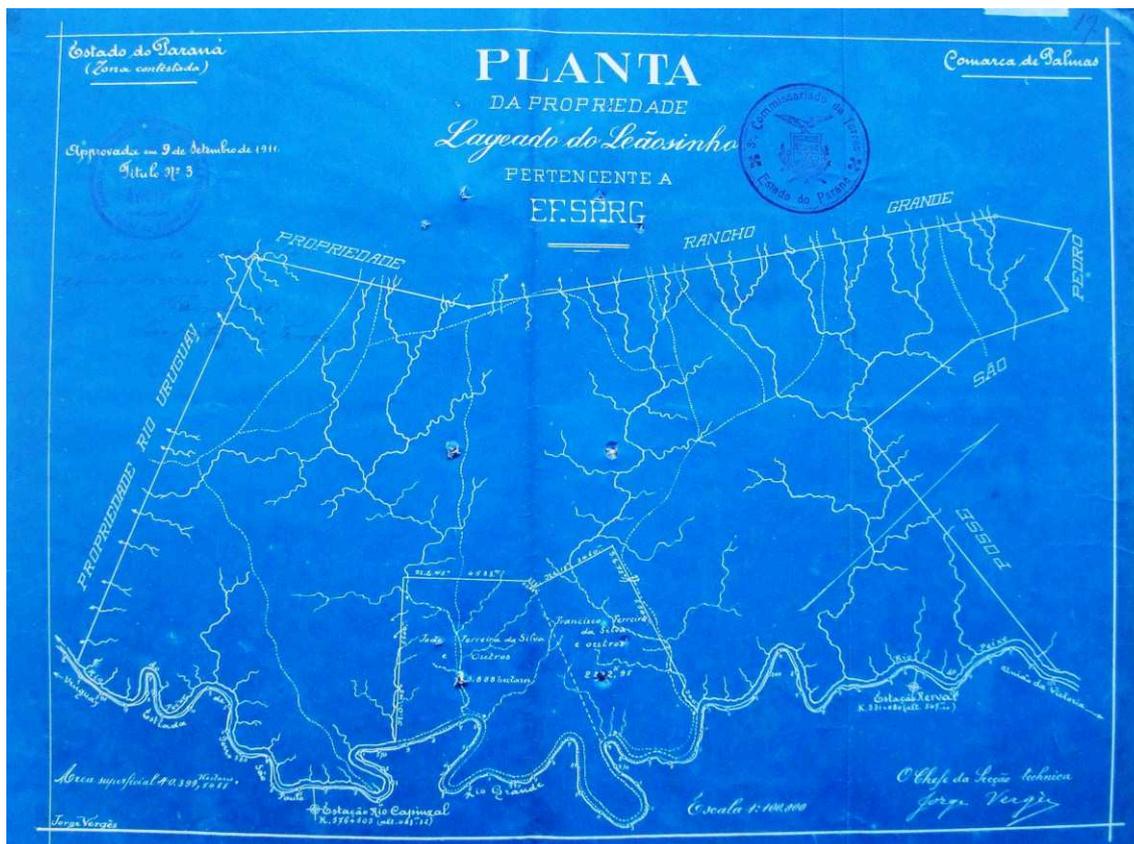
---

<sup>677</sup> VALENTINI, Delmir José. **Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado**. 2015. p. 117.

<sup>678</sup> Instrumento de Agravo de 1920, de Vivaldino Silveira D'Ávila. f. 15v.

<sup>679</sup> Ibid., f. 4v e 6.

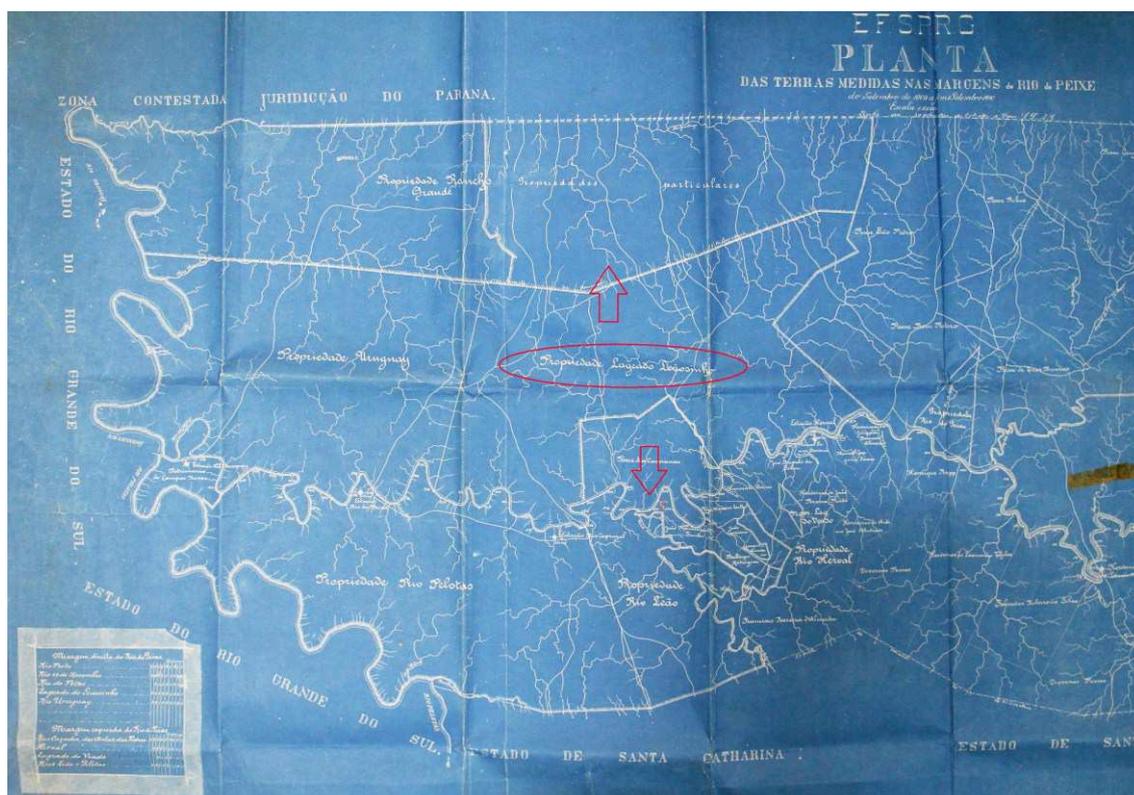
Figura 15 – Planta da Propriedade Lageado do Leãozinho



Fonte: ARQUIVO DA BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA (UNOESC). **Planta da Propriedade Lageado do Leãozinho**. Pertencente à E.F.S.P.R.G. Escala: 1:100.000.  
 Obs.: O mapa encontra-se deitado enquanto o sentido do traçado abaixo seria vertical.

O traçado da linha férrea que margeia o Rio do Peixe avança na direção norte, coincidindo com as margens da Posse São Pedro e, ao sul, com as margens do Rio Uruguai – um dos rios mais importantes na hidrografia do Sul do Brasil que serve de fronteira com a Argentina e o Uruguai. Há também um conjunto de microbacias hidrográficas que correm para o Rio do Peixe, onde estavam instaladas as estações ferroviárias de Rio Capinzal e Herval. Situavam-se, portanto, em meio a uma rede hidrográfica e ferroviária favorável para o comércio. Em outra planta da mesma Companhia, vê-se as propriedades confrontantes:

Figura 16 – Planta das Propriedades da EFSPRG



Fonte: SANTA CATARINA (Estado). Secretaria de Pesca e da Agricultura. Fundo da Diretoria de Assuntos Fundiários. Planta da propriedade Rio Uruguay. Pertencente à E.F.S.P.R.G. Escala: 1:100.000 – 43x33 cm. **Plantas das Terras medidas nas margens do Rio do Peixe de setembro de 1909 a fim de setembro de 1910.** [Destaque feito pela autora].

A oeste da área onde está destacada a Lageado Leãozinho, a planta mostra a Propriedade Rancho Grande, onde ocorreu o Levante dos posseiros em Catanduvás e onde Luiz Poyer reivindicou uma porção de terras. A Leste, da direita para a esquerda, lê-se as Propriedades do Herval; Rio Leão e Rio Pelotas, então à margem esquerda do Rio do Peixe, que pertenciam a Campos Novos, cujos posseiros também reclamaram seus direitos junto à justiça.

Desse modo, os próprios registros cartográficos da Companhia ferroviária demonstram o quanto aquele território estava em processo de legibilidade sendo que as terras precisavam ser legitimadas não apenas na justiça, mas na sua representação geográfica. Apesar disso, a Companhia foi considerada “senhora e possuidora das terras”, sob o argumento de ter obtido do Paraná o título de domínio direto e posteriormente localizado imigrantes nas ditas terras.<sup>680</sup> É preciso considerar a nomenclatura “Propriedade” para todas as terras em que a Companhia requereu usucapião juntamente e também o fato da transformação do título de domínio em título de propriedade, que não eram equivalentes segundo o Código Civil de 1916. Esse é um

<sup>680</sup> Ação de usucapião de 1918, de Vivaldino Silveira D’Ávila. f. 123-123v.

campo de reflexão a ser desenvolvido considerando que “propriedade”, “domínio”, “posse” e “título” são institutos jurídicos em constante transformação e a permanência dessas palavras não indica a continuidade do seu significado nem da forma como elas se relacionam.<sup>681</sup> Essa é uma linguagem recorrente na documentação cartorária nos livros de registros e nos autos das ações judiciais, mas sabemos que são institutos muito antigos e, no século XX, com outro significado em torno do qual são disputados os direitos de propriedade.

Quanto a Vivaldino, o juiz considerou que sua posse datava apenas de 1917, não reconhecendo os antecessores que o réu apresentara como prova e, portanto, não tendo ele o direito de fazer o que fizera contra a Companhia.<sup>682</sup>

Em 3 de janeiro de 1921, o juiz mandou expedir mandado de reintegração de posse sem ouvir Vivaldino. Na casa de moradia que alegava ter, no Rio Capinzal, os oficiais de justiça encontraram nela morando Abilio de Oliveira Cercal e o arrendatário do terreno, Afonso José da Silva.<sup>683</sup> Ambos se negaram deixar a terra, contra os quais foi registrado um auto de resistência. O advogado Nereu Ramos pediu a cláusula da prisão caso o locatário e arrendatário das terras resistissem novamente ao cumprimento do mandado, os quais, na segunda diligência abriram mão das mesmas sob pena de prisão, sendo lavrado o auto de reintegração de posse.<sup>684</sup>

A atitude de Vivaldino de erguer cercas no quadro da Colônia Rio Capinzal faz lembrar um “cercamento” às avessas, pois provavelmente cercou as terras que considerava serem suas de direito ou então para não avançar o processo de privatização das terras dentro da “sua área” onde a Companhia anunciava o futuro promissor com a colonização de imigrantes, venda de lotes de terras, extração de madeira e, sobretudo, que não o incluía. Nesse sentido, a disputa em torno dos argumentos da sucessão na posse e do domínio tem desdobramentos práticos. Vivaldino disputa em termos muito parecido com a Companhia, pois também tinha o mesmo interesse em arrendar, extrair, comercializar a partir das mesmas terras. No entanto, a busca na justiça pelo título de propriedade, mostra que Vivaldino requeria as terras de Santa Clara e estava atuando na Colônia Rio Capinzal. Ademais, devido a resistência à reintegração, Vivaldino seria intimado, o que não aconteceu, segundo informações do processo, por estar residindo em Porto União.

---

<sup>681</sup> PAES, Mariana Armond Dias. Das cadeias dominiais impossíveis: posse e título no Brasil (1835-1839). *In*: UNGARETTI, Débora; LESSA, Marília R.; COUTINHO, Diogo R.; PROL, Flávio M.; MIOLA, Iagê Z.; FERRANDO, Tomaso. (ed.). **Propriedades em transformação**: abordagens multidisciplinares sobre a propriedade no Brasil. Blucher Open Access, 2018. Disponível em: <http://propertiesintransformation.org/>. Acesso em: 5 fev. 2018.

<sup>682</sup> *Ibid.*, f. 123v.

<sup>683</sup> Ação de Execução de Sentença, 1920. f. 35-35v.

<sup>684</sup> *Ibid.*, f. 2, 40, 41v-42.

Através desta disputa judicial percebe-se que Vivaldino tinha uma rede importante de advogados e também de fazendeiros locais. Nestas ações teve como advogado o chefe político Fulvio Aducci, na época Deputado Estadual do Partido Republicano Catarinense, da base de apoio do Governador Hercílio Luz e aliado ao futuro Governador Adolfo Konder. Portanto era adversário político da família Ramos. Isso sugere um certo apoio político das autoridades do estado de Santa Catarina aos posseiros em briga contra a Lumber. Além do deputado, o advogado Saturnino da Luz e João Barcelos, ambos atuaram junto à Henrique Rupp Jr. em outras ações da mesma natureza. Entre as testemunhas elencadas a seu favor, estava Virgílio Antunes, o abastado fazendeiro de Campos Novos, junto ao qual Fabrício Vieira buscara apoio para as suas forças durante a Revolução de 1924, mencionado no capítulo 3. Nesse ano, Vivaldino fazia parte das forças de Fabrício das Neves, conforme tratamos no segundo capítulo e envolveu-se em outros conflitos militares, como na Revolução de 1923, quando integrou as forças da Brigada Militar do Rio Grande do Sul e posteriormente, em 1924 e 1925 ao lado das forças governistas.

A política de terras em Santa Catarina estava prioritariamente voltada para a colonização com imigrantes e a produção agrícola que tinha a pretensão de alavancar a economia do estado de acordo com os planos dos líderes políticos do estado. Estava, portanto, relacionada à necessidade do crescimento econômico. O Estado fomentou o processo de transformação da terra em propriedade privada justificado pela produtividade e eficácia econômica, elegendo o imigrante europeu um trabalhador mais apto em detrimento da população nacional que vivia principalmente da atividade extrativa das terras públicas. Pode-se considerar que esse tipo de propriedade, que não considerava as práticas sociais da população do ex-Contestado, foi excludente. Além disso o crescimento econômico durante a década de 1920 decorreu principalmente das atividades extrativas da madeira e erva-mate e não da agricultura. Nesse sentido, a transformação da terra em propriedade privada foi uma construção “às margens das relações sociais” e não pode ser tomada como significado de crescimento econômico.<sup>685</sup>

A análise desses conflitos de terra mostra que a colonização não foi um processo tranquilo para ambos os lados, imigrantes e nacionais. Em meio a esse processo, o chefe caboclo Antônio Palhano, ligado ao bando maior de Fabrício das Neves, liderou um levante contra a colonização das terras que já viviam. A fronteira que seria uma futura colônia de Fabrício das Neves teve um destino diferente do qual eles lutaram. Chefes políticos

---

<sup>685</sup> CONGOST, Rosa. **Tierras, Leyes, Historia**: Estudios sobre “La gran propiedad”. Crítica: Barcelona, 2007, p. 15.

reconhecidos desempenhavam um papel de mediação, como no caso do Levante da Rancho Grande no qual os posseiros usaram uma carta do rábula Henrique Rupp para impedir o trabalho dos agrimensores. As ações que correram na justiça também mostram práticas para conter o avanço da privatização como nesse último caso analisado em que Vivaldino Silveira de Ávila ergueu cercas nas mesmas terras em que a Companhia estava instalando uma colônia. Mas assim como nos outros casos, Vivaldino pretendeu lutar pela terra que considerava sua e buscou transformar sua posse em título de propriedade. A construção desses títulos muitas vezes ocorria concomitantemente à requisição do direito sobre a terra, como mostra os registros que a Companhia efetuava durante a querela jurídica. Dessa forma, eram validados segundo as relações e força política do requerente.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando assumi o governo encontrei a seguinte situação: o município de Cruzeiro teatro de lutas, cujos sucessos não tinham e não têm caráter político, sendo derradeiras manifestações do banditismo de que se originou o movimento dos fanáticos no ex-Contestado.<sup>686</sup>

A avaliação do governador Hercílio Luz sobre o banditismo no Meio Oeste era de que se tratava de uma continuidade do movimento do Contestado, sem caráter político, que estaria chegando ao fim. Em seu governo, continuou a enviar contingente policial para o município de Cruzeiro, reproduzindo assim a prática do Exército Brasileiro durante a Campanha do Contestado. Porém, dessa vez, autorizou as autoridades a contratarem os serviços de civis para auxiliar a força pública na repressão ao banditismo.

Essa foi uma situação constante no Meio Oeste no pós-Contestado, sob o pretexto de garantir a “ordem pública”, que se prolongou por toda a década de 1920 de maneira bastante ambígua. Os chefes locais que eram alvo da política antibanditismo estavam sendo contratados pelo Exército Brasileiro para servirem como milicianos-patriotas contra os tenentes rebeldes.

Considerando os inúmeros conflitos sociais que chegaram até nós principalmente através das fontes judiciais, procuramos cruzá-las com as mais diversas fontes para analisar as estratégias das chefias civis, políticas e militares no ex-Contestado. Os desdobramentos do Acordo de Limites de 1916 mostram a atuação de coronéis e suas práticas locais, que influenciaram de diferentes formas a dinâmica de ocupação territorial do ex-Contestado. Procuramos traçar o perfil dos chefes mais documentados e percebemos que os acontecimentos no pós-Contestado são permeados pela ação bandoleira e tinham inegável caráter político.

Com a incorporação de parte do território contestado pelo estado catarinense, foram criados quatro novos municípios, com a instalação das sedes administrativas e dos respectivos agentes das diferentes esferas do poder municipal, como do executivo, judiciário e policial. A interiorização das instituições do estado, que pudemos observar mais especificamente no município de Cruzeiro, mostra que esse processo foi bastante conturbado. Houve grande alternância dos cargos oficiais, inclusive dos primeiros superintendentes, que permaneciam por pouco tempo no poder. Havia a preponderância de políticos aliados aos paranaenses que, em alguns momentos, adquiriu contornos de perseguição e de morte, como no caso que envolveu o superintendente Otávio Bittencourt e os irmãos Rauhen. Filhos de proprietários influentes de

---

<sup>686</sup> O Paiz, 1918. 04/10/1918. Ano XXXV, n.12412, p. 5, col. 3 Rio de Janeiro.

Palmas, assumiram cargos estratégicos, como no cartório da Comarca, facilitando o registro de terras na região. Os arquivos da superintendência de Cruzeiro, que até 1923 não tinha sede física, foram sequestrados e levados para Herciliópolis, com forte influência dos grandes proprietários paranaenses. Chefes políticos locais, aliados a políticos catarinenses, indignavam-se com o governador Hercílio Luz, cuja interferência se mostrava ineficaz. Com o mandato de Felipe Rauen, houve importante aproximação com o chefe rebelde Fabrício das Neves e um afastamento dos chefes paranaenses.

A incorporação do território foi acompanhada por um esforço por parte do estado de formalização das autoridades locais, que poderia chocar ou coincidir com os interesses de chefes locais; estes, anteriormente, serviam como uma extensão do braço do estado na fronteira. No Planalto Norte, reanimava-se a reivindicação da criação do Estado das Missões, por parte de coronéis insatisfeitos com o Acordo de Limites de 1916, com a participação de chefias do Meio Oeste.

Consoante a interiorização das instituições do estado, houve a intensificação do processo de colonização, com importantes desdobramentos na política de terras da região. O processo de demarcação, que deveria ser acompanhado pelo Estado, foi totalmente delegado, feito diretamente pelas empresas colonizadoras. Os levantes dos posseiros interferiram nesse processo, mostrando que a política de terras do estado não condizia com a expectativa daquela sociedade. O caso do engenheiro Witold Roguski, que desempenhava a agrimensura na região, é exemplar nesse sentido, pois foi mortalmente atingido durante o levante liderado por Antônio Palhano em Catanduvas. Diferentemente do que o estado buscou propagandear, ressaltando a paz no ex-Contestado, visando atrair imigrantes e fomentando o desenvolvimento da agricultura, a colonização mostrou-se um processo difícil para ambos os lados, dos colonos e dos antigos posseiros.

Analisando a participação de chefes locais no pós-Contestado, percebemos que as suas trajetórias se cruzaram em conflitos anteriores. Procuramos apresentar seus perfis, relacionando-os, principalmente, com as atividades em que se envolveram durante a Guerra do Contestado. No entanto, a atuação desses chefes não deve ser homogeneizada, mas estudada dentro de seus contextos específicos.

Identificamos que sujeitos perseguidos como bandidos, a exemplo de Fabrício das Neves e Fabrício Vieira, foram fundamentais para a atuação do Exército Brasileiro no pós-Contestado. Esses chefes também foram incorporados pelos governos locais em funções oficiais, evidenciando que o governo necessitava da sua ajuda para organizar o território recém-incorporado.

Fabrcio das Neves, antigo maragato e ex-rebelde do Contestado, e o vaqueano Marcelino Ruas formaram seus batalhões patriõticos para servir ao Governo no combate aos tenentes rebelados no Oeste do Paraná. Considerando as rivalidades internas entre os bandos e relacionando as questões locais às crises políticas interoligárquicas da Primeira República, percebeu-se a constante instabilidade política e de incertezas no pós-Contestado. O conflito que culminou na execução de Fabrcio das Neves e seus companheiros estava carregado de indícios que possibilitaram reconstruir o contexto nacional do tenentismo e das erupções de 1924 no ex-Contestado. Buscamos mostrar a diferença das unidades militares envolvidas do Exército, das forças policiais da força pública, muitas vezes compostas por civis armados, e dos batalhões patriõticos, igualmente formados por civis armados a serviço do Exército. Assim como no contexto da Guerra, quando o Exército necessitava da ação dos civis-vaqueanos para pôr fim ao conflito sertanejo, constatou-se que durante a década de 1920 essa instituição continuava a empregar seus serviços.

O incentivo por parte do Exército e do Ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, na formação dos batalhões patriõticos comandados por autoridades locais encontrava antigos vaqueanos da Guerra do Contestado, muitos dos quais armados e com seus bandos formados. Nesse sentido, o Exército alimentava uma cultura vaqueana na região, que não estava completamente sob seu controle. Compor as forças armadas em prol da legalidade poderia ser uma forma de combater a oposição política e afastar concorrentes econômicos, situação na qual se incluía Fabrcio Vieira. Estar a serviço dos batalhões patriõticos escamoteava ainda a busca por interesses próprios em meio às transformações pelas quais passava a região. Para os chefes locais, a atividade de guerra era um negócio, uma forma de manter muitos indivíduos subordinados e disponíveis. Para outros envolvidos, era uma forma de sustento que os colocava numa situação de dependência, mas também numa rede de pertencimento e proteção.

Por parte dos oficiais rebelados, houve uma estratégia de recorrer ao apoio dos movimentos locais com objetivos próprios, como no caso da antiga demanda da criação do Estado das Missões, para buscar uma base social e bélica na qual pudessem se sustentar. O levante pela emancipação do ex-Contestado de 1917 mostrou-se enfraquecido se comparado aos anteriores, mas apresentou importantes indícios de chefias locais aliadas a influentes políticos catarinenses que participaram do Levante de Abril de 1922.

A análise dos levantes pela emancipação do ex-Contestado no Planalto Norte aponta como os acontecimentos locais estavam articulados com os conflitos que disputavam os rumos da política local e estadual e nacional.

O Levante de Abril de 1922 tornou-se importante referência do tenentismo, iniciado no ex-Contestado, embora seja praticamente inexistentes dados na historiografia sobre esse movimento. O levante tenentista deflagrado no Rio de Janeiro em 1922, conhecido como os 18 do Forte, foi ensaiado meses antes no ex-Contestado, e de lá o general reformado do Exército, Antônio Paes Leme, já articulava apoio dos comitês pró-Nilo Peçanha. A participação dos chefes civis e militares foi identificada nos conflitos posteriores à Revolução de 1923 e no Levante de 1924. Fabrício Vieira, antigo chimango, aliado das forças governistas e do Exército, continuava a ser um chefe visado pelos militares mais graduados. Porém, em 1923, Fabrício Vieira serviu às forças rebeldes no Rio Grande do Sul contra os republicanos que apoiavam Borges de Medeiros. No início de 1924, declarou-se revolucionário por não mais contar com o apoio das autoridades de Campos Novos e Cruzeiro, que estavam em sua perseguição.

Fabrício Vieira continuou a atuar com as forças rebeldes no ex-Contestado até 1930, alinhado à política rio-grandense que apoiava a Reação Republicana. Através da atuação desse chefe civil, é possível problematizar a clássica divisão política no estado catarinense nos anos 1920, que coloca de um lado os republicanos situacionistas e, de outro, os oposicionistas “bandoleiros”. Por outro lado, o Levante de Abril 1927 e os assaltos às estações ferroviárias nos municípios de Canoinhas e Felipe Schmidt mostram como os homens que compunham as forças de Fabrício Vieira se apresentavam como revolucionários, fazendo referência ao comunismo e a figuras anarquistas como Sacco e Vanzetti, dando margem a interpretar que se tratava de um ato político e não de um crime comum.

Esse levante seguiu os mesmos passos que, posteriormente, ocorreram no Rio de Janeiro e em outros estados, porém, na fronteira de Santa Catarina com o Paraná. É, portanto, escassa a documentação sobre o Levante de Abril de 1922 em Santa Catarina, sendo o processo-crime sua principal fonte de informações.

A grande maioria dos chefes estudados eram provenientes do Rio Grande do Sul e, em menor número, do Paraná e do Santa Catarina, sendo importante considerar o processo de migração interna. Dessa forma, o estudo das chefias civis e militares no ex-Contestado deve estar atento às conexões interestaduais e às diferentes atuações num amplo território geográfico dos três estados do Sul, no qual estabeleciam diferentes aproximações e alianças políticas.

O quadro de estudo do perfil das tropas ainda está incompleto, pois pelas fontes pesquisadas não é possível saber exatamente quem eram os soldados. Acreditamos que, em sua maioria, os homens que compunham os bandos eram caboclos remanescentes da Guerra

do Contestado. Porém, os depoimentos apontam a presença de imigrantes do Paraná e Rio Grande do Sul, entre eles os que migraram motivados pela atividade de guerra. Portanto, a operação dos batalhões estava ligada às relações oligárquicas dos estados confrontantes do Paraná e de Santa Catarina e aos interesses pessoais dos chefes locais, que nem sempre tinham controle sobre suas tropas.

Os anos 1920 foram um período de intensa alternância de poder no estado catarinense e, no âmbito nacional, de sucessivos estados de sítio que perduraram por quase todo o governo de Artur Bernardes, entre 1922 e 1926. Em 1925, o governador Pereira Oliveira se correspondia com o presidente da República mostrando o seu interesse em estabelecer acordos com Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande para evitar o despejo dos posseiros, considerando-os incapazes de resolver por si só os embaraços em que se encontravam. Os conflitos de terra que envolveram os posseiros e a Companhia durante a década de 1920 mostram o seu protagonismo na defesa por uma noção de direito a terra que não estava pautada na propriedade moderna, demarcada e registrada em cartório, como a conhecemos hoje.

Em 1921, os levantes dos posseiros mostram que a colonização do ex-Contestado foi um processo permeado por conflitos. Apesar de ser parte de um projeto político do estado, na prática os imigrantes que procuravam se estabelecer no território precisavam lidar com os posseiros estabelecidos. Em Catanduvas, o chefe caboclo Antônio Palhano, ligado ao bando de Fabrício das Neves, liderou um levante contra a colonização. A fronteira que poderia ser uma futura colônia de Fabrício das Neves teve um final diferente do qual eles lutaram, por isso essas experiências não devem ser silenciadas. Chefes políticos reconhecidos desempenhavam um papel de mediação, como no caso do levante da Propriedade Rancho Grande, no qual os posseiros usaram uma carta do advogado Henrique Rupp Jr. para conter o trabalho dos agrimensores.

As ações que correram na justiça também trazem à tona práticas de enfrentar o avanço da privatização, como no caso de Vivaldino Silveira de Ávila, que ergueu cercas nas terras em que a Companhia estava instalando a Colônia Rio Capinzal. Ainda, revelam tentativas de arriscar uma oportunidade de se estabelecer, como fizeram Luiz Poyer e Justina Saretto nas terras da Rancho Grande.

Ao tentar reconstruir a cadeia dominial desses posseiros, entendemos que suas posses remontam ao século XIX, quando a noção de propriedade moderna privada – individualizada e titulada – ainda não estava organizada dessa forma. Nesse sentido, a propriedade é uma construção social e histórica, com diferentes significados, dependendo do período analisado.

Para aprofundar essa análise, seria preciso estabelecer um diálogo por dentro da história do direito agrário e das teorias possessórias que embasavam as argumentações jurídicas, por meio das quais se considerava os destinatários das propriedades. Isso garantiria ao menos uma aproximação da história dos posseiros e não apenas encerrar uma discussão no campo teórico. Para isso, seria importante dispor das sentenças ou ao menos da ação principal dos demais casos, que durante esta pesquisa não localizamos.

O cruzamento com os registros cartoriais, no intuito de esquadrihar melhor o território e responder, afinal, como se deu o processo de demarcação nos locais dos conflitos analisados, não surtiu o efeito esperado, pois as confrontações muitas vezes eram feitas por marcos naturais ou pela posição do Sol. Além do mais, nem sempre constam os nomes dos confrontantes.

As diferentes formas pelas quais os posseiros se insurgiram contra a demarcação das terras por parte dos prepostos da Companhia e reivindicaram na justiça a obtenção do título de propriedade expressam noções de direito a terra conflitantes. Isso não significa que os posseiros fossem contra a colonização ou a modernização colocada em prática pelo estado, que tornaria hegemônica a propriedade moderna. A disputa pelas terras era também disputa por diferentes noções de propriedade no processo de apropriação privada da terra. Nesses conflitos, as ações dos posseiros não devem ser diretamente relacionadas à resistência contra a modernização, mas à resistência à sua exclusão desse processo.

Assim como a segurança pública estava sendo delegada para as mãos privadas, pela contratação de civis-vaqueanos, a colonização também acompanhava a predominância do poder privado sobre o público no processo de regularização fundiária.

Com isso, procuramos colocar no mesmo plano da história da colonização do Meio Oeste a história dos sujeitos que foram alijados desse processo, para avançar na compreensão das diferentes noções de direito a terra num contexto de institucionalização da propriedade privada. A análise das chefias políticas e militares no ex-Contestado durante a década de 1920 mostrou que, em paralelo à interiorização das instituições do estado, os coronéis continuaram a atuar segundo suas próprias estratégias para garantir seu lugar social em meio às transformações políticas e jurídicas que envolveram o processo de colonização desse território.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (ALESC). De Cruzeiro a Joaçaba: o Legislativo Catarinense resgatando a história da cidade – 1898-2007. Florianópolis: Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos, 2007.

ASSUMPTÃO, José Herculano Teixeira d'. **A Campanha do Contestado**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1917. v. 2.

ASSUMPTÃO, José Herculano Teixeira d'. **A Campanha do Contestado**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1918.

CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. São Paulo: Ed. Unesp, 2014. [1924].

CARVALHO, Fernando Setembrino de. **Relatório apresentado ao general José Caetano de Faria**, ministro da Guerra, pelo comandante das forças em operações de guerra no Contestado. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA (CEOM) (org.). **A viagem de 1929**: oeste de Santa Catarina: documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005.

LIMA, Lourenço Moreira. **A Coluna Prestes** (Marchas e Combates). 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado**: a grande ofensiva. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. v. 3. (Coleção Farol do Saber).

PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado**: raízes da rebeldia. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. v. 1. (Coleção Farol do Saber).

POYER, Viviani. **O caso Witold Roguski**. 2017. Texto cedido pela autora. No prelo.

SILVA, José Waldomiro. **O Oeste Catarinense**: memórias de um pioneiro. Florianópolis: Edição do Autor, 1987.

TÁVORA, Juarez. **À Guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924**. São Paulo: O Combate, 1927. v. 1.

TAVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas**: voltando à planície. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1977.

UBALDO, Edson Nelson. **A última degola no Contestado**. 2016. Texto cedido pelo autor. No prelo.

### Registros visuais (álbuns e mapas)

ARQUIVO DA BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA (UNOESC). **Planta da Propriedade Lageado do Leãozinho**. Pertencente à EFSPRG. Escala: 1:100.000.

REVISTA KODAK (org.). **Álbum dos bandoleiros**: Revolução Sul Rio-Grandense – 1923. Porto Alegre: Barreto & Araújo, 1924. Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLORESTAS DO ESTADO DO PARANÁ (ITCF). **Coletânea de mapas históricos do Paraná**. 2. ed. Curitiba, 2006.

SANTA CATARINA (Estado). Departamento Estadual de Geografia e Cartografia. **Atlas geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis: DEGC/SC, 1958.

SANTA CATARINA (Estado). Secretaria de Pesca e da Agricultura. Fundo da Diretoria de Assuntos Fundiários. Planta da propriedade Rio Uruguay. Pertencente à E.F.S.P.R.G. Escala: 1:100.000 – 43x33 cm. **Plantas das Terras medidas nas margens do Rio do Peixe de setembro de 1909 a fim de setembro de 1910**.

SANTA CATARINA (Estado). Secretaria da Pesca e da Agricultura. Fundo da Diretoria de Assuntos Fundiários. **Planta da propriedade Rio Uruguay**. Pertencente à E.F.S.P.R.G. Escala: 1:100.000 – 43x33 cm. 1911.

SANTA CATARINA (Estado). Secretaria de Planejamento. **Recorte do Mapa de Santa Catarina**. Desenhista: Oscar Schmidt. Florianópolis: Ed. Livraria Central, 1927.

Manual de Campanha C 20-1 – Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército. 4. ed. 2009. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/298/1/C-20-1.pdf>. Acesso em: 28 out. 2018.

QUEIROZ, Alexandre Muniz de. **Álbum comemorativo do centenário do município de Joaçaba**. Joaçaba: IP-Paraná, 1967.

#### **Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC)**

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (APESC). **Ofícios das Câmaras Municipais para Presidência da Província 1850-1889**. Lages. Livro 1850, v. 2, f. 292.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (APESC). **Coleção de Leis de Terras e Colonização**: Estado de Santa Catarina (1892-1939). Florianópolis, 19 set. 1939.

#### **Biblioteca Nacional (BN) – RJ – Jornais**

A Evolução – RS

A Federação – RS

A República – PR

#### **Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – Jornais**

Correio da Manhã – RJ

Gazeta de Notícias – RJ

Hemeroteca da Biblioteca Nacional (BN) – RJ

O Combate – RJ

O Dia - PR

O Dia, [data]

O Estado do Paraná. Jornal da Manhã – PR

O Estado, [data]

O Município – Campos Novos – SC

Republica – SC

Sttaffeta Rio-Grandense – RS

### **Verbetes**

18 do Forte. *In*: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 2017. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica/18Forte>. Acesso em: 20 dez. 2018.

CRISE Política *In*: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 2017. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica>. Acesso em: 5 mar. 2019.

ISIDORO Dias Lopes. *In*: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 2017. Disponível em [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/isidoro\\_dias\\_lopes](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/isidoro_dias_lopes). Acesso em: 10 out. 2019.

LAURO Müller. *In*: DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/lauro\\_muller](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/lauro_muller)>. Acesso em: 18 ago. 2017.

REVOLUÇÃO Gaúcha de 1923. *In*: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 2017. Regina da Luz Moreira. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLU%C3%87%C3%83O%20GA%C3%9ACHA%20DE%201923.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2019.

REVOLTA de 5 de julho de 1922. *In*: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 2017. Alzira Alves Abreu. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLTA%20DE%205%20DE%20JULHO%20DE%201922.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

SEZEFREDO dos Passos. *In*: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 2009. Robert

Pechman. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/nelson-sezefredo-dos-passos>. Acesso em: 10 out. 2019.

### **Museu do Judiciário Catarinense (Fundo em organização)**

PALMAS (Comarca). Processo-crime. Autora: A Justiça Pública. Réus: Fabrício das Neves e outros. Data de início: 1913. Data de fim: 23/10/1912. Data de fim: 22/02/1937. Arquivo do Fórum de Palmas.

PARANÁ (Estado). Tribunal de Justiça. **Ação de manutenção de posse**. Comarca de Palmas. Autores: Hauer e Irmãos. Réu: Thomaz Ruas. Início: 11/08/1920. Fim: 26/11/1923.

SANTA CATARINA (Estado). Tribunal de Justiça. **Traslado recurso crime n. 688**. Inquérito Policial. Comarca de Cruzeiro. Autora: A Justiça pública. Denunciados: Marcelino, José Camillo, Antonio Thomaz e Napoleão Ruas. Início: 14/05/1925. Fim: 06/07/1927. Acervo do Museu do Judiciário Catarinense.

SANTA CATARINA (Estado). Tribunal de Justiça. **Processo-Crime Sumário**. Comarca de Florianópolis. Autora: Procuradoria da República. Réus: Antônio Bastos Paes Leme e outros. Início: 29/03/1922. Fim: 01/06/1927. Conhecido como Processo do Levante de 1922. Acervo do Museu do Judiciário Catarinense.

SANTA CATARINA (Estado). Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus**. Comarca de Florianópolis. Paciente: Domingos Machado; Impetrante: Henrique Rupp Junior. Início: 08/03/1925. Fim: 31/09/1931. Acervo do Museu do Judiciário Catarinense.

SANTA CATARINA (Estado). Tribunal de Justiça. **Processo-Crime Sumário**. Comarca de Florianópolis. Autora: Procuradoria da República. Réus: Antônio Bastos Paes Leme e outros. Início: 29/03/1922. Fim: 01/06/1927. Acervo do Museu do Judiciário Catarinense.

SANTA CATARINA (Estado). Tribunal de Justiça. **Ação de força nova sumária**. Comarca de Cruzeiro. Autora: Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Réu: Vivaldino Silveira de Ávila. Início: 01/06/1918. Fim: 10/04/1920. Acervo do Museu do Judiciário Catarinense.

SANTA CATARINA (Estado). Tribunal de Justiça. **Sumário de Culpa**. Comarca de Ouro Verde. Autora: A Justiça. Réus: Antonio Monteiro, Cezar Paes Leme, Hygino Azevedo, vulgo capitão Silêncio, Dr. Erasmo de Tal, Anthero Alves, Ludgero Alves e João Pedro de Andrade Horthas do Amaral. Início: 07/09/1927. Fim: 1936. Acervo do Museu do Judiciário Catarinense.

SANTA CATARINA (Estado). Tribunal de Justiça. **Instrumento de Agravo**. 1920. Agravante: Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Agravado: Luiz Poyer e sua mulher. Arquivo da Biblioteca da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC).

SANTA CATARINA (Estado). Tribunal de Justiça. **Instrumento de Agravo**. 1920. Comarca de Cruzeiro. Agravante: Vivaldino Silveira de Ávila. Agravado: Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Início: 16/06/1920. Fim: 01/11/1920. p. 12v-13. Arquivo da Biblioteca da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC).

SANTA CATARINA (Estado). Inquérito Coluna Leonel Rocha. 1926. [Incompleto]. Arquivo pessoal Elpídio Frágoso.

## Sites

BRASIL. **Biblioteca Nacional Digital**. Hemeroteca digital. 2019. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 8 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. **Recenseamento de 1920**: 4º Censo geral da população e 1º da agricultura e das indústrias. v. 5, 1ª parte. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6478.pdf>. Acesso em: 12 out. 2016.

CONFLITO de terra. *In*: E-DICIONÁRIO da Terra e do Território no Império Português, 2013. Disponível em: <http://edittip.net/category/conflito-de-terra>. Acesso em: 8 mar. 2019.

RELATÓRIOS GOVERNOS ESTADUAIS. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>.

- Santa Catarina. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 08 de Setembro de 1918, pelo Sr. General Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catharina. Ga. Typ. d'O DIA. Florianópolis, 1918.
- Santa Catarina. Administração do Estado. Quatriennio de 1910-1914. Synopse apresentada pelo Coronel Vidal José de Oliveira Ramos ao Exmo. Sr. Major João de Guimarães Pinho, Presidente do Congresso Representativo do Estado, ao passar-lhe o Governo, no dia 20 de Junho de 1914. Gab. Typ. d'O DIA. Florianópolis, 1914.
- Santa Catarina. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 14 de Agosto de 1916 pelo Dr. Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catharina. Ga. Typ. d'O DIA. Florianópolis, 1916.
- Estado de Santa Catarina. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em sessão extraordinária de 24 de Novembro de 1916, pelo Sr. Dr. Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catharina. p. 5-11.
- Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 22 de Julho de 1919, pelo Engenheiro Civil Hercílio Pedro da Luz, Vice Governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catharina. 1919.
- Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 22 de Julho de 1925, pelo Coronel Antonio Pereira da Silva e Oliveira, Vice-governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina.

PARANÁ (Estado). Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Enéas Marques dos Santos, Secretário do Interior, Justiça e Instrução pública, pelo Dr. Lindolpho Pessôa da Cruz Marques, chefe de polícia do Estado. 31 dez. 1917. Curitiba, 1917. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=59>. Acesso em: 8 mar. 2019.

PARANÁ (Estado). Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Affonso Alves de Camargo, Presidente do Estado pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Secretário do Estado dos Negócios da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas. 31 dez. 1918. Exercício 1917-1918. Primeira Parte. Curitiba, 1918. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=59>. Acesso em: 8 mar. 2019.

## Leis e documentos oficiais

BRASIL. **Código Civil**. Lei 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071impressao.htm). Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. Decreto n. 3.378, de 16 de janeiro de 1865. Fixa provisoriamente os limites entre as Províncias do Paraná e Santa Catharina. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, 16 jan. 1865, p. 11, v. 1, pt. II. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3378-16-janeiro-1865-554517-publicacaooriginal-73141-pe.html>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL. Decreto n. 3.492, de 19 de janeiro de 1918. **Diário Oficial da União**, 24 jan. 1918, seção 1, p. 1293.

BRASIL. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. **Código Penal**. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/55636995/Codigo-Penal-de-1890-Completo#scribd>. Acesso em: 10 maio 2016.

BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071impressao.htm). Acesso em: 10 jan. 2019.

## Entrevistas

POYER, Breno. **Entrevista**. [7 jul. 2016]. Entrevistadora: Cristina Dallanora. Xanxerê, 2016. 1 arquivo .mp3.

UBALDO, Edson Nelson. **Entrevista**. [9 out. 2017]. Entrevistadora: Cristina Dallanora. Florianópolis, 2017. 1 arquivo .mp3.

BITTENCOURT, Adgar. **Entrevista**. [7 jun. 2017]. Entrevistadora: Cristina Dallanora. Joaçaba, 2017. 1 arquivo .mp3.

KERBER, Lêda. **Entrevista**. [10 jun. 2017]. Entrevistadora: Cristina Dallanora. Joaçaba, 2017. 1 arquivo .mp3.

## ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY (AHI)\*

(Material de pesquisa cedido por Viviani Poyer)

Representações Diplomáticas Estrangeiras no Brasil - Notas e

Telegramas

Polônia – Notas e Telegramas Expedidos – 1910-1916

Estante/Prateleira/Maço – 289/1/11

Polônia – Notas e Telegramas Recebidos – 1916-1926

Estante/Prateleira/Maço – 289/1/07

Polônia – Notas e Telegramas Recebidos – 1927-1929

Estante/Prateleira/Maço – 289/1/08

Nota Nº PE/567/46, enviada pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil ao Ministro Plenipotenciário da Polônia. 24 de out. 1923. *In*: Arquivo Histórico do Itamaraty, Representações Estrangeiras - Polônia. Notas e Telegramas Expedidos, 1920 a1926. 289/1/11.

Nota nº 1111/23, enviada pelo Ministro Plenipotenciário da Polônia ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil. 12 de dez. 1923. *In*: Arquivo Histórico do Itamaraty, Representações Estrangeiras - Polônia. Notas e Telegramas Recebidos, 1916 a1926. 289/1/7.

## **Bibliografia**

*Sobre Santa Catarina, Paraná e o Movimento do Contestado*

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. Florianópolis: Ed. da UFSC; Assembleia Legislativa, 1984.

CAVALLAZZI, Rosângela. L. **Contestado**: espaço do camponês, tempo de propriedade privada. Florianópolis: Fundação José Boiteux, 2003.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **A Campanha do Contestado**. 2. ed. rev. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.

COSTA, Arthur Ferreira da. O Oeste catarinense: visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Villas Boas e Cia, 1929.

DIACON, Todd A. **Millenarian vision, capitalist reality**: Brazil's Contestado rebellion, 1912-1916. Durham: Duke University Press, 1991.

INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE (IHGEP). **Cinquentenário da revolução de trinta no Paraná**. 2. ed. rev. e ampl. Curitiba, 1980.

EHLKE, Cyro. **A conquista do Planalto Catarinense (1. fase)**: bandeirantes e tropeiros do "Sertão de Curitiba". Rio de Janeiro: Laudes, 1973.

LIMA, Soeli Regina. **A trajetória do poder legislativo tresbarrense**. Canoinhas: Graf-Set, 2010.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Lunardelli, 1983.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: UNICAMP, 2004.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Contestado: o centenário da guerra e o conflito sem fim. *In*: PRIORI, Angelo; GRUNER, Clovis (org.). **Contestado**: 100 anos de uma Guerra sem fim. Curitiba: ANPUHR, 2016. v. 1.

MACHADO, Paulo Pinheiro. O campesinato na fronteira sul. *In*: ZARTH, Paulo Afonso; SILVA, Claiton Marcio da. **História do campesinato na fronteira sul**. Porto Alegre: Letra & Vida, 2012. p. 22-27.

MACHADO, Paulo Pinheiro. O conflito do Canudinho de Lages (1897). **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 13, n. 24, p. 65-78, 2008.

MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de terras em Santa Catarina: posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-Oeste no final do Império e início da República (1854-1912). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2011.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Rábulas e Bacharéis na Guerra do Contestado: Direito, polícia e conflito social (1912-1916). **Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, v. 9, p. 3-20, 2017.

MACHADO, Paulo Pinheiro; AXT, Gunter (org.). **Processo de Adeodato**: último chefe rebelde do Contestado. Florianópolis: Centro de Estudos Jurídicos - CEJUR, 2017.

ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado**: os turmeiros da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande (1908-1915). Pelotas: UFPEL, 2011.

FIORI, Neide de Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público**. Florianópolis: EDEME, 1975.

GOULARTI FILHO, Alcides; MORAES, Fábio Farias de. A construção dos caminhos da erva-mate em Santa Catarina: combinação e sobreposição de transportes. **Dimensões: Revista de História da UFES**, v. 31, p. 159-182, 2013.

GOULARTI FILHO, Alcides. Complexo ervateiro e a pequena produção mercantil em Santa Catarina. **Diálogos**, Maringá, v. 16, n. 1, p. 179-215, jan./abr. 2012.

HEINSFELD, Adelar. **Fronteira e ocupação do espaço**: a questão de Palmas com a Argentina e a colonização do vale do rio do Peixe-SC. São Paulo: Perse, 2014.

HELLER, Milton Ivan. **De Catanduvas ao Oiapoque**: o martírio dos rebeldes sem causa. Curitiba: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, 2006.

MAFRA, Manoel da Silva. **Exposição histórico-jurídica por parte do Estado de Santa Catharina sobre a questão de limites com o Estado do Paraná**: submetida, por acordo de ambos os estados, à decisão arbitral. Florianópolis: IOESC, 2002.

MARTINS, Celso. **O mato do tigre e o campo do gato**: José Fabrício das Neves e o Combate do Irani. Florianópolis: Insular, 2007.

MARTINS, Romario. **Documentos comprobatorios dos direitos do Paraná na questão de limites com Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Tip. Jornal do Comércio, 1915.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas**: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

PIAZZA, Walter. **A colonização de Santa Catarina**. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, 1982.

PIAZZA, Walter (org.). **Dicionário Político Catarinense**. Florianópolis: Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994.

PRESTES, Anita Leocadia. **A Coluna Prestes**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. **Messianismo e conflito social**: a guerra sertaneja do contestado: 1912-1916. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RADIN, José Carlos. Os italianos nas terras novas do Oeste Catarinense. *In*: HEINSFELD, Adelar; OLIVEIRA, Anselmo Pereira de. **A região em perspectiva**: diferentes faces da história catarinense. Joaçaba: UNOESC, 2001.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico no Oeste catarinense. 2. ed. Chapecó: Argos, 2006.

RENK, Arlene. Expropriação do campesinato do Oeste catarinense. *In*: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 1.

RIBAS, Antônio de Lara. **Polícia Militar de Santa Catarina**: ação de guerra dos Batalhões de Infantaria, período de 1922 a 1930. Florianópolis: Polícia Militar de Santa Catarina, 1985. Edição Comemorativa do Sesquicentenário da Polícia Militar.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Nova história de Santa Catarina**. 5. ed. ampl. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

THOME, Nilson. **A política no Contestado**: do curral da fazenda ao pátio da fábrica. Caçador: Fundação Universidade do Contestado, 2002.

TOURINHO, Luiz Carlos Pereira. **Toiro Passante**. V: Tempo da República Democrática. Curitiba: Gráfica Santa Mônica, 1994. 1ª parte.

VALENTINI, Delmir José. **Memórias da Lumber e da guerra do contestado**. Chapecó: UFFS, 2015.

ZARTH, Paulo A. (org.). **História do campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2012.

#### *Obras gerais*

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (coord.). Usos & abusos da história oral. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

BAJER, Paula. Processo penal e cidadania. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou O ofício do historiador*. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue**: Exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945. Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo: Edusp, 2009.

BENATTI, José Helder. Apropriação privada dos recursos naturais no Brasil: séculos XVII ao XIX. (Estudo da formação da propriedade). In: NEVES, Delma Pessanha (org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**: formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 2.

CARONE, Edgard. **A República Velha**: evolução política. 2 ed. São Paulo: Difel, 1974.

CARONE, Edgard. **Revoluções do Brasil contemporâneo**: 1922-1938. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris. (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1977. v. 2, t. 3.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CONGOST, Rosa. **Tierras, Leyes, Historia**: Estudios sobre “La gran propiedad”. Barcelona: Crítica, 2007.

DANTAS, Ibarê. **Coronelismo e dominação**. Aracaju: UFS Graf. Diplomata, 1987.

DRUMMOND, Jose Augusto. **A Coluna Prestes**: rebeldes errantes. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FAUSTO, Boris *et al.* (org.). **História geral da civilização brasileira**: o Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1989-1930). 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. t. 3, v. 8.

FORSTER, Germano de Rezende. **A privatização das terras rurais**. São Paulo: Manole, 2003.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **O coronelismo**: uma política de compromissos. São Paulo, 1981.

KOERNER, Andrei. Poder Judiciário Federal no sistema político da Primeira República. **Revista USP**, São Paulo, v. 21, p. 58-69, 1994.

LANNA JÚNIOR, Mário C. M. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 1.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1593.pdf](https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1593.pdf). Acesso em: 15 out. 2017.

FERRERAS, Norberto O. Bandoleiros, cangaceiros e matreiros: revisão da historiografia sobre o Banditismo Social na América Latina. **História** [online], São Paulo, v. 22, n. 2, p. 211-226, 2003.

GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Zemon Davis. *In*: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand; Lisboa: Difel, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRIMBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciais. *In*: PINSKY, Carla Bassanesi; LUCA, Tania Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015.

LARA, Silvia. Processos crimes: o universo das relações pessoais. **Anais do Museu Paulista**, v. 34, 1984.

LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. *In*: FAUSTO, Boris *et al.* (org.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1989-1930)**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. t. 3, v. 8.

McCANN, Frank. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889-1937**. Trad. de Laura Teixeira Motta. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.

McCANN, Frank D. **A nação armada: ensaios sobre a história do Exército Brasileiro**. Recife: Guararapes, 1982.

MENDONÇA, Sônia; MOTTA, Márcia (org.). **Nação e poder: as dimensões da História**. Niterói: EdUFF, 1998.

MOTTA, Márcia. **Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. 2. ed. rev. e ampl. Niterói: Ed. UFF, 2008.

MOTTA, Márcia. **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MOTTA, Márcia. Jogos da memória: conflito de terra e amnésia social. **Tempo: Revista do Departamento de História da UFF**, Niterói, v. 6, p. 183-196, 1998.

PAES, Mariana Armond Dias. Das cadeias dominiais impossíveis: posse e título no Brasil (1835-1839). *In*: UNGARETTI, Débora; LESSA, Marília R.; COUTINHO, Diogo R.; PROL, Flávio M.; MIOLA, Iagê Z.; FERRANDO, Tomaso. (ed.). **Propriedades em transformação: abordagens multidisciplinares sobre a propriedade no Brasil**. Blucher Open Access, 2018. p. 41-56. Disponível em: <http://propertiesintransformation.org/>. Acesso em: 5 fev. 2018.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. Imigração. *In*: FAUSTO, Boris *et al.* (org.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil Republicano: sociedade e instituições (1989-1930)**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. t. 3, v. 9.

PILOTTO, Osvaldo. **Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1976.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (coord.). **Usos & abusos da história oral**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. *In*: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

REVERBEL, Carlos. **Maragatos e pica-paus**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

SILVA, Ângelo José da. **Luiz Carlos Prestes e os antecedentes da Revolução de 1930**. Entrevista. *In*: Revista de Sociologia e Política, n. 1, 1993.

SILVA, Ligia Maria Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da Lei de 1850. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.

SILVA, Ligia Maria Osório. O coronelismo como fenômeno de fronteira. *In*: JORNADAS INTERESCUELAS, 11., 2007, San Miguel de Tucumán. **Anais [...]**. San Miguel de Tucumán: Universidad de Tucumán, 2007.

SILVA, Angela Moreira Domingues da. Histórico da Justiça Militar brasileira: foro especial e crime político. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal, 2013.

SILVA, Helio. **1922: Sangue na Areia de Copacabana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. v. 1: O ciclo de Vargas.

VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

WIESEBRON, Marianne L. Historiografia do cangaço e estado atual da pesquisa sobre banditismo a nível nacional e internacional. **Revista Ciência & Trópico**, Recife, v. 24, n. 2, p. 417-444, 1996.

*Teses, dissertações e monografias*

ARAGÃO, Isabel Lopez. **Da caserna ao cárcere: uma identidade militar-rebelde construída na adversidade, nas prisões (1922-1930)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.

BARBOZA, Gabriel Goulart. **A resistência ao Acordo de Limites e o Estado das Missões (1910-1917)**. 2017. TCC (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

CAVALLAZZI, Rosângela. L. **Terras públicas e particulares: o impacto do capital estrangeiro sobre a institucionalização da propriedade privada (um estudo sobre a Brazil Railway Company no meio-oeste catarinense)**. 1983. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1983.

DAL FORNO, Rodrigo. **O “Álbum dos Bandoleiros” da Revolução de 1923: uma análise de política e imagem do Rio Grande do Sul da década de 1920**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

GERHARDT, Marcos. **História ambiental da erva-mate**. 2013. 290 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina**. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2001.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916**. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2001.

MENDES, Adilson M. **Origem e composição das fortunas na sociedade tradicional paranaense: Palmas 1850-1903**. 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1989.

MUCHALOVSKI, Eloi Giovane. **A questão do Timbó e Canoinhas: discurso e representações na imprensa do Paraná e Santa Catarina (1900-1908)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), 2018.

MUZZI, Amanda da Silva. **Os jacobinos e a oposição a Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil – 1893-1897**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

NODARI, Eunice Sueli. **A renegociação da etnicidade no Oeste de Santa Catarina (1917-1954)**. 1999. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

NUNES, Karla Dahse. **Santa Catarina no caminho da Revolução de Trinta**: memórias de combates (1929-1931). 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

RADIN, José Carlos. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro**: representações sobre a civilização do sertão. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

RODRIGUES, Rogério Rosa. Estilhaços da violência: a Guerra do Contestado e a memória oficial. **Revista Contemporânea**, ano 5, n. 8, v. 2, 2015. Dossiê guerras e revoluções no século XX.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande Sertão**: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Os sertões catarinenses**: embates e conflitos envolvendo a atuação militar na Guerra do Contestado. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

POYER, Viviani. **Fronteiras de uma guerra**: imigração, diplomacia e política internacional em meio ao movimento social do contestado 1907-1918. 2018. 350 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O pessoal da Lumber**: um estudo acerca dos trabalhadores da Southern Brazil Lumber and Colonization Company e sua atuação no planalto norte de Santa Catarina, 1910-1929. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O polvo e seus tentáculos**: a Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.





## ANEXO B – PLANTA DAS CHÁCARAS DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL DE CRUZEIRO



Fonte: Planta das chácaras do Patrimônio Municipal de Cruzeiro. 17/03/1927. Diretoria de Assuntos Fundiários. Secretaria de Pesca e Agricultura do Estado de Santa Catarina. N. 21. Código 90.



## **ANEXO C – RELAÇÃO DAS TESTEMUNHAS ARROLADAS NO INQUÉRITO DE FABRÍCIO DAS NEVES**

Miguel Soares do Espírito Santo, natural do Rio Grande do Sul, com 40 anos, casado, agricultor e suplente do subdelegado de Polícia no Irani, sabia ler e escrever.

Domingos Rodrigues dos Santos, natural do Rio Grande do Sul, com 35 anos, solteiro, comerciante e residente no Irani, sabia ler e escrever.

Pedro Manoel Palhano, natural do Rio Grande do Sul, com 29 anos, casado, lavrador, residente no Irani, não sabia ler nem escrever.

João Avelino Paz, natural do Rio Grande do Sul, com 55 anos, casado, lavrador, residente no Irani, não sabia ler nem escrever.

Jorge Telles da Rocha, natural de Santa Catarina, com 23 anos, solteiro, lavrador, residente no Irani, sabia ler e escrever.

Polidório Fabrício das Neves, natural do Rio Grande do Sul, com 50 anos, casado, tropeiro, residente no Rio do Mato, distrito de Hercilópolis, não sabia ler nem escrever.

Francisco Rodrigues dos Santos, natural de Santa Catarina, com 26 anos, solteiro, lavrador, residente em Santa Clara, sabia ler e escrever.

Luiz Telles Paz, natural do Rio Grande do Sul, com 32 anos, casado, lavrador, residente na vila de Cruzeiro, sabia ler e escrever.

José Pedro Baptista, conhecido por José Ricardo, brasileiro, com 66 anos, viúvo, lavrador e residente no distrito do Irani.

Marcelino Ruas, natural do Rio Grande do Sul, com 30 anos, industrial e comerciante, residente na estação Herval.

Ten. Augusto Plaisant, natural do Paraná, com 34 anos de idade, casado, oficial do Exército, presentemente no Herval.

Flavio do Nascimento, natural do Paraná, com 30 anos, solteiro, telegrafista, residia no Rio Grande do Sul antes de mudar para Herval.

Justiniano Cirilo Ramos, morador do município de Cruzeiro, com 55 anos, casado, lavrador, tenente da antiga Guarda Nacional, integrante da coluna Fabrício das Neves, como capitão.

Franklin Gonçalves de Azevedo, natural do Rio Grande do Sul, solteiro, com 24 anos, empregado do comércio, morador do Irani.

José Antunes de Araújo, natural de Pouzadas, Republica Argentina, de onde veio bem criança, Solteiro, com 22 anos, lavrador, morador de Queimados, Santa Catharina.

Cap. João Carlos de Araújo e Silva, natural do Rio Grande do Sul, com 44 anos, casado, capitão da brigada auxiliar do Rio Grande do Sul, servia de cabo no esquadrão Ruas.



## **ANEXO D – RELAÇÃO DAS TESTEMUNHAS ARROLADAS NO PROCESSO DO LEVANTE DE ABRIL DE 1922**

José dos Santos, natural do Rio de Janeiro, com 32 anos, casado, praça da Força Pública de Santa Catarina, destacado em Porto União, sabia ler escrever.

Cap. Octávio dos Reis Costa, comandante da segunda companhia isolada da Força Pública de Santa Catarina, com sede em Porto União.

2º Ten. Waldemiro Livramento, oficial da segunda infantaria arroladas da Força Pública de Santa Catarina com sede em Porto União.

Durval Coelho Pinto, 30 anos, casado, oficial da força Pública do estado,

Manoel Tavares de Lacerda, natural do Paraná, com 50 anos, casado, negociante, residente em Porto União, sabia ler e escrever.

Maximiano Lemes Gonçalves, natural do Paraná, com 64 anos, casado, lavrador, residente União da Vitória, não sabia ler nem escrever.

Otávio Silveira, natural do Rio Grande do Sul, com 26 anos, casado, médico, residente em Porto União, sabia ler escrever.

José Pompeu, natural do Paraná, com 43 anos, casado, negociante e residente em Porto União, sabia ler escrever.

Luiz Sá, natural do Paraná, com 37 anos, casado, chefe das estações ferroviárias de Porto União e de União da Vitória, sabia ler e escrever.

José Augusto Gomez, natural do Paraná, com 33 anos, casado, comerciante e residente em Villa Nova do Timbó, sabia ler escrever.

Augusto Ângelo Continni, natural da Itália, com 39 anos, casado, negociante e residente em Porto União, sabia ler escrever.

José Antônio Carneiro, natural do Paraná, com 62 anos, casado, fazendeiro e residente em Porto União, sabia ler escrever.

Nicola Codagnoni, natural da Itália, com 43 anos, casado, capitalista, negociante e residente em Calmon, sabia ler e escrever.

Theodoro Kroetz, natural do Rio Grande do Sul, com 32 anos, casado, negociante, residente em Porto União, sabia ler e escrever.

Maurílio Fabrício Vieira, natural do Rio Grande do Sul, com 33 anos, casado, industrial e residente em Porto União e em Valões (atual Irineópolis), sabia ler escrever.

João Francisco Ruas, natural do Rio Grande do Sul, com 28 anos, casado, comerciante, residente em Palmas, no Paraná, sabia ler escrever.

Pezek Jacob, natural da Síria, com 33 anos, casado, negociante e residente em Porto União, sabia ler e escrever.

Henrique [Camparo], natural do estado de São Paulo, com 16 anos, solteiro, chauffeur e residente em Porto União, sabia ler escrever.

Higino Rodrigues, natural do estado de São Paulo, com 19 anos, solteiro, barbeiro, residente em Porto União, sabia ler escrever.

Manuel Vicente dos Santos, natural do Rio Grande do Sul, com 26 anos, solteiro, comerciante e residente em Porto União, sabia ler e escrever.

Aprigio Bertololi, natural do Paraná, com 17 anos, solteiro, barbeiro aprendiz, sabia ler e escrever.

Modesto Cordeiro, natural do Paraná, com 38 anos, casado, empregado municipal, residente em União da Vitória, sabia ler escrever.

Didio Augusto, natural do Paraná, com 39 anos, casado, guarda-livros, residente em União da Vitória, sabia ler escrever.

Germano [Kunsler], natural do Paraná, com 38 anos, casada, negociante, residente em União da Vitória, sabia ler escrever.

Hermenegildo Marcondes, natural do Paraná, 60 anos, casado, lavrador, residia em Santa Catarina.

Eusébio Corrêa de Oliveira, natural de Santa Catarina, com 50 anos, residia em Porto União funcionário Federal.

José Testi, natural da Itália, 60 anos, casado, negociante, residia em Porto União.

José Mansur Guerios, natural da Syria, 70 anos, viúvo, negociante, residia em Porto União.

ANEXO E – MAPA MARCANDO O ITINERÁRIO DO 2º BAT. INF. CATARINENSE  
NA CAMPANHA DE 1924/1925 E O ITINERÁRIO DA COLUNA PRESTES EM  
1925/1926

